UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

ICHS - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM HISTÓRIA

VOZES DO OESTE: A RADIODIFUSÃO CUIABANA ENTRE A ANTENA E A LEI (1939-1949)

ANTONIO CARLOS SILVA

CUIABÁ/MT

AGOSTO, 2004

ANTONIO CARLOS SILVA

VOZES DO OESTE: A RADIODIFUSÃO CUIABANA ENTRE A ANTENA E A LEI (1939-1949)

Dissertação de Mestrado apresentada ao **Programa de Pós-graduação em História** da Universidade Federal de Mato Grosso para obtenção do Título de Mestre, sob a orientação do **Professor Doutor Otávio Canavarros.**

CUIABÁ/MT

2004

FICHA CATALOGRÁFICA

S586v Silva, Antonio Carlos
Vozes do oeste: a radiodifusão cuiabana entre a antena e
e a lei (1939-1949) / Antonio Carlos Silva. - 2004.
221p.

Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Mato
Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2004.
"Orientação: Prof. Dr. Otávio Canavarros, Departa-
mento de História".

CDU - 654.19(817.2)(091)

Índice para Catálogo Sistemático

1. Radiodifusão - Cuiabá - 1939-1949.
2. História da radiodifusão cuiabana - 1939-1949.

BANCA EXAMINADORA

1° Examinador: Prof. Dr. Otávio Canavarros (Presidente) _____

2° Examinador: Prof. Dr. Jaime de Almeida (Membro Externo) _____

3° Examinador: Prof. Dr. João Henrique Botteri Negrão (Membro Interno) _____

4° Examinador: Prof. Dr. Pio Penna Filho (Suplente) _____

DEDICATÓRIA

Aos meus amores

Maria, Inêz, Lindomar, Laura, Lauanny, Maurício e Rayza.

à memória de meus entes falecidos,

aos familiares e amigos que compreenderam a minha ausência,

às pessoas que nunca tiveram oportunidade de cursar uma universidade pública e gratuita

e a todos e todas que lutam cotidianamente por uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

As possibilidades e os limites no fazer histórico estão contidos no tempo e no território do historiador. A presente dissertação não seria possível sem a ajuda, a participação, o carinho, o respeito, a dedicação, a atenção, a simpatia e a vontade de homens e mulheres em contribuir com a produção científica de história em Mato Grosso. Abaixo estão algumas destas pessoas. Outras, por um lapso de memória ou descuido nas anotações, devem ter ficado de fora. A todas, citadas ou esquecidas, fica aqui registrada a minha eterna gratidão.

1) Ao meu orientador professor doutor Otávio Canavarros, pela experiência acadêmica, o espírito liberal, a paciência e o humor refinado durante toda a caminhada, inclusive nos momentos mais difíceis.
2) À cantora Maria Luíza Canavarros Nasser, filha de Zulmira D'Andrade e Danglars Canavarros.
3) À família de João Jercy Jacob, em especial a sobrinha Olga Helena Jacob e ao sobrinho neto Ricardo Jacob Vilela.
4) À família de Soraida Rueda Jacob, em especial Rafael Rueda Filho e Eduardo Saraiva Rueda Filho (in memorian).
5) À família de Juvenílio Francisco de Freitas, em especial à sobrinha Odite Freitas de Souza.
6) À família Lotufo, em especial aos irmãos Luiz e Édio e ao primo Névio.
7) Ao Congresso Nacional, especialmente aos funcionários da Seção de Legislação Brasileira da Câmara Federal: Casimiro Pedro da Silva Neto, Guaracy José Bueno Vieira e Maria Isabel.
8) À família Müller, em especial à dona Maria Ponce de Arruda Müller (in memoriam), Helena Müller e à professora doutora Lúcia Müller.
9) À família de Laurita de Queiroz Bondespacho, pelo apoio antes, durante e após o Mestrado.

10) Às funcionárias da Biblioteca do Ministério dos Transportes, detentora de parte do acervo do antigo Ministério da Viação Obras Públicas.
11) Ao Arquivo Histórico do Radioamador Brasileiro, em Natal, Rio Grande do Norte, em especial ao radioamador Ronaldo Reis.
12) À família de Roberto Jacques Brunini, em especial aos filhos Robson e Rômulo.
13) À família Nadaf, em especial à historiadora Yasmin Jamila e ao pai Jamil Boutros Nadaf.
14) Aos servidores da Biblioteca e do Arquivo do Ministério da Fazenda em Cuiabá, em especial às senhoras Enir Maria Marques de Miranda e Eunice.
15) Aos funcionários e funcionárias do Arquivo Público de Mato Grosso, desde a gestão de Clementino Nogueira.
16) À família Epaminondas, em especial aos irmãos Carlos e Luiz Eduardo.
17) Aos servidores do NDHIR, tanto do setor de microfilmagem, quanto da biblioteca. Em especial, aos funcionários João Paulo, Luiz e a mestre em História Nileide Dourado.
18) Aos colegas e às colegas de Mestrado, especialmente Ana Maria de Souza e Adriana Venturoso Aleixo.
19) Aos dedicados historiadores e professores de História da região de Cáceres, em especial aos professores mestres João Edson Fanaia e Maria do Socorro.
20) À família Novis Gomes Monteiro, em especial os irmãos e filhos de Deodato: João Alberto, Durval e Antonieta.
21) Aos funcionários do CPDOC/FGV, em especial a servidora Bárbara.
22) À minha cunhada Ednéia Silva e Marcos de Oliveira, pela estada no Rio de Janeiro.
23) Ao amigo Edilberto Magalhães de Souza, funcionário do Ibama em Brasília.
24) À família de José Barnabé de Mesquita, em especial ao filho dr. Fernando de Mesquita e à neta e jornalista Márcia de Mesquita.
25) A Alexandre Lemos, de São Paulo, pelas cópias de dissertações e teses do acervo da USP.
26) Aos professores e servidores do Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História e demais departamentos da UFMT.

27) Aos professores Sônia Romancini e Deocleciano Bittencourt Rosa, do Departamento de Geografia da UFMT.
28) Ao professor de Física Zanderlan.
29) À direção da Academia Mato-grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em especial à professora doutora Elizabeth Madureira de Siqueira e aos funcionários Fátima e Jorge.
30) À família de Sebastião do Prado Abreu, em especial ao filho José Antônio do Prado.
31) À Afrânio Estevão Corrêa.
32) À família Tocantins.
33) Aos servidores da Biblioteca Central, da Biblioteca Setorial do Instituto de Educação e da Biblioteca Rubens de Mendonça da UFMT.
34) A André Jassnicker.
35) À você, por ter lido esta dissertação.

SUMÁRIO

RESUMO 08

ABSTRACT 09

INTRODUÇÃO 10

1. SEM FRONTEIRAS: A PROPAGAÇÃO DAS ONDAS DE RÁDIO E OUTRAS ALÉM DOS TERRITÓRIOS 14

1.1 - As vias de comunicação cuiabanas até a primeira metade do século XX 15

1.2 - Sons, vozes, barulhos e ouvintes na capital de Mato Grosso 46

1.3 - De ouvintes a radialistas: a busca por radiodifusão em Cuiabá 78

2. NO AR! A PROGRAMAÇÃO DA ESTAÇÃO RADIODIFUSORA A VOZ DO OESTE 106

2.1 - Lítero-musical: uma emissora feita por artistas, homens e mulheres 107

2.2 - Ritmos “novos”: vozes sob a mordaça da censura estado-novista 121

2.3 - Os ecos cuiabanos do discurso radiofônico estado-novista 133

2.4 - Dos programas de mobilização social à participação popular dos ouvintes 149

3. LEI: O PODER QUE FALA E CALA 161

3.1 - A luta para pronunciar uma Voz 162

3.2 - A legalização da emissora cuiabana: de oficiosa à oficial 178

3.3 - As vozes que silenciaram uma segunda rádio em Cuiabá 189

CONSIDERAÇÕES FINAIS 207

BIBLIOGRAFIA 211

ANEXOS 221

RESUMO

A presente dissertação resulta de uma pesquisa histórica sobre os primórdios da radiodifusão em Cuiabá, capital de Mato Grosso, nas décadas de 1930 e 1940. Relevante neste processo foi a mudança de paradigma com a inversão ocorrida no fluxo das irradiações. Antes da origem da radiodifusão cuiabana a região era apenas ouvinte de estações externas. Com a Voz do Oeste, também passou a transmitir programação. Por um lado, esta prática foi motivada por um ambiente cultural onde ouvintes, através de seus aparelhos receptores, captavam estações radiodifusoras externas ao Estado. Por outro, pela iniciativa de moradores cuiabanos que passaram a fazer experiências em rádio-transmissão. Resultante deste processo surgiram as primeiras irradiações de A Voz do Oeste. Esta rádio iniciou suas atividades com uma programação lítero-musical, mas sem licença do Governo Federal para funcionar. Já nos anos de 1940, durante a ditadura do Estado Novo, esta radiodifusora recebeu patrocínio do Governo do Estado de Mato Grosso, que, conseqüentemente, obteve para si a autorização para estabelecer uma estação de rádio, tornado a Voz do Oeste estatal. Então, os programas da Voz passaram a ecoar diretrizes estado-novistas. Paralelamente, a emissora buscou publicidade comercial na sociedade cuiabana. No fim da década de 1940 o Governo de Mato Grosso transferiu a concessão de radiodifusão que detinha para o grupo de artistas que fundaram a Voz do Oeste. Ao passo que outro grupo de pretendentes cuiabanos acabou impedido de estabelecer uma nova emissora de rádio. O que mostra as singularidades dos processos de concessão de radiodifusão brasileira, como também as fissuras nas tentativas estatais de regulação da sociedade.

ABSTRACT

This dissertation results from a historical research about the early times of radio diffusion in Cuiabá, the capital of Mato Grosso, during the decades of 1930 and 1940. Relevant in this process has been the change in paradigm, with the inversion that occurred in the flow of broadcastings. Before the rise of radio transmissions in Cuiabá, the region was a mere listener of external stations. With the *Voz do Oeste* (Voice of the West) radio station the region passed to broadcast programming. On one hand, this practice has been motivated by a cultural environment in which the listeners, through their receivers, tuned to broadcasting originated outside the State and, on the other hand, due to an initiative of Cuiabá residents, who started to make experiences with broadcasting via radio. As a result of this process appeared the first irradiations of the Voz do Oeste. This radio station started its activities with a litero-musical programming, but without authorization from the Federal Government to operate. Already in the 1940 years, during the *New State* dictatorship, this broadcasting station received the sponsorship of the State of Mato Grosso and consequently obtained for itself the authorization to establish a radio station, turning the Voz do Oeste into a state enterprise. Thereafter, the programs of Voz do Oeste passed to echo the directives of the New State. Parallel to this, the station went for commercial advertisement destined to the local population. In the last years of the decade of 1940 the Mato Grosso State Government transferred its broadcasting concession to the group of artists that had founded Voz do Oeste, while another group of Cuiabá candidates was impeded to establish a new broadcasting station. This evidences the singularity of the concession procedures for the Brazilian broadcasting, as well as the fissures existing in the governmental trials to regulate the Society.

INTRODUÇÃO

Show musical com Nora Ney e Linda Batista. Programa de auditório *Domingo Festivo na Cidade Verde* com Alves de Oliveira e Adelino Praieiro. Radiojornal *Bandeirante no ar!* com Augusto Mário Vieira e Ana Maria (May) do Couto. Radionovelas de Newton Alfredo. Estes e outros programas radiofônicos saltam do imaginário de quem é indagado sobre a história da rádio A Voz do Oeste, de Cuiabá. Estas atrações específicas foram veiculadas a partir da década de 1950, precisamente após 1952, quando a estação radiodifusora foi comprada pelo radialista radicado em Cuiabá Roberto Jacques Brunini, o irmão dele, o contador Carlos Francisco Brunini, do município de Bragança Paulista, o também contador originário desta cidade, Lázaro Dias; e o comerciante cuiabano Antônio Célio Mário Spinelli.

Nos anos de 1950 a rádio A Voz do Oeste funcionava na rua 13 de Junho, n° 172, esquina com a praça Ipiranga, num casarão que havia pertencido ao ex-presidente do Estado de Mato Grosso e dono da Usina Itaici, Totó Paes e posteriormente ao médico Antônio Epaminondas. No local, Brunini e os sócios instalaram, anexa ao estúdio da rádio A Voz do Oeste, a Boate Tropical, onde havia um auditório para a apresentação de cantores e músicas nacionais e regionais, sob os aplausos dos ouvintes mais assíduos. No mesmo prédio estava instalada a sede da filial da agência de notícias Asa Press. A emissora transmitia a programação em ondas médias e tropicais. Era um pólo de comunicação que atraía garotos interessados em ser locutores, como Eugênio de Carvalho, Paulo Zaviasky e Luiz Eduardo Epaminondas. Este tempo é considerado pelos cronistas e memorialistas mato-grossenses como a *Era de Ouro* do rádio cuiabano.

Ao falarem de A Voz do Oeste, estes cronistas e memorialistas fazem questão de dizer que a emissora foi a pioneira em Cuiabá, por ter surgido em 1939. Contudo, nestas abordagens faltava uma sistematização das situações que favoreceram e dificultaram a criação desta rádio em Cuiabá. Como também do que ocorreu com a estação radiodifusora até ser comprada no início da década de 1950 por Brunini e sócios dos fundadores da estação radiodifusora: João (Jercy) Jacob, Soraida Rueda Jacob, Juvenílio Francisco de Freitas e

Danglars e Zulmira d'Andrade Canavarros. Uma das raras obras que trata deste período, com riqueza de detalhes específica sobre a programação radiofônica, é *Egéria Cuiabana*, de Benedito Pedro Dorileo. Como pano de fundo ainda havia o fato da Voz do Oeste ter surgido num período em que o Brasil estava sob a ditadura do Estado e a radiodifusão era um dos instrumentos de exercício de poder.

Assim, na pesquisa que resultou nesta dissertação, me propus buscar respostas para questões que não queriam se calar, a meu ver, em relação à rádio A Voz do Oeste. Uma das principais perguntas era o que ocorreu com a emissora entre a criação dela em 1939 até à venda para Roberto Brunini no início dos anos de 1950, considerando, por exemplo, a programação levada ao ar. Outra indagação era sobre o processo de legalização da Voz do Oeste junto ao Governo Federal. Também entendi que era um questionamento saber as situações que favoreceram ou dificultaram a criação e o desenvolvimento desta estação radiodifusora em Cuiabá.

Um dos primeiros percalços encontrados foi a falta de registros sonoros, como escritos da programação da emissora neste período. Uma exceção foram as gravações de áudio feitas na década de 1980 por Martha Arruda Dias Paiva durante as entrevistas com alguns pioneiros e contemporâneos do início da radiodifusão cuiabana e que se encontram disponíveis para consulta no Núcleo de Documentação e História e Informação Regional (NDHIR) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Aliás, diga-se de passagem, este é, infelizmente, um problema comum quando se busca contar as histórias sobre radiodifusão brasileira, tanto as originadas em décadas passadas, como as contemporâneas. O que merece mais atenção dos detentores das concessões destas emissoras em relação à programação levada ao ar e não gravada.

No caso da presente pesquisa, a alternativa encontrada foi a de ouvir pessoas que conviveram neste ambiente radiofônico de Cuiabá. Também foram valiosos os registros da imprensa da época. A partir destes ouvintes foi possível chegar a outros, como os donos de aparelhos receptores de rádio, consertados e construídos pelo radioamador e rádio-técnico Deodato Gomes Monteiro. Ao catalogar 14 anos de anotações que Deodato fez na caderneta e no livro-caixa, supri em parte a dificuldade de acesso aos registros da Diretoria dos Correios e Telégrafos, que foram transferidos para a capital federal Brasília e ainda não estão catalogados para pesquisas no Museu dos Correios.

Outra barreira encontrada pela pesquisa foi quanto à documentação da estação radiodifusora arquivada no Ministério das Comunicações, em Brasília. Apesar do foco do estudo ter sido o final da década de 1930 e o início da de 1940, o Ministério só liberava o

acesso à papelada de A Voz do Oeste com autorização dos atuais concessionários. O que complicou ainda mais porque os mesmos - que são filhos de Roberto Brunini - estavam cuidando da renovação da concessão da mesma. Então, com cópias de alguns documentos isolados sobre a rádio fornecidos pelos atuais concessionários, tive como opção um levantamento criterioso no Diário Oficial da União, principalmente nos despachos do Ministério da Viação e Obras Públicas (antecessor do Ministério das Comunicações) e nos atos da Presidência da República. Também consultei o Diário Oficial do Governo de Mato Grosso e os documentos oficiais integrantes do acervo do Arquivo Público de Mato Grosso, além do arquivo Filinto Müller no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

Este estudo resultou na presente dissertação *Vozes do Oeste: a radiodifusão cuiabana entre a antena e a lei (1939-1949).* O recorte temporal está delimitado entre 1939, quando a rádio A Voz do Oeste surgiu como experiência e iniciativa de um grupo de artistas de Cuiabá, e 1949, quando os donos desta emissora obtiveram autorização para transmitir programação em ondas tropicais e mostraram-se preocupados com o surgimento de uma outra emissora na capital de Mato Grosso. O limiar do recorte temporal em 1949 também se justificou porque é o momento que - em nível nacional, como também em Cuiabá - começaram as iniciativas e experiências com televisão e televisores, nova tecnologia que passaria a funcionar no Brasil a partir de 1950.

Entre as referências teóricas utilizadas na pesquisa, estão os estudos sobre a radiodifusão sonora na década de 1940. Principalmente os trabalhos de Alcir Lenharo, Maria Helena Rolim Capelato, Fernando Limogeri Gurgueira, Doris Fagundes Haussen, Adalberto Paranhos, Néstor García Canclini e Jesús Martin-Barbero.

Assim, a dissertação *Vozes do Oeste...* foi dividida em três capítulos. No primeiro, buscou-se mostrar o fluxo de ondas eletromagnéticas de rádio e as iniciativas de radiodifusão no contexto mato-grossense. Esta abordagem começa com os usos do termo e dos recursos de comunicação no Estado até o final da primeira metade do século XX. Em seguida, vem à tona a memória dos ouvintes de radiodifusão em Cuiabá. A audiência radiofônica na capital de Mato Grosso se desenvolveu mais rapidamente que as estações de rádio locais. Ainda nesta primeira parte são apresentadas experiências de radiodifusão cuiabanas, a partir de iniciativas nacionais e locais. Neste tópico é possível notar discursos destoantes do sentido do fluxo das transmissões radiofônicas: de um lado, algumas falas ecoam a posição conservadora e imperialista de radiocomunicação *unidirecional* e de outro, a *comunicação dialética*, presente nos primórdios de A Voz do Oeste.

É esta característica de radiocomunicação bidirecional - tão peculiar nos contatos entre radioamadores - que abre o segundo capítulo da dissertação. Nesta parte o texto flui sobre a programação da rádio A Voz do Oeste. Trata primeiramente da programação predominantemente lítero-musical como uma extensão natural do talento de seus fundadores. Depois, apresenta impeditivos estado-novistas que, de certa forma, amordaçaram o falar da programação de A Voz do Oeste. Também mostra a propaganda do Estado Novo que ecoou nos microfones da emissora. Ainda, há uma apresentação da evolução ocorrida entre os programas de mobilização social desta estação radiodifusora e o início da popularização da mesma.

Já o terceiro capítulo lida com as imposições legais do Estado brasileiro, regulador de demandas sociais como a radiodifusão. O primeiro item relata as dificuldades encontradas pelos fundadores da rádio A Voz do Oeste em transformá-la de uma experiência radiofônica numa estação radiodifusora. O segundo trata do abrigo legal oficial que os fundadores da rádio encontraram no Governo do Estado de Mato Grosso. De oficiosa a Voz do Oeste passou a ser oficial. O terceiro item apresenta a transferência da concessão desta emissora para os radialistas mantenedores da mesma desde a fundação. Por fim, há uma mostra dos bastidores de uma disputa por concessão de radiodifusão em Cuiabá.

Espero que a presente dissertação seja apenas uma das várias abordagens sobre o tema e que você tenha uma boa leitura.

CAPÍTULO 1

SEM FRONTEIRAS: A PROPAGAÇÃO DAS ONDAS DE RÁDIO E OUTRAS ALÉM DOS TERRITÓRIOS

1.1 - AS VIAS DE COMUNICAÇÃO CUIABANAS ATÉ A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Em 22 de maio de 1948 pousou no Rio de Janeiro um avião quadri-motor Constelation, da companhia aérea Air France. Um dos passageiros da aeronave era Jamil Botrus Nadaf, então com 22 anos de idade. O jovem sírio havia deixado, no Oriente Médio, a mãe Zarife Zarour, o pai Botrus Nadaf e a terra natal Seidanaia, localizada a 28 quilômetros da comarca de Damasco. Depois de quinze dias na então capital federal do Brasil, Jamil decidiu passear numa região brasileira onde moravam três tios: Moisés Nadaf, Fares Zarour e Azu (Rachic) Zarour. A tia Salma Nadaf Jacob havia falecido em 1939. O sírio ficou sabendo que o seu destino era *um Estado rico...É longe, mas é um Estado rico, culto.* Jamil estava indo para Mato Grosso.

A viagem aérea de Nadaf entre o Rio de Janeiro e a capital mato-grossense Cuiabá durou 12 horas. O avião da empresa Cruzeiro do Sul fez várias escalas. Às cinco horas da manhã, decolou do município do Rio para a cidade de São Paulo. De lá, foi para o município paulista de Presidente Prudente. Em seguida, no antigo território mato-grossense, pousou e decolou em Três Lagoas, Campo Grande, Corumbá e Cáceres até chegar em Cuiabá às 17h. O pouso na capital mato-grossense foi na pista não pavimentada que sintetizava o Aeródromo.[1] Um primo de Jamil o transportou de automóvel até a casa de um dos tios que morava no Porto, então 2° distrito da capital[2] e o único entreposto comercial de Cuiabá. Foi recepcionado à luz de *lampião* e *vela* devido à precária eletricidade gerada pela hidreelétrica Usina Casca I.[3]

Contudo, a hospitalidade cuiabana acolheu Jamil Botrus Nadaf. *Vim para ficar seis meses e já estou há 55 anos.* Em 1950, ele comprou uma loja de tecidos no centro de Cuiabá: a *Casa Londres*, que ficava na Praça da República.[4] Entre 1953 e 1954, o comerciante sírio mudou de ramo. Transformou o estabelecimento numa *perfumaria completa, uma das primeiras do Brasil. A outra era em Belo Horizonte, Casa Lourdes.* Mas quando precisava

1. O aeródromo foi construído em 1939 pela Interventoria Federal de Júlio Müller num terreno doado pela Prefeitura de Cuiabá e com verba federal. A pista substituiu a do Campo Velho de pouso, que havia sido usada no início dos anos de 1930 na região do Pico do Amor. Atualmente, a área do Aeródromo é ocupada pelo Clube Militar, localizado na avenida Miguel Sutil, em Cuiabá.
2. Cuiabá tinha quatro distritos: Centro, Porto, Várzea Grande e Coxipó.
3. A Usina foi construída em 1928 por João Pedro Dias, no Governo de Mário Corre da Costa, no rio da Casca, na região cuiabana que, a partir dos anos de 1950, se tornou o município de Chapada dos Guimarães.
4. Onde hoje se localiza o Palácio do Comércio, em cujo edifício está sediada a Associação Comercial de Cuiabá.

repor o estoque de mercadorias Jamil descobriu que Cuiabá, a capital política mato-grossense, era refém do porto do centro econômico do Estado, a cidade de Corumbá, e da inexistência de estradas que permitissem o intercâmbio comercial de cargas via terrestre entre o pólo cuiabano e outras regiões.

> (...). Nós não tínhamos ligação [terrestre] nenhuma, Cuiabá não tinha ligação nenhuma com centro grande, era só pelo rio Cuiabá. Eu recebi muita mercadoria pelo rio Cuiabá - estabeleci-me como comerciante - era a única ligação que a gente tinha. Não tinha telefone, não tinha meio de comunicação. Só tinha a população trabalhadeira, honesta, hospitaleira e ordeira. Não tinha muita profissão. Tudo mundo falava que "cuiabano era preguiçoso". Não! Não era! Não tinha para quem vender! Se produzir, como que ia vender? Vender para quem? A população quem era: Cuiabá era 35, 40 mil habitantes,... era só para consumo. Agora a partir de [19]51 começamos ter uma ligação pelo Expresso Cuiabano.[5] Foi fundado o Expresso Cuiabano, começamos ter ligação precária com São Paulo, com outros centros e começou ter uma coisa diferente.[6]

A fala do *Sr. Jamil*, hoje com 79 anos de idade, sintetiza um posicionamento que perdurou em Cuiabá nas décadas de 1930 e 1940: o clamor de setores da população cuiabana por *comunicação* entre a capital de Mato Grosso e outras regiões brasileiras. Os discursos reivindicatórios eram feitos nos jornais locais pelo Governo Federal, pelas autoridades estaduais e cronistas cuiabanos. Um clamor que pode causar estranheza ao considerarmos a infra-estrutura que havia nessa época no Estado para transportar mensagens, mercadorias e passageiros. Mas, obviamente, era uma busca por *comunicação* que significava agilidade na transmissão de mensagens e, principalmente, facilidade no *transporte* de mercadorias extraídas de Mato Grosso ou compradas pelo Estado. Comunicação até considerada *inexistente* diante das dificuldades e precariedades.

No Brasil Império, viagens fluviais e marítimas entre Cuiabá e o Rio de Janeiro duravam cerca de um mês. A navegação pelas águas saia dos rios Cuiabá e Paraguai no Estado de Mato Grosso, passava pela cidade paraguaia de Assunção, a argentina Buenos Aires, a uruguaia Montevidéu e retornava ao Brasil pelo estado do Rio Grande do Sul, passando pelas cidades de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, Santos em São Paulo, até aportar no território carioca. Nas décadas de 1930 e 1940, o transporte de passageiros e mercadorias entre Cuiabá e outras regiões do país ainda era difícil. Mesmo com a

5. Transporte terrestre via caminhão entre Cuiabá e São Paulo. O tempo da viagem durava entre 30 e 40 dias. Principalmente no período de chuvas, quando havia muita *lama* e *areão* no trajeto.

6. Depoimento do comerciante Jamil Botrus Nadaf em 09 fev 2004.

diversificação das alternativas de acesso e a conexão entre elas ainda havia predominância da via fluvial. Assim, o rio Cuiabá parecia ser o único meio de acesso à capital do Estado.

> Vinha todo o tipo de mercadoria! Porque naquele tempo ainda era o único meio de transporte que chegava até Cuiabá. Quando alguma pessoa que viajava por Goiás viajava a cavalo. Não tinha meio de transporte para carregar carga. Pelo contrário. Então, por fim, estas cargas todas vinham a Cuiabá por embarcação...[7]

Foi o caso dos materiais de acabamento das 14 *Obras Oficiais* - construídas em Cuiabá pela Interventoria Federal no Governo de Mato Grosso entre 1939 e 1945. A Seção Técnica da Coimbra Bueno, construtora contratada pelo Estado, comprou as mercadorias em São Paulo, despachando-as pela Companhia Paulista de Trens (CPT) até a cidade de Bauru. Lá, a carga foi baldeada para a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Os trens a vapor iam até Porto Esperança, na região sul do antigo Estado de Mato Grosso. A ausência de armazéns nesta região obrigava o desembarque dos produtos na barranca do rio Paraguai. Então, empresas de navegação transportavam os materiais via Corumbá. Os produtos, mesmo numa compra oficial, chegavam em Cuiabá após três meses da compra.[8]

Contudo, a demora do transporte fluvial não impedia que, pelo porto de Corumbá, Mato Grosso exportasse produtos para a Bolívia, o Uruguai, a Alemanha, a Inglaterra e a Tchecoslováquia. Para os respectivos portos estrangeiros de Puerto Soares, Montevidéo, Hamburgo, Londres e Praga, foram vendidos, em janeiro de 1938, principalmente 94.264 *couros vaccuns salgados verdes* e 20.927 *couros vaccuns seccos.* A venda das mercadorias garantiu aos comerciantes uma renda de 330 contos, 967 mil e 500 réis. O que gerou ao Estado uma arrecadação de impostos de 33 contos, 78 mil e 200 réis.[9] Enquanto pelo porto de Manaus, de janeiro a abril daquele ano, a região norte de Mato Grosso exportou 740.240 quilos de seis produtos. Só de borracha foram 714.087 quilos.[10]

Em Mato Grosso, o transporte fluvial de cargas era feito por empresas de navegação como *Scaff Gattaz, Aziz Boabaid* e a *Miguéis & Cia. Ltda.* O itinerário fluvial dos passageiros era parecido com o de cargas. Pelo navio *Fernandes Vieira*, os viajantes eram transportados de Porto Esperança a Corumbá. Nesta cidade pegavam embarcações da

---

7. Depoimento do servidor público aposentado Nelson de Souza Pinheiro em 05 mai 2004. Mato-grossense do município de Santo Antônio de Leverger, ele mudou-se para Cuiabá em meados da década de 1920.
8. SÁ, Cássio Veiga de. *Memórias de um cuiabano honorário (1939-1945).* São Paulo, Editora Resenha Tributária, 1980, p. 63.
9. Mesa de Rendas de Corumbá, 05 de fevereiro de 1938, administração de Gonçalo Martins. *In: Diário Official.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 06 abr 1938, p. 8.
10. *Ib.* 09 abr 1938, p. 3.

Miguéis, como a lancha *Cidade de Corumbá* com motor a diesel. O vapor *Guaporé*, com caldeira à lenha, conduzia até cinqüenta passageiros. Entre os viajantes, havia comerciantes que buscavam novos mercados para seus negócios, filhos e filhas das elites política e econômica cuiabanas que almejavam mais instrução em outras paragens, principalmente na carioca, e autoridades.

> Nesses dias, muitos presidentes do Estado ganhavam o Porto num desses vapores, (...); balões que subiam, acordes das bandas de músicas da então Força Pública e do 16° B.C., com a praia embandeirolada e gente, muita gente nela, no cais, nas janelas das casas e nas barrancas. O barco apitando, lenços acenando, chalanas cheias de autoridades, de pessoas para a recepção da ilustre personalidade, tudo com vivas e fogos e muita alegria, num momento de festa de gente feliz.[11]

Mas nem todos os cuiabanos tinham a felicidade de participar desta festa. No final dos anos de 1930, uma passagem de lancha entre Corumbá e Cuiabá, com direito à alimentação, custava 120 mil réis (120$000). O que impedia o uso deste transporte fluvial por parte de um servente ou porteiro da Secretaria Geral do Estado, que recebiam como salário mensal, respectivamente, 200 mil réis (200$000) e 280 mil réis (280$000).[12] Ainda mais se considerarmos gêneros de primeira necessidade da época. Os 120 mil réis cobrados por uma viagem pelo rio permitiam a compra de grandes quantidades de alguns produtos.

Com 120 mil réis, era possível comprar em torno de 84 quilos de açúcar *de primeira qualidade*. Cada saca de duas arrobas era vendida por 42 mil réis (42$000) pela empresa *Orlando & Companhia Ltda*, localizada à rua Dr. Galdino Pimentel, n° 36, centro, 1° Distrito da capital de Mato Grosso. Os mesmos 120 mil réis permitiam a aquisição de 54,5 litros de querosene (2$200/l) ou 48 quilos de carne de porco (2$500).[13] Ou ainda a compra, em 1938, de dez metros de *brim de linho* na loja *Irmãos Miraglia*, na rua 13 de Junho, n° 104, no centro de Cuiabá.[14]

Contudo, a viagem fluvial impossibilitada pelo valor salarial daqueles servidores não era empecilho para o Governo de Mato Grosso. O equivalente a mais de mil passagens fluviais entre Cuiabá e Corumbá foi pago pelo Governo do Estado no ano de 1937 a *Miguéis & Cia Ltda*. A empresa, contratada por concorrência pública, recebeu 140 mil

---

11. MONTEIRO, Ubaldo. "O Porto das lanchas e a rua Grande na década de trinta". *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.* Tomo CXVIII, Ano LIV. Cuiabá: 1982, p. 36.
12. *Diário Official*. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 03 dez 1939. pp. 10 e 14.
13. Conforme preços máximos fixados pela tabela do decreto-lei n° 869, baixado em 18 de novembro de 1939, pelo prefeito de Cuiabá, Isác Povoas. *Ib.*, 05 dez 1939. p. 8.
14. "Anúncios publicitários". *Ib.*, 14 abr 1938. p. 8.

contos de réis (140:000$000) pelo serviço de limpeza do leito do porto do rio Cuiabá a foz no rio Paraguai. Houve a *remoção de tocos, galhos, arvores cahidas e tudo mais que for necessário para a livre navegação,*[15] entre maio e novembro, quando o Cuiabá atingia *o seu máximo de seca com menos de dois pés de água.*[16]

A frota da *Miguéis* era composta por 19 embarcações. Eram os vapores *Fernandes Vieira* e *Guaporé,* os navios-motores *Argos* e *Lageado*, as lanchas *Aurora*, *Liguria* e *Rio Taquari*; e as chatas *Acurisal*, *Aquidaban*, *Barranco*, *Ceará*, *Charles*, *Correntes*, *Corumbá*, *Descalvados*, *Luzitania*, *Mondego*, *Santos Dumont* e *Tucum.*[17] Já a *Empresa Boabaid de Navegação* tinha o vapor *Eolo*[18], por exemplo. Mesmo com este intenso fluxo de transporte fluvial o rio Cuiabá também servia para pousos e decolagens de hidro-aviões.

A partir de 1930, hidro-aviões Dornier Wall 34, identificados com os nomes de *Tacutu*, *Blumenau* e *Tibaji*, passaram a fazer a linha comercial entre Cuiabá e Corumbá. Eram aeronaves com um motor de 660 HP. Tinham capacidade para um piloto, um radio-telegrafista, e quatro passageiros. A exploração do serviço aéreo era da empresa *Sindicato Condor Ltda,* que abriu um escritório na capital de Mato Grosso. *A 27 de setembro de 1930 eram inaugurados os vôos Cuiabá-Corumbá, com hidro-aviões, numa rota sobre o Pantanal, de 435 Kms., e escala técnica para reabastecimento em Porto Jofre, uma fazenda à beira do rio Cuiabá, a meio caminho entre aquelas duas cidades, onde chegavam, por via fluvial, latas de 18 litros de gasolina de aviação.*[19]

Os passageiros tinham de pernoitar em Corumbá, de onde seguiam em outro avião, com pouso e decolagem terrestre, para Campo Grande (a partir de 1° de janeiro de 1932) ou São Paulo (08 de setembro de 1933).[20] Em 1938, as decolagens de Corumbá para o Rio de Janeiro eram realizadas às 6:00 horas. A viagem durava 11 horas e custava um conto e duzentos réis. A aeronave Junker JU 52 tinha três motores de 600 HP cada e velocidade de 200 Km/h. Apelidado de *Jacy,* o avião não recolhia o trem de pouso. Dos 18 lugares da

15. *Gazeta Official.* Cuiabá: Typographia Official de Mato Grosso, 21 nov 1937, p. 7.
16. "A navegação em Mato Grosso". *In: Tribuna de Corumbá apud Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 23 jun 1939, p. 3.
17. *Ib.*
18. *Gazeta Official. Op. cit.,* p. 6.
19. PÓVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso: da proclamação da República aos dias atuais, volume 2.* Cuiabá: L. C. Povoas, 1996, p. 341.
20. *Id.,* p. 342.

aeronave, quatro eram para a tripulação. Era um piloto, um co-piloto, um radiotelegrafista e um comissário.[21]

A partir de dezembro de 1939, com a construção do Aeródromo de Cuiabá, os hidro-aviões monomotores passaram a ser substituídos por aeronaves trimotores com pouso e decolagem terrestre.[22] O que possibilitou a ampliação da linha aérea comercial de Cuiabá até o Rio de Janeiro. A primeira viagem de avião entre duas capitais *ocorreu no dia 14 de outubro de 1940, quando aterrissou no campo de aviação de Cuiabá, às 17:15 horas, o trimotor "Maipu", da Condor.*[23] Em 6 de agosto de 1941, o avião que levou Getúlio Vargas de Campo Grande a Cuiabá gastou *duas horas de viagem*.[24] Assim, o transporte aéreo entre as duas cidades era cerca de cento e vinte vezes mais rápido que o terrestre. Mas as aeronaves só passaram a transportar grandes cargas em Mato Grosso na década de 1950.

Já o transporte rodoviário entre as regiões sul e norte de Mato Grosso começou a ser explorado em meados de 1936. A *Empresa Auto-Transporte Sacadura,* de Albino Augusto Pereira, concessionária do Governo do Estado, transportava passageiros e pequenos volumes num micro-ônibus, identificado por *jardineira.* A passagem custava duzentos mil réis (200$000). Os viajantes também tinham como opção agendar viagens na cuiabana Pensão Pécora. *Preços módicos* eram cobrados por eventuais transportadores, como *Avenil de Souza, proprietário de um carro fechado Chevrolet Sedan.* No final de 1941 o transporte rodoviário de passageiros também era feito por *um possante Ford da Norte Sul Ltda. que, não com poucos sacrifícios faz a ligação Campo Grande-Cuiabá e vice versa.*[25]

O trajeto de 900 quilômetros prosseguia pelo hoje município de Chapada dos Guimarães. *Os pontos mais difíceis de passar eram a "Mata Fria" e o "Portão do Inferno" além de três balsas, uma em Coxim, outra no S. Lourenço e a terceira em Rondonópolis* lembrou na década de 1980 o engenheiro civil Cássio Veiga de Sá.[26] Em janeiro de 1939, o

21. SÁ, Cássio Veiga de. *Op. cit.,* p. 32.

22. As aeronaves com trem de pouso terrestre começaram as cruzar os céus cuiabanos no final dos anos de 1920. A primeira que chegou em Cuiabá foi um avião bi-plano AVRO-AVIAN CIRRUS III, pilotado pelos paulistas Vasco Cinquini e Antônio Reynaldo Gonçalves. A decolagem ocorreu na cidade de Santos (SP). Percorreu a rota Três Lagoas, Campo Grande e Porto Suarez. Chegou em Cuiabá às 17h de 28 de março de 1929, pousando na primeira área de aviação da cidade, hoje denominada Campo Velho.

23. JUCÁ, Pedro Rocha. *Júlio Müller, um grande estadista.* Cuiabá: Memórias Cuiabanas, 1998, p. 181.

24. Anotação de 06 de agosto de 1941 *In:* VARGAS, Getúlio. *Diário.* Vol. II. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995, p. 413.

25. DUARTE, Francisco Lobo. "Impressões de Viagem". *In:* revista *A Violeta.* Cuiabá: Grêmio Literário Júlia Lopes, 25 dez 1941, ano XXIV, n°s 282 e 283, pp. 24-6. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT).

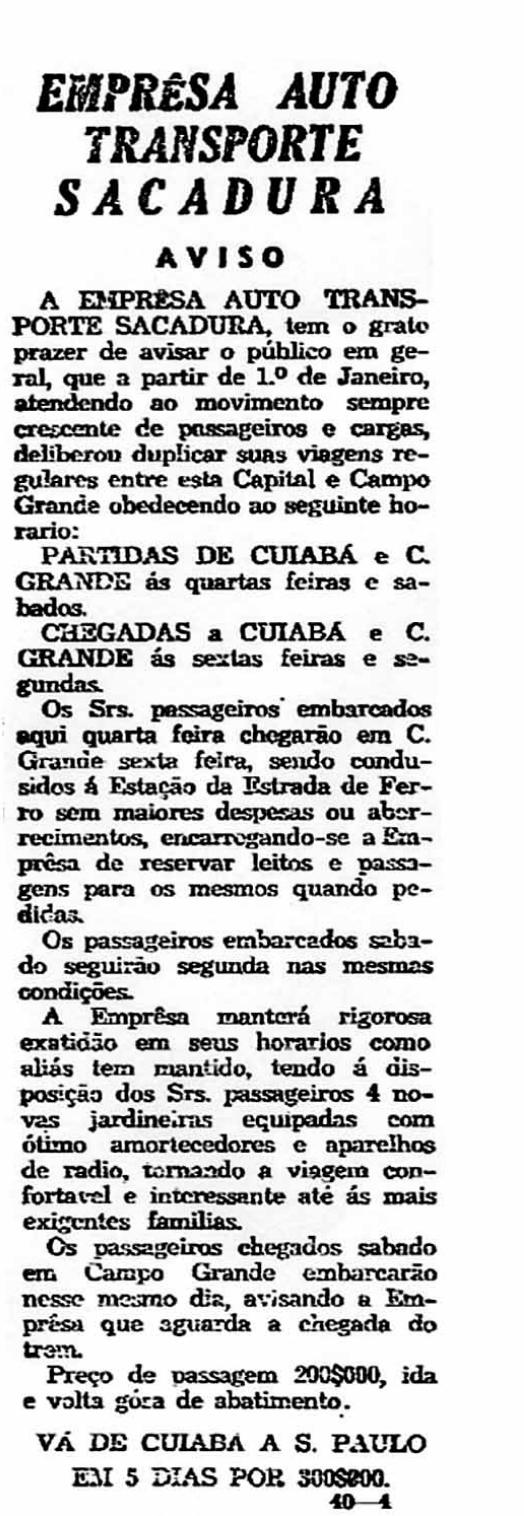
26. O engenheiro civil Cássio Veiga de São foi designado pela construtora Cunha Bueno para comandar as Obras Oficiais em Cuiabá, realizadas entre 1939 e 1945.

cronista Samuel Pires de Oliveira disse que a rodovia estava *no mais completo abandono, porque a "Empresa Saccádura" [sic], concessionária da conservação, descura dos seus deveres e só cuida de locupletar-se com a subvenção*,[27] diferente da conservação feita na estrada entre Cuiabá e Rosário Oeste. Albino A. Pereira recebia cinco contos mensais (5:000$000) para cuidar do trajeto até Campo Grande.[28]

> (...) a jardineira saía de Campo Grande, mas principalmente na época da chuva, não se sabia quando se chegaria a Cuiabá, podendo uma viagem muito boa se feita no rigor da seca em três dias, mas, acontecendo algumas vezes estender-se por oito ou dez dias; e não havia no caminho lugares certos para pernoite ou refeições. Os passageiros muitas vezes pernoitavam na jardineira e valiam-se da tradicional "Matula". Era uma viagem sofrida, porém a maior parte dos passageiros que aceitava essa viagem levava a coisa esportivamente e chegavam felizes por terem economizado tempo na alternativa da lancha. (...)[29]

Para o cronista Samuel Pires de Oliveira *nas jardineiras dessa Empreza, absolutamente não podem viajar famílias que se prezem, porque terão de pernoitar, como tem acontecido, bastas vezes, em promiscuidade com pessoas extranhas, dentro da própria jardineira, ou sujeitar-se a dormir em taperas na margem da estrada, devido à desídia dessa Empresa, que não providenciou pontos para almoço nem jantar.*[30] Em contrapartida, a Sacadura passou a reservar leitos em Campo Grande. E ampliou para duas as viagens diárias com quatro *novas jardineiras equipadas com ótimo [sic] amortecedores e aparelhos de rádio, tornando a viagem confortável e interessante até para as mais exigentes famílias.*[31]

27. OLIVEIRA, Samuel Pires. "Rumo ao Oeste". *In:* jornal *A Voz do Norte.* Cuiabá: s.ed., 14 jan 1939, ano I, n 22, p. 1. Acervo de Aecim Tocantins.
28. *Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 21 jul 1939, p. 1.
29. SÁ, Cássio Veiga de. *Op. cit*, p. 65.
30. OLIVEIRA, Samuel Pires. *Op. cit.*, p. 1.
31. "Aviso da Empresa Auto Transporte Sacadura". *In: Diário Official.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso , 22 nov 1938, p. 8.



EMPRÊSA AUTO TRANSPORTE SACADURA

AVISO

A EMPRÊSA AUTO TRANSPORTE SACADURA, tem o grato prazer de avisar o público em geral, que a partir de 1.º de Janeiro, atendendo ao movimento sempre crescente de passageiros e cargas, deliberou duplicar suas viagens regulares entre esta Capital e Campo Grande obedecendo ao seguinte horario:

PARTIDAS DE CUIABÁ e C. GRANDE ás quartas feiras e sabados.

CHEGADAS a CUIABÁ e C. GRANDE ás sextas feiras e segundas.

Os Srs. passageiros embarcados aqui quarta feira chegarão em C. Grande sexta feira, sendo conduzidos á Estação da Estrada de Ferro sem maiores despesas ou aborrecimentos, encarregando-se a Emprêsa de reservar leitos e passagens para os mesmos quando pedidas.

Os passageiros embarcados sabado seguirão segunda nas mesmas condições.

A Emprêsa manterá rigorosa exatidão em seus horarios como aliás tem mantido, tendo á disposição dos Srs. passageiros 4 novas jardineiras equipadas com ótimo amortecedores e aparelhos de radio, tornando a viagem confortavel e interessante até ás mais exigentes familias.

Os passageiros chegados sabado em Campo Grande embarcarão nesse mesmo dia, avisando a Emprêsa que aguarda a chegada do trem.

Preço de passagem 200$000, ida e volta góra de abatimento.

VÁ DE CUIABÁ A S. PAULO EM 5 DIAS POR 300$000.

40—4

Diário Official do Estado de Mato Grosso, 22 nov 1938, p. 8.

Paralelamente às providências nas jardineiras da Sacadura, o tempo da viagem rodoviária entre Cuiabá em Campo Grande foi reduzido de até dez para dois dias. Uma melhoria obtida em parte pelas obras executadas na estrada pelo Governo de Mato Grosso. Em 1938 militares da Força Pública do Estado construíram uma estrada *variante no trecho*

Cuiabá-Cabeceira do Amaral; que encurtou aquele longo trajeto de cerca de oitenta quilômetros.[32] Num momento em que os campo-grandenses questionavam a hegemonia cuiabana como capital estadual e o Estado Novo queria *integrar* o país, a Interventoria mato-grossense buscava a realização de obras *para o desenvolvimento das relações econômicas e comerciais entre o sul e o norte do Estado*.[33] Em 1941, o percurso entre Rondonópolis a Cuiabá durava *apenas 8 horas de viagem*.[34]

Em setembro de 1938, uma viagem feita pela jardineira da Sacadura entre Campo Grande e Cuiabá durou dois dias e 18 horas. Este tempo foi contabilizado por um dos passageiros: o vice-cônsul dos Estados Unidos no Estado de São Paulo, John Hubner II. *De Campo Grande até Cuiabá efetuei a viagem numa pitoresca "jardineira", que fez o percurso todo em 66 horas. Uma travessia dura, mas interessantíssima. Um verdadeiro raide [sic], com todas as emoções deliciosas das excursões através do "hinterland"*.[35]

O diplomata norte-americano foi um dos 99 passageiros estrangeiros que adentraram Mato Grosso em 1938, além dele ter sido ainda neste ano um dos 301 visitantes que usaram a estrada de rodagem no território mato-grossense. Entre 1936 e 1938 (veja tabela a seguir), migraram para Mato Grosso 3.436 pessoas. Destas, 2.735 eram brasileiras. A maioria, 2.305, optou pelo transporte fluvial. Em contrapartida, nesse mesmo período, deixaram o Estado 4.671 habitantes. A maior parte deles, 4.115, era do Brasil. Estes emigrantes predominantemente preferiram o transporte pelos rios: 3.589. O intenso fluxo de passageiros entre Cuiabá e outras regiões do país e do mundo pode ter motivado até a criação de seções de *Viajantes* em publicações regionais, como a revista *A Violeta* e o *Diário Oficial* do Governo do Estado de Mato Grosso.

A tabela de migração elaborada pela Interventoria Federal mostra que, mesmo com as limitações da vias mato-grossenses de transporte fluvial, aérea e terrestre, havia um grande fluxo de passageiros, entrando e saindo do Estado. A preferência dos viajantes pelo transporte fluvial foi justificada pelo governo estadual. As viagens pelos rios Cuiabá e Paraguai eram mais demoradas. No entanto, menos onerosas aos passageiros e donos de

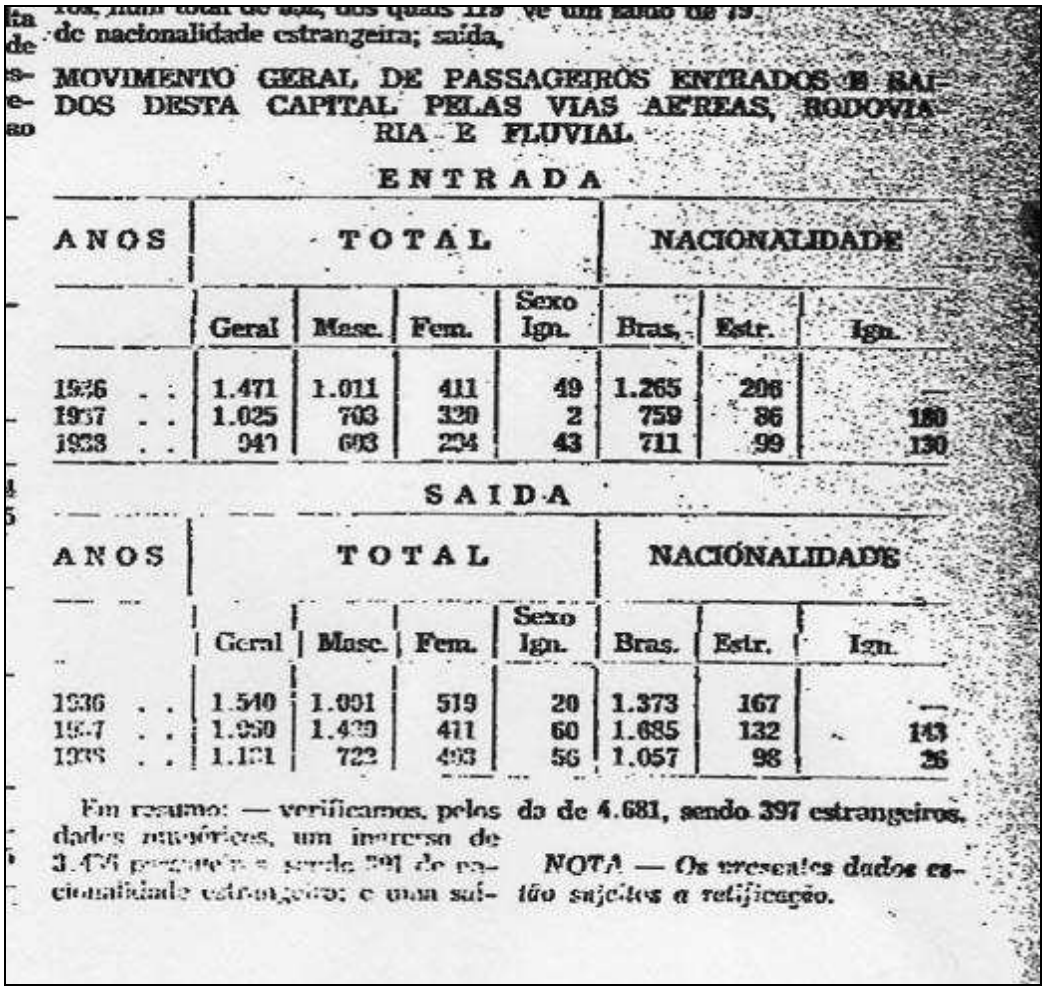
32. "A capital cada vez mais próxima do sul do Estado". *In: Diário Official.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 28 nov 1938, p. 4.

33. *Ib.*

34. DUARTE, Francisco Lobo. *Op. cit.*, pp. 24-6. Acervo IHGMT.

35. *Diário Official.* Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 11 out 1938. pp. 10 e 14.

cargas. Nesta época o território mato-grossense tinha área de 1.477.000 quilômetros quadrados[36], abrangendo os atuais Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e Rondônia.



de nacionalidade estrangeira; saída,

MOVIMENTO GERAL DE PASSAGEIROS ENTRADOS E SAÍDOS DESTA CAPITAL PELAS VIAS AÉREAS, RODOVIÁRIA E FLUVIAL

ENTRADA

ANOS	TOTAL				NACIONALIDADE		
	Geral	Masc.	Fem.	Sexo Ign.	Bras.	Estr.	Ign.
1936 . .	1.471	1.011	411	49	1.265	206	—
1937 . .	1.025	703	320	2	759	86	180
1938 . .	941	693	204	43	711	99	130

SAIDA

ANOS	TOTAL				NACIONALIDADE		
	Geral	Masc.	Fem.	Sexo Ign.	Bras.	Estr.	Ign.
1936 . .	1.510	1.091	519	20	1.373	167	—
1937 . .	1.950	1.439	411	60	1.685	132	143
1938 . .	1.131	722	493	56	1.057	98	26

Em resumo: — verificamos, pelos dados supra, um movimento de 4.681, sendo 397 estrangeiros.

NOTA — Os presentes dados estão sujeitos a retificação.

Tabela de migração em Cuiabá. Diário Oficial de Mato Grosso, 09 out 1938, p. 5.

A Interventoria Federal defendia a melhoria dos transportes para facilitar o trânsito de pessoas que quisessem entrar ou sair de Mato Grosso. Contudo, para as autoridades estaduais não bastava uma infra-estrutura que permitisse o vai-e-vem de milhares de viajantes. A prioridade era a existência de um sistema de transporte de mercadorias, que permitisse uma intensa atividade comercial, com investimentos em Mato Grosso e o escoamento da produção obtida a partir da exploração das riquezas naturais, como a extração mineral. Assim, na visão governamental, haveria o desenvolvimento econômico mato-grossense, como também a integração do Estado ao Brasil. Era a justificativa da interventoria para apoiar e defender o programa estado-novista *Marcha para Oeste*, de colonização e povoamento visando a unidade nacional.

36. JUCÁ, Pedro Rocha. *Op. cit.*, p. 124.

> Em Mato Grosso o transporte por água, apezar de ser menos rápido, é o preferido, por oferecer maior capacidade e menos custo que o rodoviário que acarreta dificuldades e despesas iniciais de grande vulto quase insuperáveis diante da extensão geográfica do Estado.
>
> As conseqüências econômicas decorrentes dos transportes permitem maior estreitamento do nosso intercâmbio comercial, facilitando a circulação das riquezas, não só destinada ao consumo, como também à nova produção, animando a aplicação dos capitais e, finalmente, facilita o tráfego de pessoal, permitindo-lhe alcançar novas regiões onde possa obter trabalho e salários compensadores.
>
> Aqui, em Mato Grosso, ainda não está resolvido o problema dos transportes, que é, presentemente, tarefa de alta relevância e de indiscutível urgência, pois, sem um plano de conquista das distâncias, vencendo-as, encurtando-as, não é possível obter o desejável desenvolvimento da economia matogrossense.
>
> Mato Grosso, Estado de grande extensão territorial, com variados recursos naturais inexplorados, não pode continuar desconhecido e nem ser retardado o seu progresso econômico e cultural pela falta de um sistema de comunicação econômica e racional.
>
> Através dos nossos sertões vastíssimos, luta o homem com grandes dificuldades, trabalhando nesse grande isolamento, sem mestre, com falta de capital e braços sem conhecimentos técnicos que orientem prática e racionalmente todos os seus esforços - tudo isso, devido à falta de ligação aos principais centros do Estado.
>
> As dificuldades de comunicação fizeram com que grande parte do leste e sudeste matogrossense abandonasse as nossas praças comerciais, dando preferência às praças mineiras e paulistas, por oferecerem maior rapidez de acesso e menor custo de transporte e frete.
>
> Uma rede de transporte bem distribuída, ligando diversos pontos, é de importância capital, pois inflúe de uma maneira decisiva sobre a vida econômica do Estado distinguindo-o pelo elevado nível da sua produtividade, resultante de seu povoamento e de maior intensidade das trocas que se processam entre as nossas cidades e as de outros Estados.[37]

Antes de ir ao ponto deste texto que interessa ao presente estudo, permito-me abrir parênteses para breves indagações sobre, a meu ver, incoerências entre discursos oficiais e práticas governamentais da época.

Se Mato Grosso tinha riquezas inexploradas, por que haveria necessidade dos mato-grossenses buscarem *trabalho e salários compensadores* em novas regiões? Por que trazer *braços* para trabalharem num Estado onde havia muitos mendigos perambulando, a ponto do *Serviço de Repressão e Fiscalização à Mendicância e Menores Abandonadas da Delegacia de Polícia de Cuiabá* ter de definir as *terças-feiras* e *sábados* como os únicos dias para o restante da população doar *esmolas* na capital?[38]

---

37. ARRUDA, Irene. "O movimento migratório de Cuiabá e os meios de transporte". *In: Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 09 out 1938, p. 5.

38. *Diário Oficial.* Cuiabá, Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 22 jul 1939, p. 4.

Voltando ao texto da estatística-assistente Irene Arruda, considero um dos trechos mais expressivos para o presente estudo o que cita *grande isolamento* e *a falta de ligação aos principais centros do Estado.* Há uma identificação com o relato de Jamil Nadaf no início da presente dissertação: *Nós não tínhamos ligação nenhuma, Cuiabá não tinha ligação nenhuma com centro grande.* Obviamente que Irene e Jamil se referiram implicitamente à falta de ágeis e eficazes *meios de transporte* em virtude de Mato Grosso tê-los restritamente. O que não se caracterizava como um problema exclusivo do Estado. A própria ditadura do Estado Novo admitia que a falta de transporte, principalmente o rodoviário, era um problema no Brasil inteiro a ser resolvido pelo Governo Federal. Bastava o país esperar...

> **O Brasil precisa de estradas**
>
> Ninguém de certo, ignora que o problema máximo do Brasil é a construcção de rodovias. Estradas de rodagens, muitas estradas de rodagens e de ferro é o que o paiz reclama como condição elementar para o seu engrandecimento. Somos um paiz imenso. Nossas terras são férteis e os braços do caboclo brasileiro são rijos. E a producção e o trabalho existem em todos os recantos de nossa terra. Assim, só e só o que falta para possamos solidificar a nossa situação econômica e financeira é vias de communicação. Vias de communicação para que, rápida e facilmente, possa ser transportado de um lugar para outro o que a terra fértil produziu e o braço forte do homem colheu. Estamos em pleno Estado Novo. Na pasta da Viação se encontra um homem que tem se revelado um patriota com ânsia de construir. Esperemos, pois. E que dentro de um espaço de tempo curto, muitas estradas de rodagens e de ferro sejam inauguradas, afim de que os veículos invadam os seculares sertões brasileiros - de lá nos tragam o colosso de producção que nós mesmos não avaliamos.
>
> (Communicado da Agência Carioca)[39]

Este discurso oficial estado-novista baseia-se na economia extrativista. Os *veículos* das *vias de comunicação* - trens e caminhões - deveriam escoar o que fosse extraído nos *seculares sertões brasileiros*, nas *terras férteis* e no trabalho do *caboclo brasileiro*, tirando-lhes o máximo, *o colosso de produção que nós mesmos não avaliamos.* É uma visão de fartura, que poderia aumentar caso o Brasil tivesse meios de transporte: *ferrovias* e, principalmente, *estradas*. No prisma do Estado Novo, somente essas *vias de comunicação* permitiriam ao país ter uma *situação econômica e financeira* sólida. Então, diante das possibilidades de *engrandecimento*, da reclamação do país por estradas de rodagem e de ferro e por estar no *Estado Novo*, por que não havia meios de transporte? Porque, num regime ditatorial e centralizador, era necessário *esperar* a ação do ministro da Viação e Obras Públicas, João de Mendonça Lima.

---

39. *Ib.*, seção "Várias Notícias", 12 abr 1938, p. 4.

O fim da inércia governamental até poderia acabar com o propalado *grande isolamento* de Mato Grosso. Mas não evitaria que a força destas palavras transpusesse a fronteira semântica da infra-estrutura, contribuindo para uma equivocada construção no imaginário social cuiabano de ausência total de comunicação, inclusive a de transmissão de mensagens através de tecnologias, como a radiotelegrafia, o radioamadorismo e radiodifusão. Imagem de *isolamento* que era reforçada com o sentimento de um *Mato Grosso abandonado* que a Interventoria Federal tentou transmitir aos mato-grossenses em 17 de abril de 1938, às vésperas do retorno do interventor Julio Müller a Cuiabá após quatro meses de estada do governante na capital federal, em busca de verbas para obras mato-grossenses.

> Porque Matto Grosso esteve, até hoje, à margem. Como um filho engeitado. Como um espúrio rebento, de quem não quer a família saber. Foi preciso a destruição, com o advento do Estado Novo, de todo um systema em que o Brasil vinha se emmaranhando há quarenta e tantos annos, como um gigante acorrentado, para que Matto Grosso lhe visse surgir possibilidades de ser tratado como um *Estado*, com iguaes direitos aos demais da Federação. Foi preciso que da conspiração de felizes circunstancias surgissem Getúlio Vargas, Julio Müller e o Estado Novo para que nova era, de inéditas realizações, sob um rythmo inteiramente novo, também surgisse para Matto Grosso.[40]

Em nível nacional, a ditadura getulista havia elencado os comunistas, via propaganda política, como os principais inimigos da Nação. Em menor grau, os maus políticos da República Velha. Em Mato Grosso a propaganda anti-comunista foi reproduzida em impressos, como o jornal Diário Oficial. Mas o alvo das críticas da Interventoria era o ambiente político anterior à ascensão de Júlio Müller ao Governo do Estado, em 06 de outubro de 1937. Mais precisamente, o segundo governo de Mário Corrêa da Costa, opositor político dos Müller que foi afastado do cargo sob suspeita de ter sido o mandante do atentado contra os senadores João Vilas-boas e Vespasiano Martins em dezembro de 1936.

> Nenhum sistema político é mudo [...]. Um poder que não fala pelo *décor*, pela *mise-em-scène*, pelas medalhas etc. perderia a adesão do grupo. A função simbólica reveste-se de uma importância particular nas ditaduras. Considerando que, na tirania moderna, o poder é forçado a flertar com as massas, não é surpreendente que a persuasão venha em reforço da sujeição.[41]

---

40. *Ib.*, 17 abr 1938, p. 1.

41. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo.* Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Textos do tempo), p. 47. *Cf.* PÉLASSY, Dominique. *Le signe nazi.* Paris, Fayard, 1983, p. 8.

Na busca de um rompimento com um passado político recente, a propaganda da Interventoria Federal mato-grossense caracterizou a figura de Julio Müller como um *pai* de Mato Grosso, Estado que estava como um marginal, uma criança abandonada e rejeitada pelos próprios familiares. E foi preciso este *novo regime* mudar a situação que prendia o enorme Brasil, desde o final do século XIX - quando da elaboração, sob princípios liberais, da Constituição Federal de 1891 e o início do período comumente denominado *República Velha* - para que o território mato-grossense saísse da situação de marginalidade, *abandono* e *rejeição* e passasse a ser tratado como um *Estado* como os demais da República Federativa do Brasil.

Na visão da Interventoria, Mato Grosso passou a ter seus direitos reconhecidos mesmo com as mudanças constitucionais que centralizaram os principais poderes políticos e institucionais do país nas mãos presidenciais, mesmo com o fechamento da Assembléia Legislativa e das câmaras de vereadores mato-grossenses e a cassação do mandato de todos os seus parlamentares, inclusive os senadores e os deputados federais. Como se o funcionamento destes poderes que foram fechados e a atuação dos políticos cassados atrapalhassem Mato Grosso ou nada beneficiassem o Estado.

O discurso oficial da Interventoria na recepção de Júlio Müller também frisa que no âmbito interno mato-grossense houve mudanças com *inéditas realizações.* Entre estas, estavam as obras públicas, como a construção de estradas internas em Mato Grosso, e os investimentos liberados pelo Governo Federal no Orçamento da União após os quatro meses - de janeiro a abril de 1938 - em que Júlio Müller percorreu os ministérios estado-novistas no Rio de Janeiro.

Segundo a propaganda da Interventoria, esta *nova era* no estado mato-grossense foi possível por causa de um triplo surgimento numa *conspiração de felizes circunstâncias.* Além de *Getúlio Vargas*, além do *Estado Novo*, também surgiu *Julio Müller*. Algum crítico ou opositor ao regime poderia dizer: “Getúlio estava no poder desde 1930! O cuiabano Filinto Müller, irmão de Julio, na Chefatura de Polícia do Distrito Federal, desde 1933. O outro cuiabano, o general Eurico Gaspar Dutra, desde 1932. Por que estes não fizeram por Mato Grosso?”. Baseando-se no texto de recepção do interventor Júlio Müller um estado-novista poderia responder: “Porque não havia Estado Novo”. O que não significa que não existia, por exemplo, meios para a transmissão de mensagens entre Cuiabá e outras regiões do Brasil e do mundo. Havia a comunicação de informações com algumas dificuldades, mas havia.

Até o final do século XIX, a comunicação entre Cuiabá e outras regiões, dependia literalmente do transporte físico da mensagem. No caso, do meio fluvial. Com já vimos, navegação entre a capital de Mato Grosso e o Rio de Janeiro, nessa época, durava cerca de um mês. Basta lembrar de que, por causa desta dependência fluvial, a notícia da Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, só chegou em Cuiabá em 09 de dezembro deste ano, na embarcação paquete[42] *Coxipó.*[43] Conseqüentemente, sem embarcação ou com o rio intrafegável não haveria contato. Logo, bons e ágeis meios de transporte eram garantias de uma eficaz comunicação.

Ainda no final da segunda metade do século XIX, as mensagens que chegavam e partiam do território cuiabano mantiveram esta característica de serem transportadas por um meio físico, mas com dois novos diferenciais. Por um lado, a comunicação passou a ser mais muito rápida, diária e imediata, com outras regiões do país. Por outro lado, mudou-se o suporte do processo comunicacional com instrumentos autônomos. Ao uso das águas para navegação, foi incorporada a dependência terrestre, onde torres e estações telegráficas, com os fios, eram instaladas.

Em 30 de abril de 1891 foi inaugurada em Cuiabá uma Estação Telegráfica com transmissão de sons e sinais, codificados em Morse, através de fios.[44] Da capital de Mato Grosso, os sinais telegráficos iam até à pioneira unidade no município de Registro do Araguaia (hoje Araguaiana), na divisa com o Estado de Goiás. Esta estação entrou em operação em 1881. Do Araguaia, a ligação telegráfica seguia até a cidade paulista de Franca.

Entre o final do século XIX e início do século XX surgiram as estações telegráficas do São Lourenço (1896), Aquidauana (1°/08/1903), Corumbá (1°/01/1904) e Forte de Coimbra (1°/01/1905). Assim, a comunicação telegráfica no território mato-grossense foi levada até à fronteira com a Bolívia. Já na divisa com o Paraguai, o telégrafo foi instalado em 1905 com três estações: Fazenda Margarida (13/05), Porto Murtinho (24/05) e Bela Vista (30/06). Entre setembro de 1905 e agosto de 1906 foram construídas mais três estações telegráficas com fio: Livramento, Poconé e Cáceres, todas partindo de Cuiabá. Até

---

42. Paquete é uma forma reduzida da palavra inglesa *packet-boat.* Entre os significados no Brasil, estão: *embarcação ligeira, para transmissão de ordens e correspondência*, como também *navio veloz e luxuoso, ordinariamente a vapor, para transporte rápido e regular de passageiros entre certos portos.* FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p 1492.

43. PÓVOAS, Lenine C. *Op. cit.*, 1996, p. 85.

44. *Telegrafia* é o *processo de transmissão de mensagens à distância, por meio de um código de sinais e através de fios.* Já a *telegrafia sem fio* é a *radiotelegrafia*. Ou seja: comunicação de sinais telegráficos transmitidos, ao invés de fios, por ondas eletromagnéticas *hertzianas de rádio.* FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Op. cit.*, p. 1937.

1906 haviam sido instaladas em Mato Grosso 16 estações telegráficas, interligadas por 1.667 Km de fios.

A partir de 1907 foram esticadas as Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Esta compreendia duas linhas-tronco. No ramal entre Cáceres e Mato Grosso (Vila Bela), foi concluída em 12 de outubro a estação de Porto Esperidião. Em 24 de outubro, as estações de Pontes e Lacerda e Mato Grosso.

A outra linha-tronco ligava duas regiões mato-grossenses: Cuiabá e Santo Antônio do Madeira, atual cidade de Porto Velho, no hoje Estado de Rondônia. A Estação Telegráfica de Diamantino foi inaugurada em 24 de fevereiro de 1908. A intermediária de Brotas (hoje município de Acorizal), em 15 de agosto do mesmo ano. Já o telégrafo através de fios chegou no Madeira em 1° de janeiro de 1915. Este ramal foi concluído com 1.947 Km e 32 estações telegráficas.[45]

A expansão da comunicação telegráfica em terras mato-grossenses resultou da determinação dos primeiros governos republicanos. Também, do empenho e da saúde de militares desbravadores que compuseram as comissões instaladoras dos equipamentos telegráficos sob o comando tenente-coronel Gomes Carneiro (entre 1890 e 1891), major Bento Ribeiro Carneiro Monteiro (de 1894 a 1896) e coronel Cândido Mariano da Silva Rondon (entre 1900 e 1915). A telegrafia em Mato Grosso ainda dependeu do trabalho e da vida de ex-presos políticos e de populações indígenas, arregimentadas para a construção e conservação das linhas. Um esforço hercúleo, para manter em funcionamento uma tecnologia que caiu em desuso na década de 1930, quando do início da radiotelegrafia em Mato Grosso.

> As linhas telegráficas, em menos de duas décadas, entraram em rápida decadência, suplantadas pela rádio-telegrafia. Muitos índios que a elas se dedicaram perderam suas terras, seja porque foram invadidas, seja porque, na condição de trabalhadores não lhe restou outra alternativa do que migração para as cidades, havendo, ainda hoje, famílias sobreviventes. Em território dos Parecis, até mesmo as sedes das estações telegráficas encontraram-se invadidas, como é o caso de "Ponte de Pedra", nas margens do Rio Sucuruína, lugar místico de origem desses índios, e "Parecis" ao Norte de Diamantino. (...)[46]

O fim da telegrafia através do fio e os prejuízos de sua extinção podem ser ícones da questionável tentativa positivista do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) de tentar *civilizar* populações indígenas pelo trabalho, muitas vezes forçado.

---

45. PÓVOAS, Lenine C. *Op. cit.*, pp. 183-191.

46. Documento da Operação Amazônia Nativa (OPAN)/Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (1987:20-1) *apud* CAVALCANTE, Else Dias de Araújo e COSTA, Maurim Rodrigues. *Mato Grosso e sua historia*. Cuiabá: Edição dos autores, 1999, p. 109.

Mas há de se considerar também que a adoção da radiotelegrafia em Mato Grosso é uma mudança paradigmática, pois marca uma evolução tecnológica. É a substituição da matriz comunicacional *física* da *água,* por onde navegações levavam mensagens escritas, e da *terra,* para fixação de estações e torres de telégrafo com fio, pela matriz comunicacional do *ar,* onde se propagam as ondas de rádio eletromagnéticas. Um novo paradigma que permitiu em Cuiabá, como em outras regiões do mundo, a realização de experiências e o desenvolvimento da radiotelegrafia, do radioamadorismo, da radiodifusão e da radiotelefonia.

Na capital de Mato Grosso, as ondas de rádio - como matriz comunicacional para a captação e transmissão de sinais telegráficos e sons entre Cuiabá e outras regiões do Brasil e do mundo - começaram a ser experimentadas por volta de 1928 por Deodato Gomes Monteiro (1905-1995). Ele havia aprendido radiocomunicação com o professor Victor Staviasky, no Colégio Batista, no Rio de Janeiro, onde estudou a partir de 1922. De volta a Cuiabá, em 1926, Deodato realizou experiências em quatro áreas do rádio: radiotelegrafia, radioeletricidade (ou rádio-técnica), radioamadorismo e radiodifusão. Em 1927 conseguiu captar, em território cuiabano, sons transmitidos via ondas de rádio de outras regiões.[47]

Em 1930 a notícia de que o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas havia ascendido à Presidência da República em 24 de outubro - ao tomar pelas armas o poder político ganho nas urnas eleitorais pelo paulista Júlio Prestes - só tornou-se pública e de forma instantânea em Cuiabá porque Deodato Monteiro captou mensagens radiofônicas. Depois, foi até à janela da casa em que morava, à rua Cândido Mariano, no centro da capital, e contou a novidade aos transeuntes. A divulgação oral das informações rendeu a Deodato o apelido de *boateiro* e uma prisão temporária, que durou menos de 24 horas.

Deodato ficou preso no Corpo da Guarda do Palácio Alencastro, que na época era a sede do governo mato-grossense. A ordem partiu do presidente - então governador - do Estado de Mato Grosso, Aníbal Benício de Toledo, que havia apoiado Júlio Prestes, adversário eleitoral de Vargas. A mesma autoridade, ao ser informada oficialmente, via telegrama, dos acontecimentos políticos, determinou a soltura de Deodato e o felicitou. Em 1932, por fazer propaganda em favor da Revolução Constitucionalista e divulgar notícias sobre o revolucionário Luiz Carlos Prestes, Deodato foi preso novamente e perdeu o cargo no órgão público de Fomento Agrícola Federal, além de ter o receptor e o transmissor de rádio

47. PÓVOAS, Lenine de Campos. "Telecomunicações". *In: Cuiabá de outrora - testemunha ocular de uma época.* Cuiabá, MT, edição do autor, 1983, p. 179.

apreendidos. Mais uma vez as punições foram temporárias, devido à influência do comerciante João Gomes Monteiro Sobrinho, pai de Deodato.[48]

As reações dos poderes constituídos perante as notícias radiofônicas, captadas divulgadas por Deodato em Cuiabá, entre 1930 e 1932, podem significar um estranhamento das autoridades aos efeitos da nova tecnologia da época. Como, também, uma atitude diante da perda do monopólio estatal de informar. Afinal, a partir daquele momento, qualquer cidadão cuiabano, com uma aparelhagem de rádio funcionando, poderia ter acesso a informações da capital federal e do mundo, simultaneamente ou até mesmo antes que o poder público. Mais ainda: comunicação na velocidade da luz. Os efeitos da Revolução Científico-Tecnológica estavam ecoando em Mato Grosso e rompendo noções.

> Os novos recursos técnicos, por suas características mesmo, desorientam, intimidam, perturbam, confundem, distorcem, alucinam. No mínimo porque as escalas, potenciais e velocidades envolvidos nos novos equipamentos e instalações excedem em absoluto das proporções e as limitadas possibilidades de percepção, força e deslocamento do ser humano.[49]

Contudo, se num primeiro momento a atitude das autoridades estaduais mato-grossenses foi de repressão a uma nova forma de comunicação, em outro, os poderes constituídos se apropriam de processos comunicacionais até então inéditos em terras cuiabanas. Entre eles, a radiodifusão.

Em 1934, Deodato constrói um conjunto de transmissor e receptor para o Palácio do Governo. Esta aparelhagem deu origem, a 13 de fevereiro de 1934, à Rádio Sociedade de Cuyabá.[50] Em 22 de março esta primeira experiência de radiodifusão cuiabana foi denominada *Rádio Educadora de Cuiabá.*[51] O presidente da entidade era o diretor do jornal católico *A Cruz* e desembargador José Barnabé de Mesquita; o vice-presidente, o prefeito de Cuiabá, João Ponce de Arruda; e os secretários o professor Philogônio de Paula Corrêa e o comerciante Manoel Miraglia. A diretoria foi composta por sugestão do comerciante João Gomes Monteiro Sobrinho, pai de Deodato.[52]

---

48. GOMES MONTEIRO, João Alberto Novis. *O "boateiro" e sua janela mágica.* Cuiabá: Academia Mato-grossense de Letras, 1992, p. 60.
49. SEVCENKO, Nicolau. "A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do rio". *In: História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 516.
50. GOMES MONTEIRO, João Alberto Novis. *Op. cit.*, p. 69.
51. *Folha do Norte.* Cuiabá: 22 mar 1934 *apud* GOMES MONTEIRO, João Alberto Novis. Idem, p. 71.
52. *Id.*

Com apoio oficial e de representantes de segmentos sociais cuiabanos, Deodato adaptou uma estação de radiotelegrafia - destinada à transmissão de sinais - para irradiar sons da *Rádio Sociedade de Cuyabá* ou *Rádio Educadora de Cuiabá*. A pioneira experiência de radiodifusão cuiabana realizou algumas irradiações entre fevereiro e março de 1934. No dia 19 deste mês a transmissão partiu do salão nobre do Palácio da Instrução, localizado em frente à Praça da República. O programa lítero-musical ficou por conta do violinista Eucario Figueiredo e das pianistas Rosalia Silva e Ada de Mattos. A programação, dedicada ao interventor federal Leônidas Antero de Matos, foi ouvida na capital e em outros municípios mato-grossenses.

De Campo Grande, cidade localizada há cerca de 900 quilômetros rodoviários de Cuiabá, o prefeito Pacífico Lopes de Siqueira telegrafou ao colega cuiabano João Ponce de Arruda. Relatou as condições técnicas em que ouviu as músicas executadas ao vivo. *Ruído microphone intenso, volume muito bom, variação intensa de freqüência, talvez por interferência de outra estação que está bem acima de Cuyabá, sendo assim ainda imperfeita a irradiação.* O prefeito campo-grandense ainda ouviu a *Rádio Sociedade de Cuyabá* veicular ao vivo um discurso político. Na fala radiofônica houve elogios ao interventor federal e uma defesa da união das regiões norte e sul mato-grossenses.

> Ahi “speacher” annunciou palavra Dr. Olegário de Barros que durante meia hora, com possante timbre de voz, decantou Matto-Grosso, historiando sua vida até momento presente, terminando num appelo, ao Norte e ao Sul, a fim de cessarem movimento hostil e, unidos em amplexos mais fortes, trabalharem grandioso Matto-Grosso. Na passagem seu discurso elogiou actuação digno amigo e ilustre interventor.[53]

Em 1932 as regiões sul e norte de Mato Grosso *dividiram-se* em relação à Revolução Constitucionalista. A primeira apoiou São Paulo por uma nova Constituição Federal e a outra, o chefe do Governo Provisório, Getúlio Dornelles Vargas. Diferenças políticas que contribuíram na intenção sulista de querer transferir a capital do Estado de Mato Grosso de Cuiabá para Campo Grande. Situações que motivaram as autoridades estaduais situadas no norte de Mato Grosso a usarem o rádio para divulgar mensagens que amenizassem o clima hostil entre a população das duas regiões.

> O rádio, desde a sua consolidação, a partir dos anos 30/40, tem sido utilizado das mais diversas formas, com as mais diferentes finalidades: pelo Estado; por guerras de independência e resistência; por partidos políticos e sindicatos; por movimentos

53. *Id.*

> sociais, religiosos e ecológicos. Seu papel político é inegável, seja qual for sua orientação. Para que se compreenda o seu real significado, no entanto, é necessário estudar a fundo o contexto em que atua - as condições sócio-político-econômico e culturais.[54]

Mesmo com o apoio governamental A *Rádio Sociedade de Cuyabá/Rádio Educadora de Cuiabá* não prosperou. Foi a primeira experiência de emissora de radiodifusão ocorrida na capital de Mato Grosso. Em nível mundial, a pioneira foi a rádio norte-americana *KDKA* em 2 de novembro 1920, na cidade de Pittsburgh, no Estado norte-americano da Pensilvânia. No Brasil, a primeira transmissão radiodifusora ocorreu em 07 de setembro de 1922, no Rio de Janeiro, durante a Exposição do Centenário da Independência. Já a pioneira estação brasileira foi a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, inaugurada em 20 de abril de 1923.[55] Por sua vez, *A Voz do Oeste*, que começou a irradiar em Cuiabá em 15 de outubro de 1939, foi a primeira rádio cuiabana a obter autorização governamental para funcionar.

Ainda no início dos anos de 1930 Deodato Gomes Monteiro passou a desenvolver as funções de rádio-técnico. Ele consertava e registrava numa *caderneta* e num *livro-caixa*[56] aparelhos receptores de radiodifusão de alguns moradores de Cuiabá, como veremos no item 2 deste capítulo. Os primeiros registros datam de 1932. São os dos comerciantes Armindo de Matos e Ubaldo Olavarria.[57] Para outras pessoas, Deodato construía aparelhagens de rádio. Como um receptor de cinco válvulas, feito em junho de 1934 para o professor de História Natural João (Jercy) Jacob.

Na capital de Mato Grosso, Jercy e Deodato trocaram informações sobre as técnicas e a legislação do radioamadorismo.[58] Juntos, eles conseguiram autorização da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (LABRE) para usarem, no espectro radiofônico da região mato-grossense, canais de conversação de radioamador. João Jercy Jacob obteve o

---

54. HAUSSEIN, Doris Fagundes. *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, 2ª edição, p. 11 (Coleção Comunicação, 9).

55. TINHORÃO, José Ramos. *Música popular: do gramofone ao rádio e TV.* São Paulo: Ática, 1981, (Ensaios, 69), pp.34-7.

56. A distinção entre *caderneta* (agenda pequena) do *livro-caixa* (agenda grande) foi um critério que usei para distinguir um documento de outro, apenas para facilitar o entendimento. Mas na obra GOMES MONTEIRO, João Alberto Novis. *Op. cit.*, só aparece o termo *livro-caixa*.

57. Veja na presente dissertação a tabela *Receptores de rádio consertados por Deodato Gomes Monteiro entre 1932 e 1945*, pp. 51-3.

58. *O radioamadorismo é a atividade das pessoas treinadas no setor das intercomunicações amadorísticas, que se vão aperfeiçoando à medida que operam suas estações, numa prática destinada ao treinamento individual mais apurado, assim como se lançam à investigação técnica, ao intercâmbio social com troca de mensagens de caráter pessoal que não tenham cunho comercial, político ou racial, e ainda fomentando o congraçamento dos povos do mundo.* RODRIGUES, Roberto Martins. *Radioamadorismo: o mundo em seu lar: curso prático e completo.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1979, p. 15.

registro PY9AE e Deodato Gomes Monteiro, PY9AF.[59] A aparelhagem consistia num transmissor e num receptor ao abrigo do tempo e numa antena direcional externa.[60] Os equipamentos de radioamadorismo funcionavam na própria residência deles, no centro de Cuiabá, 1° Distrito da capital. Em dezembro de 1938 Jercy morava na rua Barão de Melgaço n° 161. Deodato, em nova casa, na rua Pedro Celestino, n° 45. Eram vias públicas paralelas.

No final de 1938, além de Jercy e Deodato, havia em Mato Grosso outros quatro radioamadores. Dois moravam no município de Aquidauana. Antonio Lockmann, com o prefixo PY9AB, residia à rua do Porto, n° 2, e Rodolpho Álvaro Smith de Vasconcelos, com o prefixo PY9AC, à rua 2 de Maio, n° 7. Em Campo Grande o radioamador era Arisoli Veríssimo Ribeiro, com o prefixo PY9AG, na rua Barão do Rio Branco, n° 478. O de Corumbá era José de Paula e Silva, cujo prefixo era PY9AH.[61]

O médico e historiador João Alberto Novis Gomes Monteiro, filho de Deodato, diz que, com os *mistérios do sem fio,* foi *aberta uma janela mágica* em Cuiabá. Da capital de Mato Grosso, os dois radioamadores falavam com o mundo. A casa dos Monteiro era freqüentada, por exemplo, por um grupo de norte-americanos que lecionava no colégio do Buriti, região que pertencia a capital e hoje pertence ao município de Chapada dos Guimarães.[62] Através do microfone e do alto-falante da aparelhagem, eles conversavam com parentes e amigos nos Estados Unidos da América. Deodato também dialogava com radioamadores latino-americanos, como colombianos, cubanos e mexicanos, e europeus, como ingleses.

> Nesta época meu pai já se comunicava normalmente com o resto do Brasil e do mundo, recebendo e transmitindo desembaraçadamente. Simultaneamente, aos poucos ia melhorando, ainda mais, as suas condições de recepção e transmissão. Não havia hora para ele falar no rádio, dependia do horário vigente local onde ficava a outra estação com que estivesse em comunicação. Cartões com a confirmação, por escrito, destes comunicados, os "Cards" na linguagem dos radioamadores, começaram a chegar do mundo todo.[63]

---

59. *QTC. Revista Técnica de Rádio.* Órgão oficial da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (LABRE). Ano IV, n° 23. Rio de Janeiro: Departamento de Publicidade da LABRE, dez 1938, p. 60. Arquivo Histórico do Radioamador Brasileiro. Natal/RN.

60. Entrevista com o engenheiro Luiz Lotufo em 16 jun 2004.

61. *QTC. Revista Técnica de Rádio. Op. cit.,* p. 60.

62. O município chapadense foi criado pela Lei Estadual n° 701, de 15 de novembro de 1953, com o desmembramento de territórios das cidades de Cuiabá e Rosário Oeste. FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus Municípios.* Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura, 1997, p. 335.

63. GOMES MONTEIRO, João Alberto Novis. *Op. cit.*, p. 66. Na página 75 do livro, há cópias dos cartões, confirmando a recepção em outros países.

O radioamadorismo possibilitou aos cuiabanos, a partir da década de 1930, uma comunicação sem fronteiras e instantânea. Às vezes, para solicitar no Estado de São Paulo ou no Rio de Janeiro um remédio ou uma peça que inexistia na capital de Mato Grosso. Em outras circunstâncias, para noticiar acidentes e mortes de cuiabanos que moravam em outras localidades. Certa vez, quando ocorreu um incêndio em um circo na cidade fluminense de Niterói, cuiabanos correram até a casa de Deodato querendo saber notícias de parentes e amigos que viviam no Rio de Janeiro.

Na casa de Jercy, às vezes as pessoas entravam sorrindo e saiam chorando após saberem de notícias transmitidas pela estação radioamadora.[64] No artigo *O rádio*, de 31 de outubro de 1943, Firmo Rodrigues relatou uma situação constrangedora porque passou o radioamador Jercy Jacob, durante um diálogo com colegas do *sem fio* que estavam em Portugal.

> Em conversa com uma estação de Lisboa pedira notícias do Sr. José Gama, português, que durante muitos anos, aqui [em Cuiabá] manteve hotel e que lá se encontrava em tratamento de saúde, em localidade distante de Capital.
>
> Efetivamente, dias depois ele recebia a resposta: o Sr. José Gama ia melhor de saúde. Pouco tempo depois aqui falecia a esposa do Sr. Gama e Jerci de volta do enterro apanhou um pedido de informações sobre aquela Senhora; Jerci, no mesmo instante, comunicou que, momentos antes, havia assistido ao sepultamento da mesma senhora.
>
> Essas as vantagens do rádio.[65]

Em meados da década de 1930, um aparelho de radio-transmissão passou a ser usado pela Bandeira Anhangüera em território mato-grossense. Esta expedição saiu do estado de São Paulo rumo a Mato Grosso. Foi a primeira a atingir a margem esquerda do Rio das Mortes e o alto da Serra do Roncador e a pisar nas terras das vertentes do rio Xingu. Em agosto de 1937, estavam à beira do rio Cristalino, 29 membros da bandeira. Já o integrante Hermano Ribeiro da Silva, à margem do rio Araguaia. Ele aguardava *Ciro Piza, o derradeiro componente da caravana, que se achava para trás chegou ontem com as peças do aparelho de radiotransmissão, remetidas daí [de São Paulo] por avião.*[66] Metaforicamente, as ondas

64. Entrevista do artista plástico Rafael Rueda Filho em 19 jun 2004.

65. RODRIGUES, Firmo. *Figuras e coisas de nossa terra.* São Paulo: Gráfica Mercúrio, agosto/1960, p. 152.

66. Carta de Hermano à mãe. RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, 2º volume, 4ª edição, p. 612. Em novembro de 1937 o sertanista *Ermano* faleceu no rio das Mortes. O corpo foi embalsamado e levado de avião para o enterro em São Paulo. *Gazeta Official.* Cuiabá: Tipographia Oficial de Mato Grosso, 27 nov 1937, p. 2.

radiofônicas podem ser comparadas às expedições bandeirantes. Elas partiam de um território e podiam se propagar além das fronteiras da terra de origem.

Essas experiências de transmissão e recepção via ondas eletromagnéticas de rádio, para além do local de origem, nos permite entender que há um rompimento com o conceito moderno de *estado-nação* enquanto *unidade territorial*. Com a interferência da radiocomunicação, o conceito inventado de *estado-nação*[67] deixa de ser apenas um *território* físico, preferencialmente *contínuo*, com *limites* e *fronteiras* claramente *demarcados*, agindo política e administrativamente sem sistemas intermediários de dominação, precisando do consentimento dos seus cidadãos válidos para agir fiscal e militarmente. Com a radiocomunicação, a fronteira passar a ser a condição técnica da potência de emissão da onda e da capacidade de recepção da mesma.

Além disso, a irradiação das ondas radiofônicas em vários territórios contribui para entender melhor o conceito de *nação como um processo em expansão*, de *conquista de novos territórios* e *unificação nacional*.[68] É o imperialismo das ondas colonizando, formando uma aldeia de ouvintes, uma *comunidade política imaginada.*[69] Uma comunidade formada tanto dentro, quanto fora de países. Em nível mundial, especificamente a radiodifusão, considerando particularidades de tempo e lugar, ora foi usada por governantes para ampliar o domínio de seus poderes, como a Alemanha nazista.[70] Ora serviu para criar uma unidade nacional invisível através de uma identidade cultural entre regiões tradicionalmente independentes, como as que formavam a Colômbia.[71] Ambos os casos ocorreram na década de 1940.

Ainda na primeira metade do século XX, as experiências com a transmissão de mensagens via ondas eletromagnéticas se intensificaram também em Cuiabá. A partir de orientações do telegrafista Antonio Lacerda[72], o radioamador Deodato Gomes Monteiro testou e obteve êxito no início do primeiro serviço de radiotelegrafia de Cuiabá, ainda no final da

---

67. CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária.* Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 14-21. *Cf.* HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

68. *Id.*

69. OLIVEN, Ruben George. "Mitologias da Nação". *In:* FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P (org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 25. *Cf.* ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional.* São Paulo, Ática, 1989.

70. MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação.* Tradução Laureano Pelegri. Bauru, SP: EDUSC, 2000, pp.82-3.

71. MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.* Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 242.

72. GOMES MONTEIRO, João Alberto Novis. *Op. cit.*, pp. 59-60.

década de 1920. Já em 10 de novembro de 1937, às 22h, Monteiro esteve trabalhando na estação radiotelegráfica PYA6, do Palácio do Governo de Mato Grosso. Na mesma data, mensagens sobre fatos ocorridos no Rio de Janeiro, então capital federal, foram captadas em Cuiabá e impressas, no dia seguinte, na *Gazeta Official* do Governo de Mato Grosso. Informavam que estava começando no Brasil um *novo regimen*: a ditadura do Estado Novo.

> NOVO REGIMEN
>
> O Presidente Getúlio Vargas, cedendo às superiores circunstâncias da ordem Política e Social do Brasil, derrogou ontem, com o apoio das Classes Armadas, de 19 Governadores e da quase unanimidade do povo brasileiro, a Constituição de 1934, e decretou o Novo Estatuto Político do Paiz que ontem mesmo foi publicado e entrou em vigor. Dissolvidos, em conseqüência, o Senado e a Câmara Federal, as Assembléas Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipaes.
>
> As manifestações de apoio e solidariedade ao Sr. Presidente da República - A proclamação do sr. Ministro da Guerra ao Exército - os communicados do Ministério da Justiça e da Chefatura de Polícia do Distrito Federal - A situação na Bahia, em Pernambuco e nos demais Estados - Outras notícias. (Resumo de nosso amplo **serviço telegraphico e radio-telegraphico** sobre a situação).[73]

O *novo regimen* era um auto-golpe de estado dado pelo presidente Getúlio Dornelles Vargas, implantando no Brasil a ditadura do Estado Novo. Na manhã daquele 10 de novembro de 1937, Vargas promulgou uma nova Constituição Federal, que lhe deu supremos poderes políticos, administrativos e institucionais. A Carta Magna acabou com a autonomia de Estados e municípios, fechou todos os parlamentos do país e a Justiça Federal, suspendeu as eleições para qualquer cargo, centralizou os principais poderes do Brasil nas mãos presidenciais, extinguiu as liberdades individuais e democráticas e ampliou a censura e a propaganda política à imprensa, rádio e telégrafo.

À noite, por volta das 20h, no Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, residência oficial da Presidência da República, Getúlio se apossou de um microfone. Cinqüenta das 63 emissoras de radiodifusão do Brasil tiveram de participar de uma rede do Departamento Nacional de Propaganda (DNP) da ditadura estado-novista. Simultaneamente, estas estações transmitiram o *Manifesto à Nação.*

No discurso, Vargas justificou o golpe. O ditador admitiu que o Estado Novo era uma medida de exceção. Mas alegou que agia em defesa dos interesses nacionais contra

73. Grifo meu. Título e subtítulos da manchete da *Gazeta Official.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 11 nov 1937, p. 1. O jornal *Gazeta Official* teve o nome mudado para *Diário Official* e a denominação *Typographia* foi alterada para *Imprensa Official de Mato Grosso* pelo Decreto n° 117 do interventor Júlio Müller, de 31 dez 1937. *Cf.* JUCÁ, Pedro Rocha. *A Imprensa Oficial em Mato Grosso.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1986, pp. 119-26.

duas ameaças por ele consideradas. Uma era o externo *perigo comunista*, baseado no forjado *Plano Cohen.* A outra ameaça, interna. Os getulistas diziam que a *sucessão presidencial*, prevista para ocorrer em janeiro de 1938 conforme a Constituição Federal de 1934[74], poderia se transformar numa *guerra civil* ou *sombria luta de classes.*

Sob estes pretextos, Vargas se auto-proclamou *Chefe da Nação.* Foi uma estratégia para garantir e proteger a permanência dele na Presidência da República com muito mais acúmulo de poder e sob a proteção de medidas de segurança constitucional, militar e autoritária, para não ser deposto.

As explicações de Getúlio no discurso radiofônico não passaram de *propaganda política.* Ao elencar o comunismo e a disputa eleitoral pela Presidência da República como seus inimigos externo e interno, respectivamente, o Governo Federal criava um embuste para desviar a atenção da opinião pública sobre as medidas autoritárias que estava tomando. Maria Helena Rolim Capelato lembra que *o novo regime, constituído a partir de um golpe de Estado sem qualquer participação popular, buscou legitimação no apoio de setores mais amplos da sociedade através da propaganda política.*[75]

Única e livre, a voz de Getúlio, lendo o *Manifesto à Nação*, ecoou. Em Mato Grosso, a transmissão radiofônica oficial foi captada em locais como Miranda, um dos 26 municípios mato-grossenses existentes no ano de 1937. Entre os 10.707 habitantes[76] da cidade, ouviram o discurso varguista o prefeito e membros do diretório municipal da Alliança Mattogrossense, partido que controlava o Governo do Estado. Em seguida, comunicaram ao governador Júlio Strübing Müller da recepção radiofônica.

> Conhecedores dos fatos ocorridos na Capital da República, com a promulgação da nova Constituição pelo benemérito Presidente da República, **divulgada pela radio difusão**, vimos apresentar a Vossência e por seu intermédio ao Exmo. Presidente da República nossa solidariedade. Saudações.[77]

---

74. Até novembro de 1937 havia três pré-candidatos à Presidência da República. Em 02 de dezembro do mesmo ano, Getúlio assinou um decreto-lei que dissolveu os partidos políticos e proibiu a organização de novas agremiações e a manifestação com símbolos partidários. Vargas considerou os partidos *nocivos à tranqüilidade pública*. Cf. CARONE, Edgard. *A terceira república (1937-1945).* São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1976, pp. 26-8.

75. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Op. cit.,* 1998, p. 40.

76. Estimativa da Diretoria de Estatística e Publicidade do Governo de Mato Grosso. "Suplemento Estatístico n° 2. Cuiabá: Diretoria de Estatística e Publicidade". *In: Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 16 out 1938, p. 2.

77. Grifo meu. *Gazeta Official.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 11 nov 1937, p. 6. CD *Atos do Poder Executivo Publicados no Diário Oficial de Mato Grosso*. 1937, NOV, p. 82. Acervo APMT.

Julio Müller tinha o hábito de retransmitir a Getúlio Vargas mensagens de apoio ao Estado Novo recebidas de aliados políticos e adeptos do regime ditatorial. Ele próprio, no mesmo 10 de novembro de 1937, hipotecou *absoluta e integral solidariedade* a Vargas. Pode ter agido assim por temer perder o cargo de governador, que ocupava havia apenas 37 dias após eleito pela Assembléia Legislativa. Também, por ter sido um dos nove eleitores cuiabanos de Vargas no pleito presidencial de 1930, ganho nas urnas por Júlio Prestes e nas armas, por Getúlio. Ainda, por uma motivação consangüínea. Strübing era o irmão mais velho do chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. Julio Müller acabou sendo escolhido como interventor catorze dias após o golpe.[78]

A recepção das mensagens radiotelegráficas no Palácio do Governo em Cuiabá e a publicação das mesmas no dia seguinte ao golpe, na edição de 11 de novembro da Gazeta Oficial, resultaram do empenho do Governo de Júlio Müller em seguir a diretriz estado-novista de dar publicidade ao ato ditatorial do golpe. Além da decisão política de noticiar o golpe, houve condições técnicas para recepção da mensagem. Condições técnicas que também favoreceram a captação do discurso oficial radiofônico no município de Miranda - no mesmo instante em que Getúlio Vargas estava divulgando o golpe do Estado Novo.

Aqui também é possível refletir sobre características destas duas captações de mensagens via ondas de rádio em Mato Grosso em 1937. Tanto no caso da radiotelegrafia, quanto da radiodifusão, há dois perfis da radiocomunicação: o *imediatismo* (*os fatos podem ser transmitidos no mesmo instante em que ocorrem*) e a *instantaneidade*[79] (a mensagem foi recebida no momento em que foi emitida). Características que começaram a ser usadas em Mato Grosso entre o final dos anos de 1920 e o início da década de 1930.

Ou seja: por um lado, o *imediatismo* dos sinais da radiotelegrafia captados no palácio e os sons da radiodifusão recebidos em Miranda deveram-se à característica técnica da onda hertziana, de fácil propagação no espaço aéreo. *A velocidade de propagação da onda eletromagnética no vácuo corresponde à própria velocidade da luz.*[80] Por outro lado, estas duas formas de radiocomunicação foram ágeis porque houve condições técnicas para a transmissão das mensagens no Rio de Janeiro e a recepção em Mato Grosso. Uma evolução

78. A permanência de Júlio Müller no Governo de Mato Grosso foi confirmada por um telegrama do ministro da Justiça, Francisco Campos. *Gazeta Official.* Cuiabá: Typographia Official de Mato Grosso, 27 nov 1937, p. 1.

79. ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.* São Paulo: Summus, 1985, p. 80.

80. GOMES, Alcides Tadeu. *Telecomunicações: transmissão e recepção AM-FM: sistemas pulsados.* São Paulo: Érica, 1998, p. 351.

paradigmática, considerando-se o atraso da notícia da Proclamação da República, que chegou na capital de Mato Grosso quase um mês depois. Mas no caso específico do golpe de 1937 não com o objetivo de informar, e sim de desmobilizar qualquer reação social ao golpe.

Privativamente, a radiotelegrafia serviu de canal para um fluxo intenso de informações entre os políticos estado-novistas de Cuiabá e da capital federal. Entre o intercâmbio com instituições policiais estrangeiras, a irradiação de orientações para as policiais estaduais, investigação e repressão aos considerados *inimigos* do *regime*, o chefe de Polícia Civil do Distrito Federal[81], Filinto Müller, ainda mantinha contatos contínuos com os mato-grossenses. Principalmente, com o irmão interventor Julio Müller. Com os colaboradores da ditadura em vários estados brasileiros, eram freqüentes as indagações sobre as reações da população. Com os parentes, cartas semanais sobre os bastidores da política. Com o irmão primogênito, mensagens radiotelegráficas cotidianas em relação à administração do Estado.[82]

Integrante do núcleo do poder estado-novista, Filinto enviava a Cuiabá informações sobre decisões do Governo Federal de interesse de Mato Grosso. Parte das notícias era divulgada no território mato-grossense dias antes do comunicado oficial chegar ao Estado. Em 09 de agosto de 1939 Filinto Müller enviou duas informações que se tornaram públicas. Um radiograma - um telegrama via radiotelegrafia - do Chefe de Polícia contou que Getúlio Vargas havia nomeado quatro mato-grossenses para o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) de Mato Grosso. Já o telegrama do ministro da Justiça, Negrão de Lima, comunicando oficialmente a escolha dos membros do DASP chegou às mãos de Júlio Müller em 11 de agosto, dois dias após o informe de Filinto.[83]

Ainda no mesmo 09 de agosto de 1939, Filinto enviou para Julio outro radiograma para anunciar a edificação de uma obra federal em Cuiabá. *Encontra-se, neste momento, em meu gabinete, o nosso amigo Rui Carneiro, que veio trazer-me as plantas já aprovadas para a construção da Agência do Banco do Brasil aí. Ainda este mês será aberta a concorrência para a construção.*[84] A Chefatura também servia para despachar assuntos de interesse da política mato-grossense. Filinto tinha uma atenção especial com a Interventoria do irmão Julio.

---

81. CANCELLI, Elizabeth. *Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In:* PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999, p. 310.

82. *Cf.* Arquivo *Filinto Müller.* Acervo CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

83. *Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 12 ago 1939, p. 4.

84. *Ib.*, 10 ago 1939, p. 5.

> Tenho acompanhado pelo Diário Oficial e por informações de amigos a administração do Júlio. Estou muito satisfeito porque ele está dando ao Estado um impulso que se fazia sentir necessário há muito tempo.
>
> Junto ao Presidente Getúlio tenho feito a necessária propaganda do mano e o conceito de que ele já goza aqui é muito bom.
>
> Hontem o [interventor mineiro] Benedito Valadares me encarregou de convidar em seu nome o Julio para visitar Minas Gerais. No princípio do ano [de 1939], quando vocês vierem passar uma temporada aqui (coisa que devem fazer uma vez por ano pelo menos para não perder o contato) o Julio deverá visitar oficialmente Belo Horizonte, tirando uns dias para isso.[85]

Getúlio Vargas gostava de propagandear que, com o Estado Novo, não havia mais *intermediários* entre o *povo* e o *chefe da nação*. Parafraseando-o, com os meios de transmissão de mensagens entre Mato Grosso e o Rio de Janeiro, não havia mais intermediários entre os *mato-grossenses* e o *chefe de Polícia*. E em última instância, desde 1933, legalmente, não havia intermediários entre Filinto e Vargas.[86] Principalmente em se tratando de política mato-grossense, como após o atentado a bala contra os senadores mato-grosssenses Vespasiano Barbosa Martins e João Vilas-boas, em 1936.

> (...). E este fato levou, então, o presidente da Republica, presidente Getúlio Vargas, [a] decretar a intervenção federal em Mato Grosso. Foi nomeado, por indicação do capitão Filinto Müller - então capitão, que era chefe de Polícia do Distrito Federal e o homem a quem o presidente Getúlio Vargas ouvia sobre a política de Mato Grosso - por indicação dele foi nomeado o interventor, capitão Manoel Ari da Silva Pires. Esteve aqui durante um ano e meio como interventor, um homem de grande serenidade, de grande isenção e conseguiu pacificar a família mato-grossense, transmitindo o governo, depois, para o senhor Júlio Müller, que foi nomeado interventor no fim de 1937.[87]

As mensagens radiotelegráficas enviadas do Rio de Janeiro eram captadas em Cuiabá na estação do Palácio do Governo. Em seguida, parte delas era publicada como notícia em jornais, como o Diário Oficial e O Estado de Mato Grosso. Talvez este acesso antecipado

---

85. Carta de Filinto Müller à cunhada Maria Ponce de Arruda Müller, esposa de Júlio. Rio de Janeiro, 05 nov 1938. Acervo CPDOC/FGV. Arquivo FM330402. Pasta Chp/MT. Documento XXXII-208.

86. Um decreto-lei de 10 de janeiro deste ano subordinou a Chefatura de Polícia Civil do Distrito Federal ao Presidente da República, desconsiderando o vínculo hierárquico com o Ministério da Justiça. CANCELLI, Elizabeth. *Op. cit.,* 1999, p. 310.

87. Trecho do depoimento do jornalista Archimedes Pereira Lima a Marta Arruda em Cuiabá em 10 out 1980. *Projeto Memória da Imprensa em Mato Grosso.* Acervo de áudio do NDHIR/UFMT, fita n° 34.

e privilegiado das autoridades estaduais às informações de interesse de Mato Grosso justifique a preocupação do interventor Julio Müller quando as *estações* do Palácio pararam de funcionar em 14 de outubro de 1938. Usando a radiotelegrafia dos Correios, o interventor desculpou-se com o irmão ao descobrir que o problema era na antena da estação radiotelegráfica do Palácio do Governo.

> ESTAMOS COM ESTAÇÕES RADIO PALACIO PARALYSADAS PT NA MONTAGEM DA NOVA PAULO ROMANO EMPREGOU PEÇAS DA ANTIGA PTVG AQUELLA ENCRENCOU TENDO JÁ QUEIMADO TREIS VALVULAS PT URGE VINDA TECHNICO TRAZENDO PEÇAS SOBRESALENTES VG SENDO POSSIVEL PROXIMO AVIÃO PT ESTOU DISPOSTO INDEMNISAR DESPEZ AS PT ESTADO CALMO PT ABRAÇOS
>
> J MULLER INTERVENTOR FEDERAL[88]

A preocupação do interventor com o não funcionamento da estação de radiotelegrafia do Palácio do Governo se justificava. Era um canal exclusivo de comunicação entre o interventor e o Estado Novo. *Em 1939, no Governo de Júlio Müller, o Governo montou uma estação de rádio no Palácio para ele falar com o Rio de Janeiro. A necessidade que Júlio Müller tinha de se comunicar com Getúlio, com os ministros, independentemente do obsoleto Telégrafo Nacional, cujo telegrama todo mundo lia, todo mundo ficava sabendo. Antes do telegrama ser passado, Cuiabá inteira já estava sabendo. Oh! Seu Julio mandou um telegrama... Claro! O sujeito que lia aquilo contava para todo mundo, não fosse ele um bom cuiabano.*[89]

Os irmãos Müller também tinham interesse no controle dos meios de transmissão de mensagens. Em 06 de julho de 1938 o interventor indagou ao chefe de Polícia COM MÁXIMA URGÊNCIA SE HÁ PERMISSÃO PARA FUNCIONAMENTO RADIO EMISSORA DE RADIOAMADORES.[90] Filinto respondeu a Julio no mesmo dia dizendo que daria PERMISSÃO PRÓXIMA SEMANA PARA FUNCIOAMENTO RADIO EMISSORAS DE AMADORES.[91]

---

88. Arquivo FM 33.04.02 Chp/MT, pasta XXXII, doc. 27. Acervo CPDOC/FGV.
89. Depoimento do advogado e historiador Afrânio Estevão Corrêa em 22 mar 2004.
90. Arquivo FM 33.04.02 Chp/MT, Ib., doc. 17. Acervo CPDOC/FGV.
91. *Ib.* doc. 17A. Acervo CPDOC/FGV.

Em relação à radiodifusão, enquanto esteve na Chefatura, Filinto mostrou-se interessado por pelo menos duas emissoras mato-grossenses: a *Rádio Difusora de Campo Grande* (PRI-7), desde 1935, e a *Rádio Difusora Mato-grossense de Corumbá*, a partir de agosto de 1939. Coincidentemente ou não, estas duas estações entraram no ar, respectivamente, na mesma época da emissora cuiabana *A Voz do Oeste. A Difusora de Campo Grande* começou a irradiar em 26 de agosto de 1939. A *Difusora Mato-grossense* foi inaugurada em 23 de setembro de 1940. Já *A Voz do Oeste* entrou no ar em 15 de outubro de 1939. Campo Grande, Corumbá e Cuiabá eram as três principais cidades do Estado.[92] A capital disputava hegemonia política com Campo Grande e poderio econômico com Corumbá.

Meio século depois do início da desbravadora instantaneidade no processo comunicacional cuiabano pelo telégrafo com fio em 1891, ainda era possível ouvir e ler reclamações sobre as *dificuldades de comunicação* entre a capital do Estado e outras regiões brasileiras. Mas nas décadas de 1930 e 1940, principalmente durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), o termo *comunicação* passa a ter uma diversidade semântica no Estado de Mato Grosso. Diversidade que pode ser agrupada, pelo menos, em três níveis de significado.

Predominantemente, *vias de comunicação* significavam os meios de transporte: fluvial, aéreo e, principalmente, o terrestre. Também havia a *comunicação* de caráter público para a massa populacional, realizada pelos meios técnicos de expressão: correios, telégrafo - com e sem fio - radioamadorismo, radiodifusão e imprensa. Ainda existia a *comunicação* privativa do Governo Federal e do Estado, que, num sentido implícito e de forma sutil, se apropriava das duas maneiras de *comunicação* anteriores para veicular a sua propaganda política, influenciar os imaginários sociais e legitimar seu poder.

Paralelamente, nas décadas de 1930 e 1940 a população cuiabana podia consumir - ler e ouvir - o que fosse produzido pelos meios de transmissão de mensagens. Mas não conseguia se comunicar indiscriminadamente. O radioamadorismo exercido por Jercy Jacob e Deodato Monteiro - como até hoje - era exclusivo para a prestação de serviços, sendo vetado o uso comercial e publicitário. *Nós não tínhamos telefone nenhum. Tinha telégrafo. Mas telégrafo não é meio de comunicação. É e não é. Também precisava de funcionário chegar no dia, levar e tal. Não era igual hoje. Hoje em dois minutos você pega o telefone fala com qualquer lugar do mundo.*[93]

---

92. Em relação aos tributos municipais, a maior arrecadação era a de Campo Grande (87:909$700 ou 87 contos e 909 mil e 700 réis), seguida de Cuiabá (83:24$600) e Corumbá (59:712$400). Conselho Estadual de Administração Municipal. Demonstração do movimento de Receita e Despesa das Prefeituras em 1939. *Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 29 jul 1939, p. 5.

93. Depoimento de Jamil Botrus Nadaf em 09 fev 2004.

O sistema telefônico surgiu em Cuiabá em 1909 num circuito interno, para conversação somente entre os cuiabanos que morassem na capital de Mato Grosso. O contato direto telefônico com outras regiões do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, foi estabelecido só na década de 1950, com a criação da Companhia Radional. A transmissão da voz era feita por ondas de rádio, mas o sistema de comunicação era precário e demorado. *Foi instalado telefone externo na Treze de junho, mas funcionava precariamente. Em 1950, 51. Foi na Treze de Junho em frente à loja maçônica [Acácia Cuiabana]. (...) Mas a gente ficava quatro, cinco horas lá e não conseguia. Na hora que ia falar caía, Hã!Hã!Hã!*[94] Assim, restavam outras formas de expressão.

94. *Id.*

1.2 - SONS, VOZES, BARULHOS E OUVINTES NA CAPITAL DE MATO GROSSO

Maria era a filha mais velha do casal de lavradores João Pinheiro de Magalhães e Francisca de Souza Pinheiro. A família vivia na vila mato-grossense de Santo Antônio do Rio Abaixo[95], região canavieira localizada à margem direita do Cuiabá, a 34 quilômetros a jusante da capital do Estado. Em meados da década de 1920, quando as doze indústrias açucareiras da localidade começaram a fracassar, Maria se casou com o poeta e comerciante Carmindo de Campos e foi morar em Cuiabá. Cerca de um ano após o matrimônio, o casal decidiu levar para viver consigo o pequeno irmão de Maria, Nelson de Souza Pinheiro, então com seis anos de idade. Ainda criança, Nelson começou a ajudar o cunhado nos negócios da família.

O poeta Carmindo vendia publicações para a população cuiabana. De Cuiabá, era o jornal dele, O Operário. Do Rio de Janeiro, os periódicos *A Noite* e *O Cruzeiro* e as revistas *A Semana* e *Vida Doméstica.* Em suas andanças pelas ruas do Centro de Cuiabá, então 1° Distrito da capital, Nelson ficou sabendo que havia um aparelho receptor de rádio no Seminário Episcopal da Conceição, da Igreja Católica, situado em morro homônimo. No mesmo prédio do Seminário residia o arcebispo de Cuiabá, Dom Francisco Aquino Corrêa. A novidade aguçou a curiosidade do pequeno vendedor de jornais e revistas.

> Eu, naquela época, eu tive informações e cheguei até a aproximar ali do Morro para ouvir o aparelho de Dom Aquino Corrêa. Sabe? Segundo eu sabia, naquele tempo foi o primeiro aparelho que instalou aqui em Cuiabá foi o de Dom Aquino Corrêa, o que eu ouvi dizer, né. Era de Dom Aquino Corrêa. Era ali onde residia, que também se chamava Seminário, porque ali também funcionava um Seminário, (...) onde tem até um prédio, que é ali ao lado da Igreja [Nossa Senhora] do Bom Despacho, onde é a estação hoje de rádio da [Difusora] Bom Jesus [de Cuiabá].[96]

Hoje, com 86 anos, Nelson de Souza Pinheiro diz não se lembrar de quando foi à residência de Dom Aquino, nem da programação ouvida saindo do rádio do arcebispo. *Uai! Eu só ouvia o barulho! Ahahahahahahaha!. Eu não entendia nada. Mas eu sabia que era uma coisa que tocava lá.* Quanto à origem do receptor de rádio do arcebispo, Nelson aposta

95. A vila de Santo Antônio do Rio Abaixo foi transformada em município em 25 de setembro de 1929. O atual nome da cidade é Santo Antônio de Leverger, determinado por lei em 30 de setembro de 1948. FERREIRA, João Carlos Vicente. *Op. cit.,* p. 585.

96. Depoimento de Nelson de Souza Pinheiro em 05 mai 04. Ele nasceu em Santo Antônio em 16 de novembro de 1917. Na época do depoimento era um servidor público aposentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e membro da ordem religiosa católica cuiabana dos Vicentinos.

que o aparelho não foi comprado em Cuiabá. *Dom Aquino trouxe, naturalmente, de lá nas viagens dele, ele trouxe, que ele viajava à Europa, ele viajava pelo mundo todo, né. E naturalmente, numa das viagens, ele trouxe o aparelho, ele trouxe - ele não foi comprado aqui! - ele trouxe.*

Dom Aquino foi eleito para presidir Mato Grosso entre 1918 e 1922 com o propósito de apaziguar os acirrados ânimos dos políticos do Partido Republicano Conservador e o Partido Republicano Matogrossense. Mas o arcebispo de Cuiabá terminou o mandato no Governo do Estado sob protestos. Estes dois grupos políticos temiam a ascensão ao poder de outro religioso indicado pelo arcebispo. Então em 1921 eles se uniram na *Fusão* e elegeram Pedro Celestino Corrêa da Costa para a Presidência do Estado e Estevão Alves Corrêa, como primeiro-vice. Por sua vez, um representante da Igreja Católica justifica as críticas a Dom Aquino devido ao fato dele não ter apoiado *nenhum partido político com benesses ou cargos governamentais.*[97]

De volta ao comando da Arquidiocese de Cuiabá em 1922, Dom Aquino começou a ter uma ascensão em nível nacional, favorecido pelos contextos brasileiro e internacional. O papa Pio XI defendia o trabalho dos padres e bispos católicos junto ao poder civil por uma *sociedade perfeita.* No Brasil, em 1921, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra assumiu como arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro, então a mais importante Província Eclesiástica do Brasil. Sob as diretrizes do Vaticano, a Igreja Católica brasileira passou a desenvolver uma ação educativa e civilizadora junto aos governos. Neste intento, Dom Aquino foi escolhido como um dos principais aliados de Dom Leme. Aquino era da ordem dos salesianos, que têm como finalidade *a formação integral da juventude.*[98]

Assim, Aquino Corrêa se tornou um dos *imortais* da Academia Brasileira de Letras, após realizar no Rio de Janeiro esplêndidas homilias e discursos, em sua estada de 1926 naquela cidade. Depois de 1930, aproximou-se do chefe do Governo Provisório do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas. Em 1938 o arcebispo de Cuiabá representou o governo brasileiro na VII Conferência da Instrução Pública, em Genebra, na Suíça. Em 1941 durante visita de Vargas à catedral de Cuiabá, Aquino elogiou a autoritária Constituição Federal de 1937. Dom Aquino se tornou orador de grandes solenidades oficiais promovidas pelo regime ditatorial. *Não havia quem não admirasse o Arcebispo orador, que empolgava as massas, e*

97. COMETTI, Pedro. *Dom Aquino Corrêa. Arcebispo de Cuiabá. Vida e obra.* Brasília: Ed. Corsíndio Monteiro da Silva, 1993, p. 320.

98. *Ib.,* p. 249.

elevava para os ideais mais nobres de amor a Deus e à Pátria quem tivesse a fortuna de ouvi-lo.[99]

Estes ambientes de poder por onde Dom Francisco de Aquino Corrêa circulava podem ter contribuído para o fato do arcebispo cuiabano ter adquirido um ou mais aparelhos receptores de estações de radiodifusão. No reverso desta situação, o perfil discursivo do arcebispo pode ter recebido influências de uma audição radiofônica assídua. Os aparelhos receptores de rádio são como máquinas sensórias porque funcionam como uma extensão do sentido da audição dos seres humanos. Além disso, também são aparelhos que registram e reproduzem o que o sentido auditivo capta. Ou seja: amplificam a capacidade humana de produzir signos.[100]

Na primeira metade do século XX a comunicação oral como prática pública foi reforçada com o surgimento e o desenvolvimento da radiodifusão.[101] Em 1927, a Primeira Conferência Internacional Broadcasting, realizada em Washington, contabilizou que havia no mundo 1.127 emissoras de rádio. Eram 823 na América do Norte, sendo 695 somente nos Estados Unidos. A Europa tinha 196 estações; a Oceania, 28; a África, nove; e a América do Sul, 52. Eram 36 argentinas e 19 brasileiras. Predominantemente, nas Américas o serviço era explorado por particulares e na Europa, por governos. *Em 1931, a Igreja Católica equipa-se com um instrumento poliglota, a Rádio Vaticano.*[102] Nos dizeres de Schwatzenberg é *o apagar da galáxia de Gutemberg diante da galáxia de Marconi*.[103]

Em 1939, um aparelho receptor de radiodifusão da marca *Cruzeiro* foi consertado na capital de Mato Grosso na oficina de radioeletricidade do radioamador e rádio-técnico cuiabano Deodato Gomes Monteiro. A partir deste ano, a oficina dele funcionava na residência própria, localizada na rua Pedro Celestino, n° 37 em frente ao Beco Alto, próximo ao Largo da Mandioca, em Cuiabá. O aparelho havia sido transportado até a casa de Deodato por Henrique Hahn, eletricista responsável pela manutenção dos equipamentos da hidrelétrica

99. *Ib.*, p. 320.

100. SANTAELLA, Lucia. "O homem e as máquinas". *In:* DOMINGUES, Diana (org.) *A arte no século XXI: a humanização das tecnologias.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997 (Primas), p. 37. Cf. MCLUHAN, M. *A galáxia de Gutenberg.* Trad. Leonidas C. de Carvalho e Anisio Teixeira. São Paulo: Cultrix, Companhia Editora Nacional, Edusp, 1972.

101. NUNES, Márcia Vidal. *Rádio e política: do microfone ao palanque: os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996).* São Paulo: Annablume, 2000, p. 24.

102. MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação.* Tradução Laureano Pelegri. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 81.

103. NUNES, Márcia Vidal. *Op. cit.,* p. 24. Cf. SCHWATZENBERG, A. *O Estado espetáculo.* São Paulo: Difel, 1978, p. 161.

Usina Casca I.[104] O proprietário do rádio era Dom Aquino Corrêa. Mas convém ressaltar que, entre os anos de 1930 e 1940, o arcebispo não era o único cuiabano que compunha a audiência de emissoras de radiodifusão em Cuiabá.

> Na década de trinta Cuiabá conheceu a grande novidade dos rádio-receptores, através dos primeiros aparelhos que aqui chegaram. Em 1933 Dom Aquino Corrêa, o inolvidável arcebispo, ganhou um "Strober Carlson". No mesmo ano o comerciante Sr. Armindo de Mattos, trouxe de São Paulo um receptor "Philco". O farmacêutico Sr. Manoel Soares de Campos também possuiu um.
>
> Em minha casa, no bairro do Porto, meu pai adquiriu um Philips, que já então era vendido na praça pela firma Fioravanti Barbieri. (...)
>
> Outro comerciante cuiabano que logo se dedicou, também, à importação de aparelhos receptores de rádio foi o Sr. Francisco Miraglia, que fundou a "Casa Lux", uma das tradições do nosso comércio.[105]

O receptor *Strobe Carlson* de Dom Francisco de Aquino Corrêa trazido para Cuiabá em 1933, não foi o primeiro receptor de radiodifusão na capital de Mato Grosso. Um ano antes, Deodato consertou três aparelhos de dois comerciantes. Em fevereiro de 1932 o comerciante Armindo de Matos tinha um receptor *Engelvé*. Em março do mesmo ano, um Philco. Desta mesma marca era o rádio do comerciante Waldo Olavarria, em dezembro deste ano. Em 1933, ano em que chegou o *Strobe Carlson* do arcebispo, havia pelo menos outros três aparelhos receptores em Cuiabá. Era um *Pilot Dragon* de Armindo de Matos e um *Nacional* de Rafael Verlangeri. Ainda havia um receptor de três válvulas, construído por Deodato Gomes Monteiro para o professor João (Jercy) Jacob.

Em 1934, o farmacêutico Manoel Soares de Campos tinha um receptor de rádio *General Eletric modelo K80*, que foi consertado por Deodato. Outros dois ajustes foram realizados em 10 de fevereiro de 1943 e em 14 de outubro de 1944 em aparelho do farmacêutico da mesma marca. Por sua vez, um Philips do professor Nilo Póvoas, pai do advogado e historiador Lenine de Campos Póvoas, passou pela oficina de Deodato Monteiro em 18 de maio de 1937.

Quanto à venda dos aparelhos receptores de radiodifusão em Cuiabá nas décadas de 1930 e 1940, Fioravanti Barbieri era um dos comerciantes. Mas os principais revendedores estavam estabelecidos na rua Treze de Junho, que nessa época era a única via de acesso, nos dois sentidos, entre o Centro, então 1° Distrito da Capital, e o Porto, 2° Distrito.

---

104. RIBEIRO, Onofre *et al. História da energia elétrica de Mato Grosso.* Cuiabá: Assessoria de Imprensa das Centrais Elétricas Mato-grossenses, out/1983, p. 9.

105. PÓVOAS, Lenine de Campos. *Op. cit.*, 1983, pp. 177-8.

Em julho de 1938 Tufik Affi era revendedor exclusivo da marca *Philco.* O estabelecimento dele ficava na Treze, entre a Praça Ipiranga e a avenida Dom Bosco, no meio da quadra, n° 149, em frente à Loja Maçônica Acácia Cuiabana. Na década de 1940 o genro de Affi, Raul Santos, também passou a revender os aparelhos de rádio.

3

PHILCO O Radio que mais se VENDE

Dos dez primeiros fabricantes de radio, demonstra a estatistica que foi a "PHILCO" que mais vendeu, atingindo o numero elevado de 1.250.000 aparelhos vendidos, emquantos outros competidores não excederam a sua venda de 500.000 aparelhos.

Só o Brasil, em 1936, importou 30 1/2 mais de aparelhos de radio da marca PHILCO, de que qualquer outra marca, o que ainda e sempre confirma a victoria da PHILCO. É pois o aparelho mais aceito e a sua acquisição constitue uma bôa aplicação do dinheiro.

REVENDEDOR EXCLUSIVO

TUFIK AFFI

FACILITA-SE O PAGAMENTO

Rua 13 de Junho n. 149

Anúncio de venda de aparelho receptor de radiodifusão em Cuiabá. A Voz do Norte. Cuiabá, 19 jul 1938, p. 3. Acervo Aecim Tocantins

A Casa Lux, do comerciante italiano Francisco Miraglia, vendia materiais elétricos e aparelhos receptores de rádio. O estabelecimento ficava na rua Treze de Junho, no meio da quadra anterior à esquina com a avenida Generoso Ponce, do lado esquerdo de quem desce da Praça da República, em Cuiabá. Em frente à Praça, na mesma Treze, havia outras duas lojas que comercializavam aparelhos de rádio. Uma era a Casa Laraia, do também italiano Francisco Laraia. O outro estabelecimento era a Casa Renascença, de Pereira Cuiabano & Cia. *O que vendia mais rádio era o Laraia. Ele que tinha um comércio mais*

poderoso, fazia mais propaganda, (...) vendia mais marcas de rádio. (...). Philips era um deles. (...) RCA Victor. (...).[106] Laraia ainda vendia eletrola, vitrola, entre outros artigos finos.

Entre 1932 e 1945, o radioamador Deodato Gomes Monteiro recebeu desses e outros comerciantes a incumbência para consertar aparelhos receptores de radiodifusão. Apenas três deles - Francisco Laraia, Francisco Miraglia e Tufik Affi/Raul Santos - encomendaram serviços em 261 aparelhos. A maior parte, 217, foi repassada por Laraia. Enquanto Miraglia enviou 25 e Tufik, 19. Os 261 rádios-receptores enviados por esses comerciantes se tornam irrisórios se considerarmos a quantidade de aparelhos consertados e fabricados por Deodato nesse mesmo período. Foram 1.237, sendo que a menor quantidade de consertos (3) ocorreu em 1932 e a maior (261) em 1943. Conforme tabela abaixo.

Receptores de rádio consertados por Deodato Gomes Monteiro entre 1932 e 1945:

Ano	Aparelhos	Marcas dos receptores de radiodifusão consertados
1932	03	Engelvé (1 aparelho) e Philco (2 aparelhos)
1933	03	Pilot Dragon (1), Nacional (1) e receptor não identificado de 3 válvulas (1)
1934	23	Pilot Dragon (2), Sparton (3), Victor (5), Brown (2), Crosley (2), Engelvé (1), Kadete (1), Bird (1), Philips (1), Erla (1), Philco (1), General Eletric (1) e receptor não identificado (2).
1935	19	Sparton (4), Victor (3), Brown (2), Crowne (2), Philips (2), Philco (1), General Eletric (1), Pilot (1), Sayamo (1), radiola (1) e receptor não identificado (1).
1936	14	Sparton (3), Brown (1), Crowne (2), Philips (2), Philco (1), General Eletric (1), American Bosch (1), Sparton Mignon (1), radiola Ferradini Swart Warne (1) e radiola não identificada (1).
1937	38	Sparton (3), Victor (2), Crosley (1), Philips (10), Philco (3), General Eletric (4), Crowne (4), Pilot (3), Tobe (2), GRC (1), Telefunken (1), Imperador (1), Metrotone (1) e Atiwater-Kent (1) e receptor não identificado (1).
1938	54	Sparton (3), Victor (2), Crosley (2), Philips (14), Philco (1), General Eletric (2), Crowne (1), Pilot (2), Atwater-Kent (1), Delco (1), Matador (1), American Bosch (2), RCA (1), Sickles (1), Westinghouse (2), Tars-bank (1), Cacique (1), Sentinell (6), Marconi (1), eletrola (1), receptores não identificados (7), radiola (1).

106. Depoimento de Nelson de Souza Pinheiro em 05 mai 04.

Ano	Aparelhos	Marcas dos receptores de radiodifusão consertados
1939	115	Sparton (1), Victor (7), Crosley (6), Philips (33), Philco (6), General Eletric (4), Crowne (2), Pilot Dragon (5), Atwater-Kent (1), American Bosch (1), RCA (1), Sickles (1), Cacique (1), Sentinell (23), Marconi (3), Tobe (2), Emerson (1), Cruzeiro (2), Telefunken (2), Inter-Ocean (1), Ica (1), Haward (1) e receptores não identificados (10).
1940	112	Sparton (3), Victor (17), Crosley (2), Philips (39), Crowne (2), Pilot Dragon (1), American Bosch (1), Sentinell (18), Tobe (1), Cruzeiro (1), Telefunken (3), Inter-Ocean (1), Haward (1), Zenith (1), Rodger (1), Delco (1), Meissness (3), receptores não identificados (16).
1941	82	Sparton (4), Victor (12), Crosley (4), Philips (35), Pilot Dragon (2), Sentinell (2), Telefunken (2), Haward (1), Zenith (2), Philco (4), General Eletric (1), Mullard (2), Protos (1), RCA (5), Tars-bank Morse (1) e receptores não identificados (4).
1942	160	Sparton (1), Victor (7), Crosley (2), Philips (58), Pilot Dragon (11), Sentinell (6), Telefunken (2), Haward (1), Philco (23), General Eletric (8), RCA (5), Crowne (6), Brown (6), American Bosch (1), Emerson (2), Ica (1), Marconi (1), Douglas (1), Flórida (1), Ava (1) e receptores não identificados (16).
1943	261	Sparton (9), Victor (3), Crosley (9), Philips (102), Pilot (10), Sentinell (16), Philco (25), General Eletric (5), RCA (12), Crowne (5), Emerson (1), Marconi (1), Flórida (7), Westinghouse (1), Metrotone (1), Sickles (4), Golden Voice (1), Spalen (2), Ópera (2), Farnswooth (1), Zenith (6), Admiral (4), Halicraftens (1), Mullard (3), RCA Victor (6), Flashmann (2), Cruzeiro (1), Delco (1), IRC (1) e receptores não identificados (19).
1944	207	Sparton (1), Victor (4), Crosley (4), Philips (60), Pilot (5), Sentinell (11), Philco (18), General Eletric (5), RCA (11), Crowne (6), Emerson (1), Marconi (2), Flórida (4), Westinghouse (2), Metrotone (1), Sickles (1), Golden Voice (1), Spalen (7), Zenith (8), Admiral (6), Mullard (1), RCA Victor (6), Flashmann (1), Cruzeiro (5), Douglas (5), Liberty (1), Silverstone (1), Telefunken (4), Fada (1), Champion (9), Pacific (2), American Bosch (3) e receptores não identificados (10).
1945	146	Sparton (2), Victor (2), Crosley (6), Philips (37), Pilot (4), Sentinell (10), Philco (13), General Eletric (2), RCA (07), Crowne (3), Emerson (1), Marconi (2), Flórida (6), Westinghouse (2), Sickles (1), Spalen (5), Zenith (2), RCA Victor (4), Douglas (3), Liberty (6), Telefunken (2), Champion (7), Blue Star (2), Colonial (1), Protos (1), Inter-ocean (1), Meissines e receptores não identificados (11).

Ano	Aparelhos	Marcas dos receptores de radiodifusão consertados
Total	1.237	Engelvé (2 aparelhos), Philco (98), Pilot Dragon (22), Nacional (1), Sparton (37), Victor (64), Brown (11), Crosley (38), Kadete (1), Bird (1), Philips (394), Erla (1), General Eletric (34), Crowne (33), Pilot (25), Sayamo (1), American Bosch (9), Sparton Mignon (1), Tobe (5), GRC (1), Telefunken (17), Imperador (1), Metrotone (3) e Atiwater-Kent (3), Delco (3), Matador (1), RCA (42), Sickles (8), Westinghouse (7), Tars-bank (1), Cacique (2), Sentinell (92), Marconi (10), eletrola (1), Emerson (6), Cruzeiro (9), Inter-Ocean (3), Ica (2), Howard (4), Zenith (19), Rodger (1), Meissness (3), Mullard (6), Protos (2), Tars-bank Morse (1), Douglas (9), Flórida (18), Ava (1), Golden Voice(2), Spalen (14), Ópera (2), Farnswooth (1), Admiral (10), Halicraftens (2), RCA Victor (16), Flashmann (3), IRC (1), Liberty (7), Silverstone (1), Fada (1), Champion (17), Pacific (2), Blue Star (2), Colonial (1) e receptores não identificados (100), radiola Ferradini Stwart Warne (1) e radiolas não identificadas (3)

Fonte: Caderneta e Livro-caixa de Deodato Gomes Monteiro. Acervo de João Alberto Novis Gomes Monteiro.

Os 1.237 rádio-receptores consertados por Deodato Gomes Monteiro entre 1932 e 1945 são apenas parte dos aparelhos existentes na capital de Mato Grosso nesta época. Porque, apesar da fragilidade das válvulas que queimavam, nem todos os equipamentos que estavam em funcionamento em Cuiabá estragavam ou eram consertados pelo radioamador. Esta situação pode ser exemplificada com uma experiência vivida por Nelson de Souza Pinheiro, o mesmo que começou ainda criança vendendo jornais e revistas para o cunhado Carmindo de Campos. Entre o final da década de 1930 e meados dos anos de 1940, Nelson revendeu rádios para os comerciantes Francisco Laraia e Francisco Miraglia. Algumas vezes as peregrinações da revenda reservavam situações inusitadas e até hilárias.

> Olha! Eu lembro de um aparelho que eu vendi, aqui no Coxipó da Ponte, que tempo depois eu vi esse aparelho lá, eu vi esse aparelho lá, numa bandeja. Porque apareceu, bateu o cupim, o aparelho, acabou com a armação do aparelho e o aparelho continuou funcionando do mesmo jeito, numa bandeja. (...). A madeira que revestia o equipamento foi atacada, foi de cupim, acabou a armação dele e o aparelho ficou funcionando lá numa bandeja. Ah!Ah!Ah!Ah!Ah! Funcionando do mesmo jeito. Eu não lembro o nome do aparelho....
> (...)
> Eu falei do aparelho do Coxipó [da Ponte], era [de] uma professora, diretora do colégio, de uma escola do Coxipó. Era da família Pinheiro. (...). Esse rádio que eu vi, que eu estou falando que eu vi, que bateu o cupim nele, o Laraya foi lá, viu esse rádio, quis trocar o rádio com ele [o marido da professora] e ele não quis trocar. Ele quis ficar com aquele rádio mesmo. (...). O marido da professora. Ele não quis trocar. (...).

> Parece que chamava Aprígio. Aprígio Pinheiro. (...). E a professora era esposa dele. (...). Ele lutava com chácara, tinha gado leiteiro.[107]

Nas anotações da oficina de Deodato Gomes Monteiro o nome do ouvinte Aprígio Pinheiro, morador do Distrito do Coxipó, em Cuiabá, aparece encomendando dois serviços em um receptor de rádio da marca *Sentinell.* Mas em ambos não houve troca da caixa de suporte do aparelho. No primeiro, em 07 de abril de 1943, ocorreu a substituição de uma *válvula* e da peça *output*.[108] Em 13 de maio de 1944, Deodato trocou o *cordão do dial* e o *condensador queimado*.[109]

A quantidade de aparelhos receptores de rádio em Cuiabá nas décadas de 1930 e 1940 também pode ter sido maior porque os registros de Deodato sobre rádio vão somente até meados dos anos de 1940, quando ele passa a se dedicar a outros afazeres, como a instalação da rede elétrica de Poconé. Além disso, havia em Cuiabá outros profissionais que lidavam com aparelhos de rádio, cujos registros ainda não foram encontrados. Um deles era o mecânico eletricista geral John Farverd Smith. Ele trabalhava na alfaiataria de Francisco Grezzi, que era localizada na rua João Pessoa, n° 138. Em anúncios publicados em jornal,[110] Farverd Smith se oferecia para, entre outros serviços, instalar rádios.

O serviço de instalação do equipamento também foi executado por Nelson de Souza Pinheiro entre o final dos anos de 1930 e os meados da década de 1940. Fazer o rádio funcionar na casa ou no estabelecimento comercial do comprador era apenas um acabamento do serviço de revenda, realizado nas áreas urbanas e rurais de Cuiabá, para os comerciantes Laraia e Miraglia. *Era um tipo de corretor. (...). Representante comercial. Não era nomeado por eles, não trabalhava para eles. Ganhava comissão. (...). Oferecia o aparelho para a pessoa. Ela interessava, eu vinha aí buscava o aparelho, levava lá, instalava, fazia o negócio todo e ganhava comissão,* da qual ele não lembra o valor.[111]

Nelson Pinheiro diz que as marcas de aparelhos receptores de rádio preferidas dos ouvintes cuiabanos eram *RCA Victor e o Philips. Depois apareceu o Philco.* Considerando os aparelhos consertados por Deodato Gomes Monteiro, nota-se que as cinco marcas que mais estiveram na oficina de radioeletricidade do radioamador foram *Philips*

---

107. *Id.*

108. Livro-caixa de Deodato Gomes Monteiro. Acervo de João Alberto Novis Gomes Monteiro, p. 6.

109. *Ib.*, p. 27.

110. *Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 24 jun 1939, p. 8.

111. Depoimento de Nelson de Souza Pinheiro, em 05 mai 04.

(394), *Philco* (98) e *Sentinell* (92), *Victor* (64) e *RCA* (42). Somente estas totalizam 690 aparelhos dos 1.237 consertados, entre 1932 e 1945.

O revendedor Nelson de Souza Pinheiro alega que os aparelhos que vendeu em Cuiabá eram fabricados no Brasil. Ele calcula que os rádios que comercializou e instalou não pesavam mais do que dois e três quilos e eram menores que uma televisão. Isto porque ele só vendia receptores que eram instalados em mesas das residências. *Antes (...) todos os aparelhos eram de mesa. Depois que começaram a chegar os aparelhos maiores, já ligados a uma eletrola, já era aparelho de móvel. Mas os aparelhos, os primeiros, eram de mesa.*

Certa vez nos anos de 1940 Nelson foi a São Paulo e comprou alguns aparelhos receptores de rádio diretamente dos fabricantes e, que ficavam *ali perto da avenida São João. (...). Ali tinha uma porção de casas que vendia, que fabricava e vendia.* Os equipamentos foram transportados até Mato Grosso como os demais: de trem até Porto Esperança e por via fluvial até Cuiabá. *Aí eu vendi os meus aparelhos aí. Mas eu não era comerciante,* frisa. Apesar do esforço, Nelson não ganhava o suficiente para comprar um dos aparelhos que vendia. *Caro? Oh! Naquele tempo só podia comprar aparelho quem tinha uma certa economia. Porque não era todo mundo que podia comprar aparelho.* O cunhado dele, Carmindo de Campos, podia. Tinha um RCA em janeiro de 1943.[112]

Em abril de 1942, em São Paulo, um aparelho receptor de rádio da marca *AVA Gladiator*, com *alcance mundial em ondas longas e curtas* e *garantia de 2 anos* variava conforme as características técnicas. O de cinco válvulas custava 530 mil réis (530$000) e o de sete, 593 mil réis (593$000). O mais barato era o de pilhas: 500 mil réis (500$000). O mais caro, o de acumulador: 700 mil réis (700$000). O equipamento era vendido pela *Importadora AVA-Radios*, de São Paulo, que enviava aos interessados um *catálogo grátis*, desde que os mesmos lhe remetessem 400 réis ($400) em selos.[113] Na mesma época uma cabeça de eqüino custava no município mato-grossense de Rosário Oeste 200 mil réis (200$000).[114] Com a venda três animais, era possível comprar um AVA de sete válvulas.

Em Cuiabá aparelhos usados eram vendidos por valor igual ou acima dos novos. Em 07 de julho de 1943 o comerciante Francisco Laraia vendeu cinco aparelhos

112. Livro-caixa de Deodato Gomes Monteiro. Acervo de João Alberto Novis Gomes Monteiro, p. 1.

113. Preços cobrados pela Importadora AVA-Radios, rua Prates, n° 43, Caixa Postal 4063, São Paulo. Anúncio no jornal *O Estado de Mato Grosso.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 05.04.1942, p. 5.

114. Edital de 1ª Praça do espólio de João Dias da Mota para pagar dívidas. Cada uma das 48 cabeças de bovinos foi avaliada em 210$000. Cada uma das oito cabeças de eqüinos, 200$000. Valores arbitrados pelo juiz de Direito da Comarca de Rosário Oeste, Alírio de Figueiredo. *Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 24 abr 1942, p. 8.

usados a Deodato Gomes Monteiro por Cr$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros ou dois contos e quinhentos mil réis). Foram dois aparelhos *RCA* ondas longas por um total de Cr$ 700 cruzeiros, além de um *Emerson*, um *Metrotone* e um *Pilot* por Cr$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) cada. Já em 1944, Deodato chegou a vender um aparelho receptor de rádio *Champion*, de seis válvulas, sem antena, por Cr$ 3.500,00 a João Castro de Figueiredo.[115] Outro *Champion*, de sete válvulas, foi vendido por ele por Cr$ 4.500,00. Parte do valor foi paga com um receptor *Philco*, dado por Cr$ 1.000,00 por Timóteo Almeida.[116]

Já os valores de consertos e peças de aparelhos de rádio variavam consideravelmente. Em 15 de agosto de 1944 o conserto de um *rádio de automóvel com enrolamento de bobina de ondas longas, esmerilamento do vibrador e recolocação de 6 válvulas* custou Cr$ 90,00, pagos a Deodato por José Fernandes.[117] Por sua vez, em 27 de julho de 1944, a reforma de um receptor *RCA Victor 236*, com adaptação de um *conversor para seis volts dc, inclusive este completamente montado*, custou Cr$ 1.300,00 ao ouvinte *Oliveira*, de Santo Antônio de Leverger.[118] Já uma válvula variava de Cr$ 54,00, cobrados por Deodato de uma *6F6* do capitão Borba em 1942[119], a Cr$ 120,00, pagos pelo radioamador ao comerciante Ciríaco Pires por uma válvula *2526* em 16 de outubro de 1943. [120]

Preços que dificilmente seriam pagos com os salários das senhorinhas Benedita da Silva Pereira e Elza Gomes de Barros. Ambas foram admitidas, em 04 de março de 1943, *como extra-numerária mensalista no cargo de auxiliar* do *Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP)*, que era o braço mato-grossense do *Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).* O salário mensal de cada uma era de Cr$ 300,00. O que inviabilizava qualquer destinação da renda de trabalhadores e pessoas carentes para a aquisição de um aparelho de rádio. O equipamento era mais caro que uma saca de feijão e de arroz. *Era mais caro. Porque a saca de feijão e arroz era barata.*[121] Um alqueire de arroz beneficiado era vendido em Mato Grosso em 1939 entre vinte e vinte e dois cruzeiros.[122]

---

115. Livro-caixa de Deodato Gomes Monteiro, 19 out 1944, p. 35v.
116. *Ib.*, 11 set 1944, p. 31v.
117. *Ib.*
118. *Ib.*, p. 29v.
119. Caderneta de Deodato Gomes Monteiro, p. 341.
120. *Ib.*, p. 338.
121. Depoimento de Nelson de Souza Pinheiro em 05 mai 04.
122. Valores convertidos de mil réis para cruzeiros. Carta do interventor federal Julio Strübing Müller ao ditador Getúlio Dornelles Vargas. Cuiabá, 19 abr 1939, p, 3. Arquivo FM 330428 ChP-MT, Pasta III, documento 30. Acervo CPDOC/FGV.

O interessado em ouvir alguma estação radiodifusora também tinha de pagar uma taxa anual para o Governo Federal. Ela foi instituída em 1932 com o valor anual de 2$ (dois mil réis).[123] Havia gratuidade para os aparelhos de ouvintes de emissoras que integrassem a rede nacional de rádio da União.[124] A partir de 1° de janeiro de 1938, passaram a ser cobrados 5$ anuais, a serem pagos até 31 de dezembro de cada ano.[125] A partir de 1942, o pagamento dos 5$, a renovação dos registros e a realização de novos aparelhos receptores passaram a ser feitas de janeiro a março. As providências poderiam ser tomadas por iniciativa do próprio dono do aparelho ou a convite dos Correios e Telégrafos. Quem não obedecesse era obrigado a pagar uma multa de 25 mil réis até o décimo dia após a intimação.[126]

Em 1940 o dentista Durval Gomes Monteiro tinha um receptor *Sparton.* Em 1944, um Philips. Ele pagou a taxa dois anos seguidos depois de uma comunicação dos Correios. *Eu recebi um memorando dizendo que eu era obrigado a pagar. Eu não sei como foi que souberam que eu tinha rádio. Como é que eles ficaram sabendo que as pessoas tinham rádio?,*[127] indaga. O Governo Federal obrigava os comerciantes a informarem mensalmente, até o dia 5, o nome e o endereço do ouvinte e a marca e o número do aparelho vendidos. Quem não cumprisse esta determinação poderia ser multado entre 200$0 (duzentos mil réis) e 1:000$0 (um conto de réis). Até as empresas de iluminação elétrica eram obrigadas a fornecer aos Correios o nome e o endereço de quem tivesse acesso à energia elétrica.

Othon Jambeiro aponta que *o controle da radiodifusão pelo Estado Novo ocorria de duas formas principais: a) exercido parcialmente através da concessão de emissoras de rádio e de licença para importação de equipamentos; e b) diretamente, exercido pelo DIP, através de censura e da distribuição da propaganda estatal.*[128] Creio ser possível acrescentar ainda o controle sobre os ouvintes com a obrigatoriedade do registro e do pagamento da taxa aos

123. Decreto Federal 21.111, de 1° mar 1932, artigo 93, parágrafo 3°. Coleção LEX. "Atos do Governo Provisório", p. 319. O registro de aparelhos receptores e o pagamento de taxas ao Governo Federal estavam previstos no artigo 41 do Decreto n° 16.657, de 05 nov 1924, que instituiu *o regulamento dos serviços civis de radiotelegraphia e radiotelephonia.*

124. Decreto n° 20.047, de 27 mai 1931, artigo 15, parágrafo único, que regulou *a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional.* Coleção LEX. "Atos do Governo Provisório", p. 319.

125. Mudanças na Tarifa Geral dos Correios e Telegraphos relativas à Tarifa telegraphica interior. *Gazeta Official.* Cuiabá: Tipographia Oficial de Mato Grosso, 21 nov 1937, p. 9.

126. Decreto-Lei Federal n° 2.979, de 23 jan 1941. *Dispõe sobre o registro de aparelhos receptores de radiodifusão.* Coleção LEX. 1ª Secção. Legislação federal, pp. 37-8.

127. Depoimento de Durval Gomes Monteiro, em 06 out 2003. Durval nasceu em Cuiabá em 24 mai 1910. Ele mora no Rio de Janeiro e é cartunista.

128. JAMBEIRO, Othon (et al.). *Tempos de Vargas. O rádio e o controle da informação.* Salvador: EDUFBA, 2004, p. 21.

Correios. Mais do que arrecadar os 5$0 o Governo Federal deveria ter a intenção de querer saber quem tinha receptor de rádio e poderia ter acesso à programação das estações radiodifusoras. O registro dos rádio-ouvintes pode ter sido usado como instrumento de poder político estado-novista, na tentativa de se obter domínio e controle sociais. O que nem sempre ocorria.

O rigor das normas em relação aos receptores de radiodifusão a partir do Decreto-Lei Federal n° 2.979, de 1941, pode ter sido motivado por uma resistência e um conseqüente boicote dos ouvintes ao registro dos aparelhos. *Em uma publicação de 1940, sobre diversão em geral, Mello Barreto Filho comenta que o número estimado de aparelhos receptores no Distrito Federal era de 450 mil aparelhos, dos quais somente 150 mil se encontravam devidamente registrados.*[129] No Brasil eram 522.143 domicílios com receptores instalados ou apenas 5,74% das residências do país visitadas pelos recenseadores do IBGE. Na área urbana havia 487.640 aparelhos. Na rural, 34.503.[130] Enquanto no Rio de Janeiro, capital federal, os domicílios que possuíam aparelhos totalizavam 131.726.[131]

Já em Mato Grosso, em 1939, a Interventoria Federal foi requisitada para informar a *relação das estações locais ou melhor ouvidas, nacionais ou extrangeiras. Relação quantitativa dos aparelhos receptores registrados ou aproximadamente dos que possam existir.*[132] Os dados foram pedidos pelo *Centro Matogrossense,* sob a justificativa de que serviriam para divulgar Mato Grosso.

Os gastos com radiodifusão, por um lado, davam status a quem possuía o equipamento. Por outro, causavam exclusão social, favorecendo situações de audiência radiofônica coletiva. Até que houvesse a popularização cuiabana dos aparelhos nas décadas de 1950 e 1960, os grupos sociais de donos de receptores e ouvintes de rádio em Cuiabá ficaram bem caracterizados e restritos. Grosso modo, estes eram formados por autoridades políticas, militares, religiosas e judiciais; comerciantes, principalmente donos de bares, servidores

---

129. CALABRE, Lia. *Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. In: Revista de Estudos Históricos - Mídia.* Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2003, n° 31, p. 166. Especificamente sobre a eficácia de normas legais referentes à radiodifusão, a autora baseou-se em BARRETO FILHO, Mello. *Onde o mundo se diverte: achegas, história, anedotário, notas, efemérides e dados estatísticos.* Rio de Janeiro: Casa dos Artistas, 1940.

130. IBGE. "Censo Demográfico de 1940. Tabela II - Domicílios com rádio – Brasil". *In:* CALABRE, Lia. *A era do rádio.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 27.

131. *Ib.* p. 28.

132. "Questionário n° 1 da Secção de Informações do Centro Matogrossense". *In: Diário oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 08 jul 1939, p. 4.

públicos e profissionais liberais. Entre os rádio-ouvintes, havia tanto homens, quanto mulheres.

O Palácio do Governo de Mato Grosso tinha em 1936 uma *radiola Ferradini Stewart Warne.* Um ano depois, um receptor de sete válvulas. O interventor federal Júlio Strübing Müller era dono de um receptor *Victor* de maleta em 1942. O irmão dele, o engenheiro e ex-interventor mato-grossense (março a agosto de 1935) Fenelon Müller, possuía um rádio *Philco,* em 1938. O médico Estevão Alves Corrêa, que havia governado o Estado entre 1924 e 1926 e foi eleito deputado estadual em 1935, tinha um *Sparton*, em 1934, e um *Philips*, em 1942. O prefeito de Cuiabá entre 1937 e 1941, Isác Póvoas, tinha um rádio *Sickles* (1938) e a prefeitura da capital, um *Tobe* (1940). Já os desembargadores Albano Oliveira e Oscarino Ramos eram proprietários de, respectivamente, um *Marconi* e um *Philips*, em 1944.

Durante o Estado Novo, quando o interventor federal de Mato Grosso, Júlio Müller, se licenciava do cargo para viajar, o governo estadual ficava sob o comando do cunhado dele, o secretário geral do Estado João Ponce de Arruda. Conseqüentemente, respondia interinamente pela Secretaria Geral o comandante da Força Pública do Estado[133], o capitão Máximo Levy. O militar possuía dois aparelhos: um *Philips* e um *General Eletric*. Ambos foram consertados em 1935. Neste mesmo ano, a Força Pública instalou no Cassino da corporação um receptor *Victor*.

Em outro Cassino, o dos Sargentos do 16° Batalhão de Caçadores (BC) do Exército de Cuiabá,[134] havia um rádio *Sparton*, que captava ondas médias e curtas, em 1936. No Comando do 16° BC havia um *Philips* em 1940. Um ano antes, o comandante desta unidade do Exército, capitão Crescêncio Cuiabano, possuía um rádio *Sentinell*, de nove válvulas. Da mesma marca, mas com cinco válvulas, era o aparelho receptor de Armindo, ex-cabo do Batalhão de Caçadores. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o rádio, além do uso como arma estratégica de convencimento, era o principal meio de captação das notícias sobre o conflito.

Em Cuiabá, os antecedentes da Segunda Guerra, como as movimentações das tropas nazistas de Adolph Hitler, foram noticiados no jornal estudantil *A Voz do Norte*, entre julho de 1938 e agosto de 1939, período em que a publicação existiu. Entre as quatro páginas deste periódico - além de propaganda estado-novista distribuída pela ditadura - havia

133. Hoje Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

134. Atualmente 44ª Brigada de Infantaria Motorizada do Exército.

informações sucintas e objetivas sobre o conflito mundial. Como *A Voz do Norte* era um semanário, houve ocasiões em que o jornal publicava um retrospecto da semana, dia-a-dia, com as informações sobre o conflito mundial. Além da data, as notícias começavam divulgando a cidade de origem da informação. Eram, principalmente, capitais ou principais municípios dos países.

> Nova York - O dia de hontem foi um dia inteiro de protestos contra a Alemanha, em virtude da perseguição dos judeus. As estações de rádio foram assaltadas para se irradiarem discursos contra a Alemanha. Seis das mais importantes figuras representativas de várias correntes religiosas falaram ao microfone. O ex-Presidente Hoover, o Presidente do Estado de Kansas, O pastor da Igreja Evangélica Metodista, Um Bispo católico e outros.[sic] No próximo dia 24 considerado o dia de graças a Deus na América do Norte, falará pelo Rádio o Rabino Judeu, a pedido do Pastor da Igreja Evangélica dos Peregrinos pelo 318 [sic] aniversário da expulsão dos protestantes da Inglaterra em 1620.[135]

Enquanto Getúlio Vargas negociava com Estados Unidos e Alemanha sobre qual rumo tomar em relação à Segunda Guerra, *A Voz do Norte* de Cuiabá se posicionava divulgando atos de protesto contra o nazismo. Publicações feitas por um jornal estudantil na terra dos estado-novistas considerados germanófilos: o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e o chefe de Polícia Civil do Distrito Federal, Filinto Müller. O que nos faz lembrar da ponderação de Roberto Romano de que mesmo na ditadura do Estado Novo - onde imperou a violência policial como alternativa de garantia de poder a Getúlio Vargas - inexistiu um *totalitarismo*. Nas cancelas do regime ditatorial havia fissuras, que às vezes permitiam um agir diferente.

Também chama atenção que esse noticiário objetivo e sucinto de *A Voz do Norte* sobre a Segunda Guerra estava restrito a duas seções fixas do periódico: *Rádio Noticioso* e *Pelo Rádio* ou simplesmente *Rádio.* A nomenclatura é similar à usada pelos jornais das décadas de 1930 e 1940, tanto oficiais, quanto privados, quando se referiam a outras publicações. A *Gazeta Oficial* do Governo de Mato Grosso tinha uma seção não fixa chamada *Pela Imprensa*, na qual reproduzia trechos divulgados no noticiário de revistas ou jornais.[136] Por conseguinte, a seção *Pelo Rádio* poderia ter representado a programação captada das mensagens radioelétricas, seja por radiotelegrafia ou radiodifusão. Vejamos.

---

135. "O mundo indignado contra a Alemanha". Seção "Rádio Noticioso". *In: A Voz do Norte*, Ano I, n° 17, 23 nov 1938, p. 2. Acervo Aecim Tocantins.

136. Como a referência feita ao jornal *O Campograndense. In: Gazeta Official.* Cuiabá: Tipographia Oficial, 05 jan 1938, p. 7.

RADIO

Dia 19

Dia a dia torna se mais melindrosa a situação europea

Londres—Segundo noticias ainda não confirmadas, a Europa acha-se á beira de uma grande guerra, especialmente depois que ha noticias que a Alemanha tenciona invadir a Romania. Este paiz mobilisou já cinco corpos de seu exército, ao passo que a Alemanha tem na Tcheco Slovaquia 22 divisões. O Rei Carol atemorisado pediu auxilio á França e á Inglaterra. Desta forma estes dois paises, mais a Russia, Yugo-Slavia, e Bulgaria e Grecia ajudariam a Romania. E' muito delicada a situação europea.

O Governo da Romania não firmará nenhum contrato de exportação com a Alemanha

Bucareste—O governo da Romania recebeu da Alemanha um ultimatum economico a fim desta nação fornecer todo o trigo e petroleo de sua produção. O governo romaico negou imediatamente a receber tal ultimatum, rejeitando assim qualquer proposta.

Dia 20

Todo o ouro dos bancos tchecos é conduzido em caminhão para a Alemanha

Praga—Com a maior desfaçatez o governo da Alemanha fez conduzir 30 caminhões carregados completamente de ouro dos Bancos Tchecos. Hontem foi o dia do Exercito em toda a Alemanha. Em Praga foi feito um desfile debaixo da maior indeferença do povo Tcheco. Homens velhos, choravam vendo a sua terra invadida pelos teutões.

Conferencias na Inglaterra sôbre o movimento europeu

Londres—O snr. Chamberlain e todos os ministros tiveram hontem prolonga-

Jornal A Voz do Norte, ano I, n° 28, 24 mar 1939, p. 2. Acervo Aecim Tocantins

Lenine de Campos Póvoas - que em 1939 fundou com Corsíndio Monteiro *A Batalha*, jornal contemporâneo de *A Voz do Norte* e de *O Estado de Mato Grosso* - afirmou que este último periódico *colocava o povo, diariamente, a par do que ocorria nos palcos da luta, com amplo noticiário recebido através de serviço privativo via rádio.*[137] O criador e dono do jornal *O Estado de Mato Grosso* em 1939 era o advogado, jornalista, presidente do recém criado Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso, diretor da Imprensa Oficial do Estado e diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), Archimedes Pereira Lima. Ele acumulou a Direção da Imprensa do jornal até 1942. Em dois momentos, Archimedes comentou sobre os meios pelos quais as notícias externas a Mato Grosso chegavam em Cuiabá para serem impressas em jornais locais.

Em 1980, Archimedes Lima comentou que o noticiário sobre os acontecimentos brasileiros era informado pela *Agência Nacional. Ela nos fornecia um serviço copioso diário, que nos permitia na primeira página do jornal registrar como manchete, conforme o acontecimento, tudo o que se passava no país.*[138] Já o noticiário internacional era fornecido por agências contratadas. Em ambos os casos o meio de transmissão utilizado era o *Telégrafo Nacional.*

Quanto à Segunda Guerra Mundial, a fonte de informação do jornal *O Estado de Mato Grosso* era uma emissora de radiodifusão estrangeira. *Nós também captávamos aqui o noticiário geral do Diário da* [rádio] *BBC* [de Londres, da Inglaterra]. *E as coleções dos nossos jornais estão aí documentando que nós estávamos em dia com o que se passava no Brasil e no mundo.* (...). *Nós captávamos pelo rádio. E os acontecimentos nacionais vinham pelo telégrafo nacional.*[139]

Em 30 de janeiro de 1939, Archimedes Pereira Lima encomendou a Deodato Gomes Monteiro o conserto de um aparelho receptor de radiodifusão que possuía, da marca *Pilot* com seis válvulas.[140] A regulagem do equipamento ocorreu nove dias após ele ter sido um dos fundadores do Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso.[141] Nesta época, as emissoras de radiodifusão de fonte informativa para os jornais impressos.

---

137. PÓVOAS, Lenine C. *Op. cit.,* 1996, p. 390.

138. Trecho do depoimento do jornalista Archimedes Pereira Lima a Marta Arruda em Cuiabá em 10 out 1980. *Projeto Memória da Imprensa em Mato Grosso.* Acervo de áudio do NDHIR/UFMT, fita n° 34.

139. *Ib.*

140. Caderneta de Deodato Gomes Monteiro, p. 169.

141. A entidade seguia uma orientação do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e, principalmente, as determinações do Decreto-lei federal n° 910, de 14 dez 1938. Este *instituiu o registro do jornalista no Ministério do Trabalho* e *estabeleceu a obrigatoriedade da sindicalização* para o profissional que nele se inscrevesse. Revista *A Violeta*, n° 248, 31 jan 1939, pp. 20-1.

> Antigamente, as dificuldades eram inúmeras porque não havia uma estrutura industrial de comunicação. (...). A captação da notícia era diferente. O repórter tinha de ficar constantemente preso ao noticiário do rádio, copiar a notícia e depois redigi-la para o jornal. Não havia televisão, rádio local, telex, agências de notícias e todo o aparato existente hoje.[142]

Estas falas de Archimedes Pereira Lima nos remetem a três situações expostas no item 1.1 da presente dissertação, mas com uma novidade. Voltamos a conceituação do comerciante Jamil Botrus Nadaf sobre a inexistência de comunicação em Mato Grosso diante das dificuldades para o transporte de mensagens ou mercadorias entre esta região e outras. Retornamos ao caso do jornal governamental mato-grossense *Gazeta Official*, que publicou em 1937 as transmissões radiotelegráficas sobre o Estado Novo no dia seguinte ao golpe. E notamos como as ondas de radioelétricas continuaram rompendo fronteiras, contribuindo para a integração de territórios distantes geograficamente.

Além disso, o fato novo foi o *noticiário do rádio*, e não apenas as mensagens radiotelegráficas, passando a servir como fonte de informação para a imprensa cuiabana, até como alternativa à propaganda estado-novista. Em 1939, Aecim Tocantins tinha 16 anos e começou a secretariar a redação de *A Voz do Norte*. Hoje, com 81 anos, ele considera que as notícias publicadas nas seções *Rádio Noticioso, Pelo Rádio* e *Rádio* sobre o período iminente ao conflito mundial foram frutos da audiência de estações radiodifusoras. Porque o objetivo do irmão dele, Amidicis Tocantis, e de outros diretores do jornal era o de democratizar as novidades internacionais que eles obtinham instantaneamente via rádio à parcela da população cuiabana, que não tivesse acesso à radiodifusão.

> Era a única forma de nós captarmos notícias e transmitir ao público: era através de rádio. Tanto que o jornal foi criado como, com o título de literário e noticioso. Este noticioso, a fonte deste noticioso advinha da coleta de dados, da coleta de notícias que nós pegávamos através dos rádios. (...) E nós pegávamos e transformávamos em notícia semanal. E o importante é que estas notícias, embora fossem transmitidas semanalmente, elas eram atualizadas, eram atuais. Porque muita gente não tinha rádio. Lendo jornal e notícias internacionais e não só nacionais. (...).[143]

---

142. LIMA, Archimedes Pereira. Cuiabá: Jornal O Estado de Mato Grosso, 27 ago 1985 *apud* JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista. Em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima.* Cuiabá: Editora Memórias Cuiabanas, 1995, p. 267.

143. Depoimento do contabilista aposentado Aecim Tocantins em 25 mar 2004. Ele nasceu em Cuiabá em 08 jun 1923. Foi vice-prefeito de Cuiabá de 1959 a 1963 e presidiu o Tribunal de Contas do Estado entre 1976 e 1977 e em 1978.

Diante da dificuldade para obter aparelhos que captassem emissoras de radiodifusão os habitantes de Cuiabá sem posses usavam algumas estratégias. Seja no Seminário da Conceição apenas para saciar a curiosidade infantil sobre o rádio do arcebispo, seja nas aglomerações populacionais para ouvir as músicas, vozes e sons captados e irradiados por aparelhos instalados em estabelecimentos comerciantes da cidade, como bares ou em lojas. Numa delas, nos *Armazéns* de *Armindo de Mattos*, na avenida Generoso Ponce n° 4, um dos ouvintes, entre 1932 e 1934, era o garoto Mário Curvo Epaminondas.

> No armazém de Armindo de Matos ficava toda a gurizada. Inclusive eu. (...). Eu sou de [19]24... Eu devia ter os meus oito, dez anos de idade, por aí. Hum! Hum! Hum! Hum!
> (...)
> Avenida Generoso Ponce, entre a Treze de Junho e a Antônio Maria. Mais ou menos no centro da quadra. Hoje está com uma porção de portinhas. (...). Parece que tinha cinco ou seis portas. Era a parte de armazém, que era secos e molhados, e a parte de tecido. Tinha dois (...). E de fato quando eu era moleque, não sei se era na primeira ou na segunda, eu escutei muito, tinha muita gente parada na porta para escutar, o rádio que ele ligava para o pessoal escutar na porta. Hãhãhãhã.[144]

Especificamente sobre a programação radiofônica ouvida coletivamente durante sua infância nas portas dos Armazéns Armindo de Matos, Mário Epaminondas, aos 80 anos, disse não se lembrar. Mas ele recordou do que ouvia na juventude no bar do Benedito (Chico) Jorge, na Praça Alencastro, em Cuiabá. Depois da Segunda Guerra Mundial, por volta de 1948, a sintonia no estabelecimento era na rádio Nacional do Rio de Janeiro. *Diretamente do Copacabana Palace, do Golden Room do Copacabana Palace, Orquestra de Severino Araújo, Tabajara de Severino Araújo, com Carmélia Alves, a rainha do baião. Eh!Eh!Eh!Eh!Eh!* Em 1945 Chico Jorge teve um receptor *Spale* consertado por Deodato Gomes Monteiro.

Outros bares e estabelecimentos da cidade também tinham receptores de radiodifusoras nas décadas de 1930 e 1940. Entre eles estavam uma *radiola Victor*, em 1935, no *Bar do Bugre*, de Olintho Neves, na rua Pedro Celestino, esquina com a avenida Getúlio Vargas. Havia também um rádio *Philips*, em 1941, no bar de Agapito. Ainda, um *Philco*, em 1942, no bar de João Leite. Vicente Latorraca, proprietário da Padaria Cuiabana, situada à rua Galdino Pimentel n° 125, tinha um receptor *Philips*, em 1937. Ciríaco Cândia, revendedor dos veículos Chevrolet, na rua 13 de junho, encomendava serviços em seis rádios *Crosley*. Além

144. Depoimento de Mário Curvo Epaminondas em 05 mai 04. Ele nasceu em Cuiabá em 22 set 1924. Atualmente, mora na cidade do Rio de Janeiro.

dos comerciantes do 1° Distrito de Cuiabá, os estabelecidos em outras regiões da cidade, mesmo sem energia elétrica, possuíam o seu aparelho receptor.

A eletricidade passou a existir em Cuiabá em 1919, no governo de Dom Francisco de Aquino Corrêa, com os conhecimentos do concessionário João Pedro Dias. *Era um sistema de energia elétrica a vapor, com seu maquinário instalado no prédio da Hidráulica, no fim da rua 13 de junho à beira do Rio Cuiabá.* Dias também foi o responsável pela construção da hidrelétrica Usina Casca I, em 1928, então no primeiro governo de Mário Corrêa da Costa. Em 1940 a Interventoria Federal de Julio Müller ampliou a potência com um novo grupo gerador de 525 KVAs.[145] Mas *o reforço feito pelo interventor Júlio Strübing Müller em princípios da década de 40 não conseguiu mais que atualizar a oferta de energia à demanda de consumo.*[146] Ficou precária até os anos de 1950.

> Numa inspeção que fiz, pela primeira vez, da linha de transmissão de Cuiabá à usina da Casca, fiquei apavorado com os riscos provocados por árvores encostando na rede, e o péssimo estado de conservação. Em tudo aquilo o que funcionava bem era a chave automática de proteção do gerador, graças à dedicação de Guilherme Hahn e João Dias. (...). Os nossos vencimentos eram insignificantes. O Guilherme não tinha hora, ganhava pouco, e embora eu precisasse exigir muito dele, ele correspondia. Era de sua responsabilidade a manutenção dos transformadores, por exemplo, e eles queimavam todo dia. O transformador da cidade era de 2.200 volts, e quando queimava tinha que ser enrolado na cidade mesmo, às vezes o que queimava tinha de ser consertado e voltar a funcionar, ficando o trecho sem luz. Quando queimou o da usina, e era a primeira vez, tivemos que correr o risco de enrolar um de 33 mil volts, que acabou dando certo e passamos a fazer isso rotineiramente, mantendo sempre um de reserva.[147]

As peças da usina hidreelétrica tinham de ser trazidas do Rio de Janeiro via transporte fluvial. Após chegarem em Cuiabá, eram levadas até o rio da Casca, a cerca de cem quilômetros do centro de Cuiabá, no lombo de cavalos. Por isso, quando havia algum estrago na Usina, o conserto demorava. *Tinha vez que ficava uma semana, um dia, dez dia sem eletricidade. Dependia do estrago. Então era muito difícil*, lembra o comerciante Jamil Nadaf.

Além de precário, o sistema elétrico de Cuiabá nas décadas de 1930 e 1940 era restrito. Várzea Grande, 3° Distrito da capital, teve rede elétrica somente em 1945. Antes

145. Relatório da Interventoria de Júlio Müller a Getúlio Vargas *apud* JUCÁ, Pedro Rocha. *Op. cit.,* 1998. pp. 190-1.

146. CAMPOS, Júlio José. *In:* RIBEIRO, Onofre *et al. Op. cit.,* out/1983, p.3.

147. Depoimento de Alberto Addor sobre o trabalho de manutenção da rede elétrica de Cuiabá a partir da geração da Usina da Casca I. RIBEIRO, Onofre et al. *Ib.,* pp. 8-9.

disto, os 3.942 várzea-grandenses[148] dependiam de lampião para clarear as ordenhas das vacas nas madrugadas e de velas e lamparinas para iluminarem as noites. Mesmo na escuridão se ouviam, principalmente nas janelas de namoradas e casas de meretriz, valsas e rasqueado paraguaio entoados em violões, sanfonas e cantorias apaixonadas.[149] Também, aparelhos de rádio. O comerciante Salim Nadaf, tio de Jamil Nadaf, escutava, já em 1938, um *Philips*. À pilha.

Também era um *Philips* à pilha o rádio de quatro válvulas de Antônio Coelho, da região do São Lourenço, consertado por Deodato Gomes Monteiro em 1941. Um ano depois, no município de Rosário Oeste, havia dois aparelhos *Philco* à pilha. Um era de Félix Seba. O outro, de Almeida Campos. Em Poconé, José Félix tinha um aparelho da marca *Flórida* à pilha, em 1943. No mesmo ano, na região da Água Fria, Otávio Sampaio, tinha um *RCA Victor* à pilha. Em Nossa Senhora do Livramento, em 1940, existia um Victor à pilha. Em Cuiabá o primeiro rádio à bateria vendido por Nelson de Souza Pinheiro foi para um homem chamado João, cuja família era da ribeirinha comunidade de Passagem da Conceição (atualmente Várzea Grande), mas que morava na região de Brotas, hoje cidade de Acorizal.

> Bom! A maior venda era ligada à eletricidade. Mas tinha muitos [rádios] que eram à bateria. E tinha os aparelhos que também eram mistos: que ligavam na bateria e na eletricidade. (...). Eu sei que era duplo: desligava num e ligava noutro botão. Então, tinha bateria, bateria de automóvel. Depois que veio bateria seca. Depois veio bateria de bastão. Aí já foi a evolução dos aparelhos. (...). Acumulador era a bateria de automóvel. No interior não tinha luz. Então colocava um cata-vento. O cata-vento recarregava a bateria, o acumulador. O acumulador abastecia o rádio.[150]

Havia pelo menos dois aparelhos *Philco* com acumulador em Santo Antônio de Leverger. Um era de Eutálio Bicudo, em 1939, e o outro de Bernardo Oliveira, em 1942. Ambos foram consertados por Deodato Gomes Monteiro. O radioamador consertou outros equipamentos de moradores de Santo Antônio, como um *Philips* do tenente Josoé, em 1941. Mas não há referências se este aparelho funcionava à pilha ou com acumulador. O mesmo ocorre em relação à maioria dos rádios consertados para a cidade de Cáceres. Apenas o aparelho do tenente Vicente Monteiro de Castro, proprietário de um *RCA* com acumulador, em 1941, e o *RCA de seis válvulas com by-pass* de Átila Silva, 1943.

---

148. População de 1940 *apud* MONTEIRO, Ubaldo. *Várzea Grande. Passado e presente confrontos (1867-1987).* Cuiabá: Policromos Editora Gráfica Ltda, 1989, p. 229.

149. *Ib.,* p. 60.

150. Depoimento de Nelson de Souza Pinheiro em 05 mai 2004.

O mesmo pode ser verificado nas anotações sobre os aparelhos consertados por Deodato Gomes Monteiro entre 1936 e 1945 para a *Colônia Sangradouro.*[151] Apenas um receptor, um *Crowne,* corrigido em 1942, foi identificado que funcionava a partir de um *condensador-pass.* Nos demais só há especificações sobre a marca do aparelho, o tipo de onda que captava ou a quantidade de válvulas. Entre eles, está o *Sparton* de ondas médias e curtas e seis válvulas, consertado em 1936 a pedido do comerciante Francisco Laraia que o havia vendido. Aparelho da mesma marca, provavelmente o mesmo, foi corrigido em 1943, sob encomenda do Colégio Salesiano, como também em 1945, quando o serviço foi pago pelo padre Dom Corso. Este religioso tinha um *Crosley,* em 1944.

Outros salesianos também possuíam aparelhos receptores de radiodifusão. O vigário de Nossa Senhora do Livramento, padre Salvador Roquette, tinha um receptor *Zenith*, consertado em 1940 e 1942. Desta mesma marca era um dos aparelhos do frei Francisco Heraill, de Poconé, consertado em 1942 e 1943. Ainda neste ano ele encomendou o conserto de um rádio *Flórida* à pilha. Em Cuiabá, a Paróquia da Igreja de São Gonçalo tinha um *Sentinell* de nove válvulas em 1939. O padre Zeferino era dono de um *Philips*, em 1940. O padre Guilherme, de um *Zenith Mignon*, em 1941. E o monsenhor Dredeneuf, de um *RCA*, em 1944.

Também em 1944, o líder religioso de uma outra igreja também era ouvinte de radiodifusão. Era o pastor evangélico norte-americano Thomas Young. Ele tinha um receptor *Silverstone*. Thomas foi o terceiro diretor da South American Indian Mission em Mato Grosso. Esta missão atuou no Estado a partir de 1914. Forneciam escola, assistência médica e ensinamento religioso às nações indígenas Terena, na região sul, e Bororo, Pareci, Nhambiquara e Xavante, na norte. Young morou em Mato Grosso de 1935 a 1968, quando se aposentou e retornou com a esposa Bety para os Estado Unidos.[152]

Ainda em 1944 tornou-se seminarista salesiano Firmo Duarte Pinto. Em 2004, aos 76 anos de idade, padre Firmo lembrou que no Seminário da Conceição havia rádio, mas naquele tempo as programações captadas pelo aparelho não eram escutadas pelos jovens

151. A Colônia Sangradouro funciona até hoje numa fazenda de propriedade da ordem religiosa católica Missão Salesiana. Ela surgiu como entreposto para os missionários que iam para a região norte de Mato Grosso. Nas décadas de 1930 e 1940, viviam na Colônia padres e freiras que tinham como finalidade instruir filhos de peões de fazenda da região, além de índios do povo Bororo. Hoje atende também indígenas Xavante. A Colônia fica no atual município de General Carneiro, numa distância de 180 Km da sede deste, a 55 Km da cidade de Primavera do Leste e a 340 Km da capital Cuiabá. Faz fronteira com a Reserva Indígena Sangradouro, de 30 mil hectares, demarcada nos anos de 1980. Depoimento do padre André Castro, da Colônia Sangradouro, em 13 jul 04.

152. PÓVOAS, Lenine C. *Op. cit.*, 1996, pp. 234-5.

internos em qualquer ocasião. *No Seminário só quando, ia falar, presidente da República.*[153] Mas *na casa* dos familiares os jovens seminaristas *ouviam* estações radiodifusoras. A família de Firmo vivia na rua Barão de Melgaço, n° 36, próximo ao Campo D'Ourique, onde havia touradas e apresentações circenses. Na residência dos Duarte Pinto havia um aparelho receptor *Philips*. Uma das ouvintes mais assíduas era a mãe de Firmo, Maria Dimpina. Como redatora-chefe da revista *A Violeta*, em 1939, ela revelou o que ouvia e sentia em relação ao meio radiofônico.

> **Vozes que vem de longe**
>
> Meu estimado companheiro de longas horas, meu apreciado Philips, a ti esta modesta crônica.
>
> Sentada, comodamente faço, de vez emquanto [sic] girar tua faixa em busca das estações emissoras, bastante entusiasta que sou das vozes que vêem de longe.
>
> Das diversões foste a mais capaz de escravizar a minha vontade marcando um passo original na minha vida. Não posso, pois, deixar este fato sem um registo [sic].
>
> Tú tens a magia perigosa do sedutor e, para não cair em tuas malhas, para não ser teu escravo, só há um remédio um único remédio que não uso nem recomendo.
>
> Tú vieste perturbar o meu sono, o meu calmo sono de todos os dias, confesso.
>
> Nem os bailes com suas músicas atordoantes, nem o Circo armado a poucos metros da minha casa, com todos os tiros, palmas, músicas e gritos dos espectadores, nem o futebol, que criou partidos e conseguiu torcedores entre gentes de todas as idades e de todos os sexos, nem as touradas... mas, nem o Carnaval que transtorna o juízo de muita gente boa, nada foi capaz de conseguir o que fizeste isto é, afastar-me do leito até altas horas.
>
> Hoje... como o tempo muda! Emquanto [sic] de todas as estações emissoras, do nosso país não ouço o tradicional "boa noite" não resolvo a deixar-te..
>
> Se estou na P R A 9 e Souza Filho anuncia Carlos Galhardo "o cantor que dispensa qualificativos", tenho até receio que falhes, meu caro aparelho, sou, então, toda ouvidos mas aguardando já uma esperançasinha de escutar Carmen Miranda que conheci na Rádio Nacional, como uma das vozes mais simpáticas do mundo.
>
> Nesta estação Ernani de Barros rivalisa com o Souza Filho, razão pela qual não os distinguia de começo.
>
> Foste o portador, meu caro Philips do canto apreciadíssimo de Francisco Canaro pelo qual tanto me interessei, que quase me surpreendo batendo palmas para acompanhar aquelas que aplaudem o notável artista, cada vês que nos deleita com as harmonias de suas criações. Mariano, com as suas canções sertanejas ...., Haverá quem não o admire ? !
>
> Com que curiosidade não procuro e que de satisfação não sinto, ao ouvir anunciada a hora em que Muraro, o senhor do teclado, vai deliciar-nos com boas musicas ao piano.
>
> E assim, meu Philips, ao celebrar a queda da minha outr'ora invencível força de vontade derrubada pelo teu poder atraente, que não pude resistir, queiras aceitar

153. Depoimento do administrador do Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora de Cuiabá, Firmo Duarte Pinto Filho, em 22 out 2003. Ele nasceu em 16 de janeiro de 1928 e ordenou-se padre na década de 1940, na ordem religiosa salesiana.

> minhas homenagens que torno extensivas desde a memória de Marconi, o grande, o celebre Marconi, até todos aqueles que contribuem para o completo desenvolvimento da radio cultura afim de que as mais belas lições de civismo, de arte, de literatura sejam conduzidas pelo mundo afóra contribuindo eficazmente para o desenvolvimento educacional de todos os povos.
>
> Maria Dimpina[154]

O pioneirismo marcou alguns momentos da vida de Maria Dimpina Lobo Duarte. Em 1909 ela foi a primeira moça a se bacharelar em Ciências e Letras no Liceu Cuiabano, até então uma instituição exclusiva para rapazes. Dimpina foi a primeira mulher mato-grossense a ser aprovada como servidora pública, num concurso dos Correios para o cargo de postalista. Fundou a *Federação Mato-grossense pelo Progresso Feminino* e a *Escola Doméstica Dona Júlia Lopes de Almeida*. Com este mesmo nome, criou, em 1916, com outras mulheres um Grêmio Literário, que editava a revista *A Violeta.* A redação da revista funcionava na própria residência de Maria Dimpina. Na crônica *Vozes que vem de longe* ela revelou a relação que, como ouvinte, mantinha continuamente com um aparelho receptor de radiodifusão.

A começar pelo título *Vozes que vem de longe* é possível notar que em 1939 em Cuiabá eram sintonizadas estações radiodifusoras de fora do município, de muito longe, do Rio de Janeiro e São Paulo, como de outros países. O tratamento dado ao receptor como *meu estimado companheiro de longas horas* mostra que Dimpina ligava o rádio com freqüência durante um bom tempo. A programação radiofônica representava para ela um companheiro que ela estimava. Mas não era só o som que esta ouvinte cuiabana valorizava. O aparelho também. A expressão *meu apreciado Philips, a ti esta modesta crônica* significa a importância e o valor que Dimpina dava ao receptor, como também a intimidade que tinha com ele. A ponto de dialogar com o rádio durante a crônica.

A intimidade é tamanha entre a ouvinte e o aparelho que ela nem trata o receptor como rádio. Prefere chamá-lo de *Philips*. O que se caracteriza numa *metonímia* do tipo *sinédoque*. Metonímia *é a substituição de sentido de um termo por outro que com ele apresenta relação lógica e constante.* Quando nesta relação *a marca do produto substitui o produto* aí temos a *sinédoque*.[155] E era nesta relação de companheirismo e proximidade que, *sentada, comodamente,* Dimpina procurava sintonizar emissoras radiodifusoras externas a Mato Grosso, que a entusiasmavam. Uma delas era a carioca PRA9 Rádio Mayrink Veiga.

---

154. *A Violeta.* Ano XXIII. Cuiabá: 31 jul 1939, n° 254, pp. 7 e 10. Acervo IHGMT.

155. FARACO, Carlos Emílio e MOURA, Francisco Marto de. *Gramática: fonética e fonologia, morfologia, sintaxe, estilística.* São Paulo: Ática, 1997, 10ª edição, pp. 442-4.

> O rádio por suas características intimistas acaba estabelecendo uma ilusão de proximidade com quem o utiliza. A voz vai se tornando familiar, cativando o ouvinte, sugerindo idéias de forma intensiva e finalmente convencendo as pessoas. O apelo da voz, eivado de subjetividade, é mais forte que o apelo à razão, à lógica. No limite da irracionalidade, age o totalitarismo que se firma numa relação em que alguém que fala consegue atingir alguém que ouve.[156]

Além do hábito de se sentar próxima ao rádio e procurar a sintonia de alguma estação radiodifusora, Maria Dimpina também ficava à disposição do aparelho, como uma *escrava*, ouvindo a programação. Mesmo os programas radiofônicos de entretenimento a cativaram e a atraíram mais que os apelos sonoros de outras *diversões* concretas, próximas à residência dela, como *bailes*, *circo*, *futebol*, *touradas* e *carnaval*. A casa da família de Dimpina ficava próxima ao Campo D'Ourique, onde havia touradas e apresentações circenses. Nem assim ela ia aos espetáculos. No entanto, em relação ao rádio, ficava até *altas horas* fora da cama para ouvir o *boa noite!* dos programas de estações brasileiras. Dimpina enfatiza que as emissoras são *do nosso país* porque em Cuiabá eram captadas irradiações estrangeiras.

Na crônica, Maria Dimpina cita o nome de alguns locutores e artistas do rádio, especificando com elogios suas características vocais e musicais, como a simpatia de *Carmen Miranda* que ela conheceu na *rádio Nacional*, do Rio de Janeiro. Mas o clímax na crônica de Dimpina ocorre quando o *Philips* transmitiu o canto de *Francisco Canaro pelo qual tanto me interessei, que quase me surpreendo batendo palmas para acompanhar aquelas que aplaudem o notável artista, cada vês que nos deleita com as harmonias de suas criações.* Os ícones da programação radiofônica passam a fazer parte da realidade da ouvinte, como um grupo social próximo, íntimo.

> Com o esgarçamento das famílias extensivas, dos laços de compadrio e das relações de vizinhança na situação peculiar das grandes cidades, é muito mais nos ícones exibidos e repetidos à saciedade pelos meios de comunicação que as pessoas tendem a definir essa situação de reconhecimento familiar. O fato de eles não serem de carne e osso, mas reproduções fotográficas, imagens de cinema ou vozes de disco e rádio só ajuda nesse processo, já que a imagem fica resolvida num clichê visual ou auditivo e a estrutura psicológica num personagem típico, o que os torna por isso imensamente mais fáceis de assimilar do que quaisquer pessoas concretas, com suas contradições, complexidades de comportamento, mudanças constantes dilatadas pelo humor, saúde ou idade.[157]

156. NUNES, Márcia Vidal. *Op. cit.*, p. 58.

157. SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, p. 592.

Na crônica *Vozes que vem de longe* Maria Dimpina reconhece o poderio psicológico dominante das programações radiofônicas ao qual se rendeu. Tanto que homenageia o *Philips*, em nome dos pioneiros descobridores das ondas eletromagnéticas, com Guglielmo Marconi, como dos que, em 1939, faziam radiodifusão. Mas, além da programação de entretenimento, Dimpina conclui a crônica esperançosa de que *o completo desenvolvimento da rádio cultura* pudesse contribuir com *o desenvolvimento educacional de todos os povos* ao irradiar *lições de civismo, de arte, de literatura.*

As palavras finais da crônica de Maria Dimpina sintetizam um pensamento germinado no Brasil a partir da década de 1910 e defendido por intelectuais brasileiros sobre a construção da nação. Neste processo, a educação seria a única forma de se estabelecer a harmonia social e o progresso do país dentro da ordem. Para o antropólogo Roquette-Pinto, não caberia a substituição do trabalhador brasileiro e sim sua educação cuja responsabilidade era da elite culta do país. Um dos meios para isto, capaz de auxiliar *na tarefa cívica e patriótica de educar as grandes massas de brasileiros* seria o rádio. Este veículo teria capacidade de promover *a circulação do conhecimento e de idéias*, defendia Roquette, o radialista pioneiro no Brasil.

> O T.S.F[158] [...] representa o papel preponderante de guia director, grande fecundador de almas, porque espalha a cultura, as informações, o ensino prático elementar, o civismo, abre campo ao progresso, preparando os tabaréus, despertando em cada qual o desejo de aprender.[159]

Estas propostas de rádio educativo das décadas de 1910 e 1920 foram apropriadas na década de 1930 pelos governos de Getúlio Vargas. Em 1934, o presidente ressaltou a importância do rádio, como o cinema e os esportes, na *integração sócio-cultural do país* ao contribuir com a *educação mental, moral e higiênica* na *preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil.*[160] De disciplinador das massas, o rádio varguista, oscilou entre o pêndulo do projeto de radiodifusão educativa, surgido em 1936 no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, e a propaganda política feita pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de integração nacional e de construção do mito Vargas. Propaganda esta

158. TSF era a sigla de Telefone Sem Fio, como era conhecido o rádio. GURGUEIRA, Fernando. *A integração nacional pelas ondas: o rádio no Estado Novo.* São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, 1995, dissertação de mestrado, p. 43.

159. GURGUEIRA, Fernando. *Op. cit.,* pp. 50-3. *Cf.* ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Seixos rolados: estudos brasileiros.* Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia., 1927, pp. 235-6.

160. *Ib.,* p. 97.

intensificada com a ditadura do Estado Novo, a partir de 1937, visando um controle social do Brasil.

O que não significa que os ouvintes eram sempre hipnotizados pelo *canto da sereia* radiofônica. Na crônica, Maria Dimpina diz *que só há um remédio, um único remédio que não uso nem recomendo* para fugir da *magia perigosa do sedutor e, para não cair em tuas malhas, para não ser teu escravo.* A audiência tinha o poder de mudar, *girar o botão*, como Dimpina, ou simplesmente desligar o aparelho. Quer dizer: só haveria controle social via radiodifusão, uma radiocracia[161], se o rádio estivesse ligado; a pessoa, ouvindo; e a mensagem, influenciando.

> Assim a comunicação se tornou para nós questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos mas de re-conhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para re-ver o processo inteiro da comunicação a partir do seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí tem o seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos.[162]

Nas décadas de 1930 e 1940, quando a atuação das brasileiras ainda estava restrita à família e ao lar, Dimpina não era a única mulher que tinha um rádio na região de Cuiabá. Muito menos um *Philips*. Entre a população feminina cuiabana, também possuía aparelho desta marca, em 1942, Vera Correia de Almeida. Ela escrevia textos para a revista *A Violeta* e secretariava o Departamento de Saúde do Estado. Outra que tinha um rádio *Philips*, no ano de 1940, era Filhinha Serejo. Ela morava num sobrado na rua Pedro Celestino, vizinha à casa de Deodato Gomes Monteiro, próximo ao Largo da Mandioca. Também era detentora de um *Philips* a professora Isabel Campos. Outras mulheres e senhoritas cuiabanas eram proprietárias de outros aparelhos, como *Victor*, *Flórida*, *Pilot*, *Cruzeiro* e *Admiral*.

Diversificadas também eram as áreas de atuação dos profissionais masculinos, proprietários de um aparelho de rádio. Entre eles estavam os médicos Caio Corrêa (dono de um receptor de seis válvulas, em 1938) e Agrícola Paes de Barros (proprietário de uma radiola *Philips*, em 1940), o engenheiro Leônidas Mendes (rádio *Philips*, em 1944) e o advogado Mário Mota (*Philco*, em 1943). Também tinham aparelhos receptores os barbeiros João de Carvalho (*RCA Victor* de seis válvulas, em 1941), João Batista (*Philips*, em 1944) e José de Arruda (*Philips*, em 1945); o tintureiro Pedrito (*Sentinell*, em 1940), o leiteiro José Vieira (*Crowne*, em 1944). Ainda, os professores André Avelino Ribeiro (*Victor*, em 1940) e Nilo

161. O termo *radiocracia* refere-se ao uso do rádio como instrumento despótico. NUNES, Márcia Vidal. *Op. cit.*, p. 58.

162. MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Op. cit.*, p. 28.

Póvoas (*Philips*, em 1937) e o poeta pré-modernista Lobívar de Matos (um rádio sem identificação de marca, em 1943).

A variedade de ouvintes se estendia ao setor de transportes. Em 1940 havia instalado, num caminhão de Totó Ourives, um rádio *Philips*. Mas o receptor de radiodifusão mais encontrado nos veículos era a *Philco*. Em 1941, tinha um aparelho desta marca num automóvel do comerciante de veículos Pedro Biancardini e no carro de Avelino Chofer. Em 1942, mais um *Philco* estava instalado no veículo de Etervino Lemos e outro aparelho, no caminhão de Xuocré. Em 1943, havia receptor nos automóveis de Ditinho, Ari Spínola e Álvaro Duarte. Em 1944, no carro de José Vasconcelos e Ernani Griggi. Em 1945, no de Coutinho. Também havia aparelhos receptores de rádio instalados nos automóveis de Etelvino Lemos, Eutrópio Cruz, Adelino de Costa, José Fernandes e Peri Cardoso. Mas que não foram identificados pelo técnico em radioeletricidade Deodato Gomes Monteiro.

Entre 1940 e 1945 Deodato Gomes Monteiro consertou ou instalou 16 aparelhos receptores de radiodifusão em veículos automotores, entre automóveis e caminhões. *No ano de 1940, Cuiabá tinha 118 automóveis registrados pela Inspetoria de Veículos, um número ainda pequeno para cidade que começava a crescer. O Brasil estava com 40 milhões de habitantes e tinha 12.000 automóveis. Um carro para cada grupo de 357 pessoas.*[163] Por sua vez, Cuiabá possuía 54.394 habitantes. Uma média de um carro para cada grupo de 460 cuiabanos. Durante o Estado Novo, até a recepção de estações de radiodifusão em automóveis tentava-se controlar. *As repartições competentes só concederão licença para trânsito de veículo em que haja aparelho rádio-receptor mediante prova de pagamento da taxa de registro a que se refere o decreto-lei n° 2.979, de 23 de janeiro de 1941.*[164]

No transporte fluvial, a embarcação a vapor *Guaporé*, da empresa de navegação *Miguéis & Cia.*, tinha um rádio *Philips* de bordo, em 1938. Da mesma marca era o receptor, em 1936, do alemão Henrique Hesslein. Ele era em Cuiabá o representante do *Sindicato Condor Ltda.*, a empresa aérea de origem germânica que fazia a linha entre Mato Grosso e o Rio de Janeiro. No transporte rodoviário, as jardineiras da *Empresa Auto-transporte Sacadura*, que conduziam passageiros entre Cuiabá e Campo Grande, passaram a ser equipadas com aparelhos de rádio a partir de novembro de 1938.

A quantidade de receptores de radiodifusão que surgiram em Cuiabá na década de 1930 chamou a atenção do chefe de Polícia do Distrito Federal, o cuiabano Filinto Müller.

---

163. CORRÊA, Afrânio. *Os automóveis de Cuiabá - década de 20 e 30: história contadas com a leveza da crônica.* Rio de Janeiro: Litteris Editora, 1999, p. 134.

164. Artigo 1° do Decreto-lei federal n° 4.338, de 25 mai 1942. Coleção de Leis LEX, ANO VI, 1942, p. 279.

Até outubro de 1938, apenas Deodato Gomes Monteiro havia consertado e cadastrado 145 aparelhos. Em 29 de outubro desse ano, numa carta resposta ao amigo conterrâneo Lamartine Mendes - que tinha visitado recentemente a capital mato-grossense - Filinto relata com entusiasmo as novidades do município, que ele considera progressistas. Nas entrelinhas, o chefe de Polícia refere às *Obras Oficiais* do Governo do Estado, que seriam realizadas a partir de janeiro de 1939 sob o comando do irmão mais velho dele, Júlio Müller. Além de físicas, as novidades também eram imateriais, como a radiodifusão.

> Enfim, veio o progresso e na voz do rádio se extasia também a nova geração, ouvindo atenta o relato dos últimos acontecimentos mundiais ou a música distante dos cantores boêmios.
>
> Assim, Cuiabá singulariza-se, mais uma vez, pela felicidade com que soube reunir, em seu ambiente hospitaleiro, ao lado de costumes tradicionais, os novos surtos do progresso realizador.
>
> As construções modernas que se projetam e são executadas, contrastam, de forma agradável, com as que nos foram legadas pelo estilo passado.
>
> Oxalá possa o Júlio concluir, com o apoio dos bons amigos, o programa de renascimento que se traçou.
>
> Sob os auspícios do Estado Novo, que o grande Presidente Getúlio Vargas idealizou, Mato-Grosso há de reflorir, para felicidade do próprio Brasil.[165]

Neste trecho da carta de Filinto, o chefe de Polícia, frisa que, junto com o progresso, chegou em Cuiabá a radiodifusão. Mais precisamente, a audiência de estações radiodifusoras. Neste processo, Filinto considera progressista o fato da nova geração de cuiabanos ouvir extasiada, em Cuiabá, as notícias internacionais e as músicas de boemia. E estes *surtos de progresso realizador*, mesmo numa cidade com *costumes tradicionais*, foram possíveis porque a capital mato-grossense é singular. Tem um *ambiente hospitaleiro* que acolhe e permite a reunião de situações tão adversas.

A consideração do rádio como símbolo de progresso já havia sido usada no Brasil em 1922, quando da chegada desta inovação tecnológica no país. A radiodifusão foi usada como meio de transmissão dos discursos oficiais da Presidência da República durante as comemorações do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro. Os republicanos queriam romper com o passado colonial[166] e precisavam de ícones que simbolizassem a mudança. Então, os grupos dominantes fizeram do rádio, como do automóvel, do avião e da

---

165. Carta de Filinto Müller endereçada a Lamartine Mendes. Rio de Janeiro, 29 out 1938. Arquivo FM 33.04.28, pasta Chp-MT, documento III-29. Acervo CPDOC/FGV.

166. CALABRE, Lia. *Op. cit.*, 2002, p.10.

eletricidade, agentes do *progresso* e da *modernização* da *nação brasileira*. Apropriação também feita nos Estados Unidos para simbolizar o ritmo da vida acelerado pela indústria.

> Arranha-céus, túneis, pontes, estradas de ferro e gigantescos parques industriais são exemplos particulares do rápido crescimento industrial. Mas o melhor exemplo de nossa vida intensa e agitada pode ser encontrado no crescimento disso que se denomina rádio. Diferente dos outros exemplos mencionados, o rádio é ao mesmo tempo ciência, arte e indústria [...][167]

Semanticamente, o que diferencia esta simbologia moderna imposta ao rádio tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil, para o discurso de Filinto Müller é que este não vê ruptura entre o *moderno* e o *antigo* de Cuiabá. No tom conciliatório da missiva, o chefe de Polícia do Estado Novo visualizou *construções modernas* que *contrastam, de forma agradável*, com as de *estilo passado*. Para Alcir Lenharo, a *comunidade harmoniosa* era um dos significados almejados pela propaganda política estado-novista, principalmente no rádio. Pelo visto, nas comunicações restritas, como cartas, também. Lenharo acrescenta que *as manifestações públicas visavam atestar a impressão dessa comunhão nacional, desse bem-estar político, dessa aceitação das diretrizes impostas sem possibilidade de contestação.*[168] Mas havia vozes destoantes em Cuiabá nas décadas de 1930 e 1940.

Em dezembro de 1938, após a carta de Filinto, no início das *Obras Oficiais* em Cuiabá, o engenheiro responsável da construtora *Coimbra Bueno*, Cássio Veiga de Sá, se deparou com um questionamento público de alguns cuiabanos sobre a demolição de um barracão que funcionava como cinema da cidade. O local era chamado *Amor à Arte* e seria demolido, como foi, para a edificação do *Grande Hotel* e do *Cine Teatro Cuiabá*. Em respeito à tradição do lugar, a demolição foi adiada para janeiro de 1939 e em seguida ocorreram as construções. As duas obras trouxeram benefícios incontestes, mas foram realizadas sob imposição governamental, sem consulta popular. Uma característica de um período ditatorial.

Em março de 1939, o jornal estudantil *A Voz do Norte*, que divulgava propaganda política estado-novista, publicou o artigo *Barulho na cidade.* O texto, não assinado, reclamou do som perturbador provocado pelos aviões do Sindicato Condor, que sobrevoavam Cuiabá. O cronista considerou que o barulho das turbinas incomodava os moradores, acordando-os de seu sono e as aeronaves poderiam causar algum acidente devido à altura dos vôos. O artigo ainda alertou para os problemas de saúde que poderiam ser

---

167. GURGUEIRA, Fernando. *Op. cit.,* p. 46. *Cf.* AYLESWORTH, Merlin Hall. *National Broadcasting. In:* CODEL, Martin (editor*). Radio and its future.* New York: Harper & Brothers Publishers, 1930, pp. 25-37.

168. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política.* Campinas, SP: Papirus, 1986, p. 50.

causados pelo excesso de barulhos modernos, que eram combatidos pela polícia nos grandes centros do país. E lamentou:

> Infelizmente, já se vae infiltrando, em nossa "Cidade Verde", aquilo que alguns inconcientes bacôcos julgam progresso e civilização da "Cidade Maravilhosa" ou da Paulicéa. Porém o certo, é que devemos ressalvarmos [sic] desde logo dêsse mal, acostumando nos a respirar o arôma agradável da mansidão e da quietude que é o balsamo vivificador de uma população feliz.[169]

Já em julho de 1939, a revista *A Violeta* contra-atacou. No artigo *Um pouco de Cuiabá*, Benilde Borba de Moura, relata *a metamorfose por que passou a "Cidade Verde" de D. Aquino* desde 1927, época em que *Cuiabá assemelhava-se a uma velhota rabugenta de fisionomia encarquilhada e mal vestida.* Benilde chama de *Ingratos os filhos da terra que negam a evolução cuiabana.* Ela cita *os cumpridos colares de lâmpadas, reluzindo noite afora pelas avenidas aperfeiçoadas, as dezenas e dezenas de veículos modernos trançando ininterruptamente em suas ruas cheias de casas vistosas,* como também *as asas possantes de aviões essa sublime invenção do progresso,* como exemplo.

> Enquanto o governo vai cortando, brunindo, aperfeiçoando a parte física, destruindo as velharias do tempo colonial para satisfazer aos decretos de modernização, o certame cultural manifesta cada vez mais o desejo de conquistar o progresso tendo por centro de operosidade a "Rádio Cultura de Cuiabá, que atende à mais forte exigência da época.
>
> A R.C.C. é outra grande conquista desta geração que batalha pelo adiantamento desta cidade, assegurando-lhe vitória certa, destruindo todos os característicos de urbs antiquária.
>
> E existe ainda quem nascido de seu próprio seio, deseja negar a evolução de Cuiabá! Ingratos! Que diremos nós de tamanho "desprendimento" de um filho da terra que procura deprecia-la, amarfanhar-lhe a beleza?
>
> Ingratos! Cuiabá progride rapidamente.[170]

O choque de opiniões sobre os destinos de Cuiabá destoa do espírito de unidade pregado pelo Estado Novo, mas está em sintonia com uma cidade em metamorfose. O avião é uma *invenção sublime do progresso*, que faz um *barulho* menos ensurdecedor que os divergentes significados dados posicionamentos aos signos urbanos da capital de Mato Grosso nas décadas de 1930 e 1940.

---

169. "Barulho na cidade". *In: A Voz do Norte.* Ano I, n° 26, Cuiabá, 04 mar 1939. Acervo Aecim Tocantins.

170. O artigo "Um pouco de Cuiabá", de Benilde Borba de Moura, foi dedicado à integrante do Grêmio Literário Júlia Lopes, Bernadina Riche. Revista *A Violeta*. Ano XXIII, n° 225. Cuiabá: Grêmio Literário Júlia Lopes, 31 ago 1939, p. 12.

Para *A Voz do Norte*, *mansidão* e *quietude* eram o *bálsamo vivificador de uma população feliz.* Já a felicidade, para Filinto Müller, era o *ambiente hospitaleiro* de Cuiabá que permitiu a convivência pacífica entre *costumes tradicionais* e *os novos surtos do progresso realizador.* Situações incompatíveis para Benilde Moura. Ela entendia que a modernização da Cidade Verde dependia de ações governamentais que destruíssem fisicamente as velharias coloniais. Já o progresso, segundo ela, seria conquistado com iniciativas da sociedade no plano imaterial, como as experiências da radiodifusora *Rádio Cultura de Cuiabá.*[171] Vozes de uma cidade em transformação e sob pressão.

Acuada pelo município Campo Grande, que reivindicava o direito à hegemonia política de ser a capital de Mato Grosso. Discriminada enquanto região por não estar no litoral do Brasil e ainda ser tratada como uma selva habitada por índios selvagens e bandidos. Cobiçada pela propaganda estado-novista como um dos entrepostos da *Marcha para Oeste* em busca das riquezas minerais. Transformada arquitetonicamente pela Interventoria Federal no Governo de Mato Grosso para justificar os empréstimos liberados pela ditadura do Estado novo. Assim estava Cuiabá entre os anos de 1930 e 1940. Neste embate simbólico entre tradição e progresso é que se desenvolve a radiodifusão cuiabana.

171. Apesar de ser homônima, esta experiência de radiodifusão em 1939 em Cuiabá não é a *Rádio Cultura de Cuiabá*, que surgiu em meados da década de 1950 e até hoje está funcionando.

1.3 - DE OUVINTES A RADIALISTAS: A BUSCA POR RADIODIFUSÃO EM CUIABÁ

Mil novecentos e trinta e nove é considerado pela historiografia regional mato-grossense como um marco para a radiodifusão cuiabana. É neste ano que aconteceram algumas experiências com as ondas radiofônicas que se caracterizaram com as primeiras irradiações da emissora *A Voz do Oeste.* Passados 65 anos, esta estação ainda continua em funcionamento. Vez e outra a estação radiodifusora é tratada como *pioneira,* o que reforça o mito fundador de que foi em 1939 o início da radiofonia na capital de Mato Grosso. Contudo, há de se considerar que as experiências radiofônicas originárias de *A Voz do Oeste* foram fruto de pelo menos três vertentes. Por um lado, do misto processo da radiocomunicação brasileira: educativo, propagandístico e comercial. Por outro, do contexto político, econômico e cultural de Cuiabá nesta época. Ainda, da vontade e capacidade do grupo social que a colocou no ar.

Em nível mundial, as experiências públicas de radiotelefonia começaram na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil em 1919. Em 06 de abril deste ano, um grupo de *jovens de boa sociedade* de Recife, fundadores da Rádio Clube de Pernambuco e liderados por Augusto Pereira, já realizava as primeiras experiências de recepção radiotelefônica no telhado de um sobrado no bairro recifense de Santo Amaro.[172] Os clubes de rádio eram associações de amantes do novo veículo de comunicação, que se reuniam para comprar ou construir aparelhos e captar sons. No Estado de Mato Grosso o primeiro rádio-clube de que se tem notícia foi fundado em 25 de dezembro de 1924, no município de Campo Grande (que a partir de 1978 passou a ser capital do Estado de Mato Grosso do Sul). *Seus associados, na verdade, dedicavam-se apenas à recepção radiofônica, através de um aparelho de rádio receptor de grande alcance.*[173]

Por sua vez, a primeira estação que emitiu sons e vozes deflagrando o processo de radiodifusão no mundo foi a norte-americana Rádio KDKA, na cidade de Pittsburgh, Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos. Ela entrou no ar em 02 de novembro de 1920, quando transmitiu o resultado das eleições presidenciais norte-americanas. A iniciativa partiu da indústria de equipamentos elétricos Westinghouse Electric & Manufaturing Company.[174] Esta empresa trouxe para o Brasil, em 1922, uma estação radiodifusora de pequena potência

172. TINHORÃO, José Ramos. *Op. cit.* São Paulo: Ática, 1981, p.34.

173. *Gazeta Oficial.* Cuiabá, Tipografia Oficial do Estado de Mato Grosso. 06 out 1925, nº 5812, ano XXXVIII *apud* ALVES, Louremberg. *O rádio no tempo da radionovela.* Cuiabá: EdUFMT, 1999, p. 50.

174. GURGUEIRA, Fernando. *Op. cit.,* p. 16. *Cf.* DAVIS, H. P. *American Begninnings. In:* CODEL, Martin (editor). *Radio and its future.* New York Harper & Brothers Publishers, 1930, pp. 3-11.

(SPC) de 500 watts. O equipamento foi montado na Exposição Internacional do Rio de Janeiro durante as comemorações do Centenário da Independência. Em 7 de setembro desse ano a irradiação do discurso do presidente da República, Epitácio Pessoa, inaugurou oficialmente o início da radiodifusão brasileira. Na seqüência, ocorreram as iniciativas particulares.

No estande da Westinghouse na Exposição Internacional, os jovens da Rádio Clube de Pernambuco, financiados pelo industrial João Cardoso Aires, compraram um amplificador de som. De volta a Recife, adaptaram um transmissor de radiotelegrafia em um de radiofonia com potência de 10 watts. O que lhes possibilitou transmissões públicas a partir de 17 de outubro de 1922. Contudo, a primazia de fundador da primeira emissora de rádio do Brasil ficou com Rio de Janeiro. O antropólogo Edgard Roquette Pinto e o ex-professor dele, o cientista franco-brasileiro Henrique Morize, com o auxílio de técnicos como Elba Dias, Antonio Labre, Juvenil Pereira e Oscar de Souza Pinto, fundaram em 20 de abril de 1923, na Academia Brasileira de Ciências, a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.*

A primeira transmissão, em 1º de maio, foi uma palestra de Roquette para *amadores de T.S.R.*, recepcionada em aparelhos do tipo galena. Eram equipamentos montados pelos próprios ouvintes em *caixas de charuto*. Tinham cinco peças: *cristal de galena; regulador de contato da galena; indutor; condensador variável de sintonia e fones de ouvido.* Para funcionar, dependiam de uma *antena externa - geralmente esticada entre duas varas de bambu - e uma tomada de terra, invariavelmente a torneira da pia mais próxima.*[175] Esta estrutura rudimentar e artesanal de radiodifusão dependia de autorização governamental para funcionar. Inicialmente a *Rádio Sociedade* obteve autorização provisória do Governo Federal para transmitir programação noturna e licença, a título precário, para o uso de 536 aparelhos rádio-receptores do tipo *galena*.

Os aparelhos que não tivessem autorização governamental eram proibidos de funcionarem. *A polícia aprehendia as miseráveis 'Galenas' que eram denunciadas.*[176] Isto porque, desde 10 de julho de 1917, a Lei Federal n° 3.296 declarava que era de *exclusiva competência do Governo Federal os serviços radiotelegraphico e radiotelephonico no território brasileiro.*[177] Foi necessário que Roquette-Pinto, através da Academia de Ciências, deflagrasse uma campanha para que o Governo Federal editasse em 05 de novembro de 1924

175. TINHORÃO, *José Ramos. Op. cit.*, p. 36-7.

176. GURGUEIRA, Fernando. *Op. cit.*, p. 68. *Cf.* ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaios Brasilianos.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 73.

177. *Coleção LEX*. Actos do Poder Executivo, p. 356.

o Decreto n° 16.657. Este tratou do *regulamento dos serviços civis de radiotelegraphia e radiotelephonia.* Contudo, manteve as licenças para estações emissoras a título precário.

O Ministério da Viação e Obras Públicas - precursor do Ministério das Comunicações - poderia revogar as licenças se o concessionário da estação cometesse alguma infração nacional ou internacional; causasse qualquer perturbação aos serviços públicos das vias *radio-telegraphica ou telephonica, a telegraphica ou a telephonica com fio*; desrespeitasse as condições técnicas de instalação e utilização dos equipamentos; e usasse *a sua estação para fins differentes dos que tivessem declarados no pedido de licença.*

Entre as finalidades da *radiotelephonia* não poderiam constar *notícias internas de caracter político.* Era proibida a propagação destas pelas estações *radiodifusoras sem permissão do Governo* Federal.[178] O Poder Executivo também reservava *para si o direito de permitir a diffusão radio-telephonica (broad-casting) de annuncios e reclammes comerciaes.*[179] O Governo ainda poderia *requisitar, por utilidade pública, os serviços de qualquer estação emissora.*[180] A radiodifusão estava isenta de qualquer taxa a ser paga ao Governo, mas seria autorizada somente a sociedades nacionais, *legalmente constituídas, que se propusessem exclusivamente a fins educativos, scientíficos, artísticos e de benefício público.*[181]

Por um lado, estas regras do Decreto de 1924 impediam o próprio Governo Federal do presidente Arthur Bernardes de usar as estações radiodifusoras como meio intensivo de propaganda política. O que contribuía para que a programação das emissoras tivesse características de diversão e de entretenimento[182] e a veiculação de publicidade comercial fosse liberada sem autorização quase uma década depois, em 1932. Por outro lado, as restritas finalidades educativas, científicas e artísticas em benefício do público, embasaram a argumentação da campanha de Roquette-Pinto pela regulamentação e, conseqüente, popularização do rádio no Brasil. Também mostram uma das tendências mundiais do uso do rádio.

---

178. Parágrafo 2° do artigo 51 do Decreto n° 16.657, de 05 de novembro de 1924. Coleção LEX. Actos do Poder Executivo, p. 356.

179. Parágrafo 1° do artigo 51 do Decreto n° 16.657, de 05 de novembro de 1924. Coleção LEX. Actos do Poder Executivo, p. 356.

180. Artigo 55 do Decreto n° 16.657, de 05 de novembro de 1924. Coleção LEX. Actos do Poder Executivo, p. 357.

181. Caput do artigo 51 do Decreto n° 16.657, de 05 de novembro de 1924. Coleção LEX. Actos do Poder Executivo, p. 356.

182. GURGUEIRA, Fernando. *Op. cit.*, p. 71. *Cf.* SOUZA, José Inácio de Melo. *Ação e imaginário de uma ditadura: controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo.* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: ECA-USP, 1990, p. 50.

Fernando Gurgueira aponta que o domínio governamental sobre a radiodifusão e o uso da mesma como instrumento educacional são características do uso mundial do rádio - este artefato cultural e técnico - pelos países no início do século XX. *A emergência das massas no cenário sócio-político instaurou a busca de instrumentos que fosse além do âmbito repressivo e do controle puro e simples. Buscava-se também, sem deixar esses componentes de lado, a configuração de mecanismos mais sutis de dominação.*

Entre estes mecanismos, destacaram-se os novos artefatos de comunicação, como o rádio. Além de transmitir informações e conhecimentos, poderia *educar as massas.* Entre o final do século XIX e o início do XX várias correntes de pensamento, como *instrumentalismo de John Dewey* viam a Educação como agente transformador social das massas. Estas, sendo instruídas, teriam seus níveis *moral* e *espiritual* elevados com o direcionamento de suas *energias* para o *progresso moral e material da nação*.

O domínio e uso da radiodifusão com fins educativos passaram a ser disputados nas décadas de 1920 e 1930, por grupos sociais que compunham os governos, a iniciativa privada e os setores educacionais em vários países. Na Inglaterra, a *Britsh Broadcasting Corporation (BBC)* criou a *Central Council for Broadcast Adult Education*. Na Alemanha, a *Berliner RundFunk* instalou a *Deutsch Welle*. Na Suécia, a companhia estatal *Radiojanst* colocou em prática o centro de conferências sobre a radiodifusão educativa. Na Itália foi criado o *Rádio Rural.*[183] No Brasil um dos setores que propôs o uso educacional da radiodifusão foi a Associação Brasileira de Educação (ABE).

Em meados da década de 1920, o Conselho Diretor ABE sugeriu aos governantes estaduais do Brasil um plano de *utilização do cinema e da radiodifusão* (então identificada como radiotelephonia) como instrumentos de *educação* dos brasileiros. No caso de Mato Grosso, o ofício da Associação foi enviado ao presidente do Estado de Mato Grosso, Coronel Pedro Celestino Correia da Costa, em 1925.

> "Associação Brasileira de Educação
>
> Rio, 29 de agosto de 1925
>
> Exmo. Sr. Presidente:
>
> A Associação Brasileira de Educação, no empenho de servir á maior das causas nacionaes, elaborou, por seu Conselho Director, as bases -que com ete cabe-me a honra de apresentar a V.Ex., como aos demais Estados do Brasil de um plano de utilização systematica do cinematographo e da radiotelephonia em proveito da educação dos nossos concidadãos.

183. *Id.,* p. 21. *Cf.* ESPINHEIRA, Ariosto. *Rádio e educação.* São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1934, pp. 82-101.

> Esses dois preciosos instrumentos vão sendo, em toda a parte, aproveitados para fins analogos, com resultados maravilhosos. No Brasil, a enorme área territorial em que se dissemina a população escassa, e a grande porcentagem de adultos destituídos de cultura, até mesmo analphabetos - aconselham ainda mais, a adopção generalizada, systematica, intensiva, desses meios de diffusão de ensinamentos.
>
> Nem é preciso dizer a V.Ex. que, através dessa diffusão de ensinamentos, se ha de conseguir, ao mesmo tempo, reaffirmar e revigorar a solidariedade nacional, estreitando os pensamentos communs que unem todos os brasileiros.
>
> A A.B.E. inspirou-se fundamentalmente na experiencia de outros paises civilizados, attendendo, porem ás peculiaridades das nossas proprias condições. Evitou, no entanto, formular um projecto completo, para que, em cada caso, em cada Estado, seja possivel estabelecer dispositivos attinentes as circunstancias legaes.
>
> Qualquer que seja a modalidade preferida, o que a A.B.E. deseja é que alguma coisa se faça, de prompto, com largueza e enthusiasmo no sentido exposto e invocanco a esclarecida attenção de V.Ex. para o problema, pede venia para offerecer, desde já, a V.Ec. a sua colaboração, muito dedicada e inteiramente graciosa, para tudo o em que possa servir á realização do alvitre que V.Ec. adoptar.
>
> Valho-me deste ensejo para apresentar a V.Ex. as homenagens da A.B.E. e a minha mais distincta consideração.
>
> Ao Exmo. Sr. Coronel Pedro Celestino Correia da Costa
>
> DD. Presidente do Estado de Matto Grosso
>
> Cuyabá, Estado de Matto Grosso
>
> [assina]: Levy Carneiro - Presidente[184]

O discurso da ABE, em meados da década de 1920, é embasado em experiências de outros países ditos *civilizados* que já tinham usado a radiodifusão como meio de disseminação educativa. A Associação também entendia que, no caso do Brasil, a nova técnica deveria ser empregada por causa das características do país. Tinha uma enorme extensão territorial, com baixa densidade demográfica, com muitos adultos sem *cultura* e até *analphabetos*. Quer dizer: esses pretensos problemas brasileiros seriam supridos com as características do rádio. Este era um instrumento que poderia popularizar o conhecimento, transmitindo mensagens para diferentes regiões, independente da distância, numa ação educacional simultânea e para uma massa populacional. *As canções e as palavras atravessam fronteiras, vencem o isolamento imposto pelo espaço, importam cultura aos países usando as asas invisíveis das ondas [radiofônicas] com o mesmo custo para todos: é o ruído dentro do silêncio.*[185]

184. Arquivo Público de Mato Grosso, Lata ano 1925, Pasta: "Correspondência enviada ao Presidente do Estado" *apud* MÜLLER, Lúcia. *As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República.* Niterói: Intertexto, 1999, p. 66.

185. GURGUEIRA, Fernando. *Op. cit.*, p. 16. *Cf.* ARNHEIM, Hudolf. *Estética radiofônica.* Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1980, p. 16.

Diante das necessidades brasileiras e as características radiofônicas, a ABE propôs aos governos estaduais o uso generalizado, sistemático e intensivo *desses meios de diffusão de ensinamentos.* Difusão que significava *transmissão unidirecional*, diferente de uma comunicação com envio e recebimento de conhecimentos entre usuários das aparelhagens de fala e audição da radiodifusão. As concepções teóricas conflitantes de um rádio educativo para *transmitir* ou *comunicar* conhecimentos existiram, por exemplo, na Alemanha, durante a República de Weimar. Os setores conservadores defendiam o rádio como *um instrumento de transmissão unilateral das idéias e dos valores presentes na tradição cultural alemã.* Para os *'progressistas' (ligados a um projeto revolucionário), o rádio seria um instrumento de comunicação no sentido dialético, capaz de despertar nas massas a consciência de revolução social.*[186]

Entre os progressistas, estavam os intelectuais alemães Bertolt Brecht e Walter Benjamin. Segundo Sabine Schiller-Lerg, ambos queriam libertar o rádio do significado de uma *usina gigantesca de educação pública* para transformá-lo num instrumento artístico, mais próximo dos ouvintes.[187] Mas havia uma diferença entre estes dois intelectuais amigos em relação ao uso do poder comunicacional do rádio. Benjamin - que palestrou e escreveu peças radiofônicas, entre 1924 e 1933, em emissoras de Frankfurt e Berlim - via na radiodifusão uma forma revolucionária de aprendizagem. Antes do rádio as formas tradicionais de popularização do conhecimento, como livros, estavam subordinadas a um *modelo científico de divulgação.* Por sua vez, o rádio permitia uma *interação* entre o *saber* e o *público*, uma via de mão dupla, que sintetizava a *comunicação dialética* que deveria existir como função social do rádio.

> Pois aqui [no caso do rádio] se trata de uma popularidade que não apenas orienta o saber em direção ao público, mas ao mesmo tempo orienta o público em direção ao saber. Em suma o interesse autenticamente popular é sempre ativo, transforma a matéria do saber e atua sobre a própria ciência.[188]

Por sua vez, em *Teoria do rádio (1927-1932),* Bertolt Brecht critica a ideologia que originou a radiodifusão, para atender interesses mercadológicos do capitalismo, e o uso

186. *Id.*, p. 22.

187. *Id.*, p. 22. *Cf.* SCHILLER-LERG, Sabine. "Walter Benjamin, radio journalist: theory and pratice of Weimar radio". *In: Journal of Communication Inquiry.* Iowa: Center for Communication Study, 1989, p. 44.

188. *Id.*, p. 25. *Cf.* BENJAMIN, Walter. "O que os alemães liam enquanto seus clássicos escreviam". *In:* BOLLE, Willi (org.) *Documentos de cultura: documentos de barbárie.* São Paulo: Ed. Cultrix/EDUSP, 1986, p. 86.

que se fazia da programação radiofônica, unidirecional, para dominar e controlar a massa de ouvintes. Para democratizar o rádio, Brecht defende a irradiação de mensagens que vão além da reprodução e da transmissão de informações. Para ele, o rádio deveria estabelecer *um canal político de comunicação entre o público e os governantes, entre a sociedade e o poder, para as ações políticas se tornassem decisões coletivas.*[189] Ou seja: o ouvinte deveria ser instruído, mas também poderia instruir. *Ou seja, ouvir ao rádio-escuta, mas também fazê-lo falar; não isolá-lo, mas pôr-se em comunicação com ele. A radiodifusão deveria, em conseqüência, afastar-se daqueles que a abastecem e constituir os rádio-ouvintes como fornecedores.*[190]

Diferente destas comunicações dialéticas revolucionárias e próxima da noção conservadora de radiodifusão se posicionou a Associação Brasileira de Educação no comunicado ao Governo do Estado de Mato Grosso. A entidade reitera que, *através dessa diffusão de ensinamentos, se ha de conseguir, ao mesmo tempo, reaffirmar e revigorar a solidariedade nacional, estreitando os pensamentos communs que unem todos os brasileiros.* Maria M. Chagas de Carvalho afirma que o projeto pedagógico da ABE era um programa de ação social que visava principalmente valorizar a educação como instrumento que controlasse a sociedade e formasse a *nação*. Nação que seria conduzida pelas *elites.*[191]

Roquette-Pinto teve um posicionamento semelhante ao da ABE. Seguindo o pensamento de Alberto Torres, ele criticou o abandono em que estava o povo brasileiro e defendeu uma *organização nacional* comandada pelas *classes cultas.*[192] Estas deveriam deflagrar o processo de educação do povo e de circulação de idéias e riquezas. Um dos meios para isto era o rádio. O que, segundo Fernando Gurgueira, contribuiu inicialmente para uma programação elitista voltada ao *universo-cultural das classes dominantes*, como a veiculada pela *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.*

Esta programação radiofônica começou a ser mudada entre 1928 e 1935. Nesta época foram instaladas no Brasil agências de publicidade norte-americanas, que passaram a priorizar a propaganda radiofônica na divulgação de produtos de empresas transnacionais.[193]

---

189. *Id.,* p. 27.

190. *Id.* Cf. BRECHT, Bertolt. "Teoria de la radio (1927-1932)". *In: El compromisso em literatura y arte. 2*ª edição. Barcelona: Ed. Península, 1984, p. 89.

191. *Id.,* p. 51. *Cf.* CARVALHO, Marta M. Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931).* Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1986.

192. *Id.,* p. 52. *Cf.* ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaios de antropologia brasiliana.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, pp. 123-4.

193. JAMBEIRO, Othon (et al.). *Op. cit.,* p. 17.

Soma-se a isto o fato do Decreto 21.111, de 1932, ter aberto a possibilidade, mesmo de forma restrita, da veiculação de publicidade comercial no rádio. Fatos que forçaram as emissoras a se profissionalizarem e popularizarem, aumentando a concorrência entre elas. Em 1936, Roquette-Pinto, sem condições financeiras de manter a PRA-2, *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, doou a emissora para o Ministério da Educação e Saúde sob a condição do Governo Federal manter o caráter educativo da estação.[194]

Já na capital de Mato Grosso, experiências do radioamador Deodato Gomes Monteiro em equipamentos de radiotelegrafia do Palácio do Governo possibilitaram, a partir de 13 de fevereiro de 1934, da criação de um serviço de radiodifusão cuiabano denominado *Rádio Sociedade de Cuiabá* ou *Rádio Educadora de Cuiabá.*[195] Por esta foram veiculados, via ondas curtas de 32 metros, programas lítero-musicais e discursos políticos. O presidente da Sociedade, o desembargador José Barnabé de Mesquita (1892-1961), *em breve e incisiva oração exaltou as vantagens que nos advirão com a montagem duma efficiente estação radio-difusora, que levará a todos os pontos do Brazil, e mesmo do exterior, o índice das nossas artes, letras, enfim, da nossa cultura.*[196]

Os pioneiros da experimental *Rádio Sociedade/Educadora de Cuiabá* criaram duas comissões para prosperar a empreitada. Uma deveria elaborar estatutos e a outra, buscar financiamentos. Organização que não evitou a efemeridade dessa iniciativa. Contudo, vale salientar o posicionamento do presidente da entidade, o desembargador e presidente do Tribunal de Apelação (hoje de Justiça) de Mato Grosso, José de Mesquita. Ao defender uma irradiação a partir de Cuiabá *a todos os pontos do Brazil, e mesmo do exterior,* o magistrado mato-grossense, no mínimo, inverte o processo de *difusão unidirecional*, criticado por Brecht. Para não dizer que ele, de certa forma, propõe o estabelecimento uma *dialética* na *comunicação* radiofônica entre o mundo que fala e a Cuiabá que ouve e da capital mato-grossense locutora para um universo de ouvintes.

Mesquita também definiu o conteúdo a ser irradiado por uma eficiente *estação radio-difusora* a partir de Cuiabá para o mundo. Dentro da exigência educativa dos decretos do Governo Federal, ele propôs a divulgação do *índice das nossas artes, letras, enfim, da nossa cultura.* Barnabé de Mesquita havia sido um dos fundadores do Centro (depois

194. A emissora funciona até hoje no Rio de Janeiro com programação educativa, independente do governante que está na Presidência da República. É a Rádio MEC, na freqüência AM.

195. A denominação *Rádio Sociedade de Cuiabá* foi dada pelo *O Constitucional*, em 25 fev 1934. Já o nome *Rádio Educadora de Cuiabá* foi publicado pelo jornal *Folha do Norte*, em 22 mar 1934 *apud* GOMES MONTEIRO, João Alberto Novis. *Op. cit.*, pp. 70-1.

196. *Folha do Norte*, 22 fev 1934 *apud* MONTEIRO, João Alberto Novis. *Id.*, p. 70.

Academia) Mato-grossense de Letras, em 1921. Presidiu a instituição desta data até o falecimento dele, em 1961. Também dirigiu o jornal católico *A Cruz*, da Arquidiocese de Cuiabá. Entre 1919 e o surgimento da *Rádio Sociedade* em 1934, Mesquita já havia publicado 13 obras, entre poesias, discursos, contos e teses de Direito. Mas a divulgação reivindicada por Mesquita é do conjunto da cultura cuiabana.

No início dos anos de 1930, Cuiabá, como Mato Grosso, sofria discriminação de outras regiões do país. A precariedade de acesso rodoviário transformava a localização geográfica distante do litoral atlântico numa imagem de sertão inexplorado. Os conflitos com as populações indígenas mato-grossenses e as tentativas de civilizá-las reforçavam o sentimento de que o Estado era uma *selva* habitada por *selvagens.* As ações de bandidos e bandoleiros e crimes contra a vida - como o assassinato de 17 homens no *Massacre da Baía do Garcez*, em outubro de 1901 - justificavam o imaginário de violência em relação a Mato Grosso.

Independente das dificuldades de acesso rodoviário, dos conflitos sociais e os crimes que ocorriam em Mato Grosso, ainda no final da década de 1930 persistia o tratamento pejorativo em relação ao Estado. Tanto que vez e outra algum mato-grossense se insurgia contra esta discriminação que supunha Mato Grosso como um *cenário ideal para a filmagem duma película de "farwest".*[197]

A vontade de defender as qualidades de Cuiabá foi expressa através da radiodifusão na capital federal em 1938. A esposa do interventor mato-grossense Julio Müller, Maria Ponce de Arruda Müller, aproveitou a estada do casal no Rio de Janeiro - em busca de recursos no Orçamento Geral da União para obras no Estado - para homenagear a população cuiabana. No 219° aniversário de fundação da capital mato-grossense, em 08 de abril, a primeira-dama comentou sobre a fundação de Cuiabá. A conferência foi dada no Instituto de Música do Rio de Janeiro, sendo irradiada pela rádio do Ministério da Educação. Inicialmente, a intenção era de que o discurso de Maria Müller fosse transmitido por três estações radiodifusoras controladas por concessionários particulares: *Tupy*, *Guanabara* e *Educadora*.

Em Cuiabá, o discurso radiofônico da esposa do interventor foi considerado pelo prefeito da capital mato-grossense, Isác Póvoas, como sendo uma *legitima victória, de um authentico galardão para as letras femininas da nossa terra*. Também, a conquista de *um*

197. Trecho do artigo "Mato Grosso desconhecido, vem mantendo uma útil e inteligente colaboração no Correio Carioca, conceituado jornal publicado no Rio de Janeiro", de Lenine de Campos Póvoas. *In:* revista *A Violeta*. Cuiabá: Grêmio Literário Júlia Lopes, 30 abr 1940, ano XXIII, n° 263, seção "Noticiário", p. 17. Acervo IHGMT.

lugar à parte para Mato Grosso entre as demais unidades da Federação, no que concerne ao aprimoramento das letras femininas do paiz. Maria Müller era membro da Academia Mato-grossense de Letras e presidente do Grêmio Literário Júlia Lopes. Mas o comentário do prefeito não foi sobre o que ele ouviu através de um aparelho receptor de radiodifusão e sim em relação ao que ele leu no noticiário do *serviço telegráphico do Diário Official* de Mato Grosso.[198]

A dificuldade de captação de estações radiodifusoras brasileiras em Cuiabá foi um dos problemas apontados no artigo *Rumo Oeste*, publicado em 29 de agosto de 1939, na terceira edição do jornal *O Estado de Mato Grosso*. O texto frisou a necessidade de se desenvolver a radiofonia em Cuiabá, para defender a cultura nacional contra a influência de emissoras estrangeiras, principalmente argentinas. Mas desde que as ondas fossem propagadas por uma potente emissora de radiodifusão a partir do Rio de Janeiro, então capital federal. Além de entender uma situação mato-grossense, o artigo defendia que a radiodifusão deveria contribuir com o nacionalismo e a marcha para o Oeste, pregados pela ditadura do Estado Novo. Assim, o rádio poderia contribuir para a integração das populações espalhadas pelo território brasileiro.

> **Rumo Oéste**
>
> O brado vitorioso do sr. Getulio Vargas, da marcha para o Oéste, imprimindo novos rumos às velhas e lendárias bandeiras, está a exigir, primacialmente, a organização de uma transmissora de rádio, em ondas curtas e longas, que deveria funcionar permanentemente, na capital da Republica, com a potência necessária para atingir com vantagem, os mais longínquos recantos do país.
>
> Seria colocar todos os núcleos de população esparsos por todo o vasto território brasileiro ao alcance da voz do Brasil, durante todo o dia e, não apenas nos poucos instantes reservados à "hora nacional".
>
> Seria, sobretudo, como obras de nacionalismo, evitar se vissem os brasileiros do extremo Oéste obrigados a manter seus rádios sintonisados, durante todo o dia, em estações estrangeiras, notadamente argentinas, que são as que mantêm irradiação permanente em ondas curtas...
>
> Talvez se ignore no Rio e S. Paulo que as transmissões em ondas longas e médias das estações nacionais somente à noite são ouvidas em Mato Grosso e que, estamos, nessas condições, debaixo da influência Argentina.
>
> As transmissões dos programas esportivos, culturais e artísticos, da capital federal, que não se realizam à noite, quando não patrocinados pela estação de ondas curtas do Departamento Nacional de Propaganda deixam de ser feitas "para o Brasil inteiro", como aprogôam (sic) os speakers, mas somente para os Estados vizinhos da capital da República.

198. "Duas notícias". Seção "Várias Notícias". *In: Diário Official*. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 10 abr 1939, pp. 2-3.

> Que se faça, do rádio, no Brasil, um fator de nacionalização e o pioneiro do "Rumo ao Oeste". Poderoso instrumento de propaganda, constitúe ele, no século em que vivemos, o élo mais forte de aproximação e a força mais viva de realização no campo espiritual e político-social.[199]

A autoria do *Rumo Oeste* não foi identificada pelo jornal *O Estado de Mato Grosso*. O que não impede de entendermos os interesses defendidos por ele. Este periódico surgiu oficioso, para dar sustentação à interventoria federal de Júlio Strübing Müller no Governo de Mato Grosso. O jornal era de propriedade do advogado e presidente do Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso, Archimedes Pereira Lima. Este era originário do município mato-grossense de Campo Grande e atuou na imprensa carioca nos anos de 1930. Lima havia sido enviado a Cuiabá pelo jornal *Gazeta de Notícias*, em dezembro de 1936, para cobrir o atentado à bala contra os senadores mato-grossenses Vespasiano Martins e João Vilas-boas, e passou a morar na capital de Mato Grosso.

Em 1937, com o afastamento do cargo e morte do governador Mário Correa da Costa, Archimedes foi um dos primeiros auxiliares nomeados pelo novo chefe do Poder Executivo mato-grossense. Júlio Müller foi eleito pela Assembléia Legislativa para o Governo do Estado em 04 de outubro de 1937. Dois dias depois Pereira Lima assumiu a direção da então *Tipographia Oficial de Mato Grosso*. Na mesma data Archimedes telegrafou para o irmão do governador, o chefe de Polícia Civil do Distrito Federal, Filinto Müller, hipotecando lealdade ao *chefe e amigo* enquanto tivesse ocupando o cargo, *onde estarei como sempre* [as] *suas ordens.*[200] Quando da inauguração da rotativa da *Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso*, em 14 de agosto de 1939, Archimedes convidou Filinto, alegando que o jornal *O Estado de Mato Grosso* estava *sob moldes e subordinado* [às] *diretrizes traçadas* [pela] *imprensa* [do] *Estado Novo.* Mais: que a compra da rotativa fazia parte do programa governamental estado-novista *Marcha para Oeste*.[201]

A política governamental da *Marcha para Oeste* foi elaborada no início do ano de 1938, um mês e meio após o golpe do Estado Novo, e aperfeiçoada nos anos seguintes da ditadura. Fundamentada na tradição bandeirante brasileira, ela defendia a exploração das riquezas naturais e minerais - como metais, petróleo e carvão - nos *vales férteis e vastos* para

---

199. *O Estado de Mato Grosso.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 29 ago 1939, edição nº 3, p. 2, 5ª coluna. Acervo NDHIR/UFMT.

200. Telegrama de Archmides Pereira Lima a Filinto Müller. Arquivo FM 33.04.02, pasta LIMA, Archimedes 1937-40, documento XXXIII-6. Acervo CPDOC/FGV.

201. Convite de Archimedes a Filinto para inauguração da Imprensa Oficial, em 17 jul 1939. **A**rquivo FM/MATO GROSSO, ChP Sips, documento 71. Acervo CPDOC/FGV.

que houvesse a *expansão do mercado interno* e o *progresso industrial* do Brasil. Para tanto, era necessário *supprir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos,*[202] fazer com que as *fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo*[203] O que levava ao desenvolvimento dos *meios de transportes* de cargas e dos *escoadouros de producção.* Para Alcir Lenharo, *a Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização.*[204]

Por sua vez, a expressão *Rumo Oeste*, que intitula o texto acima sobre radiodifusão reforça o sentido da marcha: é para o *oeste.* No caso do Brasil, é do *litoral* para o interior, o *hinterland* ou o *sertão*. Á época do lançamento da *Marcha para Oeste*, Cândido Mariano da Silva Rondon disse: *O Brasil não é o litoral. O Brasil é o sertão. O sertão a vastidão da nacionalidade, sublime orgulho da raça. Rumo ao sertão, portanto, se quisermos concorrer para a grandeza do Brasil e a sua integração na República.*[205] O litoral brasileiro, colonizado pelos estrangeiros, simbolizava o Brasil *desnacionalizado*, enquanto a interiorização do país significava o ser brasileiro. Logo, desenvolver a nação para o centro, ou oeste, do território não era uma doutrina, mas o *fatalismo da nossa definição racial.*[206] Convicção e sentido da marcha, reproduzidos no final dos anos de 1930 e na década de 1940 em crônicas publicadas pela imprensa mato-grossense.[207]

Conforme o artigo publicado pelo jornal *O Estado de Mato Grosso*, a radiodifusão deveria ser usada como um fator de *nacionalização e o pioneiro do Rumo ao Oeste.* A justificativa para tal argumentação era o fato do rádio ser *um poderoso instrumento de propaganda* que poderia unir os brasileiros de forma político-sócio-espiritual. A direção do periódico entendeu que, antes de realizar qualquer obra, era necessário o Governo Federal trabalhar a população por onde fosse passar a marcha. Para isto, nada melhor que o rádio. Nestor García Canclini, ao analisar o entrelaçamento dos meios modernos de comunicação

---

202. Discurso de Getúlio Vargas em 1° de janeiro de 1938 sobre Marcha para Oeste *In:* TOCANTINS, Aecim e TOCANTINS, Célia Lombadi Corrêa. *Philogônio de Paulo Corrêa: educador, historiador, homem de letras e parlamentar.* Cuiabá: Gil Gráfica Ltda, 1999, pp. 472-74.

203. Discurso de Getúlio Vargas em 1940. *In:* VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.* São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1979, 2ª edição. (Coleção Corpo e Alma do Brasil) p. 148.

204. LENHARO, Alcir. *Op. cit.*, p. 56.

205. Telegrama de Cândido Rondon ao Ministério da Viação e Obras Públicas, no primeiro bimestre de 1938. *In:* TOCANTINS, Aecim e TOCANTINS, Célia Lombadi Corrêa. *Op. cit.*, p. 474.

206. Discurso de Getúlio Vargas em São Paulo em 1939. *In:* LENHARO, Alcir. *Op. cit.*, p. 56.

207. Cf. ALMEIDA, Vera Corrêa. *Cuiabá, cidade mater. In:* revista *A Violeta.* Cuiabá: Grêmio Literário Júlia Lopes, 30 abr 1939, ano XXIII, n° 251, pp. 1-3. Também, OLIVEIRA, Samuel Pires. *Rumo ao Oeste. In:* jornal *A Voz do Norte*. Cuiabá, 14 jan 1939, ano I, n° 22, p. 1.

com a integração das nações latino-americanas, considera que a unificação de regiões não ocorre somente no plano físico. *Se fazer um país não é apenas conseguir o que se produz numa região chegue a outra, se requer um projeto político e cultural unificado, um consumo simbólico compartilhado que favoreça o desenvolvimento do mercado, a integração propiciada pelos meios de comunicação não contribui casualmente com os populismos nacionalistas.*[208]

Metaforicamente, era como se a onda radiofônica fosse uma bandeira, uma representante do Estado Novo, agindo em defesa, em prol da *Marcha para Oeste.* Aquela agiria da mesma forma quando uma bandeira colonial representava a Coroa portuguesa e defendia os interesses desta. *O chefe da bandeira concentrava todo o poder em suas mãos: executivo, legislativo, judiciário. (...). A bandeira não poderia subsistir sem uma autoridade. De acordo com [Cassiano] Ricardo, tratava-se de um Estado em miniatura.*[209] Segundo o pensamento do autor do artigo *Rumo Oeste*, era como se a radiodifusão fosse *profetizar* as diretrizes da *Marcha para Oeste* antes do início propriamente dito desta. O que não descartaria uma orientação, um comando anterior a propagação das ondas.

Em 29 de agosto de 1939, o artigo *Rumo Oeste* considerou que a *Marcha* exigia a *organização* de uma potente emissora de radiodifusão na *capital da República*, para *atingir com vantagem* e *permanentemente*, de dia e de noite, os mais *longínquos recantos do país.* Este trecho do texto assemelha-se muito com uma defesa feita em 20 de fevereiro de 1936 pelo diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Lourival Fontes enfatizou que a União deveria ter uma emissora e que a radiodifusão poderia suprir as restrições das comunicações no Brasil.

> Dos países de grande extensão territorial, o Brasil é o único que não tem uma estação de rádio "oficial". Todos os demais têm estações que cobrem todo o seu território. Estas estações atuam como elemento de unidade nacional. Uma estação de grande potência torna o receptor barato e, portanto, o generaliza. (...)
>
> Não podemos desestimar a obra de propaganda e de cultura realizada pelo rádio e, principalmente, a sua ação extra-escolar; basta dizer que o rádio chega até onde não

208. CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade.* Trad.: Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão, 3ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, (Ensaios Latino-americanos, 1), p. 256.

209. VELHO, Otávio Guilherme. *Op. cit.,*. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1979, 2ª edição. (Coleção Corpo e Alma do Brasil), p. 144.

> chegam a escola e a imprensa, isto é: aos pontos mais longínquos do país e, até, à compreensão do analfabeto.[210]

Ainda em 1936 o governo de Getúlio Vargas passou a ser dono do canal de radiodifusão que vinha sendo explorado pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro desde 1923. A condição imposta pelo doador Roquette-Pinto foi a *não utilização da emissora para outros fins senão o de desenvolvimento da cultura popular e jamais permitir a publicidade comercial ou a propaganda política.*[211] Ao invés de ficar subordinada ao Ministério da Justiça, que pretendia usá-la exclusivamente como meio de propaganda, a estação acabou nas mãos do Ministério da Educação e Saúde, passando a usar este nome. Em 1937, o Governo Federal criou o *Serviço de Radiodifusão Educativa*. Como conseqüência, obrigou as estações radiodifusoras brasileiras *a transmittir, em cada dia, durante dez minutos, no mínimo, seguidos ou parcellados, textos educativos, elaborados pelo Ministerio da Educação e Saude, sendo pelo menos metade do tempo de irradiação noturna.*[212]

Em 1939, já no Estado Novo, o Governo Federal criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Entre as finalidades do Departamento, estava a de *organizar e dirigir o programa de rádio-difusão oficial do Governo.*[213] Além disso, o DIP seria *dotado de uma estação radiofônica e radiotelegráfica.*[214] Em 1940 Getúlio Vargas baixou decreto incorporando ao patrimônio da União os jornais *A Noite*, *A Manhã* e a *Rádio Nacional*. Nesta emissora o Governo Federal aplicou verbas públicas na contratação de vários artistas, que popularizaram a programação e transformaram a *Nacional* numa porta-voz do ditador Getúlio Vargas, *o chefe da Nação*. A emissora era sediada no Rio de Janeiro e transmitia em ondas curtas com potência para atingir até o exterior. Condições técnicas exigidas pelo artigo *Rumo Oeste*: uma potente rádio, irradiada a partir da *capital da República.*

Desde o final do século XIX, o Rio de Janeiro passou a desempenhar no Brasil a função de *metrópole-modelo*, afirma Nicolau Sevcenko. O Rio de Janeiro era o centro

---

210. Depoimento do diretor do DPDC, Lourival Fontes, a Jayme Távora, redator da revista *Voz do Rádio*, n° 40, de 20 fev 1936. *In:* SAROLDI, Luiz Carlos & MOREIRA, Sônia Virgínia. *Rádio Nacional: o Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro: Martins Fontes/Funarte, 1988, 2ª edição, p. 13.

211. LOPES, Saint-Clair. *Comunicação radiofônica hoje.* Rio de Janeiro: Temário, 1970, p. 33 *apud* HAUSSEN, *Op. cit.*, p. 18.

212. Artigo 50 da Lei Federal nº 378, de 13 jan 1937, que *dá nova organização ao Ministério da Educação e Saude Publica*. A legislação tem 144 artigos e 19 vetos. Diário Oficial da União, 15 jan 1937, p.1.210-9.

213. Artigo 2, alínea p, *Ib*.

214. Em 1940, entre as 21 capitais brasileiras a mais populosa era a fluminense. O Rio tinha 1.764.141 habitantes; São Paulo, 1.326.261; Salvador, 283.443; e Cuiabá, 54.394. "Censo Demográfico (1940-1991)". *In: Anuário Estatístico do Brasil.* Rio de Janeiro: IBGE, 1999 (vol. 59).

político, cultural e, conseqüentemente, irradiador do país. Politicamente, o território carioca abrigava a sede do Governo Federal, que durante a ditadura do Estado Novo concentrou os principais poderes constitucionais do país nas mãos presidenciais de Getúlio Vargas. Além de sediar o governo central, ainda era a maior cidade brasileira, tinha o maior porto do país e servia de pólo de atração nacional e estrangeira. Era o principal centro irradiador do Brasil.

> O desenvolvimento dos novos meios de comunicação, telegrafia sem fio, telefone, os meios de transporte movidos a derivados de petróleo, a aviação, a imprensa ilustrada, a indústria fonográfica, o rádio e o cinema intensificarão esse papel de capital da República, tornando-a eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco de sua visibilidade e atuação em território brasileiro. O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima. É nesse momento e graças a essa atuação que o Rio se torna, como o formulou Gilberto Freyre, numa cidade "panbrasileira".[215]

Mas não bastava instalar uma emissora no Rio de Janeiro. O artigo *Rumo Oeste* também reivindicava que a estação tivesse uma transmissão potente e com irradiação *permanentemente.* A justificativa era a dificuldade de captação da programação radiofônica do Governo Federal no período diurno em Cuiabá. A partir de meados da década de 1930, o programa oficial *Hora do Brasil* passou a ser irradiado do Rio para o país em todos os dias úteis, no horário nobre da radiodifusão: *das 18h45min às 19h30min, em ondas médias e curtas, e das 19h30min às 19h45min, somente em ondas curtas.*[216] Devido ao fuso mato-grossense, estes horários valiam como referência uma hora a menos. Ou seja: das 17h45min às 18h30min em ondas médias e curtas e das 18h30min às 19h45 em ondas curtas. O que dificultava a captação nos aparelhos de rádio em Mato Grosso, no cair da tarde.

O texto *Rumo Oeste* frisa que, caso essa estrutura fosse mantida, os rádio-receptores instalados no território mato-grossense só captariam a programação radiofônica oficial da ditadura do Estado Novo quando as transmissões fossem no período noturno e em ondas curtas, de longo alcance, da estação do Departamento Nacional de Propaganda (DNP), antecessor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Do contrário, os programas de rádio estado-novistas só seriam ouvidos nas regiões próximas ao Rio de Janeiro, deixando de ser *para o Brasil inteiro*, como diziam anunciavam os locutores. Quer dizer: por uma

---

215. FREYRE, G. *O carioca Villa-Lobos. In:* BANDEIRA, Manuel e ANDRADE, Carlos Drummond (orgs.). *Rio de Janeiro em prosa & verso.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 531 *apud* SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, p. 522.

216. HAUSSEIN, Doris Fagundes. *Op. cit.*, p. 41.

limitação técnica de transmissão radiodifusora cairia por terra o discurso de *unidade nacional* feito e o *sentimento de comunidade* buscado pela propaganda estado-novista. Assim o vácuo territorial de audiência sem uma programação radiofônica brasileira acabava sendo dominado pelas transmissões de rádio estrangeiras, principalmente as argentinas.

> O meu [pai] ouvia muita rádio de fora. (...). [Ouvia] BBC de Londres, ouvia rádio italiana - ele era italiano - ouvia muita rádio da Argentina. (...). Anos 40 mais ou menos. (...). Ele escutava mais à noite, porque trabalhava durante o dia. Escutava rádio à noite, ficava às vezes até meia-noite no rádio. (...). No Telefunken. E sempre tinha gente, tinha visita lá que ia escutar. (...). Lá em casa, eu me lembro. Ihh!(...). O velho del Barco, Eduardo del Barco. Já ouviu falar? (...). Tem familiares dele aí - Eduardo del Barco - ele era argentino. Ele era argentino. Eu me lembro - Eduardo del Barco - ia muito lá casa. (....). Não sei onde ele morava. Sei que ele tinha muita amizade com meu pai e ia muito lá escutar rádio à noite. (...) Rádio vizinho. Quem mais que ele ia? (...) Criançada ia dormir e ele ainda ficava lá. No tempo da guerra, então, ichi. Da Segunda Guerra Mundial. (...)[217]

Na década de 1980, o historiador mato-grossense Lenine de Campos Póvoas lembrou-se da experiência que teve na juventude ao ser ouvinte em Cuiabá das radiodifusões argentina e brasileira.

> Era uma curiosidade imensa ouvirmos outros centros do Brasil e, principalmente, Buenos Aires, que sempre se ouviu muito bem em Cuiabá. Ficávamos sintonizados na "Rádio Stentor" daquela metrópole platina, que intercalava com notícias daquele País e lindos tangos, o anúncio até hoje utilizado por uma das maiores casas comerciais daquela cidade: "Casa Muñoz, Casa Muñoz, e o peso vale dos"...[218]

A captação de emissoras argentinas em Cuiabá, aliada a dificuldade de recepção das estações brasileiras, ameaçava a *nacionalização* proposta pelo artigo *Rumo Oéste*. Em primeiro lugar, porque o ouvir de uma língua estrangeira, no caso o espanhol, seria um impeditivo para que Cuiabá não permanecesse unificada com o português falado no país. Em 1940 Getúlio Vargas disse que o *Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território.*[219] Maria Helena Chauí ao refletir sobre os estudos de Eric Hobsbawn sobre a nação enquanto processo em expansão, comenta que *o território em*

---

217. Depoimento do médico Édio Lotufo, filho de José Lotufo, em 26 jun 2004. No final dos anos de 1930, Eduardo del Barco era servidor público na Diretoria de Terras Públicas do Governo de Mato Grosso. *Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 15 jun 1939, p. 5.

218. PÓVOAS, Lenine de Campos. *Op.cit.*, p. 178.

219. VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política do Brasil.* Ed. José Olympio, s.d., pp. 284-5 *apud* VELHO, Otávio Guilherme. *Op. cit.*, p. 147.

expansão só se unificaria se houvesse o Estado-nação, e este deveria produzir um elemento de identificação que justificasse a conquista expansionista. Esse elemento passou a ser a língua.[220]

Por fim, ainda é possível notar no artigo *Rumo Oeste* traços de *unicidade*, como nas expressões *uma transmissora de rádio* e *a voz do Brasil*. O que nos permite lembrar de que aquilo que é único não permite a diversidade, os outros, os diferentes. Ou seja: era uma rádio transmitindo e a nação ouvindo, como numa radiocracia. Além de excludente, o modelo de radiodifusão pregado pelo jornal *O Estado de Mato Grosso* em 1939 tem uma identificação com aquele modelo de *difusão unidirecional* criticado por Brecht. Conforme o artigo, a propagação radiofônica deveria ocorrer do Rio de Janeiro para *os mais longínquos recantos do país*. Este tratamento dado ao destino das ondas radiofônicas revela a referência do autor das linhas como sendo um olhar a partir da capital federal para o país. Radiodifusão exclusiva e unidirecional: características que não condiziam com as experiências e os posicionamentos cuiabanos nesta área.

Além da efêmera *Rádio Sociedade/Difusora de Cuiabá*, em 1934, ainda na década de 1930 houve outras tentativas de radiodifusão em Mato Grosso. Em 1935 estava em funcionamento no município de Campo Grande, na região sul do Estado, a *Rádio Clube*, emissora cujo processo para permissão para funcionamento foi acompanhado junto ao Ministério da Viação e Obras Públicas pelo chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller.[221] Este também acompanhou o processo de legalização da rádio *Difusora Matogrossense*, de Corumbá. Depois da perda da concessão para funcionamento desta emissora em 1939, a rádio foi inaugurada em 23 de setembro de 1940. E o acontecimento, comunicado à esposa do chefe de Polícia, Consuelo Müller, um dia depois.[222] Em 26 de agosto de 1939 entrou no ar a *Sociedade Rádio Difusora* de Campo Grande, com o prefixo PRI-7.[223]

É interessante atentar para o fato de que a primeira estação radiodifusora de Campo Grande entrou no ar no mesmo dia em que foi finalizada a primeira edição do jornal *O Estado de Mato Grosso*, sediado em Cuiabá. A coincidência de datas destes dois investimentos de comunicação ocorreu numa época em as regiões sul e norte de Mato Grosso já disputavam a hegemonia política do Estado. Campo Grande reivindicava o direito de passar

220. CHAUI, Marilena. *Op. cit.*, p. 18.

221. Arquivo FM 33.04.19 Chp/ad, pasta I, doc. 41. Acervo CPDOC/FGV.

222. *Ib.*, doc. 35.

223. TAVARES, Reynaldo C. *Histórias que o rádio não contou*. Cuiabá, Harbra, 1999, 2ª edição, p 58.

a ser a capital mato-grossense. A justificativa era de que o município cuiabano não dispunha de infra-estrutura básica para sediar o Estado. Os mudancistas do sul diziam que Campo Grande era ligada ao Rio de Janeiro e São Paulo por transporte ferroviário e aviões de até 18 lugares, enquanto Cuiabá dependia do acesso fluvial e de hidro-aviões para apenas quatro passageiros. O município cuiabano ainda era criticado por não ter *edifícios para instalar o governo e nem mesmo um hotel para receber visitantes.*[224]

Para compensar as críticas sulistas, a Interventoria de Júlio Müller contraiu um empréstimo de Cr$18.282.977,40[225] junto ao Governo Federal para modernizar Cuiabá, garantindo-lhe o status de capital. Assim foram construídas na capital 14 *Obras Oficiais*, entre as quais, a avenida Getúlio Vargas, o Grande Hotel, o Cine-Teatro Cuiabá, a Secretaria Geral do Estado, o Palácio da Justiça e o Colégio Estadual. Todas estas obras, construídas no centro de Cuiabá. O Governo de Mato Grosso também construiu, entre 1939 e 1945, uma estação elevatória de água e outra, de tratamento; a ponte Julio Müller, ligando a região do Porto, em Cuiabá a Várzea Grande; uma maternidade; o hotel Águas Quentes; a Residência Oficial dos Governadores; uma usina de pasteurização de leite e um pavilhão de exposição agro-pecuária. Além das 14 *Obras Oficiais* concretas, havia também as imateriais.

Fora de Mato Grosso, a Interventoria Federal procurou eximir o território mato-grossense da fama de região violenta, gerada por dezenas de assassinatos realizados por bandos, como o de Silvino Jacques, como também por crimes de ordem política, como o do massacre da baía do Garcez e o atentado contra os dois senadores mato-grossenses em 1936; e ainda o roubo de gado praticado por bandoleiros, inclusive na vizinha Bolívia.[226] Durante estada no Rio de Janeiro, entre janeiro e abril de 1938, Julio Müller concedeu algumas entrevistas à imprensa carioca. Buscou transmitir um sentimento de paz e prosperidade sobre Mato Grosso.

> As espetaculosas manchettes “Mato Grosso e o seu avanço civilisador” - “Vida nova para Mato Grosso” - “Mato Grosso caminha para o mais alto destino” - “A perspectiva de prosperidade que se abre para o grande Estado central” - e outras que vemos na gravura, registradas com destaque por órgãos da importância de “A Nação”, o “Diário Carioca”, “A Batalha”, “A Nota”, “A Noite” e outros, constituem motivo de justificado orgulho para os matogrossenses que, outrora, só viam o seu Estado focalisado na imprensa do Rio como terra de féras e índios.[227]

224. SÁ, Cássio Veiga de. *Op. cit.*, p. 82.

225. *Ib.*, p. 179.

226. Lata 1939 A, pasta Secretaria Geral do Estado, documento nº 623, Ofício NP/2/930.1/(42) (31) do Ministério das Relações Exteriores. Acervo APMT.

227. *Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial de Mato Grosso, 24 abr 1938, p. 14.

Zelar pela boa imagem mato-grossense era também uma obra desempenhada internamente no Estado pela Interventoria Federal. Em setembro de 1938, Mato Grosso recebeu a visita do vice-cônsul dos Estados Unidos em São Paulo. John Hubner II já havia percorrido regiões da Rússia, Manchúria, Polônia e Estados Unidos. Em Mato Grosso, esteve em Cuiabá, Campo Grande e Cáceres. No retorno à capital paulista, ele fez um balanço das impressões da viagem, inclusive sobre crimes cometidos em Mato Grosso. *Conversei com autoridades matogrossenses, pude colher dados interessantes sobre a estatística criminal do Estado. Fiquei sabendo que atualmente existem nas prisões de todo o Estado 53 presos. Destes, 52 estão detidos por terem sido encontrados embriagados. Um só está detido por crime.* Na visão de John Hubner II, o povo era ordeiro, mas precisava auxiliar as autoridades no policiamento. E a não possibilidade de ordem absoluta era justificada pelo tamanho de Mato Grosso.

Entretanto, não só de prender *embriagados* se ocupava a polícia. De fiscalizar mendigos, também. Em 1° de outubro de 1938, o chefe de Polícia de Mato Grosso, o advogado Antonio Ries Coelho, publicou um edital, determinando que, a partir do dia 15 daquele mês, *nenhum mendigo poderá pedir esmolas, sem que esteja munido da necessária licença expedida gratuitamente pela Chefatura de Polícia, e que constará da ficha de identificação do pedinte.* A licença só era expedida àqueles que fossem *verdadeiros mendigos necessitados do auxílio que pedem,* passassem por um exame clínico no Departamento de Saúde Pública de Cuiabá, *não sofrerem de moléstia contagiosa e serem vacinados.*[228]

A Chefatura de Polícia de Mato Grosso justificou *a regulamentação da mendicância pública* como uma maneira de *preservar a população. Não só da exploração pecuniária, como de quaisquer outros males transmissíveis, por aqueles que sofrendo de moléstias inféto-contagiosas implorem a caridade pública de porta em porta.*[229] A Polícia também definiu dias específicos para mendicância pública diante da falta de policiais disponíveis para tal serviço. Mas no solo cuiabano não havia apenas pés de mendigos perambulando.

Uma pepita de ouro, de 332 gramas, foi garimpada nos arredores de Cuiabá no final dos anos de 1930. Em julho de 1938, esta pedra preciosa estava exposta na central avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, na vitrine da empresa aérea *Syndicato Condor Ltda.*

228. Edital da Chefatura de Polícia. *Ib.*, p. 6.

229. *Ib.*

Acompanhavam o mineral aurífero uma ametista e outras pedras menores. Ao fundo havia um mapa de Mato Grosso e os seus produtos exportáveis, principalmente minerais, por onde passavam as rotas dos aviões da empresa Condor. Nas extremidades do cartaz estava a gravura de dois rostos. Uma era do interventor federal de Mato Grosso, Julio Müller. A outra, do chefe de Polícia Civil do Distrito Federal, Filinto Müller.

O deslocamento deste mineral mato-grossense até o Rio de Janeiro não escoou pelas artimanhas dos contrabandistas. A pedra preciosa foi transportada de avião entre as capitais cuiabana e federal por iniciativa da Interventoria Federal. Segundo a justificativa oficial, era um presente do *povo mato-grossense* a Getúlio Vargas por este ter ajudado o Estado, autorizando e financiando obras que acabaram por *incentivar sob todos os aspectos as suas riquezas naturais desenvolvendo num ritmo acelerado suas atividades na lavoura, na indústria e no comércio.* Entre as obras estavam *créditos para a* [ferrovia] *Noroeste do Brasil* (...) e *aeródromos* [como o de Cuiabá].[230]

A iniciativa do Governo de Mato Grosso, em expor, no Rio de Janeiro, as potencialidades minerais mato-grossenses, foi elogiada por um anônimo correspondente especial do jornal *O Progressista*, de Campo Grande. Intitulado de *Campanha Vitoriosa*, o artigo considerava a amostragem das pedras preciosas extraídas do solo mato-grossense como *o primeiro esforço do Governi* [sic] *de Estado em fazer Mato Grosso conhecido e admiradas suas imensas riquezas latentes.*[231] Ao divulgar suas potencialidades minerais à capital federal, a interventoria federal munia o Estado Novo de argumentos concretos e brilhantes de que o Oeste era o caminho para o Brasil se desenvolver. Posicionamento que por si só justificava os investimentos do Governo Federal na região, como as *Obras Oficiais* em Cuiabá. Propaganda que ainda fortalecia os vínculos fraternais entre a Interventoria e a Chefatura de Polícia.

Em 19 de julho de 1939, o jornal *A Voz do Norte* publicou o anúncio de um concurso radiofônico musical na capital de Mato Grosso. Em cupons impressos no periódico, a população cuiabana poderia votar nos melhores cantor, cantora, artista, samba e conjunto da terra. O evento foi organizado pela *Rádio Cultura de Cuiabá*[232] com o objetivo de reconhecer

---

230. *O Oeste agradecido ao Presidente Getúlio Vargas.* Diário Carioca. Rio de Janeiro: 16 jul 1938 *apud Flagrantes Cariocas. Gratidão dos Mato-grossenses. Serviço de Correspondência Aérea Nacional dos "Jornais Reunidos do Brasil". In: Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 20 jul 1983, p. 4.

231. Do correspondente especial. *Uma campanha vitoriosa.* Rio de Janeiro: 16 jul 1938. *In:* Jornal *O Progressista.* Campo Grande: 24 jul 1938 *apud Cartas Cariocas. In: Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 20 jul 1983, pp. 5-6.

232. Ainda se trata de uma experiência radiofônica sem maiores registros. Mas não se trata da sociedade a *Rádio Cultura de Cuiabá Ltda.*, criada em 1955 por João (Jercy) Jacob e sete sócios, e que até hoje tem uma concessão de rádio em Cuiabá.

publicamente o talento dos artistas que colaboravam *nos brilhantes programas que ela vem nos deliciando quási que diariamente.* A direção do jornal elogiou a iniciativa. *Em verdade, não deixa de ser um propósito dignificante, essa feliz idéia lançada pela nossa novel estação de irradiações locais procurando deixar à vontade dos fans cuiabanos, a sua livre escolha.*[233] Ao invés de artistas nacionais, o concurso visava valorizar os locais.

No final dos anos de 1930 havia várias formas de expressão cultural em Cuiabá. Peças teatrais eram encenadas no Teatro Santa Helena e na Paróquia São Gonçalo. Nesta também funcionava um dos dois cinemas da cidade. O outro era o Amor à Arte, próximo ao Jardim Alencastro. Nesta praça, onde rapazes paqueravam moças sob os olhares dos pais de algumas pretendentes, havia retreta com freqüência. A música era executada pela banda do 16° Batalhão de Caçadores do Exército sob a regência do maestro Júlio Loureiro. Na rua Barão de Melgaço, esquina com a rua Voluntários da Pátria, sede da Academia Mato-grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, ocorriam saraus literários e festivais lítero-musicais.[234] As músicas eram executadas no piano e as poesias, declamadas pelos membros dos grêmios literários. A entidade dos homens chamava-se Álvares de Azevedo. A das mulheres e senhorinhas, Júlia Lopes de Almeida.

No final da década de 1930 e início dos anos de 1940, entre as sócias do Grêmio Literário Júlia Lopes, estava a pianista, professora de música e canto orfeônico do Liceu Cuiabano, Zulmira D'Andrade Canavarros. Ela era casada com Danglars Canavarros, amanuense da Prefeitura de Cuiabá e diretor de peças teatrais. A filha do casal, Maria Luíza, acompanhava a mãe nas apresentações musicais, entoando canções. A família residia na rua do Livramento, próxima ao cemitério da Piedade e à Igreja da Boa Morte. Na residência da família, Zulmira realizava encontros com grupos musicais, como a Orquestra das Quartas, da qual fazia parte, e os Regionais.

> No Colégio Estadual (...) Dona Zulmira foi nossa professora de música (...). E ela ensinava todas aquelas músicas patrióticas. Porque era tempo da Guerra e a gente aprendia todas aquelas músicas. (...) Dona Zulmira era uma pessoa muito especial, uma pessoa muito preparada. Ela trabalhava com teatro, ela trabalhava com tudo o que era cultura aqui em Mato Grosso, Dona Zulmira estava no meio. Carnaval! As turmas [escolares] que se formavam (...) elas se preparavam o ano todo para a formatura. Então, uma vez por semana, se reuniam na casa de dona Zulmira (...) para ensaiar dança de salão, para que no dia da formatura todo mundo soubesse dançar (...). Ela

233. *Grande concurso radiofônico promovido pela R.C.C. In:* jornal *A Voz do Norte*, 19 de julho de 1939. Ano I, n° 42, p. 1. Acervo Aecim Tocantins.

234. Em 21 de junho de 1939 as *sociedades culturais de Cuiabá* realizaram no salão nobre da casa Barão de Melgaço um festival lítero-musical em comemoração ao centenário de nascimento do escritor brasileiro Machado de Assis. Diário Oficial. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado, 21 jun 1939, p. 4.

> tocava piano e a turma dançava. Era interessante. (...) Dona Zulmira era avançada para a época. Porque ela era feminista. (...)[235]

Em Cuiabá, a *Sociedade para o Progresso Feminino* era presidida por outra integrante do Grêmio Literário Júlia Lopes: Maria Dimpina Lobo Duarte. Esta era a redatora-chefe da revista editada pelo Grêmio: *A Violeta.* Nesta publicação havia textos e poemas de sócias, leitoras e de colaboradores. Entre estes estava o poeta Jercy, codinome de João Jacob.[236] De ascendência libanesa, Jercy havia nascido em Minas Gerais, fora criado em Guaratinguetá (SP) e se formou em Farmácia, Letras e Direito no Rio de Janeiro. Chegou em Cuiabá no final dos anos de 1920, onde passou a lecionar História Natural no Liceu Cuiabano, colégio que iria dirigir nos anos de 1940. A mesma escola onde Zulmira Canavarros era professora.

> O fato de o Grêmio Literário ter sido uma entidade exclusiva de mulheres não o impediu de estreitar relações com os intelectuais do sexo masculino de sua região. Houve mutua colaboração entre a agremiação feminina e os grêmios culturais masculinos de sua época, e uma participação efetiva de seus representantes intelectuais nas páginas de sua revista. [237]

Jercy Jacob também secretariou a loja maçônica Acácia Cuiabana, tornando-se uma das lideranças desta irmandade masculina no final dos anos de 1930. Um dos maçons mais próximos de Jacob era o radiotelegrafista Juvenílio Francisco de Freitas. Este trabalhava durante o dia nos Correios e Telégrafos, na Praça da República. À noite, na Estação Radiotelegráfica do Palácio do Governo do Estado, no Jardim Alencastro. Nas horas de folga, subia a rua Candido Mariano e visitava o amigo Jercy na residência deste, na rua Barão de Melgaço, n° 161. Jacob era casado com a costureira Soraida Rueda e não tinha filhos. Mas criava um sobrinho da esposa - Rafael - e vivia em companhia dos demais. *Juvenílio estava sempre lá,* lembra-se o médico Édio Lotufo, um dos sobrinhos de Soraida. *Juvenílio tocava violino,* conta outro sobrinho, o engenheiro civil Luiz Lotufo, irmão de Édio.

Como radioamador, Jercy Jacob foi, em Cuiabá, delegado da Liga de Amadores Brasileiros de Radio Emissão (LABRE). *As novidades que surgiam na eletrônica o Sr. Jercy trazia de São Paulo [para Cuiabá], como chapas de alumínio [e] o desenho do*

---

235. Depoimento de Odite Freitas em 16 out 2003.

236. Jercy publicou os livros *Musa discreta* (poesias), os poemetos *Frei André* e *Sombras do além* e os sonetos *Missal do sonho*, *Rimas pagãs* e *Sinfonia da alma.* Este último, em 1961.

237 . NADAF, Yasmin Jamil. *Sob o signo de uma flor. Estudo da revista A Violeta, publicação do Grêmio Literário Júlia Lopes (1916-1950).* Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993, pp. 64-5.

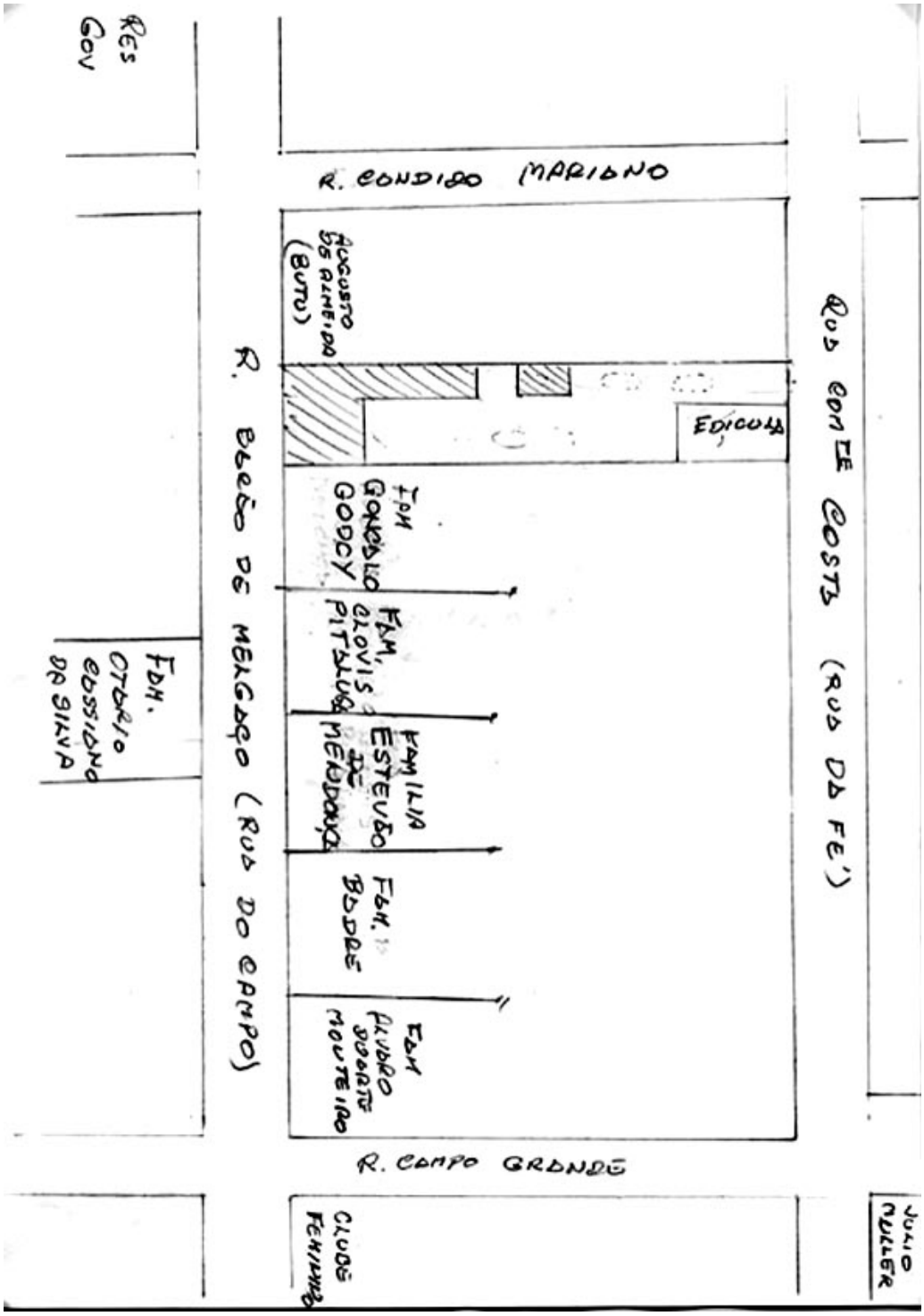
esquema de montagem para os irmãos, Francisco e José Lotufo fazerem os chassis dos novos aparelhos para rádio.[238] Os irmãos Lotufo também construíram para Jercy uma antena direcional de radioamador, que era movida a base de um disco e uma corrente de bicicleta. Já a fabricação e o conserto de aparelhos receptores e de estações transmissoras de rádio eram feitos pelo próprio Jercy, como também pelo colega radioamador cuiabano, Deodato Gomes Monteiro.

A estação de radioamador de Jercy Jacob funcionava um cômodo construído nos fundos da casa dele, perto da rua Comandante Costa. Em frente ao cômodo, entre dois pés de manga, nas décadas de 1930 e 1940, ficava instalada uma antena direcional, construída pelos Lotufo. Nesta mesma parte do quintal de Jercy estava instalada uma segunda antena, mas transmissora de radiodifusão.

Na rua Barão de Melgaço, Jercy tinha como vizinhos laterais, à esquerda de quem o visitasse, a família de Augusto de Almeida (vulgo Botu), à direita, a família do fiscal estadual Gonçalo Godoy, do médico Clóvis Pitaluga de Moura, do historiador Estevão de Mendonça, de Nacere Badre e de Álvaro Duarte Monteiro, na esquina com a rua Campo Grande. Prosseguindo neste sentido, na outra esquina ficava o Clube Feminino. Mais adiante, a Academia Mato-grossense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico. Numa linha diagonal imaginária, a casa de João Jacob estava localizada, pela parte superior, entre a residência da família do interventor Julio Müller e, pela inferior, o Palácio do Governo do Estado. Hoje a casa não existe, restando apenas o terreno vazio.[239]

238. Depoimento de Névio Lotufo, filho de José Lotufo. A família de José residia no mesmo imóvel que o irmão Francisco, na rua 13 de junho, em Cuiabá. Francisco era concunhado de Jercy, pois era casado com Elvira Rueda, uma das quatro irmãs de Soraida, esposa de Jacob.

239. A casa de n° 161 da rua Barão de Melgaço foi vendida pela viúva de Jercy, Soraida Rueda, em torno de 1972, cerca de quatro anos após a morte do marido, porque a região se tornou mais comercial que residencial. O imóvel foi comprado pelo Banco Mercantil do Brasil, que o demoliu para construir uma agência, o que não ocorreu até à conclusão desta dissertação.



Em listras, casa de Jercy e edícula: sedes da Voz do Oeste. Croqui: Luiz Lotufo. Obs.: sem escala

A residência de Jercy Jacob e Soraida Rueda ocupava o lado esquerdo da metade de um terreno cuja extensão - como a maioria dos terrenos da época - terminava no logradouro dos fundos. No caso, a rua Comandante Costa. O imóvel tinha nove cômodos, sendo que paralela a eles havia uma varanda coberta. *Jercy tinha piano de calda na casa dele. (...). Ele tinha dois pianos na casa dele: tinha um dele da residência e tinha outro da Voz do*

Oeste. Quem tocava piano na Voz do Oeste era dona Zulmira (...).[240] Outra pianista era Maria Benedita Dechamps (Dunga) Rodrigues. *A Voz do Oeste* era o nome da estação radiodifusora que funcionava numa saleta da casa de Jercy Jacob. A primeira irradiação dela ocorreu em 15 de outubro de 1939.

Convém esclarecer que neste momento *Voz do Oeste* não é uma empresa com firma registrada, sem uma concessão de rádio autorizada pelo Governo Federal. Em 1939 este nome refere-se única e exclusivamente à denominação do conjunto de iniciativas, aparelhagens, músicos e locutores que colocaram em funcionamento e no ar as transmissões radiofônicas. Estas só tiveram autorização do Governo Federal 1942 em nome do Governo do Estado de Mato Grosso, que estava sob a interventoria federal de Julio Strübing Müller, irmão do chefe de Polícia Civil do Distrito Federal, Filinto Müller. A emissora foi identificada oficialmente pelo Governo Federal como *A Voz do Oeste*, em 1943. Um ano depois, o Estado Novo garantiu o canal definitivo da rádio ao Governo de Mato Grosso. A legalização da rádio no nome de João Jacob, Soraida Rueda, Juvenílio de Freitas e Danglars Canavarros ocorreu somente em 1948. Processo que veremos no capítulo 3.

De 1950 até o falecimento de Jercy, em 1968, e Soraida, em 1988, o casal, sem herdeiros, conviveu com Rafael Rueda Filho. Ele era afilhado dos Jacob, filho do professor Rafael e neto de Antônio, um dos irmãos de Soraida. Hoje, com 49 anos, o artista plástico Rafael Rueda Filho, ao ser indagado sobre a origem da rádio *A Voz do Oeste*, considerou que a emissora surgiu

> de uma iniciativa, de uma curiosidade, de uma vontade de se comunicar melhor, eles [os músicos] compunham (....). Aí vem o porquê talvez da rádio ser na saleta aonde tinha o piano, ele [Jercy] fazia a composição, punha o microfone perto e passava para Zulmira (...) e Juvenílio, que tocava flauta. Você percebe que as pessoas que não tocavam aí eram papai [Rafael Rueda], Luiz Atílio [locutor] e Didinho [Jercy]. O resto dos componentes tocavam alguma coisa ou cantavam. Dunga [Rodrigues] tocava piano, acordeon.[241]

Uma das pioneiras cantoras da rádio A Voz do Oeste, Maria Luíza Canavarros Nasser, filha da musicista Zulmira Canavarros, conta que as transmissões da estação radiodifusora começaram na casa da família dela, na rua do Livramento, por causa da *Orquestra das Quartas*, que se apresentava em todas as quartas-feiras, e de outros músicos que Zulmira conhecia. *Quando Jercy resolveu montar a rádio foi aqui em casa com essa*

240 . Depoimento de Édio Lotufo em 26 jun 2004.

241. Depoimento do artista plástico Rafael Rueda Filho em 19 jun 2004. Ele nasceu em 29 dez 1950.

Orquestra, foram os primeiros. (...) Então fizeram a rádio A Voz do Oeste aqui no começo como experiência. (...). E aí fazia um programazinho de sete horas da noite às nove horas da noite, mais ou menos, com essa turminha [de artistas] *amadores! Só amador...*[242] Rafael Rueda Filho confirma que a reunião de músicos na casa de Zulmira e os saraus que a musicista realizava no início da noite, considerada a *boemia* dos anos de 1930 e 1940 em Cuiabá, possibilitou a transmissão dos primeiros programas da rádio A Voz do Oeste a partir da casa dela.

Este ambiente artístico-musical da casa de Zulmira e Danglars Canavarros, aliado aos conhecimentos técnicos de Jercy Jacob e Juvenílio de Freitas sobre propagação de ondas eletromagnéticas, contribuiu para o início das irradiações da emissora *A Voz do Oeste* em Cuiabá em 1939. *Então, essa comunicação entre os músicos da época se fazia necessária. Então, ele [Jercy] fez uns rádios, uns receptores e colocou na casa Zulmira, de Juvenílio, (...). E da casa dele [Jercy] ele punha música, falava com essas casas. E daí surgiu a rádio A Voz do Oeste. Numa experiência, numa vontade de se comunicar com os amigos.*[243]

Transmissores na casa de Jercy e receptores na casa de Zulmira e vice-versa. A radiocomunicação permite a interligação de espaços distantes, até por milhares de quilômetros, sem o contato físico. Então, esta técnica estreita ainda mais os relacionamentos de amizade, separados apenas por conjuntos de casas em diferentes quadras de uma mesma cidade. Nesta perspectiva, neste início experimental de radiodifusão em Cuiabá, não havia lugar de transmissão ou recepção. No grupo musical de Zulmira, as primeiras experiências do que viria a ser a rádio *A Voz do Oeste* destoam da política de radiodifusão da época em que a emissora surgiu. Enquanto a ditadura do Estado Novo queria integrar o Brasil pelas ondas do rádio, em Cuiabá estava havendo apenas a interligação domiciliar entre um grupo de músicos, parte integrante da elite cultural da capital de Mato Grosso.

A iniciativa do grupo de músicos agradou a Interventoria Federal no governo estadual. No entanto, o Estado gostaria que a programação da rádio fosse além, para a divulgação cultural da cidade. Em 15 de dezembro de 1939, o locutor Juvenílio Francisco de Freitas leu ao microfone da rádio A Voz do Oeste um ofício do diretor geral de Instrução de Mato Grosso, professor Francisco Alexandre Ferreira Mendes.

> A Voz d'Oeste desperta a atenção da nossa gente, com o seu influxo civilizador. Já não há mais em nossa cidade quem não se interessa pelas suas irradiações. Por isso,

242. Depoimento de Maria Luíza Canavarros Nasser em 28 set 2002.

243. Depoimento do artista plástico Rafael Rueda Filho em 19 jun 2004.

> envio-lhe a nota inclusa da Directoria Geral da Instrução, com os votos de que prossiga este anseio pioneiro de ampliar as fronteiras da nossa cultura.[244]

Ainda na ditadura estado-novista brotou na radiodifusão cuiabana um posicionamento recorrente quanto ao fluxo das ondas eletromagnéticas das emissoras de rádio. Em 12 de dezembro de 1944 foi inaugurado o prefixo *PRH-3* da rádio A Voz do Oeste, na freqüência de *ondas médias* de *1.160 Khz*. A madrinha do ato foi a esposa do interventor e presidente da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA), Maria Müller. O mundo vinha sofrendo com a Segunda Guerra Mundial, desde 1939. Em 1942, o Brasil de Getúlio Vargas abandonou a pretensa neutralidade em relação ao conflito, contando para tal com vultuoso empréstimo norte-americano, que propiciou a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a aquisição de material bélico para as Forças Armadas brasileiras. Cerca de 26.684 brasileiros, entre os quais centenas de cuiabanos, já haviam sido enviados à Itália para lutar contra o nazi-fascismo do *Eixo.* Este ambiente de conflito serviu de mola propulsora para Maria Müller orar no microfone da rádio A Voz do Oeste.

> Quando cessarem as convulsões da Terra doente, enferma de ambição e de fanatismo, quando soarem no ar os acordes festivos da alegria construtiva, o fremir do trabalho que engrandece e dignifica o gênero humano, asseguradores de conforto e da tranqüilidade, o Rádio será então como a Escola - a fonte mais bela e mais alta de difusão da cultura. Então, a nossa PRH-3, nas asas fagueiras do som, irá pelo Brasil em fora, levando um pouco da fragrância, do calor, da graça e da intensidade vital da alma cuiabana, sendo um dos baluartes exponenciais do progresso de Mato Grosso.[245]

O discurso de Maria Müller considera que, assim que acabar a Segunda Guerra Mundial e voltar o predomínio do trabalho disciplinador, o rádio poderá ser usado como uma escola, para *divulgar a cultura*. Neste trecho, o discurso de Maria Müller se aproxima da proposta da ABE e da educação disciplinadora das massas e formadora da nação. Um projeto educacional defendido no Brasil a partir da década de 1910 e que neste caso ecoava três décadas depois.

Também na oração radiofônica, Maria Müller diz esperar que na difusão da cultura, a rádio A Voz do Oeste deveria *levar um pouco da fragrância, do calor, da graça e da intensidade vital da alma cuiabana.* O que, segundo Maria Müller, caracterizaria a PRH-3 como *um dos baluartes exponenciais do progresso de Mato Grosso.* Neste trecho, em termos de formato, o discurso de Müller defende uma radiodifusão *unidirecional* no sentido de dentro

244. DORILEO, Benedito Pedro. *Egéria Cuiabana*. Cuiabá: edição do autor, 1976, p. 70.

245. *Ib.*, p. 73.

para fora: de Mato Grosso para o *Brasil*. Para ela, em nível simbólico, esta difusão significaria um dos progressos mato-grossenses.

Temos aí três vertentes que caracterizam as tentativas de radiodifusão e esta propriamente, em Cuiabá, nas décadas de 1930 e 1940. A primeira tinha origem externa ao território mato-grossense, dominadora, no sentido Rio de Janeiro-Cuiabá. Era o caso da proposta da ABE e do artigo *Rumo Oeste*. O que nos faz lembrar da *difusão unidirecional* tão criticada por Bertolt Brecht e Walter Benjamin. A segunda vertente era interna ao Estado e visava uma comunhão musical. Por um instante, houve em Cuiabá a radiodifusão como *comunicação dialética*, quando todas as pessoas envolvidas, no caso músicos e seus instrumentos, puderam, além de ouvir, falar. Foi o início da rádio A Voz do Oeste, quando uma comunidade de artistas musicais que ouvia música e rádio e fazia a programação da estação radiodifusão cuiabana. Uma prática que tenderia a diminuir com a ampliação do número de ouvintes.

A terceira vertente é semelhante à primeira, mas no sentido inverso: de Cuiabá para fora da cidade, do Estado e do país. É a intenção de se apropriar e utilizar a radiodifusão para a divulgação externa da cultura cuiabana. Temos o caso do pronunciamento de José Bernabé de Mesquita, quando da fundação da *Rádio Sociedade/Educadora de Cuiabá*. Também, da oração de Maria Müller quando da inauguração oficial da rádio A Voz do Oeste em 1944. Resíduos destas três vertentes predominantes no início da radiodifusão cuiabana nas décadas de 1930 e 1940 ainda são encontrados agora no século XXI. Numa intensidade menor nas, hoje pouco prestigiadas, emissoras de rádio. Contudo, com mais vigor, em alguns projetos televisivos - que se propõem a integrar pelas ondas de transmissão o território mato-grossense, como também fazer jus a Cuiabá, enquanto centro geodésico da América do Sul, para irradiar mensagens de fluxos econômicos, políticos e culturais.

CAPÍTULO 2

NO AR! A PROGRAMAÇÃO DA ESTAÇÃO RADIODIFUSORA A VOZ DO OESTE

2.1 - LÍTERO-MUSICAL: UMA EMISSORA FEITA POR ARTISTAS, HOMENS E MULHERES

O que hoje não passa de um terreno murado, entre um prédio comercial de dois andares e uma agência bancária - na rua Barão de Melgaço, quase esquina com a rua Candido Mariano, no centro de Cuiabá - entre 1939 e 1952 funcionou como sede da rádio *A Voz do Oeste*. Na época havia no local uma casa, a de nº 161. O imóvel pertencia ao professor e ao diretor do Colégio Estadual Liceu Cuiabano, João Jacob (1899-1968). Ele, que gostava de ser chamado de Jercy, era casado com a costureira e dona-de-casa Soraida Rueda. Ao todo a residência tinha doze cômodos, sendo nove na parte principal da casa. No fundo do quintal, na divisa com a rua Comandante Costa, havia mais três cômodos, separados do imóvel maior. Dois ficavam no lado esquerdo do terreno. E à direita havia uma edícula. O casal Jacob reservava parte da residência para o funcionamento do estúdio e dos equipamentos de transmissão da emissora.

> Eu me lembro até onde era a rádio, era na casa, onde ele falava que era a estação. Era na saleta da casa, onde tinha um piano, onde ele fazia composição. Ali num canto tinha a estação, que era a estação de rádio A Voz do Oeste. Era no corpo da casa. (...). Era no meio da casa, após o quarto dele, era uma saleta, onde seria a sala de visita, era ali que funcionava a rádio.[246]

O engenheiro civil Luiz Lotufo, filho de Francisco Lotufo e Elvira Rueda Lotufo e sobrinho de Soraida, conta que, para chegar ao estúdio da rádio A Voz do Oeste, a pessoa precisava entrar por um corredor divisório entre um escritório/biblioteca, à esquerda, e a sala de costura de dona Soraida, à direita. Na seqüência, havia, do lado direito, uma sala para visitantes e refeições. Do lado esquerdo, o dormitório do casal. Do quarto de Jercy e Soraida é que havia o acesso para o estúdio da emissora. Era o primeiro dos quatro cômodos que ficavam paralelos a um corredor coberto - uma varanda - separado do quintal da casa por uma mureta. Na área não construída, no trecho em frente ao banheiro social e à copa/cozinha da residência e cercada pelo jardim e uma mangueira da espécie Bourbon, estava instalada a antena da rádio A Voz do Oeste.

A antena tinha formato de um varal. Nas duas extremidades havia dois canos de ferro, cada com a espessura de uma polegada e meia, mais ou menos. Ambos eram sustentados por quatro estais. Na base de cada cano havia um fio terra e na parte superior, isoladores. Estes protegiam o arame que ficava esticado a uma altura de oito metros do chão.

246. Depoimento de Rafael Rueda Filho em 19 jun 2004.

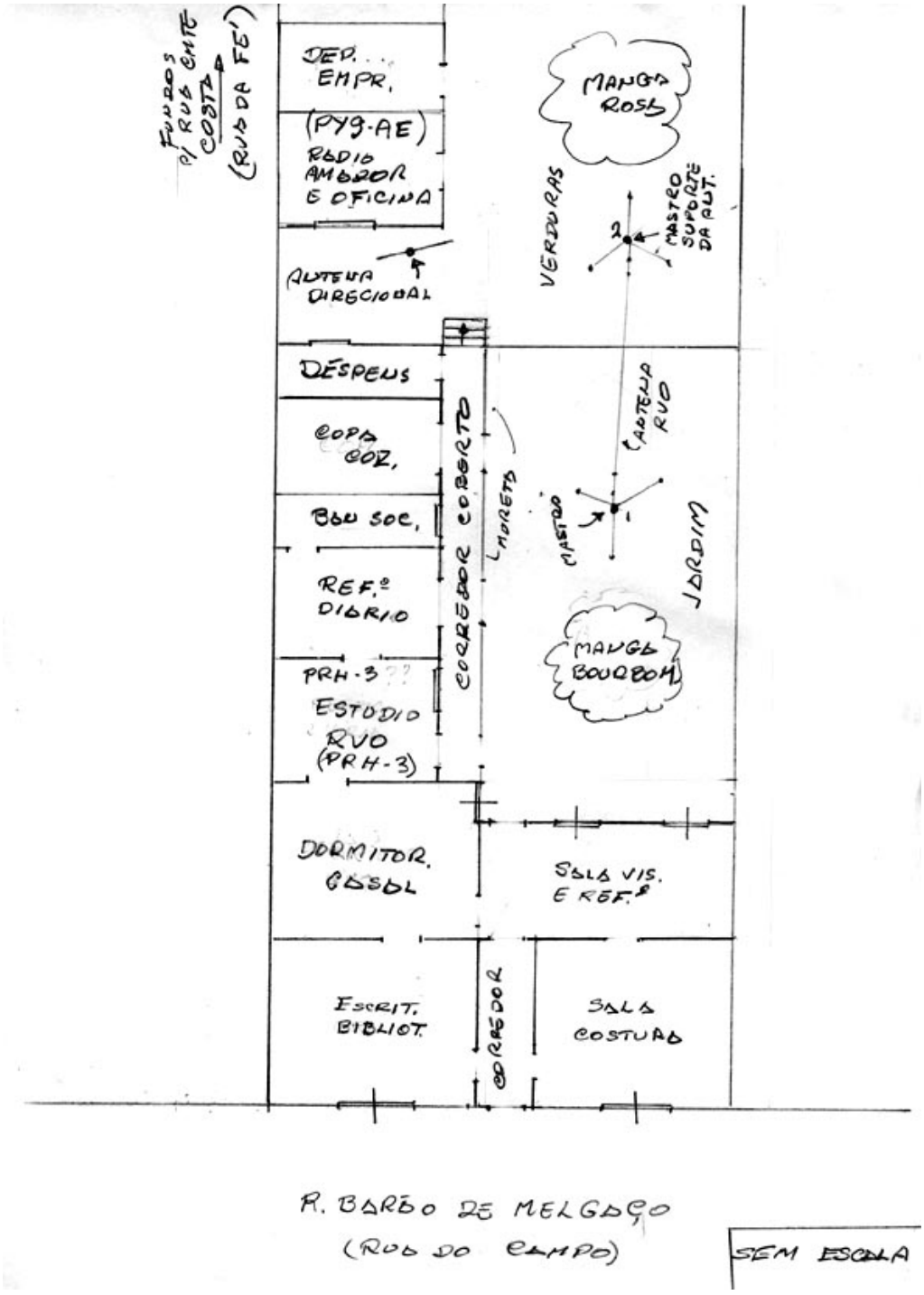
No centro do arame descia um fio ao quintal e dali até à residência de Jercy. Era a conexão entre a antena irradiadora e o transmissor da rádio A Voz do Oeste. Por sua vez, no fundo do quintal, próxima à rua Comandante Costa e perto de um canteiro de verduras e de uma mangueira da espécie Rosa, ficava a antena transmissora e receptora da estação radioamadora de Jercy.

O artista plástico Rafael Rueda Filho conta que a separação das aparelhagens de radioamador e radiodifusão na casa dos Jacob visava evitar interferência de um equipamento no outro. Também, porque *ele* [Jercy] *era altamente ciumento das coisas dele. Se fosse funcionar a rádio onde era a estação de rádio dele, de radioamador, teriam de entrar outras pessoas e ele não iria gostar.*[247] A aparelhagem da estação de radioamadorismo PYAE de Jercy Jacob ficava no penúltimo cômodo da casa, colado nas dependências da empregada. No ambiente, além dos enormes equipamentos de radioamador, havia uma cadeira de balanço. O hoje dentista aposentado Durval Gomes Monteiro diz que o estúdio da *rádio A Voz do Oeste era uma instalação precária, dentro da casa do Jercy. E não tinha nada de moderno. Era tudo artesanal. Depois que foi aperfeiçoando.*[248]

Entre 1939 e meados dos anos de 1940 o estúdio da estação radiodifusora A Voz do Oeste, de Cuiabá, funcionou dentro da residência de João (Jercy) Jacob e Soraida Rueda Jacob. Em meados da década de 1940, o estúdio foi transferido para os fundos da residência, mais precisamente para a edícula. Esta ficava ao lado do portão da garagem dos fundos de Jercy Jacob. *Era uma casa muito pobre. Não tinha luxo nenhum. Não eram duas águas, não. Só tinha uma água,* lembra o médico Édio Lotufo, irmão de Luiz e sobrinho de Soraida. Recém-casado com Iara Novis Neves, ele morou na edícula entre 1959 e 1964, anos após o estúdio de *A Voz do Oeste* ter sido desativado do local.

247. *Id.*

248. Depoimento Durval Gomes Monteiro, irmão de Deodato, em 26 mar 2003. Nas décadas de 1930 e 1940 ele atuou como dentista em Cuiabá.



Casa de Jercy, com o estúdio no terceiro cômodo à esquerda. Croqui: Luiz Lotufo.

Segundo Édio, a edícula *era uma casa modesta, mas era de alvenaria.* Ficava em declive, no sentido da rua Comandante Costa para a Barão de Melgaço. Além de um corredor externo, havia uma sala, dois quartos, copa, cozinha e banheiro. *Era um cubículo atrás do outro.* [O primeiro] *tinha uma janela que dava para a Comandante Costa.* Esta era a sala principal, onde provavelmente funcionou o estúdio principal da rádio A Voz do Oeste. Há esta probabilidade porque, segundo Édio Lotufo, tinha um buraco na parede divisória entre

a sala e o primeiro quarto. O que poderia facilitar tanto a passagem de discos de vinil, como também dar visibilidade entre os locutores e músicos e os sonoplastas e técnicos da emissora. Um cenário cuiabano dos anos de 1940 que, guardando as devidas singularidades, lembra outras emissoras de radiodifusão brasileiras, antes da liberação da publicidade radiofônica em 1932.

> Até os primeiros anos década de 1930, como as licenças para o uso dos canais de rádio eram concedidas sempre em caráter provisório, só se permitindo angariar anúncios depois da publicação da licença oficial, os estúdios eram comumente instalados na própria casa dos requerentes, contando todo o equipamento de um transmissor, um microfone e um prato de toca-discos. O locutor era quase sempre também o contra-regra, e não era raro, após terminar a música, ficar soando durante alguns segundos apenas o chiado da agulha sobre o disco, porque o responsável único por todo o trabalho saíra da sala para tomar café.[249]

Nos primeiros anos da rádio A Voz do Oeste, *dona Soraida ajudava na função de sonoplasta e até como locutora e arquivava os discos, que na época eram de 78 rotações, gravados somente com uma música de cada lado.*[250] Os vinis eram doados por ouvintes.[251] Tocar discos em festas era uma das funções desempenhadas por Jercy Jacob em meados dos anos de 1930, antes de colocar a emissora no ar em 1939. Em maio de 1936 o radioamador Deodato Gomes Monteiro havia adaptado uma pick-up em um rádio *Crowne* para Jercy. Em julho deste mesmo ano, Deodato montou para Jercy *uma radiola com o receptor Tobe em móvel feito na E. [Escola] de Artífices,*[252] enquanto Jacob forneceu-lhe uma válvula 210. Contudo, no início da estação radiodifusora A Voz do Oeste, a maior parte da programação era garantida com discursos, declamações de poemas e apresentações musicais ao vivo.

Neste sentido, a casa de Jercy Jacob, sede desta emissora cuiabana, estava localizada num território privilegiado. Um quarteirão abaixo do imóvel, em frente ao Palácio do Governo, ficava o Jardim Alencastro. Este era, nas décadas de 1930 e 1940, o principal local público de encontro social de Cuiabá. Ao entardecer se transformava num ambiente para negócios e namoros. Entre sorveterias e bares, moças e rapazes cruzavam olhares ao som de retretas durante as apresentações musicais da banda militar do 16° Batalhão de Caçadores (BC) do Exército.

---

249. TINHORÃO, José Ramos. *Op. cit.*, p. 38.

250. Depoimento de Névio Lotufo em 24 jun 2002.

251. DORILEO, Benedito Pedro. *Op. cit.*, p. 73.

252. Caderneta de Deodato Gomes Monteiro, p. 40.

Na rua Barão de Melgaço, saindo do estúdio da rádio A Voz do Oeste, o terceiro vizinho à esquerda da casa de Jercy era o historiador Estevão de Mendonça. Este contribuiu com a programação da Voz do Oeste ao escrever em 1943 as *Notas Históricas*. Mendonça foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), em 1919, e um dos criadores do Centro (Academia) Mato-grossense de Letras (AML). Estas duas entidades também eram localizadas na mesma rua da casa de Estevão e da rádio A Voz do Oeste. Indo da rádio para à Academia e o Instituto, passava-se antes em frente ao *Clube Feminino*, uma ambiente social de elite, localizado na esquina com a rua Campo Grande.

Prosseguindo pela rua Barão de Melgaço, em casa homônima, na esquina com a rua Voluntários da Pátria, funcionam a Academia e do Instituto. Era um dos principais pontos de encontro de intelectuais e talentos culturais na primeira metade do século XX. Principalmente em datas especiais, como o aniversário de Cuiabá. Em 8 de abril de 1938, o Grêmio Literário Álvares de Azevedo realizou no salão nobre da Casa uma *festa literária* para todos que se interessassem pela *vida cultural* da cidade. Na extensa programação houve declamação de poemas, como *Cuiabá* e *Rithmos Novos*, de José de Mesquita; *O Garimpeiro*, de Rubens de Mendonça; e *Mãos*, de Leônidas de Mattos.

Os encontros literários eram algumas das atividades de lazer praticadas na Cuiabá do final dos anos 30 e início dos 40. A literatura mato-grossense das décadas de 1930 e 1940 estava *entre antigo e o moderno, conjugando forças progressistas e conservadoras*. Hilda Gomes Dutra Magalhães aponta os escritores Lobivar Matos e Manoel de Barros entre os progressistas dessa época. Enquanto a obra literária de Rubens de Mendonça e Tertuliano Amarilha é considerada por ela como *romantismo temporão* devido às referências ao estilo do século XIX. Na Academia de Letras e no Instituto Histórico, os poemas eram declamados pelos próprios autores e também por senhoras e senhoritas.[253]

Entre estas damas estavam as integrantes do *Grêmio Literário Júlia Lopes*, entidade feminina que editava a revista *A Violeta.* Uma das agremiadas era a professora de música, canto orfeônico e trabalhos manuais no Liceu Cuiabano/Colégio Estadual de Mato Grosso, Zulmira Canavarros (1895-1961). Em 1939, ela tinha 44 anos de idade. Desde a adolescência vinha liderando movimentos artísticos e culturais, como também a fundação de entidades, como o *Clube do Mixto Esporte Clube.* Qualidades que motivaram o professor Jercy Jacob a chamar a colega Zulmira para garantir a programação da rádio A Voz do Oeste.

253. Seção “Várias Notícias”. *Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 08 abr 1938, p. 6.

Outro colaborador foi o radiotelegrafista dos Correios e Telégrafos em Cuiabá e do Palácio do Governo de Mato Grosso, Juvenílio Francisco de Freitas.

> (...) quando pensou em fazer, ele [Jercy] chamou mamãe e Juvenílio. Tanto que ele falava: "Foram nós três!" [que começaram a rádio]. Ele não gostava que falasse que era ele [o dono, o pioneiro]. Mamãe falava: "Eu não tenho nada com isso! O meu [trabalho] foi só casa e piano e nada mais". Porque o que ela sabia era tocar [piano]. (...). O Jercy era um colega de profissão. [Eram] os professores e trabalhavam no Colégio Estadual. Tudo o que ele queria, tudo do que ele precisava, era com mamãe! E ele não fazia nada sem ela. Então, quando ele pensou em fazer [A Voz do Oeste] - ela tocava, ela era professora do canto orfeônico lá - ele pensou nela, para ajudar nessa parte [da programação da rádio].[254]

Zulmira Canavarros foi um dos principais alicerces para a criação da estação radiodifusora A Voz do Oeste. Numa época em que não havia trilhas sonoras gravadas em fitas magnéticas, o piano, o talento e residência de Zulmira garantiram o início e grande parte da programação musical e da direção artística da incipiente emissora. *Depois que mudou daqui lá para a casa de Jercy, porque lá era mais central e casa dela era maior*.[255]

Zulmira era esposa de Danglars Canavarros (1888-1966), amanuense da Prefeitura de Cuiabá, diretor teatral e também fundador de A Voz do Oeste. Zulmira e Danglars haviam se casado em 1915. O casal de artistas teve uma única filha, Maria Luíza Canavarros, nascida em 1925. Quando Zulmira se apresentava publicamente ou compunha músicas ao piano, a filha Maria Luíza era a cantora.

> Ah, eu não posso nem falar como. Porque tinha [apresentação musical] dentro de casa. Quando [Zulmira] queria [executar uma música nova que tinha acabado de compor dizia:] "Vamos! Vamos! Experimenta para ver se está boa ou não. Venha para cá, Maria. Canta aqui!" Eu cantava. Era menina, não estava importando com nada. E era dentro de casa, e era mamãe mesmo. Eu não ia falar para ela: "Não! Eu não vou! Não canto!" Eu pegava e cantava.[256]

Uma das oportunidades em que Maria Luíza cantou foi em 22 de outubro de 1939, quando ela tinha 14 anos de idade e ocorreu a primeira transmissão de programação da estação radiodifusora A Voz do Oeste. Zulmira estava ao piano e a filha cantou *"Sertaneja"*. Na mesma irradiação, Maria Conceição Jacob acompanhou a pianista e cantou *"Dime que si"*,

254. Depoimento de Maria Luíza Canavarros Nasser em 28 set 2002.

255. *Id.*

256. *Id.*

canção de Afonso Espada e "Amar ao som de uma valsa", de Jota Machado.[257] Conceição era irmã de Jercy. *Era aquela voz forte, suave, de grande extensão e timbre aveludado, voz que abrilhantava os casamentos, com solos de Ave Maria, distribuindo emoção e alegria, voz inconfundível quando muitos com ela cantavam.*[258]

Já Maria Luíza Canavarros também participoui do segundo programa noturno da rádio A Voz do Oeste, transmitido no sábado, 25 de outubro de 1939, das 20h às 21h. Ela cantou *Samba*, de Pedro Viola. Já Maria Rita, *Dime que si* e Maria Figueroa, *Amar ao som de uma valsa*. O maestro Décio Gama dedilhou duas vezes *Solo de violão.* Por sua vez, o grupo musical de Zulmira, a *Orquestra das Quartas*, executou cinco peças. Foram a *Marcha 10 de Julho* e *Valsa n° 2*, compostas por Jercy, além de *Autre fois*, *Millions de Arlequim*, e a valsa *Sem o seu sorriso*.

Estas duas transmissões, dos dias 22 e 25 de outubro, foram as primeiras realizadas pelos radialistas de A Voz do Oeste, com programação. A primeira irradiação correu em 15 de outubro, quando a emissora foi colocada no ar apenas para ajustar o sinal de transmissão, oportunidade em que foi sintonizada por Antonio da Costa Marques e Alcides Dutra.

Após esta irradiação de 25 de outubro, os fundadores da rádio decidiram ampliar o tempo da programação. Passaram a ser realizadas duas transmissões semanais: uma na quarta-feira e outra no sábado, em duas horas de programas, das 20h às 22h. Juvenílio era o locutor, Danglars cuidava dos anúncios. Jercy dirigia a parte técnica da rádio e dividia a direção artística com Zulmira. Mas esta pianista, a locutora Soraida Rueda Jacob e as cantoras Maria Luíza, Conceição Jacob, Maria Rita e Maria Figueroa não foram as únicas mulheres que atuaram na rádio A Voz do Oeste nas décadas de 1930 a 1940.

Como pianistas, também atuaram na rádio *A Voz do Oeste* Naná de Arruda e Dunga Rodrigues. Cantaram na estação radiofônica pelo menos onze vozes femininas. Entre elas: Lúcia Azevedo, Nemésia Loureiro, Gertrudes Machado Ribeiro, Nilza Cuiabano, Dirce Camacho e Joanita Craveiro de Sá. Ainda, a senhorinha Maria Conceição Carvalho. Também faziam locução Maria Dimpina Lobo Duarte e Maria Ponce de Arruda Müller. Esta - como esposa do interventor federal de Mato Grosso, presidente da Comissão Estadual da Legião

257. Os primeiros programas da estação radiodifusora A Voz do Oeste, de outubro a dezembro de 1939 foram resgatados por DORILEO, Benedito Pedro. *Op. cit.*, p. 67.

258. LORENA, Maria Regina Jacob de. *Uma família de artistas. In: Maktub. Publicação comemorativa do centenário da migração libanesa para Aparecida.* Aparecida (SP): Editora Santuário, novembro/1990, p 35. Regina é filha de Conceição Jacob. A família morava em Aparecida (SP). A apresentação de Conceição na rádio *A Voz do Oeste* coincidiu com uma estada dela na casa de Jercy em Cuiabá.

Brasileira de Assistência e presidente do Grêmio Literário Júlia Lopes - foi homenageada duas vezes no início das irradiações em 1939.

Uma homenagem ocorreu em 9 de dezembro, quando a nona irradiação foi dedicada à aniversariante Maria Müller. Houve *melodias executadas pela Orquestra Sinfônica A Voz d'Oeste, contando com Zulmira e Nana de Arruda ao piano.* O programa terminou com músicas cantadas por Maria Luíza Canavarros e Conceição Jacob, *enquanto o locutor saudava a aniversariante.*[259] A esposa do interventor também foi homenageada no programa noturno do dia 18. Nhô Fulgêncio cantou *Sofrê num pode*, canção sertaneja de Zulmira, executada pela Orquestra Sinfônica. *Nesta audiência, Honório Simaringo apresentou valsas de sua autoria como fundo musical para uma saudação especial à dona Maria de Arruda Müller, feita pela senhorinha Maria Conceição Carvalho, por motivo de seu apoio às letras e às artes de Mato Grosso. No final, o locutor Juvenílio encerrou: - Viva Cuyabá, Viva Matto-Grosso, Viva o Brasil!*[260]

Este triplo brado dado em Cuiabá em dezembro de 1939 ecoou uma tendência do Estado Novo. As esposas de interventores estaduais tiveram espaço de atuação porque foram prestigiadas com a propaganda estado-novista. Edgard Carone detectou que a *personificação do mito* Getúlio Vargas ocorreu em duas frentes: não só da instituição, como também, e principalmente, na pessoa que a representa. O fenômeno *pode acentuar as qualidades do Chefe, mas, em escala menor, há a repetição em personagens menores*. Entre os quais, os interventores estaduais e suas esposas. *Em cadeia tenta-se mostrar como todos os líderes que se identificam com o Estado Novo apresentam traços e personalidades ímpares, que os distinguem dos outros, apesar de não atingiram o nível e qualidades do chefe da Nação.*[261]

Esta projeção social das primeiras-damas estado-novistas, como também a participação feminina no cotidiano da rádio A Voz do Oeste e da cultura cuiabana distinguiram-se da história da maioria das mulheres brasileiras nas décadas de 1930 e 1940. Nesta época, o sexo feminino estava, predominantemente, restrito ao trabalho doméstico. Preconceituosamente, atribuíam-se às mulheres os serviços fáceis e mal remunerados, que dificultavam a ascensão feminina na sociedade. Um relatório elaborado durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) dizia que a força de trabalho das brasileiras *padecia de absenteísmo, "falta de ambição", ausência de incentivos, carência de educação e*

259. DORILEO, Benedito Pedro. *Op. cit.,* p. 69.

260. *Id.,* p. 70.

261. CARONE, Edargd. *O Estado Novo.* Rio de Janeiro e São Paulo: Difel, 1976, p. 166.

treinamento profissional, falta de condições de limpeza e outras comodidades, dispositivos de segurança e *leis de proteção a mulheres e crianças.* O que dava a entender que as mulheres desempenhavam serviços *fáceis* e *mal pagos*, o que lhes dificultava uma ascensão social.[262]

> De modo geral, o Estado Novo ignorava as mulheres, embora elas representassem mais da metade da força de trabalho na economia formal (a maioria trabalhando na indústria têxtil, em escritórios ou no magistério), e porcentagem ainda maior na economia alternativa ou informal, produzindo renda, chapéus, redes, bordados, trabalhando na lavoura e como empregadas domésticas ou babás. As mulheres, no entanto, não eram estimuladas a se associarem aos sindicatos, do mesmo modo como haviam sido tradicionalmente excluídas dos sindicatos independentes e desviadas para o trabalho em obras de caridade. As associações católicas voltadas para o bem-estar social eram quase sempre dirigidas por elas, ao passo que as mulheres filiadas ao movimento integralista, de cunho fascista, eram segregadas: só participavam como auxiliares e, nas paradas, marchavam em geral na retaguarda. O DIP elogiava as mulheres donas-de-casa, enfatizando que o trabalho era território dos homens.[263]

Robert Levine acrescenta que estes discursos vazios da propaganda estado-novista tendiam a *sufocar impulsos de mobilização feminista.* Getúlio Vargas foi o primeiro chefe de Estado brasileiro que incluiu as mulheres no programa político dele. No entanto, nem mesmo o direito ao voto feminino, considerado como louvável iniciativa getulista, não teve aplicação imediata. Visto que as mulheres passaram a ter direito ao voto em 1932, mas puderam exercer este direito somente na eleição presidencial de 1945. Além disso, as *condições de trabalho* para o sexo feminino não foram regulamentadas pelo regime e Vargas legitimava *a naturalidade da hierarquia social e da autoridade paterna. Corporificadas no papel dele próprio, como pai benevolente e confiável.*

Quanto às estações de rádio, era um território que abrigava tanto homens quanto mulheres. Somente na incipiente estação radiodifusora A Voz do Oeste de Cuiabá foram dezessete representantes do sexo feminino atuando somente no final dos anos de 1930 e início dos 1940. Além de Mato Grosso, em outros estados brasileiros, onde surgiu radiodifusão, houve a participação de mulheres na programação de emissoras de rádio. Tereza Cristina Tesser buscou resgatar os nomes e a atuação das mulheres que, embora tenham sido muito importantes para o rádio, não receberam destaque quando do registro na história das

---

262. Relatório confidencial de Mary M. Cannon, representante interamericana do Women's Bureau, Department of Labor, enviado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos da América em agosto de 1943. *In:* WOLFE. The Faustian Bargain Not Made, pp. 13-5 *apud* LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: O Brasil e a era Vargas.* Trad. Anna Olba Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 102-3.

263. LEVINE, Robert M. *Op. cit.*, pp. 102-3.

emissoras paulistas e cariocas, entre 1923 e 1943.[264] Entre as famosas *cantoras do rádio* do Brasil, estava a internacional ou *americanizada* Cármen Miranda. Em 1939 ela gravou o samba *Essa cabrocha....* A canção exaltava a beleza física da moradora das favelas cariocas, abandonada pelos governos, e a possibilidade de ascensão social como cantora do rádio.

> Lá na cidade já mandaram uma proposta
> Convidando a cabrocha para num rádio ir cantar
> Abandonar o morro ela tem pena
> Pois lá não existe antena, a luz que tem lá é o luar
> E o meu olhar.[265]

Mesmo na capital federal havia exclusão social. Quem morava no morro não tinha aparelho receptor de rádio, nem eletricidade. Entretanto, se fosse uma mulher objeto, poderia ter uma ascensão social, desde que abandonasse o morro e se tornasse uma cantora de rádio.

Em Cuiabá, na rádio A Voz do Oeste, durante a irradiação de 25 de novembro de 1939, o locutor Juvenílio de Freitas leu dois anúncios relacionados a integrantes da população feminina cuiabana. Um era sobre a *Exposição de Trabalhos Manuais* das alunas da Secção Normal do Liceu Cuiabano, coordenadas pelas professoras Gertrudes Machado Ribeiro e Benedita G. de F. Dantas. O outro anúncio foi sobre a *Abertura de Trabalhos Manuais* da Escola Modelo Barão de Melgaço, dirigida pela professora Alina Tocantins.

Sebastião de Oliveira, o Dr. Paraná, que foi advogado e deputado estadual nesta época, considera que não houve privilégio na participação destas mulheres nos primeiros anos da rádio A Voz do Oeste porque o *machismo era muito forte, era um negócio muito sério*. Em virtude desta realidade, segundo Dr. Paraná, se destacavam as mulheres que tinham talento pessoal. Era caso de Maria Müller, que *escrevia muito bem,* era *inteligente* e *tinha muita influência* sobre o marido, o interventor *Júlio Müller*. Em relação a Zulmira Canavarros, ele considerou que ela era uma *liderança natural por causa do talento* musical que tinha.[266]

Estas lideranças femininas cuiabanas ajudam a compreender parte das ações das mulheres em Cuiabá, nas décadas de 1930 e 1940. E, principalmente, a militância feminina na criação e manutenção de entidades específicas das mulheres, como o Grêmio

---

264. TESSER, Tereza Cristina. *De passagem pelos estúdios - a presença feminina no inicio do rádio no Rio de Janeiro e São Paulo.* São Paulo: dissertação de mestrado ECA/USP, 1994.

265. JUNO, Portela & PORTELA, J. *Essa cabrocha...* (samba). Gravado por Cármen Miranda. Disco Odeon n° 11851-A, 18 abr 1939 *apud* TINHORÃO, José Ramos. *Op. cit.*, p. 130.

265. Depoimento de Sebastião de Oliveira em 23 mar 2003.

Literário Júlia Lopes, a revista A Violeta, o Clube Feminino, a Sociedade para o Progresso Feminino e os programas radiofônicos de A Voz do Oeste. Não deixavam de ser territórios ocupados por mulheres das elites cultural, econômica e política. Contudo, eram espaços que permitiam participação feminina e mobilização feminista. Uma situação diferente da esperada pela sufocante propaganda estado-novista.

Por sua vez, entre os primeiros radialistas homens da rádio A Voz do Oeste estavam os pioneiros Jercy, Juvenílio e Danglars. Os músicos eram Décio Gama (no violão), Ivo de Arruda (violino), Nino Ricci (bandolim) e Honório Simaringo (tocador de valsas). Também, os componentes do grupo musical *Turma do Morro* - Chiquinho, Jete, Pery, Gy e Rômulo. Entre os cantores, estavam Aymoré, Nhô Fulgêncio e o tenor José de Oliveira. Na locução, Luiz Atílio. Numa época em que a educação separava os estudantes em escolas por sexo, a experiência mista da rádio *A Voz do Oeste* foi uma das experiências vanguardistas pela igualdade de gênero em Cuiabá.

De 22 de outubro a 18 de dezembro de 1939 a rádio A Voz do Oeste realizou 12 transmissões. Foi neste período que predominou, como prefixo musical de abertura da transmissão da rádio e sufixo de encerramento, a *Marcha 10 de Julho,* composta por Jercy. A rádio transmitia em ondas curtas de 48 metros, na freqüência de 6.250 quilociclos (o que hoje é denominado quilohertz, cujo símbolo é Khz). Nesta época havia problemas freqüentes na difusão e na captação das irradiações de A Voz do Oeste. No dia 02 de dezembro de 1939 *a transmissão foi por diversas vezes interrompida devido aos cortes de energia elétrica e sustada devido ao mau tempo.*[267]

A audiência de A Voz do Oeste era medida pelos telefonemas que recebiam dos ouvintes. Após a quinta irradiação da emissora, em 02 de novembro de 1939, Jercy Jacob recebeu treze telefonemas. Da região do Coxipó da Ponte telefonou Antonio Gratidiano Dorileo, também conhecido como Totó Dorileo, alegando *ótima sintonia*. Nesse mesmo dia também telefonaram de distâncias mais próximas à emissora Raul Santos Costa, João Pinheiro, Leonides de Carvalho, Agência Miguéis (porto), Maria Dimpina, João Barbuíno Curvo, Verinha Figueiredo, Athaíde de Lima Bastos, Iolanda Addor, Antônio A. Bodstein, Antônio de Pinho Epaminondas e Benedito Herane.[268]

A antena receptora dos ouvintes era semelhante ao formato da antena transmissora. *(...). Em minha casa, no bairro do Porto, meu pai adquiriu um Philips, que já*

267. DORILEO, Benedito Pedro. *Op. cit.,* p. 69.

268. *Id.*

então era vendido na praça pela firma Fioravanti Barbieri. Lembro-me do dia em que foi o mesmo instalado, com uma antena externa de duas taquaras amarradas, das grandes, entra as quais estendia o fio que depois descia no receptor.[269] O advogado Sebastião de Oliveira disse que a qualidade da recepção das emissoras não era boa. *O rádio era ruim, moço!*[270] Para analisar a qualidade da transmissão da emissora, os pioneiros da rádio A Voz do Oeste aproveitavam os telefonemas dos ouvintes para indagar sobre a recepção. Esta sondagem junto à audiência era feita, por exemplo, pela musicista Zulmira Canavarros logo após a irradiação dos programas.

> A gente fazia [o programa], depois telefonavam:
> - Oh dona Zulmira! Estou escutando aqui uma rádio, que está funcionando na sua casa.
> Aí mamãe falava:
> - Tá bom ou não tá?
> - Tá! Tá saindo bem.
> E assim que ele [Jercy] foi organizando para saber como ficou no tom certo, conforme a opinião do povo que telefonava.
> Telefonava lá em casa, telefonava na casa dele.[271]

Em 1940 os radialistas da rádio A Voz do Oeste ampliaram os horizontes de recepção da emissora cuiabana. Esta programação cuiabana passou a ser dedicada a determinados municípios mato-grossenses, como Santo Antônio de Leverger, na região de Cuiabá, em agosto deste ano. Para Corumbá, na região sul do Estado, foi em 22 de setembro. Um dia antes, o município corumbaense havia comemorado aniversário. O atraso de 24 horas na homenagem da estação radiodifusora de Cuiabá foi justificada pelo fato de nenhuma emissora de rádio ter realizado transmissões em 21 de setembro de 1940.[272] O que não impediu a realização de uma programação especial dedicada à Cidade Branca no dia 22.

Na parte musical houve 25 números, executados por três conjuntos musicais: *o formidável jazz do 16° BC, sob a batuta do maestro Caparani, o da querida "turma do morro", genuinamente cuiabano, executando suas composições regionais e o de "Voz d'Oeste" que vem desde o natal dessa emissora acompanhando-a sempre para maiores triunfos.* Além da rádio, também havia um conjunto musical chamado *Voz d'Oeste.*

---

268. PÓVOAS, Lenine de Campos. *Op. cit.,* 1983, p. 178. Acervo Hemeroteca/UFMT, catálogo MT-282.

269. Depoimento de Sebastião de Oliveira em 23 mar 2003.

271. Depoimento de Maria Luíza Canavarros Nasser em 28 set 2002.

272. O impedimento das rádios não foi esclarecido no registro encontrado. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado, 24 set 1940, p. 1. Acervo APMT.

A programação dedicada à Corumbá também contou com o pronunciamento de várias pessoas. Entre elas estava o prefeito de Cuiabá, Isac Póvoas. Ele tratou a Cidade Branca como Princesa do [rio] Paraguai e lembrou do papel desempenhado pelos corumbaenses em defesa do território mato-grossense durante a Guerra do Paraguai. A repercussão da transmissão foi publicada no jornal O Estado de Mato Grosso.

> **A "Voz do Oeste" homenageia a cidade de Corumbá.**
> **A vibrante saudação do prefeito da capital à princeza do Paraguai.**
>
> Comemorando o aniversário de Corumbá, a "Cidade Branca", a emissora cuiabana "A Voz d' Oeste", irradiou na noite de 22 do corrente, um vasto e escolhido programa, em que tomaram parte elementos de escol da nossa sociedade. Aquela justa e merecida homenagem à cidade irmã, traduz a estima e solidariedade que o povo cuiabano dedica aos corumbaenses, uns e outros vinculados pelo mesmo anseio de um Mato-Grosso próspero e feliz.
>
> Naquele festival litero-musical, tão cheio de entusiasmo e civismo, a alegria reinante em todos nós se irradiava comunicativamente, fazendo-nos vibrar a cada acorde e exultar a cada saudação dirigida à Princeza do Paraguai. Dir-se-ia que o condão mágico da fraternidade matogrossense nos tangia e nos alcança ao mesmo intenso júbilo reinante nos heróicos filhos de Corumbá. Possuídos de satisfação sem par, sentimo-nos ufanos por poder levar aos nossos irmãos corumbaenses o abraço cordial pela faustosa data de sua cidade natal - amplexo maior e muito que a distância material que nos separa, tão bem conduzido pelas ondas límpidas, como a pureza da nossa intervenção de A Voz d' Oeste, que por duas vezes consecutivas leva nossa palavra e nossa música a Corumbá para aquilatar-se do animo e entusiasmo que dominaram nosso povo para essa homenagem à Cidade Branca, (...).[273]

O jornal O Estado de Mato Grosso informou que a programação especial dedicada a Corumbá em 22 de setembro de 1940 não tinha sido a primeira. Também comentou que a transmissão ocorreu em *ondas límpidas, como a pureza da nossa intervenção de A Voz d'Oeste.* Considerou que, apesar de *vasto,* foi *escolhido* o *programa* [radiofônico], *em que tomaram parte elementos de escol da nossa sociedade.* Ou seja: entre os locutores e músicos estavam as pessoas mais cultas, o que havia de melhor na sociedade cuiabana. Sem, no entanto, denomina-las.

Para o jornal O Estado de Mato Grosso, a programação lítero-musical dedicada a Corumbá simbolizava *a estima e solidariedade que o povo cuiabano dedica aos corumbaenses, uns e outros vinculados pelo mesmo anseio de um Mato-Grosso próspero e feliz.* Num momento em que a também sulista Campo Grande queria tirar de Cuiabá o título de capital de Mato Grosso o reforço dos laços históricos de Corumbá e Cuiabá, desde a

273. *Ib.*

Guerra do Paraguai, no século XIX contribuía para a conquista de um aliado pela manutenção da sede do governo mato-grossense na região norte do Estado.

A incipiente estação radiodifusora A Voz do Oeste não era mais ouvida somente nas casas dos músicos amigos e vizinhos de Jercy Jacob. As ondas curtas da emissora já eram captadas na região sul do Estado de Mato Grosso. E a programação original, predominantemente musical, feita por artistas masculinos e femininos passou a incorporar discursos políticos de autoridades cuiabanas.

2.2 - RITMOS "NOVOS": VOZES SOB A MORDAÇA DA CENSURA ESTADO-NOVISTA

O estilo lítero-musical da estação radiodifusora A Voz do Oeste, de Cuiabá, permaneceu durante as transmissões intermitentes entre 1939 e meados da década de 1940. Neste período a programação da emissora continuou dependente das apresentações de grupos musicais cuiabanos. Mas com uma maior variedade. Um deles era homônimo da emissora e tinha a regência da pianista Zulmira Canavarros. Os militares do 16° Batalhão (BC) do Exército, de Cuiabá, também colaboravam com a banda musical e o conjunto de jazz. Os demais grupos musicais que garantiam a programação radiofônica da rádio A Voz do Oeste eram: *A Turma do Morro*, *Diabos do Céu*, *Amantes da Lira* e *Cuiabano.*

Ainda nesta época os programas da rádio A Voz do Oeste eram feitos com a colaboração da juventude cuiabana. Nos dizeres do jornal O Estado de Mato Grosso, os jovens voluntários eram *gentilíssimas senhorinhas e operozos rapazes do nosso set social, que empregam suas aptidões como cantores, diseurs, pianistas e compositores musicais, dando assim maior realce e brilho às nossas irradiações.* Apesar da predominância das transmissões ao vivo, a programação da estação radiodifusora de Cuiabá estava garantida. Assim, os radialistas, que tomaram a iniciativa de colocá-la no ar e já tinham dedicado transmissões específicas para determinadas cidades, quiseram ir mais além.

Em 01 de dezembro de 1940, a rádio A Voz do Oeste anunciou que a irradiação da estação, na faixa dos 48 metros, na freqüência de 6.250 quilociclos por segundo, no horário das 20h às 21h, passaria a ser diária. Dois dias depois a emissora divulgou que a programação diária seria transmitida *pelo espaço de um mês.* E a empreitada iria contar com o patrocínio oficial do Governo do Estado de Mato Grosso e da Prefeitura de Cuiabá.

> **NOTAS LIGEIRAS**
> **NA "A VOZ DO OÉSTE"**
>
> "A Voz do Oéste" inicia hoje suas irradiações preliminares seguindo-se os seus trabalhos de estúdio pelo espaço de um mês. Estas irradiações, que estão sendo patrocinadas pelo Exmo. Sr. Bel. Júlio Müller, digníssimo interventor Federal nêste Estado, pelo Exmo. Sr. Dr. João Ponce de Arruda, preclaro Secretário Geral da Interventoria, e Exmo. Sr. Prof. Isác Povoas, incansável Prefeito Municipal désta Capital, obedecerão programas que estão sendo cuidadosamente preestabelecidos, podendo a novél estação radiofônica contar desde já, com valiosos elementos artísticos e culturais, (...)[274]

274. *O Estado de Mato Grosso.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 03 dez 1940, p. 2.

Cerca de um ano após um grupo de artistas de Cuiabá começar a irradiar músicas pelas ondas radiofônicas, a programação da rádio A Voz do Oeste passou a contar com o patrocínio do Governo de Mato Grosso - um apoio que garantiu ainda a legalização da emissora junto ao Governo Federal, como veremos no capítulo 3. Conseqüentemente, em virtude deste patrocínio, as irradiações de A Voz do Oeste passaram a obedecer *programas que estão sendo cuidadosamente preestabelecidos.* Em 1940, o único órgão do Estado especializado em meios de comunicação era a Imprensa Oficial, mas ligada a jornais. O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), braço do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em Mato Grosso só no final do ano de 1942.

Contudo, o Brasil estava sob a ditadura do Estado Novo e Mato Grosso era comandada pelo bacharel de Direito Julio Strübing Müller, irmão primogênito do chefe de Polícia Civil do Distrito Federal, Filinto Müller. Entre as funções da Chefatura, estava a garantia do poder ao ditador Getúlio Dornelles Vargas. O que a transformou numa polícia política e órgão censor contra os opositores do regime e até sobre membros do governo.

Em 1938, o Estado Novo reordenou, internamente, no Governo Federal, o controle sobre os meios massivos de comunicação social. Assim, a imprensa, o rádio, o cinema, o turismo e a difusão nacional e internacional ficaram sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Propaganda (DNP). O novo órgão ainda abrangeu a Agência Nacional, que era vinculada ao Ministério da Justiça. Esta estrutura foi transformada em Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em dezembro de 1939. Nesta época, Filinto Müller recebeu uma carta do diretor geral do DNP, Lourival Fontes. Este questionava o chefe de Polícia sobre a ação de censores da Chefatura sobre a propaganda oficial da própria ditadura do Estado Novo.

> Müller
>
> Há dias, no Catete, você estranhou a minha informação de que se estivesse exercendo censura nos jornais e nas estações de rádio sobre os serviços de divulgação do D.N.P. Era realmente um extremo de absurdo que um orgam do Governo, encarregado exatamente dos serviços de informação e de divulgação ficasse passível de censura. Afirmou-me que as suas determinações eram expressamente contrárias ao que eu denunciava e, mais, quanto ao serviço telegráfico exterior, não havia controle nem mesmo para as agências telegráficas não oficiais. Os censores não estão seguindo a orientação que você traçou. Hontem, no Jornal do Comércio, segundo fui informado pelo Dr. Elmano Cardien, o censor declarou que tinha ordens especiais para os serviços da Agência Nacional e fazia questão de exercer completa censura. Há, em tudo, a mal disfarçada atitude, e disto fazem praça, de que os serviços do D.N.P. sejam

> rigorosamente fiscalizados. A menor conseqüência de tudo isto é a desmoralização junto dos jornais, onde deveria estar prestigiado, (....)[275]

A indignação de Lourival Fontes desconsiderava os poderes do chefe de Polícia, subordinado apenas ao presidente da República. O trabalho de censurar meios de comunicação foi imputado a Filinto Müller antes mesmo do início da ditadura do Estado Novo. Às vésperas do golpe de 1937, um vazamento de informação sobre as intenções de Getúlio de se manter no poder levou Vargas a repassar do Ministério da Justiça à Chefatura de Polícia o controle da censura à imprensa, às agências telegráficas e rádios. A atribuição ocorreu em 05 de novembro de 1937, quando - a cinco dias do golpe - o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, trouxe a público o périplo do deputado Negrão de Lima pelos Estados do Norte e Nordeste brasileiros, exceto Pernambuco e Bahia.

Sob recomendação de Vargas, o parlamentar estava consultando sigilosamente os governadores desta região sobre o golpe de Estado de mudanças institucionais que Getúlio pretendia implementar. A divulgação pela imprensa da conspiração intrigou Vargas. *Como a censura deixara publicar? Quem [fora] o responsável pela nota e pela publicação? Tomavam-se providências a respeito sem resultado!* A solução getulista foi transferir o poder de censura do Ministério da Justiça para a Chefatura de Polícia.

Um instrumento do qual o Estado Novo lançou mão para ter comando social foi a rede de controle e fluxo de informação. Oficialmente ela surgiu junto com o período ditatorial. Em 10 de novembro de 1937, Filinto Müller assinou a portaria nº 3.622, criando o Serviço de Divulgação.

> De 1937 a 15 de abril de 1939 o S. D. (Serviço de Divulgação), desenvolveu, da Capital da República para todo o interior do Brasil, um intenso trabalho de propaganda, pela consolidação do Estado Novo contra as ideologias subversivas que, antes e durante este período, procuraram ameaçar a tranqüilidade pública, a segurança do Regime e do Governo.
>
> Através de uma rêde que se manteve na média de 1.300 jornais, espalhados por todo território nacional, o S. D. distribuiu, diariamente, neste periolo, [sic] artigos e comunicados á imprensa.
>
> Paralelamente, e para melhor orientação de suas campanhas de Polícia Política Preventiva, iniciou um levantamento sobre a vida administrativa dos então 1.478 Municipios, em que País estava subdividido, de maneira a orientar-se com segurança, sobre os métodos a empregar, de acordo com a situação de cada uma dessas unidades políticas.[276]

---

275. Arquivo FM 33.04.19, ChP/ad, pasta III, documento 53, pp. 1-2. Acervo CPDOC/FGV.

276. *O SIPS e suas finalidades. Serviço de Inquéritos Políticos Sociais.* Rio de Janeiro: Polícia Civil do Distrito Federal, 1940, p. XI. Arquivo Filinto Müller. Acervo CPDOC/FGV.

Do Rio de Janeiro, então capital federal, era emitida propaganda política estado-novista. Esta era recepcionada no interior do Brasil, que munia o Estado Novo com informações. Como espiões, a rede silenciosa de colaboradores respondia questionários sobre o comportamento das pessoas em relação à ditadura, dava sugestões de como aumentar o controle social ou difundir as diretrizes estado-novistas e fazia pedidos de ordem pessoal. Mas havia pessoas que, mesmo sendo procuradas, se recusavam a colaborar com o regime ditatorial. Foi o caso do médico e deputado estadual mato-grossense Cursino Bouret, cassado pelo golpe de 1937. Numa carta-resposta a Filinto Müller, em 04 de agosto de 1939, ele preferiu não contribuir com o questionário que havia recebido da Chefatura de Polícia do Distrito Federal.

> O Estado Novo olha-me com uma certa desconfiança e qualquer coisa que eu te informe poderia demandar em descontentamentos para mim ou para você.
> Não leva a mal, caro amigo, a minha negativa para o concurso do importante inquérito do SIPS.[277]

Em alguns casos, os colaboradores da ditadura davam dicas, como o uso da radiodifusão em escolas para disciplinar os estudantes conforme as diretrizes do regime. Em outras situações, os integrantes da rede de informantes estado-novistas agiam com delatores. Vigiavam as emissoras de rádio, para saber se estavam ou não veiculando o programa governamental *Hora do Brasil*. Quem não tivesse seria denunciado.

A censura estado-novista foi acirrada a partir de 1939, com a criação do DIP, chefiado por Lourival Fontes e com subordinação diretamente a Getúlio. O Decreto-lei nº 1.915, que criou o DIP, foi assinado por Vargas em 27 de dezembro de 1939 e publicado no Diário Oficial da União dois dias depois. No dia 30, no *apagar das luzes* daquele ano, foi publicado um outro Decreto-lei, de nº 1.949, assinado por Getúlio naquele mesmo dia. Este regulamentava o DIP, dispondo *sobre o exercício de atividades de imprensa e propaganda no território nacional*. Em 137 artigos, regulamentou a censura às diversas formas de liberdade de expressão. Inclusive em relação às agências internacionais que atuavam no Brasil.

> É permitido a quaisquer agências de informações jornalísticas estrangeiras estabelecer sucursais em território brasileiro para distribuir aos jornais notícias do exterior e remeter notícias do Brasil destinadas aos jornais brasileiros, não podendo, porém, de forma alguma, distribuir aos jornais brasileiros notícias sobre assuntos nacionais.[278]

277. Arquivo FM/Mato Grosso. Chp SIPS, documento 88, p. 2. Acervo CPDOC/FGV.

278. Artigo 4º, Decreto-lei 1.915, Diário Oficial da União, 30 dez 1939, p. 39.

As transmissões de rádio e as execuções de discos falados e cantados, entre outras formas de expressão, dependiam *de censura prévia e autorização do DIP* (artigo 53 do decreto n° 1.949). A censura era classificada como *normal* ou de *emergência.* Em qualquer caso, o serviço de censura deveria ser solicitado, mediante pagamento, pelo promotor do evento, para que a manifestação cultural fosse avaliada. Improviso não era permitido nas apresentações (artigo 79).

No caso específico da radiofonia, até os intervalos comerciais deveriam obedecer a regras (artigo 94). O conjunto dos anúncios publicitários não poderia ultrapassar os 20% do tempo de cada programa radiofônico. Cada propaganda não poderia passar de 60 segundos, com tolerância de 75 segundos durante o período diurno, de segunda a sexta-feira. A publicidade tinha de ser intercalada com a programação.

A propaganda comercial só poderia ser veiculada *de maneira concisa, clara e conveniente à apreciação dos ouvintes*, desde que não houvesse *reiteração de palavras ou conceitos*. Era *proibida a irradiação de trechos musicais cantados em linguagem imprópria à boa educação do povo, anedotas ou palavras nas mesmas condições.* O Estado Novo se via no direito de negar a autorização para a exibição ou transmissão quando, por exemplo, fosse *capaz de provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades constituídas e seus agentes*. Ou quando ferisse, *por qualquer forma, a dignidade ou o interesse nacional* (artigo 54).

Um levantamento feito por Silvana Goulart mostra as ações do DIP sobre o rádio durante o Estado Novo. Em 1941, a Divisão de Rádio do Departamento examinou 3.971 programas, 487 peças radiofônicas e 1.448 esquetes. No mesmo ano foram proibidos 44 programas, bem menos que os 108 censurados em 1940.[279] Contudo, o Governo Federal admitia que não exercia um controle social adequado ou eficaz através da radiodifusão. Em parte porque apenas oito dos 21 estados brasileiros tinham órgãos para realizar a censura prévia.[280] Por outro lado, os ouvintes pouco notavam as ações da Divisão de Rádio do DIP. Além disso, o *aperfeiçoamento e melhoria dos serviços e a elevação do nível cultural dos programas* era *grandemente sacrificado pela situação econômica das emissoras.*[281]

279. CAPELATO, Maria Helena. *Op. cit.,* 1998, p. 77. *Cf.* GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial.* CNPq/Marco Zero, 1990, pp. 69-70.

280. "Anuário da Imprensa Brasileira". Rio de Janeiro: DIP, 1941, p. 121 *apud* CALABRE, Lia. *Op. cit.,* 2003, p. 169.

281. ACHILLES, Aristheu. *Aspectos da ação do DIP*. Rio de Janeiro: DIP, 1941 *apud* CALABRE, Lia. *Ib.*

A ação do DIP nos estados dependia da criação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). O de Mato Grosso foi criado pelo Decreto-Lei n° 486, de 31 de dezembro de 1942. Entre as finalidades, estava a de *coordenar, sob a orientação técnica e doutrinária do DIP, todas as atividades do Estado, referente à imprensa, radio-difusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo.*[282]

Em 1943 Luiz Atílio solicitou ao DEIP a concessão de uma estação radiodifusora no município mato-grossense de Três Lagoas. O pedido foi negado em 02 de março deste ano pela Diretoria Geral, sob a alegação de que o Departamento não tinha poder concedente. Esta atribuição continuava com o Governo Federal, mais precisamente com o Ministério da Viação e Obras Públicas.[283]

Em Mato Grosso, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda foi dirigido pelo jornalista Archimedes Pereira Lima, que já havia se afastado do comando da Imprensa Oficial e do jornal O Estado de Mato Grosso. O historiador Rubens de Mendonça afirmou que

> O Deip em Mato-Grosso, em virtude do espírito liberal do seu diretor, que é jornalista profissional nunca exerceu a censura, e até auxiliava a imprensa local dando-lhe a mais completa liberdade. Aliás, durante todo o tempo da Ditadura, pelo menos em Mato-Grosso, num houve falta de garantia à imprensa. O próprio Interventor Júlio Müller dava a imprensa todo o apoio. Não sabemos de um só atentado contra a liberdade de imprensa, durante todo esse período que vai de 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945, data da queda da Ditadura no Brasil.[284]

Mendonça listou os jornais cuiabanos deste período pós-regime ditatorial, o que mostra o crescimento de uma reprimida imprensa. Antes do estado-novismo havia em Cuiabá três jornais: *A Cruz*, a *Pena Evangélica* e o *Operário*. Durante a ditadura surgiu apenas o oficioso *Estado de Mato Grosso*, fora publicações estudantis que não prosperaram, como *A Voz do Norte* e *Correio da Semana.* Depois do Estado Novo, apareceram mais oito jornais em Cuiabá: *O Combate*, *O Social Democrata*, a *Tribuna Esportiva*, *Folha Esportiva*, *Folha Literária*, *Orientador Trabalhista*, *Correio Matogrossense* e *Brasil Oeste*. O que não exime as formas de expressões criadas no pós-ditadura do Estado Novo, do crivo da censura. Assim como ocorreu as antecessoras a este período.

---

282. Artigo 2°, alínea "a". *Diário Oficial do Estado.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado, 03 jan 1943, pp.1-2.

283. Expediente do Diretor Geral do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. *Diário Oficial.* Cuiabá: 06 mar 1943, p. 3.

284. MENDONÇA, Rubens. *História do Jornalismo em Mato Grosso.* São Paulo: Departamento de Cultura, 1951. Separata da Revista do Arquivo, n° CXLII, p. 67.

Em Cuiabá, em 08 de novembro de 1937, às vésperas do golpe do Estado Novo, o então governador Júlio Müller, o comandante da Base Naval de Ladário, capitão de Mar e Guerra Alfredo C. Soares e Dutra, e o representante do Comando da 9ª Região Militar do Exército, major Djalma Dias Ribeiro, se reuniram no Palácio do Governo do Estado e formaram a *Comissão Executiva do Estado de Guerra em Mato Grosso*. Foram baixadas oito deliberações contra *actos communistas*, principalmente quando *attentarem* contra a segurança da ordem do regime. Em dois anexos constava a previsão de atos de censura.

> **Instrucções para a Censura**
>
> A censura será executada no território do Estado, sob a direcção desta Comissão, por intermédio de seus delegados.
>
> Este serviço abrangerá a imprensa, correios e telegraphos, estações radio-emissoras, inclusive as de amadores, agencias telephonicas, etc.
>
> A censura dos jornaes será feita pelos próprios reacatores e sob a responsabilidade exclusiva dos mesmos dentro das normas abaixo fixadas:
>
> (...)[285]

As deliberações e a censura determinadas pela *Comissão Executiva do Estado de Guerra em Mato Grosso* não prosperaram porque no dia em que elas foram publicadas, 10 de novembro de 1937, ocorreu o golpe do Estado Novo. E a Constituição Federal, promulgada por Getúlio Vargas nesta data, revogou a *Comissão Superintendente do Estado de Guerra*, em nível nacional.[286] Assim, as estaduais também foram extintas. O que não impediu outros atos de censura em Mato Groso neste período.

Em 24 de julho de 1939, Luiz Braz, da cidade mato-grossense de Aquidauana telegrafou, pedindo providências ao Dr. Miranda Horta, de Cuiabá. Braz contou que o jornal Município estava impedido de circular. No mesmo dia, após protocolo no governo estadual, o interventor federal Júlio Müller determinou urgência na informação sobre o caso. Em 26 de julho, o delegado de Polícia de Aquidauana, tenente Saab, respondeu ao chefe de Polícia Civil de Cuiabá, João Moreira Barros. *(...) informo Vossencia motivo telegrama Luiz Vaz [sic] sua desobediência vossa ordem censura jornal município a mim transmitida pelo meu antenceso, não estando portanto impedido circular e unicamente sujeito censura.* Poderia circular após ser analisado pelos censores. O interventor Júlio Müller mandou arquivar.[287]

---

285. Regras de serviços e correspondência official. Annexo n° 1 da Acta da reunião da Comissão Executiva do Estado de Guerra em Matto Grosso. Gazeta Official. Cuiabá: 10 nov 1937, p.2.

286. *Gazeta Official.* Cuiabá: Tipographia de Mato Grosso, 11 nov 1937, p. 3.

287. Lata 1939b, maço Secretaria Geral do Estado, doc. 1.109. Acervo APMT.

Em relação à rádio A Voz do Oeste, Rafael Rueda Filho lembra que a tia dele, a locutora da Voz do Oeste Soraida Rueda Jacob, relatava momentos, no início das transmissões da rádio, em que a emissora passou por censura.

> E uma coisa que de vez em quando ela [Soraida] falava: que muitas vezes o programa deles era feito, continha..... censura policial perto [no início da Voz do Oeste]. Mas depois disso não. Eles [os censores] viram que a finalidade dele [do rádio] realmente não tinha nada a ver com isso.
>
> (...) Só sei que ela [Soraida] falava que tinha pessoas estranhas, ao serviço deles, junto. Mas uma época assim muito passageira.
>
> (...). Teve uma época que eles tiveram que deixar a rádio fechada por segurança.
>
> (...). Teve uma época que só dava notícias. Porque o general do Exército era muito amigo deles, aconselhava a ficar fechada. Por segurança! Talvez por medo de se apossarem da rádio, qualquer rádio.[288]

A cantora Maria Luíza Canavarros Nasser lembra que soldados do 16° Batalhão do Exército de Cuiabá ficavam de vigília, na rua do Livramento, esquina com a Floriano Peixoto, na torre de transmissão da rádio A Voz do Oeste, instalada num terreno anexo a residência da família dela, no período em que a emissora funcionou temporariamente na casa de Zulmira e Danglars Canavarros.

> (...). O 16 mandava uma guarda ficar lá dentro (...). Era aqui no quintal de casa. Eles chegavam na porta de casa. Chegava o Batalhão de Guardas do 16 para render, porque um ficava de seis até o meio do dia ou seis da tarde, não sei. Aí vinha outra turma render essa (...). Eram quatro ou cinco soldados, ficavam guardando a estação, o maquinário. Não na parte de estúdio, não, porque isso era dentro de casa e eles não iam. Mas a máquina todinha era toda guardada.[289]

Em 10 de dezembro de 1940, em nome da rádio A Voz do Oeste, Ulisses Cuiabano, agradeceu o comandante do 16 BC, major Eudoro Corrêa de Arruda e Sá, *pelas inúmeras gentilezas e especial estima que tem dedicado a esta estação radiofônica, emprestando-lhe o seu valioso apoio, tanto moral como material.* Cuiabano ainda ressaltou que, para os trabalhos de estúdio da estação, havia uma *cooperação valiosíssima dos elementos e artísticos do nosso querido batalhão.*[290]

Quanto aos programas da rádio A Voz do Oeste, a cantora Maria Luíza recorda-se que, no durante o Estado Novo, alguns chegaram a ser presenciados pelo

---

288. Depoimento de Rafael Rueda em 19 jun 2004.

289. Depoimento de Maria Luíza Canavarros Nasser em 28 set 2002.

290. *O Estado de Mato Grosso.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado, 13 dez 1940, p. 3.

Secretário Geral do Estado, João Ponce de Arruda. Este tinha sido prefeito da capital de Mato Grosso e em 1934 foi sócio da efêmera Rádio Sociedade/Educadora de Cuiabá. *Inclusive o doutor João Ponce veio muitas vezes assistir a programação. À noite, ele saía, passava em casa e ficava.* Maria Luíza lembra que Jercy Jacob pedia autorização do interventor e do secretário antes de colocar a programação no ar. *Tanto que toda festividade que tinha do Estado ou da Prefeitura Jercy falava: "Olha! Amanhã vocês vão fazer isso que está aqui. A rádio programou para falar pode". Eles dando o consentimento o Jercy fazia.*[291]

Sob censura, alguns radialistas se expressavam com auto-censura ao microfone de A Voz do Oeste. Foi a conduta adotada pelo dentista Durval Gomes Monteiro. Na década de 1940 ele roteirizava e narrava *Piadas do Durval.* Era um o programa diário, transmitido ao vivo, no horário do almoço. Era humor com limites, apesar de diversificado. *Era piada de todo jeito. Só não podia humor forte: pornografia. Eu tenho caderno de poesias humor forte. (...) Ele [Jercy Jacob] não sabia o que eu ia falar. Mas eu sabia o que eu podia falar. Eu mesmo fazia a minha censura.*[292] Não poderia haver críticas à ditadura ou às autoridades.

A *auto-censura* é um dos quatro níveis de censura manifestados no Brasil durante o período ditatorial estado-novista, conforme classificação de Maria Luíza Tucci Carneiro. Os outros três níveis eram os seguintes: *censura exógena articulada pelo Estado*, *censura preventiva* e *censura punitiva*. Tucci Carneiro alega que, além de uma não excluir a outra, ainda se completavam interagindo. *É, portanto, neste contexto, que devemos pensar a censura manifesta nos anos 30 e 40 : enquanto fenômeno da história cuja delimitação, uso e introjeção emergem interligados ao conceito de criminalidade política.*[293] O *saneamento ideológico* que se processou com *censura* e *medo* impediu a circulação de idéias revolucionárias, tidas pela ditadura como perigosas à *ordem* vigente e à *segurança nacional.*

A repressão incutia nas pessoas o limite do que era *lícito* e *ilícito.* Além da censura e do medo, outro instrumento de controle social era a *propaganda política.* Foi com o advento do Estado Novo que o Governo Federal sentiu mais fortemente a necessidade de investir na propaganda. Assim, lançou mão de todos os recursos das novas técnicas de persuasão que estavam sendo usadas em diversos países, especialmente na Alemanha de Goebbels.[294] Dentro da lógica estado-novista o poder político tinha de controlar os meios

291. Depoimento de Maria Luíza Canavarros Nasser em 28 set 2002.

292. Depoimento de Durval Gomes Monteiro em 26 mar 2003.

293. TUCCI CARNEIRO, Maria Luíza. *O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In:* PANDOLFI, Dulce (org.). *Op. cit.*, p. 335.

294. CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda Política e controle dos meios de comunicação. In: Id.*, p. 172.

propagadadores de cultura. Quais eram eles no final da década de 1930 e nos anos de 1940? Cinema e teatro, rádio e imprensa. Estes setores tinham divisões específicas na estrutura organizacional do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Em Mato Grosso, a Interventoria Federal no Governo do Estado deu atenção especial a estas três atividades, inclusive com verbas orçamentárias. No primeiro trimestre de 1942 foi inaugurado o Cine Teatro Cuiabá. O prédio custou aos cofres públicos estaduais Cr$ 1.532.308,50 (1 milhão, 532 mil e 308 cruzeiros). Em dezembro de 1940 o interventor passou a patrocinar as transmissões da estação radiodifusora oficiosa A Voz do Oeste. Maria Canavarros conta que os radialistas passaram a contar incondicionalmente com o interventor Julio Müller e o secretário geral do Estado, João Ponce de Arruda. "*Seu Julio, eu preciso disso"! Ele falava: "Vai! Eu dou a ordem! Pode ir!" Aí* [a gente] *ia e pegava.*[295] Em 1943, o DEIP obteve no Orçamento Cr$ 50 mil para gastar com propaganda.[296]

Na área de imprensa, a Interventoria priorizou a compra de uma rotativa para garantir agilidade e qualidade na publicação do jornal O Estado de Mato Grosso e da revista A Violeta, seguidores das diretrizes estado-novistas. A rotativa custou aos cofres públicos estaduais cerca de 1.000:000$000 (mil contos de réis).[297] Um pouco abaixo da soma total da despesa que a Interventoria teve com a saúde (220:554$800) e a instrução (933:043$200) públicas durante todo o primeiro semestre de 1938. Ou seja: 1.153:598$000 (mil cento e cinqüenta e três contos e quinhentos e noventa e oito mil réis).[298] Na inauguração do maquinário, em 14 de agosto, Julio Müller teve de justificar o investimento.

> (...) não quero, absolutamente, vangloriar-me por ter procurado dotar a Imprensa do meu Estado, de aparelhamentos modernos. Desejo tão somente frisar que esse melhoramento, que alguns, no seu pessimismo, acharão adiável, se impunha, no momento, porque as necessidades do serviço público estão a exigir reformas de tal porte e alcance, como as muitas que acabamos de introduzir na Administração do Estado; e, ainda porque a imprensa bem orientada é colaboradora eficiente, além de que, como bem o disse o eminente Presidente Getúlio Vargas - "grande mestre dos povos modernos, a Imprensa é o manancial em que eles se desalteram, em que vão beber os elementos essenciais e o cultivo da inteligência e do caráter".[299]

295. Depoimento de Maria Luíza Canavarros Nasser em 28 set 2002.

296. *Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado, 11 mai 1939, p. 2.

297. Mensagem de Archimedes a Filinto Müller em 17 jul 1939. Arquivo FM Mato Grosso. Pasta Chp/Sips. Doc. 71. Acervo CPDOC/FGV.

298. *Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado, 13 jul 1939, p. 3.

299. Seção "Várias Notícias". *In: Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado, 15 ago 1939, p. 3.

A existência de pessoas que defendiam um retardamento no gasto de mil contos de réis na compra da rotativa MAN para a Imprensa Oficial de Mato Grosso mostra que mesmo no Estado Novo - com aparato policial censor-repressor - havia opiniões democráticas que divergiam da ditadura. O que descaracteriza este regime autoritário e ditatorial como sendo um totalitarismo: a *união absoluta entre massas nacionais e Estado,* como nos dizeres de Roberto Romano.[300]

Os críticos da rotativa comprada pela Imprensa Oficial não foram identificados no discurso de Julio Müller, mas acabaram sendo tratados por este como *pessimistas.* O interventor justificou tal adjetivação quando disse que a compra do *aparelhamento moderno* estava atendendo às *necessidades do serviço público* [que] *estão a exigir reformas de tal porte e alcance*. Ou seja: na visão de Júlio Müller, a aquisição da impressora não era um ato pessoal do interventor que queria comprar a rotativa, gastando os mil contos de réis. Pelo contrário, eram as *necessidades* do Estado que estavam exigindo a aquisição da MAN.

Por outro lado, Júlio Müller ponderou que a compra da impressora não poderia ser adiada devido a uma outra necessidade premente: *a imprensa bem orientada é colaboradora eficiente,* principalmente porque esta, como *grande mestre dos povos modernos,* tinha um enorme poder de influência sobre a população, interferindo na formação *da inteligência e do caráter* das pessoas. Qualidade reconhecida e usufruída por *Getúlio Vargas* e seus seguidores.

Mesmo numa ditadura, como a do Estado Novo, a pura e simples realização dos atos governamentais não era suficiente para o *controle social* e o *exercício do poder*. Para serem obtidos na população *reações de consentimento e apoio ao poder,* também eram necessárias censura e propaganda política. *Em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas ela adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula procurando bloquear toda a atividade espontânea.*[301]

Ainda há de se considerar que a fala do interventor federal em Mato Grosso sobre a compra da rotativa e o tratamento à imprensa possui traços característicos de um período sob a égide de um regime político *nacionalista autoritário.* A compra da rotativa

300. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Op. cit.,* pp. 31. *Cf.* ROMANO, Roberto. *O conceito de totalitarismo na América Latina: algumas considerações. In: América Latina contemporânea: desafios e perspectivas.* São Paulo: Edusp/Expressão e Cultura, 1996, p. 311.

301. *Ib.,* pp. 34-6.

MAN foi uma exigência governamental, não das autoridades que dirigem o governo, mas das *necessidades do serviço público*. Já o controle da imprensa foi justificado porque esta, sendo uma forte influenciadora da formação dos *povos modernos*, era uma colaboradora eficiente do governo. Ou seja: nas duas situações buscou-se um sentimento de que o cidadão, e até o próprio governante, estavam em função do poder público ou que o Estado era quem tutelava a sociedade.

Maria Helena Rolim Capelato afirma que o varguismo, como o fascismo italiano preocupou-se mais em controlar a imprensa. Já o rádio foi mais usado para fazer propaganda política.[302] No entanto, apesar de seguir os modelos de radiodifusão italiano e alemão, o Estado Novo não usou amplamente as emissoras brasileiras para propaganda política.[303] Em parte, porque este não era o único projeto do Governo Federal para a radiodifusão brasileira. Também havia a *radiodifusão educativa.* E ainda porque não se chegou a um consenso sobre uma política pública de radiodifusão no Brasil.[304] Por outro lado, as estações tiveram de dividir o tempo disponível de programação para a veiculação de programas populares e educativos, publicidade comercial e propaganda política.

Em relação à rádio A Voz do Oeste de Cuiabá, a mudança de uma emissora com programação lítero-musical amadora para uma estação estado-novista deveu-se à própria necessidade da emissora em se manter em funcionamento. Se não fosse assim, pondera o padre Firmo Pinto Duarte Filho, nem A Voz do Oeste, nem a revista A Violeta, dirigida pela mãe dele, não teriam existido neste período.

> Cuiabá era uma cidade de muita cultura e tudo estava relacionado com o Estado Novo. (...). O Estado Novo encampava tudo e tinha que falar bem do Estado Novo. E eles falavam bem do Estado Novo. (...). Elogiava o Getúlio Vargas, elogiava o interventor, primeira-dama do Estado, dona Maria Müller, que era do Grêmio Literário Júlia Lopes. Ela era então o pivô, o eixo de ligação entre todas estas coisas. Principalmente do Grêmio Literário.[305]

302. *Id., Op. cit.*, 1999, p. 176.

303. *Id., Op. cit.*, 1998, pp. 78-9.

304. Em 1944 ainda estava sendo formado o Conselho de representantes da sociedade para definição de um Código de Radiodifusão. Mas ele foi desativado como fim da ditadura do Estado Novo. Um novo código de radiodifusão acabou sendo criado somente em 1967.

305. Depoimento do padre Firmo Pinto Duarte Filho em 03 dez 2003.

2.3 - OS ECOS CUIABANOS DO DISCURSO RADIOFÔNICO ESTADO-NOVISTA

A boca universal do Führer foi a metáfora encontrada por Adorno e Horkheimer para simbolizarem o uso da radiodifusão na Alemanha nazista como *principal instrumento de divulgação das idéias totalitárias junto à sociedade.*[306] O efeito que se buscava, até com a instalação de alto-falantes nas estradas, era o de uma captação simultânea da radiodifusão em diferentes territórios, como de um conseqüente sentimento de onipresença da voz que governava: a de Adolph Hitler. *(...). O fato desmedido de o discurso penetrar em toda a parte, substitui o seu conteúdo [...]. Nenhum dos ouvintes está mais em condições de conceber o seu verdadeiro contexto, enquanto os discursos do Führer já por si é mentira. Pôr a palavra como absoluta, o falso mandamento, é a tendência imanente do rádio. A recomendação torna-se a ordem.*[307]

No Brasil, da década de 1940, entre os 41 milhões habitantes, 56,4 % eram analfabetos. Dez milhões destes brasileiros já eram atingidos pelas ondas longas e curtas de 96 estações radiodifusoras.[308] Neste ambiente, as emissoras funcionariam como *a mais importante cabeça-de-ponte da máquina de propaganda montada pelo "Estado Novo"*. A ditadura não queria a participação política da população. Ela considerava o povo irracional; as regras democráticas, fracas; e o mito político como uma maneira eficaz de dar às massas populares um sentimento de participação. *Adorando e reverenciando o chefe, elas teriam o sentimento de que eram parte daquela sociedade.* Diante desta visão, os estado-novistas criaram mecanismos para desmobilizar a massa populacional para a participação na vida pública e não para outros setores da sociedade.

A radiodifusão foi um dos mecanismos. O programa radiofônico governamental *Hora do Brasil* era retransmitido por uma rede de estações radiodifusoras. As falas do ministro do Trabalho, Marcondes Filho, visavam um controle social dos trabalhadores do Brasil. Já a difusão da voz de Getúlio Vargas objetivava torná-lo num ídolo do rádio, como também mitificá-lo. Para tanto, eram necessários outros instrumentos que garantissem a eficácia da propaganda política estado-novista.

---

306. NUNES, Márcia Vidal. *Op. cit.,* p. 56.

307. *Ib.,* p. 56. *Cf.* ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Indústria Cultura - Iluminismo como Mistificação das Massas. In:* LIMA, Luís Costa (org.). *Teoria da cultura de massa.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

308. Informações da Exposição do Estado Novo, realizada entre dezembro de 1938 e janeiro de 1939. PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 1999, p. 134. Cf. DÂNGELO, Newton. *Escolas sem professores: o rádio educativo nas décadas de 1920/40.* São Paulo: PUC-SP, 1994, dissertação de mestrado.

Para evitar interferências prejudiciais à rádio-recepção, Getúlio Vargas e o ministro da Viação e Obras Públicas, João de Mendonça Lima, baixaram, em 29 de junho de 1939, o Decreto-Lei n° 1.383. Este obrigava as instalações que produziam, transmitiam ou utilizavam eletricidade - inclusive trens e sistemas telegráficos ou telefônicos - a terem filtros, blindagem ou outros dispositivos que impedissem a produção de ruídos perturbadores de rádio-recepção.

Caso os proprietários das instalações de eletricidade não tomassem as precauções e continuassem perturbando a recepção de rádio, estas instalações seriam proibidas de funcionar, aos domingos, feriados e nos dias úteis, das 17 às 23 horas. Este era o horário nobre da radiodifusão. Os infratores eram punidos com multas de 50$000 (50 mil réis) a 5:000$000 (cinco contos de réis). Em caso de reincidência, os valores dobravam. Após a terceira reincidência, o funcionamento da instalação ficava impedido pelo prazo mínimo de seis meses.

Já os estabelecimentos comerciais que tivessem aparelhos receptores de radiodifusão eram obrigados a ouvir o *Programa Oficial* da ditadura estado-novista. Esta obrigatoriedade estava prevista no artigo 94 do Decreto-Lei n° 1949, de 30 de dezembro de 1939, que regulamentou o DIP. E foi divulgada pelo jornal O Estado de Mato Grosso em 10 de janeiro de 1940. Um dos programas a serem irradiados era a Hora do Brasil. *Este sim era o elemento de integração e de consolidação da cultura nacional.*[309] Este possuía *três finalidades: informativa, cultural e cívica. Divulgava os discursos oficiais, os atos do governo, procurava estimular o gosto pelas artes populares e exaltava o patriotismo, rememorando os feitos gloriosos do passado. Ele era reproduzido, também, por alto-falantes instalados nas praças da cidades do interior.*[310]

Em Cuiabá, as imposições quanto ao programa oficial a *Hora do Brasil* eram feitas por algumas famílias, dentro das próprias residências. O padre Firmo Pinto Duarte contou que - quando a rádio A Voz do Oeste retransmitia a *Hora do Brasil* - os ouvintes, principalmente crianças, como ele, eram obrigados pelos familiares, a ficar em pé, escutando o programa radiofônico oficial. *Tinha gente aqui que mandava o menino ficar de pé. Na hora da Hora do Brasil todo mundo tinha que assistir, assistir, todo mundo ficava de pé (...). Era*

309. CALABRE, Lia. *Op. cit.,* 2003, p. 171.

310. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Op. cit.,* p. 77. *Cf.* JAHAR GARCIA, Nelson. *Estado Novo.* "Ideologia e propaganda política". São Paulo: Loyola, 1982, pp. 103-4.

obrigado a escutar. Acho que todo brasileiro tinha quase que obrigação de escutar a Hora do Brasil. (...) Era a família que determinava.[311]

Na programação diária da Hora do Brasil deveria ser difundida *uma crônica* sobre *tema brasileiro,* desde que atendesse o *interesse coletivo.* O programa oficial também deveria *difundir, ampla e sistematicamente, números musicais ou literários que manifestem o pensamento brasileiro.* Também era função da Hora do Brasil levar ao ar cotidianamente *a súmula dos atos oficiais, assim como os boletins ministeriais, meteorológicos, movimentações dos principais portos do país etc*. O programa oficial ainda tinha a incumbência de *divulgar os principais fatos da história do Brasil, assim como os feitos de nossos grandes homens.*[312]

Esta última tarefa determinada pelo DIP aos produtores da *Hora do Brasil* ecoou em Cuiabá em programas locais da rádio A Voz do Oeste. Em 25 de agosto de 1940, por exemplo, a emissora homenageou o patrono do Exército Brasileiro, Duque de Caxias. A revista A Violeta, do Grêmio Literário Julia Lopes, registrou a irradiação da homenagem, considerando-a um movimento de *civismo* da nossa gente. Assim como a generosidade da participação da população cuiabana na campanha por um preventório, que teve o apoio da rádio A Voz do Oeste.

Ainda na rádio A Voz do Oeste, a tarefa da *Hora do Brasil* em *divulgar os principais fatos da história do Brasil, assim como os feitos de nossos grandes homens* também teve similaridade com um programa próprio da rádio A Voz do Oeste na década de 1940. Eram as *Notas Históricas,* textos homônimos aos que foram publicados na seção *Várias Notícias* do Diário Oficial do Estado, entre 1º de janeiro e 19 de agosto de 1939. Mas as Notas radiofônicas tratavam-se de uma escrita histórica feita exclusivamente para ser lida nesta emissora cuiabana em 1943.

O autor das *Notas Históricas,* tanto das que foram publicadas no Diário Oficial, quanto das lidas ao microfone da rádio A Voz do Oeste, era o mesmo. Foram elaboradas na escrivaninha de um casarão do qual hoje só resta a parede da fachada, na rua Barão de Melgaço, em Cuiabá. Nos anos de 1940, este imóvel era ladeado pela rádio A Voz do Oeste, à esquerda, e pelo Clube Feminino, à direita, já na esquina da rua Campo Grande. No casarão vivia o historiador Estevão de Mendonça (1869-1949).

> No ano de 1943, já a Rádio tinha um programa cultural, com crônicas históricas lidas diariamente, como podemos ver em Notas Históricas de Estevão de Mendonça. Este

311. Depoimento do padre Firmo Pinto Duarte Filho em 03 dez 2003.

312. CALABRE, Lia. *Op. cit.*, 2003, p. 169.

> primeiro historiador de nomeada do interior brasileiro preparava diariamente uma página, (...).[313]

As *Notas* da rádio – num total de 33 - traziam a cada dia um fato diferente da História de Mato Grosso. Fatos que ocorreram em 33 datas dos séculos XVIII, XIX ou início do XX. A data diária do fato passado correspondia ao dia presente em que o texto era lido na emissora. A narração das 33 *Notas Históricas* ocorreu durante 31 dias de 1943. Foram onze dias no mês de setembro (dia 19 e entre os dias 21 e 30) e vinte dias no mês de outubro (de 1º a 07, de 09 a 16 e de 27 a 31). Apenas para a narração dos dias 12 e 15 de outubro de 1943 Estevão de Mendonça escreveu duas notas diárias. O que totalizou 33 *Notas Históricas* irradiadas pela rádio A Voz do Oeste em 31 datas.

> As crônicas de rádio, a que Mendonça chamou também de "Notas históricas", herdeiras das crônicas de rodapé "Notas ligeiras" e "Notas a lápis" [publicadas por ele no jornal O Matto-Grosso, entre o fim do século XIX e o início do XX], (Teria o autor recebido influência de transposição das novelas de folhetim para as novelas de rádio, gerando assim a transferência do gênero crônica-folhetim para a crônica de rádio?) basearam-se na simplificada fórmula da apresentação de um fato ou curiosidade ocorrida tempos atrás na mesma data da leitura da respectiva crônica.[314]

Apesar do foco no passado, um levantamento detalhado das Notas pode revelar práticas sócio-culturais da vida de Estevão de Mendonça e as circunstâncias do momento em que os textos foram escritos. Algo como um paradigma indiciário. *Pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível.*[315] Passando uma lupa pelas 33 *Notas Históricas* de Estevão, é possível ver mais do que borrões, letras e papel. Sob uma lente vão surgindo temas como alternância de poder, maçonaria e liberdade de imprensa. Detalhe: em 1943, quando as *Notas Históricas* foram escritas e lidas na rádio, o Brasil estava sob a ditadura do Estado Novo (1937-1945).

A micro-história recusa a existência de um contexto unificado e homogêneo. Para tanto, usa um paradigma indiciário propício aqui. É:

> (...) a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente

313. DORILEO, Benedito Pedro. *Op. cit.*, p. 72.

314. NADAF, Yasmin Jamil. *Rodapé de miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX).* Rio de Janeiro, 7Letras, 2002, p. 93.

315. GINZBURG, Carlo. "Raízes de um paradigma Indiciário". *In: Mitos, Emblemas e Sinais.* São Paulo: Cia. das Letras, 1989. pp.149-50.

> considerados sem importância, ou até triviais, "baixos", forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano (...).[316]

Textos curtos de, no máximo, uma página. Períodos narrativos sintéticos. Frases, em sua maioria, na ordem direta e sem exceder no uso de aposto. Palavras de domínio popular. Verbos no presente. Assim Estevão de Mendonça escreveu a maioria das 33 *Notas Históricas* para serem lidas na rádio A Voz do Oeste. Os textos foram elaborados próximos de uma linguagem radiofônica, de fácil leitura para o locutor e rápido entendimento do ouvinte. No cabeçalho, o texto era identificado como *Notas Históricas* e informava a data de leitura. Em seguida, havia cerca de cinco parágrafos. Cada um não tinha mais que cinco frases.

Em *Rodapé das Miscelâneas*, obra riquíssima em referências literárias e históricas, Yasmin Jamil Nadaf dedica parte de sua análise aos textos de Estevão, como as Notas lidas na rádio. Segundo Yasmin, os registros da história oficial mato-grossense receberam de Mendonça uma linguagem simples e objetiva, que facilitou a divulgação dos mesmos.

> O estilo literário de Estevão deve-se à prática dele. Foi professor do Liceu Cuiabano, advogado, pesquisador e fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-grossense de Letras. Organizou a Biblioteca Pública do Estado (que hoje tem o seu nome) e os documentos coloniais do Arquivo Público do Estado. Também escreveu crônicas para vários jornais.[317]

Aos 20 anos, estreou em *A Tribuna* (1889). Depois ele escreveu para os jornais *A Gazeta*, de Vital de Araújo; *O Clarim*; *O Republicano* (1995-98); *O Mato-Grosso* (onde publicou crônicas do fim do século XIX ao início do XX); *O Debate*; *Gazeta Oficial* (hoje *Diário Oficial do Estado*); *A Cruz*; *O Farol*; *O Democrata*; *A Reação*; e *Estado de Mato Grosso.* Estevão também ajudou a criar publicações: a folha literária *A Vespa* (1889), a revista *O Arquivo* (1905) e o jornal *O Comércio* (1910) *Jámais auferi qualquer remuneração pecuniária, resultante da minha atuação na imprensa*, fez questão de registrar, Estevão, em sua *Auto-biografia.*[318]

Em 1919 Mendonça publicou dois mil exemplares de *Datas Mato-grossenses*, um compêndio diário de fatos históricos em dois volumes de 753 páginas. A obra serviu para brindar o bi-centenário de Cuiabá e da fundação do Instituto Histórico. *Não existe relato*

316. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas. A Experiência da Microanálise.* Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 26.

317. NADAF, Yasmin Jamil. *Op. cit.*, 2002, p. 92.

318. MENDONÇA, Estevão de. *Retalhos da Vida.* Cuiabá: Tip. Escola Industrial, 1950, p. 10.

histórico no qual esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber.[319]

Em 1976, o quarto e último filho de Estevão, o também historiador Rubens de Mendonça, numa homenagem póstuma ao pai, publicou as *Notas Históricas* num livro homônimo. Rubens manteve na íntegra os manuscritos de Estevão, inclusive com as correções feitas à mão pelo autor. Ou seja: são os textos radiofônicos de Mendonça pai, que foram lidos na rádio A Voz do Oeste nos anos de 1940. Assim como as Notas Históricas de Estevão, o prefácio de Rubens também foi manuscrito.

> "Estas cronicas ora publicadas com a caligrafia do autor, historiador Estevão de Mendonça foram escritas para serem lidas na Rádio "Voz do Oeste", emissora fundada pelo prof. Jercy Jacob.
>
> Elas vão de 19 de setembro até 31 de outubro do ano de 1943.
>
> Sua publicação constitui uma homenagem à memória do maior históriador mato-Grossense que foi Estevão de Mendonça e uma contribuição à cultura do nosso Estado.
>
> Cuiabá, 27 de julho de 1976
>
> Rubens de Mendonça"[320]

As *Notas Históricas* lidas na rádio tratam de fatos ocorridos entre 1748 e 1939. A mais antiga refere-se à primeira nomeação de secretário do governo de Mato Grosso, Bartolomeu Descalça e Barros. Ele veio de Lisboa e chegou em Cuiabá em 1751, junto com o primeiro governador D. Antonio Rolim de Moura Tavares. Já a data de 1939, a única pós-1930, trata do surgimento da rádio A Voz do Oeste.

A 15 de Outubro de 1939, às 20 horas, vibra pela primeira vez no ceu cuiabano a onda sonora de 'Voz do Oéste', que se consolidou e constituiu parte da vida local. A locutora da primeira irradiação foi a mesma que neste momento transmite estas Notas históricas. Assim terminou naquele dia a locução de Soraida Rueda Jacob, esposa de João (Jercy), um dos três fundadores da primeira rádio de Cuiabá. Era 15 de outubro de 1943. A rádio A Voz do Oeste estava completando quatro anos no ar.

A historiadora Maria Helena Rolim Capelato tem uma consideração sobre o comportamento dos historiadores no século XX.

---

319. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História.* Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 2ª ed, p. 93.
320. MENDONÇA, Rubens. *Notas Históricas.* Cuiabá: ed. Rubens de Mendonça, 1976, prefácio.

> (...) Cabe ressaltar que, até os anos 70, havia uma tácita divisão de trabalho entre os historiadores e outros cientistas sociais. A historiografia colocava para si como limite temporal a década de 30, e raramente os historiadores avançavam para além desse marco. Prevalecia a concepção de que o distanciamento no tempo era imprescindível à boa reconstituição historiográfica.[321]

No caso das *Notas Históricas*, mesmo voltando os olhos até dois séculos, Estevão de Mendonça tinha o coração, a mente e o lápis fixos nos anos de 1940. Entre os 33 textos, 15 tinham uma certa referência ao tempo presente da escrita. Alguns explicitamente. *[Em 1884, Floriano Peixoto] veio com a sua família no paquete 'Rio Verde', e prestou juramento perante a Assembléia Legislativa. Prestem atenção no seguinte fato: chegou em meiado do mez de outubro, e agora, na mesma época do ano, nenhuma embarcação atinge o porto.*[322]

As *Notas Históricas* da Voz do Oeste são reveladoras sobre as relações sócio-econômicas e culturais de Estevão de Mendonça. É como se o historiador registrasse em cada texto um pedaço da vida dele. Numa Nota, o historiador cita a Academia Mato-grossense de Letras (NH 02/10)[323], da qual foi sócio fundador em 1921. Em outra, a Biblioteca Pública, organizada por ele de março a maio de 1912.

A locutora da rádio A Voz do Oeste Soraida Jacob leu, em 12 de outubro de 1943, a *Nota Histórica* sobre a instalação da loja maçônica Acácia Cuiabana, em 1900, na rua 13 de junho. *Intimada à mudança, passou provisoriamente a sua sede, a titulo gracioso, para a casa de residência do irmão Pedro Torquato Leite da Rocha* (NH 12/10). Estevão de Mendonça era maçon.

Michel de Certeau ressalta que o lugar sócio-econômico e cultural do historiador influencia toda a pesquisa historiográfica. *Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.*[324]

Em 1943 completaram-se quatro anos dos continuados conflitos da 2ª Guerra Mundial. O governo brasileiro havia se posicionado em favor dos Aliados em agosto de 1942. O Brasil vivia há seis anos sob a ditadura, a censura, a centralização de poder e a polícia

---

321. FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva.* SP: Contexto, 2000, p. 190.

322. Nota Histórica de 13 out 1943. *In:* MENDONÇA, Estevão. *Notas históricas.* Cuiabá: edição de Rubens de Mendonça, 1976,

323. NH é abreviatura de *Nota Histórica* e os números se referem, respectivamente, ao dia e ao mês de 1943.

324. CERTEAU, Michel de. *Op. cit.,* p. 67.

política do Estado Novo de Getúlio Vargas. Também há seis anos o Governo de Mato Grosso estava sob a interventoria federal de Júlio Strübing Müller.

Explicitamente a guerra e, principalmente, a ditadura não foram tratados pelas *Notas Históricas* da rádio A Voz D'Oeste. "Antes de saber o que a história *diz* de uma sociedade, é necessário saber como *funciona* dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros".[325]

Mas se dividirmos as 33 *Notas* por temas, 12 delas tratam de eleição, posse, transmissão do cargo de presidentes de Mato Grosso ou exaltação às qualidades de governantes do Estado. Ou seja: mais de um terço dos textos referem-se às mudanças que ocorreram no poder político mato-grossense do século XVIII a XX. Principalmente no governo estadual.

Já na estréia do programa, em 19 de setembro de 1943, Estevão de Mendonça lembrou da posse, em 1868, de Mato-Grosso o Dr. José Antonio Murtinho na Presidência da Província de Mato Grosso (NH 19/09). O historiador também citou as posses no governo do tenente-coronel de engenheiros Ricardo José Gomes Jardim, em 1844 (NH 26/09); de José Joaquim Ramos Ferreira, em 1885; do general Floriano Peixoto, em 1884 (NH 13/10); do capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, em 1796 (NH 15/10) e do major Sebastião Rabello Leite, em 1930.

Na *Nota Histórica* de 30 de setembro, Mendonça comenta a alternância de secretários de governo em Mato Grosso. *Durante o período colonial, isto é, [de 12 de janeiro de 1751] a 19 de Agosto de 1821, teve a capitania 12 secretários.* O historiador lembrou que em 1852 houve no estado *a eleição para a vaga de senador da província* (NH 09/10).

Estevão dedica duas *Notas* a Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, a quem considerava *o servidor máximo de minha terra*. Em uma, Mendonça aproveitou o aniversário de 166 anos da cidade de Corumbá para relembrar a memória de *o genial governador e capitão-general de Matto-Grosso* (NH 21/09). Em outra (NH 04/10), o historiador frisou que, *sem penetrar a poeira dos arquivos, mal se póde ajuizar a sua capacidade administrativa e o seu alto senso político.* Ainda nesta, Estevão citou a chegada de Luiz Cáceres, em Mato Grosso, em 1884.

Por outro lado, Mendonça lembrou de alguns fins trágicos de governadores de Mato Grosso. Miranda Montenegro morreu pobre e endividado (NH 15/10). Já Ramos

325. *Ib.*, pp. 76-7.

Ferreira *deixou-se embriagar pela posição, praticando uma reação política exagerada. (...) Estragou-se com o poder, ganhando o desestima dos seus amigos.*

A última *Nota Histórica* lida na rádio A Voz do Oeste, em 31 de outubro de 1943, trata da autoritária prisão do juiz Paschoal Domingues de Miranda, sem detalhar o caso. Já no livro *Datas Mato-grossenses*, edição de 1919, Estevão esmiuça a prisão do magistrado.

> Posto incomunicável, acorrentado depois, assim teve que ser conduzido a S. Paulo pela via fluvial num longo percurso de cinco meses, em canoa, com mais quatro companheiros de infortúnio. Foi solto no Rio de Janeiro, e não mais regressou a Cuiabá, onde, além do cargo de juiz de direito - desde de 16 de janeiro de 1834 - exerceu anteriormente os de juiz de fora e de ouvidor.[326]

Este trecho foi suprimido da *Nota Histórica* radiofônica de 1943. Ainda comparando com o livro *Datas Matogrossenses*, Estevão deixou de citar o cargo de juiz de direito da Primeira Comarca de Cuiabá do qual Paschoal de Miranda foi destituído, arbitrariamente, pelo presidente da província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro. Mas incluiu na mesma Nota lida na emissora os atos violentos praticados por dois dos três Alencastro que governaram o Estado.

> Foi a província de Mato-Grosso governado por três Alencastros, todos militares, tendo os dois primeiros, de nomes iguais, se celebrisados por atos de violencia. O primeiro fez conduzir preso o Dr. Pascoal de Miranda, por via fluvial Tieté, com destino ao Rio de Janeiro, e o segundo, enviou, também preso e com igual destino, o Padre Ernesto Camillo Barreto. Ambos exonerados em conseqüência de tais violências.[327]

Estevão ainda trata, implicitamente, de dois temas vetados pelo Estado Novo. Um deles é o questionamento à censura. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em dezembro de 1939, coibia qualquer crítica a ditadura Vargas, ao mesmo que tempo que propagandeava conceitos que resultariam na construção do mito de Getúlio.

Pois Mendonça lembrou do jornal semanal *O Clarim*, para o qual ele participou. *Órgão independente, tornou-se o mais popular do seu tempo, máxime quando Pedro Ivo criou e manteve a seção "Filósofos de fora e da terra", de uma mordacidade flagrante e de uma verve admirável* (NH 27/10).

Já a Nota Histórica de 28 de outubro comunica a morte em 1852 do minerador livramentense Manoel Pinto de Figueiredo e ressalta a disponibilidade de terras lavradias.

---

326. MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-grossenses.* Cuiabá, Ed. Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso, 1973, Revisão e atualização do ano de 1919 a 1973, 2ª ed., p. 233.

327. MENDONÇA, Estevão. *Op. cit.*, 1976.

Sobre estas, Estevão fez uma indagação com uma referência literária. *Uma iniciativa, como diz Jéca Tatú, de Monteiro Lobato, 'não paga a pena'?*

O escritor Lobato era um dos principais desafetos de Vargas. Ele havia sido preso por três meses em 1936 devido às críticas que fazia à ditadura de Getúlio, principalmente na área petrolífera. Lobato teve vários livros apreendidos pelo DIP, inclusive infantis. O personagem Jeca, criado por Monteiro, denunciava a falta de qualidade de vida para o povo brasileiro.

Quando escreveu as *Notas Históricas* para a rádio A Voz do Oeste em 1943, Estevão de Mendonça tinha 74 anos de vida. A idade avançada não lhe tirou das mãos a caligrafia, nem a escrita objetiva, muito menos a lucidez. Aparentemente, as Notas representavam a preservação da História de Mato Grosso. Mas implicitamente parecem significar a posição crítica de alguém inconformado com as condutas contemporâneas de seu tempo. A mensagem subliminar das Notas Históricas foi a prática encontrada pelo historiador Estevão de Mendonça para transmitir uma crítica num período de censura e propaganda da ditadura estado-novista.

Benedito Pedro Dorileo afirma que, durante o Estado Novo, políticos discursam no microfone da rádio A Voz do Oeste. Entre eles estavam três irmãos da família Müller: Julio, interventor federal no Governo de Mato Grosso; Filinto, chefe de Polícia Civil no Distrito Federal; e Fenelon, ex-interventor mato-grossense (março a agosto de 1935) e ex-prefeito de Cuiabá (1927-1930). Também, o cunhado de Julio Müller e secretário geral do Estado, João Ponce de Arruda. Ainda, os cassados João Vilasboas (senador) e Agrícola Paes de Barros (deputado estadual).

Pedro Dorileo também conta que a rádio A Voz do Oeste transmitiu uma fala de Getúlio Dornelles Vargas quando o ditador visitou Cuiabá em agosto de 1941. O discurso foi na escadaria de uma das Obras Oficiais, o Grande Hotel (hoje Secretaria de Estado de Cultura), no dia 07, segundo dos três dias da estada de Vargas na capital de Mato Grosso. O prédio do Hotel ficava próximo ao Jardim Alencastro, um quarteirão abaixo da sede da rádio A Voz do Oeste. Neste trecho entre a emissora e o estabelecimento de hospedagem, na noite do mesmo 7 de agosto de 1941, após um desfile cívico, Vargas discursou, garantindo a Cuiabá a hegemonia de continuar sendo a capital mato-grossense, contra o pleito de Campo Grande que queria mudar a sede do Governo para a região sul do Estado.

Contudo, em agosto de 1941, não há registros sobre alguma fala varguista ao microfone da rádio A Voz do Oeste nos jornais *O Estado de Mato Grosso* e *A Cruz*, periódicos que deram ampla divulgação sobre a visita presidencial. O primeiro periódico dava

sustentação à Interventoria de Júlio Müller e ao Estado Novo de Getúlio Vargas. O outro era órgão da Liga do Bom Jesus, entidade da Igreja Católica cujo comando em Cuiabá estava sob o poder episcopal do arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa. Este era um exímio orador a quem o Estado Novo recorreu para declamar em solenidades oficiais na capital Rio de Janeiro.

A única referência sobre radiocomunicação neste período foi impressa pelo jornal O Estado de Mato Grosso. Trata dos serviços radioamadores prestados por João (Jercy) Jacob à Presidência da República na comunicação entre Cuiabá e a capital federal Rio de Janeiro. O que não descarta a possibilidade de funcionamento da rádio A Voz do Oeste durante a visita presidencial, nem de algum pronunciamento getulista pelos microfones dela. Mas que, neste caso, não teve registro.

A PY-9-A-E

> A estação PY-9-AE, do rádio-amador Prof. Jerci Jacó, deu, por ocasião da visita do Presidente da República à nossa Capital, uma demonstração de quanto é útil o radioamadorismo e do papel que pode ainda vir a desempenhar no Brasil esta instituição. Essa estação esteve, durante os dias da estada do Presidente da República nesta Capital, em constante comunicação com a estação PTC, do Palácio do Catete, transmitindo noticiário e informações sobre a viagem do Presidente ou de interesse de seus auxiliares. O Prof. Jerci Jacó teve mais uma vez ocasião de demonstrar que é um perfeito amador de rádio, sempre solicito em servir quer a particulares quer a instituições oficiais.[328]

O microfone da rádio A Voz do Oeste em Cuiabá também esteve aberto a defesas de diretrizes estado-novistas. Em 15 de novembro de 1941, o padre Antonio Wasik, do Liceu Salesiano, em comemoração ao Congresso da Brasilidade, discursou sobre *A Unidade Moral do Brasil*.[329] O tema e o convite ao religioso foram dados pelo diretor da Instrução Pública de Mato Grosso, professor Francisco Alexandre Ferreira Mendes. Pelo que se vê, em 1941 o Governo de Mato Grosso não apenas patrocinava a estação radiodifusora cuiabana. Também tinha influência sobre a programação: podia convidar eventuais locutores e definir temas abordados na programação. E em última hipótese, na hierarquia do serviço público, os professores Jercy Jacob e Zulmira Canavarros eram subordinados a Mendes.

Ao microfone de A Voz do Oeste, o padre Antônio Wasik avisou os ouvintes de que, diferentemente do *naturalista Humbold, que admirou o Brasil pelo prisma da*

328. Nota publicada no jornal *O Estado de Mato Grosso.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 09 ago 1941, p. 7. Acervo APMT.

329. Discurso veiculado pela rádio A Voz do Oeste em 15 nov 1941 e publicado na revista *A VIOLETA.* Ano XXIV, n° 282 e 283. Cuiabá: Grêmio Literário Júlia Lopes, 25 dez 1941, pp. 14-5 e 21-2. Acervo IHGMT.

natureza mui pródiga e exuberante, ele, enquanto *sacerdote católico* iria *olhar o Brasil através do prisma da unidade moral.* O religioso deu um conceito divino para a *moral*, que *é uma planta cuja raiz está no céu e cujas flores perfumam a terra.* E apesar da variedade de flores no mundo, com tamanho, forma e matizes diferentes, havia unidade na mesma gleba, seiva e sol que as nutria. Para o padre, diferente da velha Europa, onde eram propaladas *idéias racistas, endeusando a própria raça, com desprezo das outras*, o Brasil era como uma florida campina.

> Quantas raças, quantos cruzamentos, quantas procedências de costumes e línguas diferentes caldearam a jovem nação brasileira. Contudo no meio desta florida variedade encontrareis uma harmoniosa unidade: Mesmo é a seiva ascendente representada pelo apego e pelo amor à terra natal o que chamaríamos o nativismo abençoado; mesmo é a língua pátria essa seiva nutritiva que corre pelo organismo vivo da nação e por cima de tudo, deixai que o diga e não silencie é a maravilhosa função clorofiliana no sentimento religioso, tão inato, tão difundido e característico.
>
> Vede, sim, admirai esta belíssima unidade moral, que apezar das raças e procedências tão complexas representa um fator real na concorde sinfonia da Brasilidade.[330]

Pelo discurso do padre Antônio Wasik, divulgado pela rádio A Voz do Oeste em novembro de 1941, apesar das diferentes raças que formaram a nação brasileira, havia um ponto em comum entre elas. Era a tríade *nativismo, identidade lingüística* e *religiosidade.* Esta conduta do salesiano, de interpretar a realidade com novas significações, é apontada por Maria Luíza Tucci Carneiro com uma ação que visava controle social. *O governo estado-novista buscava, como a maioria dos regimes autoritários, o singular, ou seja, a homogeneidade em todos os níveis, de forma a facilitar a dominação, o controle. E, nessa direção, múltiplos discursos foram articulados, oferecendo interpretações do mundo e da realidade brasileira, procurando criar "novos significados".*[331]

Nesta ressemantização do mundo, o padre Wasik considerou que a unidade do Brasil dependia de ações de Getúlio Vargas. *Os esforços do egrégio presidente, o Snr. Dr . Getúlio Vargas, tendem egualmente para esta unidade. Alguns fatos apenas: Aqui ele salva o Brasil das doutrinas extremistas e exóticas, ali proteje o operário e o trabalhador, depois aproveita das forças vitais de toda nação, ainda visita os estados mais longínquos e mais afastados consolidando e firmando esta unidade.* O ditador foi comparado a um chefe da nação que salvava a pátria contra o comunismo e outras doutrinas, um pai que protegia seus

330. *Ib.*, p. 14. Acervo IHGMT.

331. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. "O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional". *In:* PANDOLFI, Dulce (org.). *Op. cit.*, p. 335.

filhos trabalhadores e ainda como um justo governante que distribuía as riquezas do país entre as diferentes regiões e integrava o território.

> (...). E por fim não podia deixar de lembrar que esta unidade ainda se encontra numa belíssima prece, pronunciada todos os dias nas rezas da tarde ou da noite em todos os recantos do Grande Brasil... pelo chefe da Nação e do Estado, pelas pessoas constituídas em dignidade pela paz e prosperidade completa do povo brasileiro, pelos favores contínuos de Deus, que chovam sobre o Brasil... desta maneira, os católicos nobilitam e engrandecem os sentimentos patrióticos, associando-os todos os dias aos sentimentos religiosos.[332]

Na fala levada ao ar pela rádio A Voz do Oeste, em novembro de 1941, o padre salesiano considerou que havia unidade moral numa reza diária que ocorria no país: na transmissão do programa oficial *Hora do Brasil*, divulgado diariamente pelo Governo Federal no final da tarde em Mato Grosso e no início da noite nos estados que seguiam o fuso horário da capital federal Rio de Janeiro. Era a associação dos sentimentos patrióticos com os religiosos. Sob as bênçãos de Wasik, a política da ditadura estado-novista também foi sacralizada.

> o catolicismo também desempenhou um papel muito significativo nos compromissos e alianças burguesas que resultaram e desenvolveram a partir de 1938. Ao aceitar o seu papel como força auxiliar às políticas do Estado Novo, a liderança da Igreja oferecia orientações de valor ativas que serviriam para aperfeiçoar a sociedade e ideologia nacional-burguesa brasileira.[333]

No discurso pela rádio A Voz do Oeste, o padre Antonio Wasik também elogiou o fato de que *as maiores transformações sociais e políticas operam-se em perfeita paz e concórdia: assim a Independência; assim tríplice lei contra a escravatura.* No entanto, ele se silenciou sobre os brasileiros que foram assassinados, como os inconfidentes mineiros, tentando se libertar do julgo português. O padre também se omitiu sobre os negros africanos que morreram lutando por liberdade, por trabalhos forçados desumanos ou assassinados, tentando fugir da escravidão. Em sua interpretação de unidade, Wasik não falou que a história do Brasil foi construída com muita luta, resistência, sangue e morte.

Maria Helena Rolim Capelato afirma que durante a ditadura do Estado Novo *a imagem da sociedade una, homogênea e harmônica, veiculada pela propaganda política,*

332. Discurso veiculado pela rádio A Voz do Oeste em 15 nov 1941 e publicado na revista A VIOLETA. Ano XXIV, n° 282 e 283. Cuiabá: Grêmio Literário Júlia Lopes, 25 dez 1941, p. 23. Acervo IHGMT.

333. KRISCHKE, Paulo José. *A igreja e as crises políticas no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1979, p. 164.

esteve longe de se traduzir numa prática de constituição da opinião única em torno do regime e de seu líder. Cabe ressaltar que nem mesmo entre os ideólogos do regime havia convergência quanto à aceitação do nazi-fascismo como modelo de organização da sociedade e do Estado.[334]

Em 1941, a presença de padres discursando numa emissora de rádio criada por três maçons - João (Jercy) Jacob, Juvenílio Francisco de Freitas e Danglars Canavarros - é uma mostra de que a emissora era muito mais estado-novista que maçônica. Em nível nacional, a Igreja Católica era uma das instituições que deram sustentação ao getulismo, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1937, que revogou a Carta Magna de 1934. Em Cuiabá estes laços foram fortalecidos na figura representativa do arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa, um dos principais oradores em defesa do Estado Novo. Pela rádio A Voz do Oeste,

> Por tantas vezes da Sé Catedral, o Arcebispo Dom Francisco de Aquino Correa, membro da Academia Brasileira de Letras, enviou mensagens aos fiéis matogrossenses, através de suas ondas, em dias como o da Confraternização Universal, o Santo Natal e Dia da Ressurreição.[335]

Além da Igreja, outra instituição que participava ativamente da programação radiofônica de A Voz do Oeste, inclusive garantindo a realização dos programas era os já exaustivamente citados militares do 16° Batalhão de Caçadores (BC) do Exército de Cuiabá. Em retribuição, a emissora decidiu homenagear os componentes da unidade militar em 10 de dezembro de 1940.[336] O pronunciamento foi realizado pelo bacharel, ex-militar e membro da Academia Mato-grossense de Letras, Ulisses Cuiabano. Na locução, o orador destacou a história de recrutamento de brasileiros para formação do Exército Nacional, passando pela instituição do Serviço Militar Obrigatório. Também, a organização do Exército durante a ditadura estado-novista, que garantia uma *nação autônoma* no Brasil.

> Assistimos a grande preocupação do Governo do Estado Novo em dotar as nossas forças armadas de todos os elementos necessários para bem cumprirem a gloriosa tarefa que pesa sob os seus másculos ombros, como sentinelas que são da nossa liberdade e da firmeza absoluta das nossas instituições. E jubilosos ficamos quando

334. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Op. cit.*, 1998, p. 32. *Cf.* FREITAS DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30.* Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Ed. UFMT, 1997.

335. DORILEO, Benedito Pedro. *Op. cit.*, p. 74.

336. *A homenagem d'A Voz do Oeste ao 16° B.C. In: O Estado de Mato Grosso.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado, 13 dez 1940, p. 3. Acervo APMT.

> temos ocasião de ver desfilar, ante a multidão tomada do mais fervoroso arrebatamento, essa unidade simpática, essa fração disciplinada das nossas tropas, e que aqui, em Cuiabá, tem a sua sede.[337]

Na homenagem ao Exército a rádio A Voz do Oeste transmitiu aos ouvintes a visão estado-novista sobre as forças armadas. Estas eram consideradas como imprescindíveis para que houvesse uma nação, que esta fosse autônoma, o povo brasileiro tivesse liberdade e as instituições do país fossem firmes. Por isso, o Estado Novo deveria fortalecer os militares para que estes pudessem realizar essas ações. Já a sociedade, representada pela multidão, deveria ser arrebatada pela simpatia e disciplina da unidade local do Exército, no caso do 16° BC. Expressões que transmitiram um sentimento de *sociedade a reboque*, tutelada pelas Forças Armadas.

Em nível mundial, o domínio militar sobre a radiocomunicação ocorreu desde as primeiras experiências do uso das ondas eletromagnéticas para transmissão de sinais e voz, ainda no início do século XX. Na década de 1910, a radiotelegrafia foi usada pelas potências marítimas, como a Inglaterra. Depois, pela propaganda via imprensa divulgada durante a Primeira Guerra mundial (1914-1919). No segundo conflito, *durante seis anos, de 1939 a 1945, um número incalculável de emissoras passou a transmitir ideologias por toda a Europa. Eram as Estações de Propaganda Negra. A Alemanha de Hitler foi a nação que mais utilizou esse método. As transmissões eram feitas via ondas curtas de longo alcance.*[338]

No Brasil, a partir de 1932 a comunicação ficou sob domínio militar no contexto de uma doutrina de *segurança nacional*.[339] Este projeto político-militar foi elaborado sob inspiração imperialista e fascista no plano internacional e autoritária e positivista no ambiente brasileiro. Previa uma sociedade tutelada pelo Estado. Considerava que a massa populacional das nações não possibilitava a força da soberania nacional, pois a nação soberana só seria obtida com a unidade das Forças Armadas. Forças que estavam enfraquecidas no Brasil em meados dos anos de 1930 por um sistema democrático liberal. Então o caminho para o fortalecimento delas e, conseqüentemente, da nação brasileira, era o

337. *Ib.*

338. ROMAIS, Célio. *O que é rádio em ondas curtas.* São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos), p. 21.

339. A doutrina foi detalhada em janeiro de 1934 numa carta do General Góis Monteiro ao presidente da República, Getúlio Vargas. Parte dela também foi divulgada dentro e fora das Forças Armadas através da coletânea de textos *A revolução de 30 e a finalidade política do Exército* apud PINTO, Sérgio Murilo. *A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In:* PANDOLFI, Dulce (org.). *Op. cit.*, p. 297.

nacionalismo autoritário. O ministro da Justiça, Francisco Campos, dizia que *o regime político das massas é a ditadura.*[340]

Para colocar a doutrina da *segurança nacional* em prática, *o Estado precisa*[va] *ter poder para regular toda a vida coletiva e disciplinar a nação.*[341] A regulação e a disciplina da nação seriam obtidas, conforme a doutrina de Góis Monteiro, com a implantação de uma *mentalidade nacionalista.* Segundo a proposta, o governo federal deveria intervir na economia, sanear a administração pública e fortalecer *o espírito de nacionalidade.* Os principais apoios do governo seriam eficientes *polícias* e *Forças Armadas*, além de uma *justiça rápida.*

Já as *massas* populacionais seriam conduzidas por um partido único *social-nacionalista.* Ainda, com duas *medidas complementares*: *a educação sistemática do povo e a orientação vigorosa da imprensa.* A comunicação era uma das áreas estratégicas a serem dominadas e usadas como instrumento de poder pelas Forças Armadas. Argumentos contidos numa carta de Góis Monteiro enviada a Getúlio Vargas em 1934. *A capacidade militar de um país, nos tempos atuais, depende de suas possibilidades industrias, agrícolas, culturais, de comunicação e outras; a doutrina de guerra abrange a preparação total da nação.*[342]

340. D'ARAUJO, Maria Celina. *A era Vargas.* São Paulo: Moderna, 1997 (Coleção polêmica), p. 93.

341. PINTO, Sérgio Murilo. *Op. Cit.* p. 297.

342. *Ib.*, p. 299.

2.4 - DOS PROGRAMAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL À PARTICIPAÇÃO POPULAR DOS OUVINTES

Em 22 de agosto de 1942 Getúlio Vargas se posicionou favorável aos países Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética), declarando guerra às nações do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Devido ao *esforço de guerra,* os brasileiros tiveram de atender algumas exigências norte-americanas, como a construção da base aérea maranhense de Alcântara, para evitar um ataque nazista a partir do continente africano. Em contrapartida, o Brasil recebeu 70% dos dólares aplicados pelos Estados Unidos na América Latina durante o conflito. Do total de US$ 70 milhões de dólares dados ao Brasil, US$ 50 milhões foram *para criação da Companhia Vale do Rio Doce, a exploração de minério de ferro* e *a geração de energia hidroelétrica.* Já US$ 20 milhões serviram para construir a Companhia Siderurgia Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ).[343] Pelo visto, os dólares não foram suficientes.

Em 1943 aconteceu em Cuiabá o *Baile do Alumínio.* O evento foi organizado pelo capitão Cyro Furtado Sodré, do 16° Batalhão de Caçadores do Exército. Para entrar no Baile, *o ingresso era um objeto de alumínio - o metal era requisitado para o equipamento aeronáutico de guerra.*[344] O evento contou com a divulgação da rádio A Voz do Oeste, que também recebia os metais. A hoje irmã de caridade da ordem salesiana Odite de Freitas lembra que, na época em que ela era estudante, a rua Barão de Melgaço, próxima à casa de Jercy Jacob - sede da rádio, ficou lotada de alumínio. O metal era para construir o *Avião da Vingança,* recorda-se Padre Firmo, que na época era estudante do Liceu Cuiabano.

> Eu sei que tinha o *Avião da Vingança.* Então, nós que éramos alunos tínhamos que pegar alumínio para fazer o *Avião da Vingança.* (...). Alumínio. Nem sei para onde foi. Campanha grande. Durou meses. Teve baile. Onde está este *Avião*? Onde está este alumínio? Fazer um estudo [para saber] onde está este *Avião da Vingança?*[345]

Outra mobilização social em Cuiabá que foi divulgada pela rádio A Voz do Oeste foi quando da visita da senhora Eunice Weaver em Cuiabá, na primeira semana de agosto de 1940.[346] Ela estava percorrendo os Estados brasileiros, realizando Campanha de

---

343. LEVINE, Robert M. *Op. cit.,* p. 100 e 108 e *Istoé Brasil 500 anos.* São Paulo: Grupo Três, 1998, pp. 156 e 158.

344. DORILEO, Benedito Pedro. *Op. cit.,* p. 75.

345. Depoimento de padre Firmo Pinto Duarte Filho em 03 dez 2003.

346. Considerei como fonte mais segura sobre a data precisa uma referência feita na edição n° 267 da revista *A Violeta,* do Grêmio Literário Júlia Lopes, sobre a realização de uma campanha em prol da construção de um preventório. Há outros registros com datas diferentes sobre a visita de dona Eunice Weaver. Juvenílio

Solidariedade pela criação de Preventórios. Eram estabelecimentos destinados ao abrigo de crianças recém-nascidas, filhas de hansenianos que não nascem com a doença. Na capital de Mato Grosso havia desde 1927 uma Liga Feminina Pró-Lázaros. Esta entidade ajudava o Hospital São João dos Lázaros, onde eram tratados os pacientes com o mal de Hansen. Durante a semana que ficou em Cuiabá, Eunice Weaver recebeu apoio, por exemplo, da Interventoria Federal e da Voz do Oeste.

> Cerrando fileiras em torno do surpreendente empreendimento, a nossa Estação Rádio A Voz d'Oeste colocou-se imediatamente ao lado dos valorosos soldados organizados por dona Eunice, sob o comando em chefe do Sr. Interventor Júlio Müller, prontificando-se a irradiar as reuniões que se realizassem. E pudemos então, constatar com verdadeiro júbilo, a quanto sobre a competência técnica do professor Jercy Jacob e o seu ascendrado amor à Cuiabá.
> (...)
> Sou daqueles que acreditam haver A Voz d'Oeste concorrido de maneira extraordinária para o êxito alcançado. Não houve rádio-ouvinte, por mais indiferente que se mostrasse, que ao menos por curiosidade não sintonizasse um dia o seu receptor na onda de 48 metros para ali encontrar uma audição impecável, isto é, uma recepção nítida, sem a menor distorção e que nada mais deixava a desejar quanto à perfeita modulação. Nessa onda estava a nossa vitoriosa emissora levando aos corações cuiabanos e mato-grossenses a palavra bendita de dona Eunice e a voz de comando do nosso preclaro Interventor. Ela chegou até ao nosso Hospital de São João onde, graças à dedicação da Liga Feminina Pró Lázaros, por intermédio do professor Jercy e do autor destas linhas, proporcionou os necessários meios para que os infelizes doentes pudessem acompanhar o grandioso movimento que se processava na cidade.[347]

Juvenílio de Freitas comparou a Campanha da Solidariedade em favor do Preventório como uma guerra. No conflito, a rádio A Voz do Oeste era mais um soldado do pelotão de Eunice Weaver e sob o comando de Julio Müller. A guerra contra a hanseníase, como qualquer outra guerra, agrega pessoas, possibilita mobilização social contra um inimigo comum ou a favor de uma causa coletiva. Nesta empreitada, mesmo o professor Jercy Jacob não sendo cuiabano, mostrou o amor que tinha por Cuiabá. Teve competência técnica para irradiar as reuniões em favor do preventório. Ele acrescentou que as transmissões feitas pelas ondas curtas de 48 ondas permitiram *uma audição impecável, isto é, uma recepção nítida, sem a menor distorção e que nada mais deixava a desejar quanto à perfeita modulação.*

Francisco de Freitas afirmou ter sido em 1939 (*apud* DORILEO, Benedito Pedro. *Op. cit.*, p. 75). Já Cássio Veiga de Sá alegou que foi em 1940 (SÁ, Cássio Veiga. *Op. cit.*, p. 90) e Maria de Arruda Müller (MÜLLER, Maria de Arruda. *Cuiabá ao longo de 100 anos*. Cuiabá: ed. autora, sd, p. 170) contou que foi em 1941.

347. DORILEO, Benedito Pedro. *Op. cit.*, p. 68.

Tanto que os pacientes do Hospital de São João dos Lázaros, após ação da Liga Pró-Lázaros, de Jercy e Juvenílio, puderam acompanhar por um aparelho receptor de rádio as informações sobre a Campanha que estava ocorrendo na cidade. Também ouviram, aglomerados ao aparelho receptor de rádio, a fala de uma filha de hansenianos que estava na sede do governo estadual. *Juliana em Palácio!...*, disse ela. Segundo Juvenílio, *copiosas lágrimas foram derramadas por aqueles que, vivendo afastados do convívio social, sentiam que a Providência Divina, através da Campanha da Solidariedade, estava exercendo a sua benéfica ação a favor não somente dos hansenianos mas também, procurando os meios para a debelação do grande flagelo da humanidade.* Criança, lágrimas, hansenianos, solidariedade. A rádio A Voz do Oeste transmitiu nesta oportunidade, em 1940, uma programação com elementos emocionantes.

Ao comentar a justa e humanitária participação de segmentos sociais cuiabanos na Campanha da Solidariedade em favor da construção de um Preventório, o radiotelegrafista Juvenílio Francisco de Freitas, enquanto locutor da rádio A Voz do Oeste usou expressões verbais coincidentes com termos empregados pela *propaganda estado-novista que recorreu amplamente à imagem da sociedade unida e harmônica, organizada em torno do líder Vargas.* Freitas chamou os ouvintes de *meus conterrâneos*, considerou o altruísmo dos cuiabanos em ajudar os hansenianos como um *movimento uníssono.* Mais: *Estamos certos de que ninguém sentiu indiferente ao intenso movimento que se operou em todos os setores, sem distinção de classes, de crenças, de nacionalidade, etc.*

A ilusão do UNO, para Claude Lefort, contribui para ocultar *divisões e conflitos sociais,* acaba com a indeterminação típica das democracias e serve de argamassa entre *poder* e *sociedade*.[348] Alcir Lenharo afirma que a ditadura getulista se apropriou da programação das emissoras para atingir e estimular a *imaginação* dos ouvintes. A meta era despertar nos brasileiros o *sentimento de comunidade* e de *participação na construção da nação.*

> O rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratagemas de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional. O importante do rádio não era exatamente o que era passado e sim como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes.[349]

348. FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Op. cit.*, p. 202. *Cf.* LEFORT, Claude. *A invenção democrática. Os limites do totalitarismo.* São Paulo: Brasiliense, 1983.
349. LENHARO, Alcir. *Op. cit.*, pp. 40-1.

Em meados dos anos de 1940, a audiência da rádio A Voz do Oeste também foi envolvida com um concurso de músicas carnavalescas. Este ritmo estava presente na emissora desde 1939, quando começaram as transmissões desta estação radiodifusora. *Em 06 de dezembro, a sétima irradiação, destacando-se as apresentações da Orquestra dos Quartas e o Conjunto Cruzeiro do Sul; foram notados novos músicos e novos cantores, sendo destaque a apresentação da primeira música carnavalesca cuiabana, lançada ao ar, "Carnaval vem aí", de Naná de Arruda.*[350] Em fevereiro de 1944, a emissora realizou um *Concurso de Músicas Carnavalescas.*

A iniciativa do Concurso tinha sido de Zulmira Canavarros. Ela contou com o patrocínio do jornal O Estado de Mato Grosso e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Este estava sob a direção do jornalista Archimedes Pereira Lima, que havia fundado aquele periódico. Em fevereiro de 1944, o jornal noticiava diariamente informações sobre o *Concurso de Músicas Carnavalescas.* A rádio A Voz do Oeste divulgava as canções concorrentes.

> **Concurso de Músicas Carnavalescas**
>
> Como era de esperar-se vem alcançando extraordinário sucesso o Concurso de Músicas Carnavalescas promovido pela prof.ª D. Zulmira Canavarros e patrocinado por este jornal e pelo DEIP.
>
> Apenas anunciado, interessou-se por ele todo o povo cuiabano, inscrevendo-se os mais conceituados cantores, compositores e conjuntos orfeônicos. O êxito vai aumentando ao passo que se vão multiplicando as audições na "Voz do Oeste" e no Alto Falante da Prefeitura.
>
> Já estão sendo distribuídas as letras e musicas das marchas e sambas e hoje mesmo algumas delas, principalmente a "Vou seguir na Expedição" serão tocadas nos bailes do Grande Hotel e Clube Estudantino.[351]

Em Cuiabá, em 1944, além da rádio A Voz do Oeste, as canções concorrentes ao *Concurso de Músicas Carnavalescas*, eram divulgadas no serviço de alto-falante a Prefeitura da Capital e nos bailes realizados no Grande Hotel e no Clube Estudantino. Este era uma organização recreativa. Na noite de sábado de Carnaval, em 5 de fevereiro de 1944, as mesas no baile do Grande Hotel precisaram ser reservadas, porque não houve cobrança de ingressos. Na divulgação do baile do Estudantino, os dirigentes do Clube conceituaram a

350. DORILEO, Benedito Pedro. *Op. cit.*, p. 69.

351. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado, 05 fev 1944, Ano V, n° 1.146, p. 4.

festividade carnavalesca. *O carnaval, como se sabe é a festa do povo, a festa da confraternização, do nivelamento, da igualdade. É a festa da democracia.*[352]

Festa, povo, confraternização, nivelamento, igualdade, democracia. Como confetes simbólicos, as palavras caíram nas páginas do jornal oficioso Estado de Mato Grosso. O ambiente comemorativo da sociedade brasileira fez parte da *teatralização do poder* exercida pela ditadura estado-novista. Cláudia Schemes[353] estudou as festividades *cívicas e esportivas (solenidades oficiais, desfiles cívicos, jogos, demonstrações de atletismo etc.)* do varguismo.

Em Cuiabá a esposa do interventor, Maria Ponce de Arruda Müller, enquanto presidente da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência realizou festas beneficentes. O secretário da entidade era Jercy Jacob. Dona Maria Müller disse que *ele* [Jercy] *tomava parte das nossas festas. Eu que organizei muitas festas em benefício.... em benefício do Abrigo dos Velhos - eu que fiz, Abrigo das Crianças - eu que organizei.... Ele estava sempre pronto para me ajudar. Ele era muito nosso amigo.*[354]

Cláudia Schemes entendeu que as festividades visavam mostrar uma *sociedade em festa*, sem conflitos, ocultando a repressão que mantinha o *controle social.*O radialista Eugênio de Carvalho, que atuou na rádio A Voz do Oeste a partir de 1954, escreveu em 1982 que o Carnaval promovido em Cuiabá por esta rádio, como o do Rio de Janeiro, era *válvula de escape onde as frustrações e misérias eram esquecidas. Bem mais tarde surgiria o carnaval oficializado com o intervencionismo estatal, aquilo que a cronista Eneida chamou de "alegria dirigida".*[355]

Em fevereiro 1944 a Europa estava em guerra havia quase cinco anos e o Brasil sob a ditadura do Estado Novo havia mais de seis. Um tempo em que se ouvia mais do que o barulho das bombas no conflito mundial e o grito de dor dos torturados pela ditadura estado-novista. Em Cuiabá, no Carnaval de 1944, a repercussão social do Concurso de Músicas Carnavalescas da rádio A Voz do Oeste foi elogiado pelo jornal O Estado de Mato Grosso, que dava sustentação à interventoria federal de Julio Müller no governo mato-grossense.

---

352. "O avanço carnavalesco de hoje à noite". *In: O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado, 05 fev 1944, Ano V, n° 1.146, p. 4.

353. SCHEMES, Cláudia. "As festas cívicas e esportivas no populismo. Um estudo comparado dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)". São Paulo, USP, 1985, dissertação de mestrado *apud* CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Op. cit.* 1998, p.58.

354. Depoimento de Maria Ponce de Arruda Müller em 23 mai 2002.

355. CARVALHO, Eugênio de. "O rádio e o Brasil-Nação". *In: revista Contato.* Cuiabá: outubro/1982, p. 66.

Concursos de Músicas Carnavalescas

O concurso promovido pela professora D. Zulmira Canavarros vai ganhando terreno. Vai vencendo. Vai triunfando.

A audição de ontem na Voz do Oéste foi um sucesso. Um deslumbramento. Um assombro. Tudo grande, tudo soberbo. Tudo magnífico. E D. Zulmira alvo de respeito e da admiração de todos.

O interesse pelo concurso avassala e emploga (sic) todas as classes sociais e os votantes se multiplicam. E todo mundo quer cantar, quer compor, quer executar. As marchas e sambas sucedem-se às dezenas. E é um cantarolar sem fim. Uma harmonia, uma orquestração que não termina mais. Um mundo inteiro foliando dançando, dó-ré-mi-fá-solando.

Todo mundo quer estar na frente, quer ocupar o primeiro lugar:

- Qual! Quem vai vencer é o Luiz de Gonzaga.

- Sai azar! Quem alcançará o primeiro prêmio é o João de Almeida!

As meninas discutem e de repente uma morena de olhos negros sonhadores exclama convencida: não votei ainda, mas se o fizer será na Marcha "Todos cantam". José de Oliveira é de fato um bamba, um folião de classe...[356]

Para o jornal O Estado de Mato Grosso, como tropas num campo de batalha, *o concurso promovido pela professora D. Zulmira Canavarros vai ganhando terreno. Vai vencendo. Vai triunfando.* (...). *E D. Zulmira alvo de respeito e da admiração de todos.* Enquanto, na Europa o mundo estava guerriando, em Cuiabá havia *um mundo inteiro foliando dançando, dó-ré-mi-fá-solando.* Além das expressões bélicas, o periódico reforça diretrizes da propaganda estado-novista, como uma sociedade igualitária, onde *todas as classes sociais e os votantes se multiplicam. E todo mundo quer cantar, quer compor, quer executar. As marchas e sambas sucedem-se às dezenas.* E quem não tinha votado numa canção e pensava em escolher alguma esta deveria ser a *Marcha "Todos cantam"*.

Alcir Lenharo afirmou que no Estado Novo houve *todo um esforço concentrado para que fosse obtida uma participação eficiente das massas através de canais não convencionais de adesão [como o rádio], que pasavam preferencialmente pela exploração de formas inconscientes de desejo e identificação.* O mesmo autor considera que a *reposição constante de ilusão de participação* se fazia necessária num Brasil sem eleições, sem parlamentos e sob censura. Um país que *estava sem meios diretos de representação política.*[357]

No entanto, as letras das músicas carnavalescas cuiabanas às vezes se referiam explicitamente aos acontecimentos políticos da época, mas em nível mundial. No carnaval de

356. *O Estado de Mato Grosso.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado, 06 fev 1944, Ano V, n° 1.147, p. 8. Acervo APMT.

357. LENHARO, Alcir. *Op. cit.*, pp. 41 e 53.

1945, João de Almeida compôs *Seu Tônico.* Entre julho de 1944 e fevereiro de 1945, o Brasil já havia enviado à Europa 26.684 soldados para lutar contra os países do Eixo: Alemanha, Itália e Alemanha. Entre as tropas brasileiras, havia 23 oficiais e 213 praças mato-grossenses. A música de Almeida falava da bravura do brasileiro *Seu Tônico* para enfrentar aqueles inimigos.

> O seu Tônico não tem medo de morrer
> Se ele for pelo lado do Oriente
> Coitadinho, coitadinho do Japão.
> O alemão também não há de ter perdão.
> Tudo, tudo seu Tônico põe a mão.
> Seu Mussolini não sei lá onde foi parar
> Oi seu Tônico "bicho taco p'rá voar"[358]

No entanto *Seu Tônico* não teve forças ou letra para chegar à final do concurso de músicas carnavalescas, ocorrido em 26 de fevereiro de 1945. A canção vencedora foi o samba *Lembra bem o que fizeste*, de José de Oliveira. Adalberto Paranhos analisou músicas compostas durante a ditadura estado-novista. Ele alerta para o fato de que, apesar do Brasil ter vivido nesta época um regime de *ordem-unida*, entre sons uníssonos havia desafinados. Uma composição musical complexa, como a história e a vida.

> Inegavelmente, apertaram-se os nós da camisa-de-força imposta pelo DIP aos compositores populares. Estes foram como que sitiados por coerções e proibições de toda a ordem. Nem assim se apagaram os sinais - por mais ambíguos que fossem - de uma resistência consciente ou inconsciente à ideologia do regime e aos estilos de comportamento que ele estimulava.[359]

Para os brasileiros, o principal saldo positivo da guerra foi a redemocratização do país. Ainda em 1944, um ano antes do final do conflito mundial, Getúlio Vargas recebeu informações de que a ditadura do Estado Novo vinha recebendo críticas de oficiais do Exército Brasileiro que estavam lutando na Itália. Assim ele começou o processo de redemocratização, marcando as eleições presidenciais para dezembro de 1945. O que não evitou que Vargas fosse destituído do poder em outubro do mesmo ano pelos militares, com apoio dos Estados Unidos, receosos de que Getúlio planejasse um outro golpe. Os mesmos

358. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 10 dez 1944. Acervo APMT.

359. PARANHOS, Adalberto. "Os desafinados do samba na cadência do Estado Novo. Compositores populares não deram moleza à repressão da ditadura e usaram toda a ginga do samba para driblar a exaltação ao trabalho". *In:* revista *Nossa História.* São Paulo: Vera Cruz/Biblioteca Nacional, fevereiro de 2004. Ano 1, n° 4, p. 22.

militares que lhe ajudaram a dar os golpes de 1930 e 1937 e a reprimir os movimentos da *Intentona Comunista*, de 1935, e o *Putsch Integralista*, de 1938.

Com o fim da ditadura estado-novista em 1945 foram restabelecidos os canais democráticos de participação popular, como o fim da censura aos meios de comunicação e a volta das eleições diretas para a Presidência da República e a Assembléia Legislativa de Mato Grosso. Contudo, ao invés de uma ruptura, houve uma transição no processo político do Brasil. Mesmo com a intitulada redemocratização, os principais membros da ditadura do Estado Novo continuaram exercendo forte influência. Principalmente em seus estados de origem. A maioria dos estado-novistas passou a militar no Partido Social Democrata (PSD).

> O conteúdo ideológico na formação e organização do PSD é de fácil comprovação, mesmo porque não é assunto controvertido: os pessedistas assumem a condição de beneficiários e herdeiros da estrutura de poder das interventorias e, ainda da adesão a Vargas na criação do seu partido. Na verdade, Vargas garante as suas próprias bases nas máquinas estaduais. Sendo um partido reconhecidamente criado de "dentro para fora", o PSD sustenta-se na máquina estado-novista montada por Vargas e possibilita à elite política então dirigente a sua sobrevivência num regime democrático.[360]

Um dos integrantes do Estado Novo que se tornou pedessista foi o ex-ministro da Guerra estado-novista, considerado germanófilo, o marechal cuiabano Eurico Gaspar Dutra. Candidato nas eleições de 02 de dezembro 1945, ele acabou sendo eleito presidente da República com 3.200.000 votos (54,2% do eleitorado brasileiro), apesar de não ter obtido o apoio da maioria do eleitorado cuiabano.

Em Mato Grosso, o PSD foi fundado em 1945 por outro estado-novista: o ex-chefe de Polícia Civil do Distrito Federal, Filinto Müller. *Como chefe de partido, [Filinto] era homem que ouvia muita gente - ouvia e ia pesar os prós e os contras - depois decidia. Nós éramos mais ou menos inclinados a segui-lo porque, quase sempre, era a atitude mais prudente que ele tomava. E nós éramos mais moços e menos experientes. Então, quase sempre a palavra final era dele.*[361]

Filinto disputou e perdeu as eleições de 1945 para senador. Mas venceu o pleito de janeiro de 1947. Neste mesmo ano o PSD conquistou em Mato Grosso os principais

---

360. NEVES, Maria Manuela Renha de Novis Neves. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso).* São Paulo: Edições Vértice, 1988, p. 130-1. O conceito *dentro para fora* considera que o partido formado por quadros políticos e não pela massa de filiados. *Cf.* DUVERGER, Maurice. *Les partis politiques.* Paris: Armand Colin, 1958.

361. Depoimento de Virgílio Alves Corrêa Netto. In: NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Relatos políticos (entrevistas: memória divisionista – MT).* Rio de Janeiro: Mariela, 2001, p. 321.

cargos políticos. Elegeu para o governo estadual Arnaldo Estevão de Figueiredo (coligado com o PTB de Getúlio Vargas), fez 16 dos trinta deputados estaduais constituintes[362] eleitos em 1946 e ainda conseguiu a Presidência da Assembléia Legislativa de Mato Grosso. Assumiu o cargo o parlamentar e médico Virgílio Alves Corrêa Neto. Este havia sido o diretor geral do setor de Saúde durante a interventoria federal de Julio Müller durante o Estado Novo.

Em 1947 A Assembléia Legislativa passou a ocupar o salão térreo de uma das obras estado-novistas em Cuiabá: o prédio do Tribunal de Justiça. Este ficava na esquina da rua Comandante Costa com a avenida Getúlio Vargas e havia sido inaugurado pelo ditador em agosto de 1941. Em 11 de julho de 1947 o parlamento estadual realizou uma sessão solene. Estiveram presentes as principais autoridades políticas, judiciais, religiosas e militares mato-grossenses e seus respectivos familiares. Após os trinta deputados estaduais assinarem a ata da seção e a banda do 16° BC do Exército executar o Hino Nacional, o presidente Virgílio Alves Corrêa começou a discursar pelo microfone da rádio A Voz do Oeste.

> Exmo. Snr. Governador do Estado - Exmo. Snr. Presidente do Tribunal de Justiça - Dignas e Altas Autoridades - Minhas Senhoras e Senhores.
>
> Após uma decada de negro absolutismo, Edade Media de nossa vida politica, largo hiato aberto em nosso regime democrático mais uma vês (sic) se congregam os mandatários legítimos do povo Matogrossense em Constituinte, imbuidos da diretriz marcante de promulgação a Constituição.
>
> Chegamos como que ao término da longa e estafante jornada, velas ainda paradas, arrostando dificuldades de toda especie, correndo riscos imensos de sossobrar ao embate das ondas escapeladas das disseções partidarias, e sendo, por fim, salvos pela ideia dominante que nos abraguelou, desde o inicio, e durante a realização de nossos trabalhos, a feitura, dentro do mais breve prazo, da Carta Mágna Matogrossense.
>
> Mas meus senhores, não foi só a exiguidade do tempo, denominador comum em nossos labores constitucionais - Não. Os preceitos que nos nortearam na elaboração dos capítulos relativos à delimitação dos poderes, à assistência social, ao amparo aos funcionários, em geral, e aos professores, em particular aos magistrados, para apenas me referir a alguns pontos, foram, se me é permitido afirmar, cocientes ideologias que nos conduziram ao amplo e remansoso estuario do bem estar coletivo.
>
> Boa ou má, retrograda ou avançada, é esta uma Constituição que asculta de perto, os anseios do povo e foi elaborada, olhos feitos com nossos problemas administrativos, políticos e sociais, para os quais se procurou solução que, certa, certa ou errada, falará, de per si, dos intuitos patrioticos dos constituintes de 1947.
> (...)

362. Dos 30 deputados estaduais eleitos, havia constituintes do PSD (16), UDN (11), PC do B (02) e PTB (01). PÓVOAS, Lenine de Campos. *Op. cit.,* 1996, p. 439. Veja também NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Op. cit.,* 1988.

> Sejam minhas últimas palavras de calorosas congratulações com os insignos colegas, lidimos representantes do altivo povo Matogrossense pela promulgação desta Constituição, que marcará o inicio de novo ciclo político e administrativo e a esperança de dias melhores, (...).[363]

No pós-45, os 21 estados brasileiros renasceram das cinzas das suas bandeiras, queimadas simbolicamente em 1938 por ordem da ditadura do Estado Novo. Depois de nove anos sob intervenção federal e a tutela do presidente Getúlio Vargas as unidades da República Federativa do Brasil elegeram seus deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores, governadores e senadores. Os parlamentares, nas suas respectivas constituintes, elaboraram uma nova carta magna para o Brasil - a de 1946 - e a constituição de cada Estado, no ano de 1947.

A Constituição de Mato Grosso ficou pronta em seis meses. Os deputados eleitos em 19 de janeiro de 1947 promulgaram a carta estadual em 11 de julho. Não por acaso. Neste dia o então senador Filinto Müller estava completando 47 anos de vida. *Os deputados de oposição, apesar de o terem como grande adversário, concordaram com a proposta, num raro gesto de cordialidade política.*[364] Na elaboração do texto constitucional de Mato Grosso os deputados estaduais tinham sido orientados pelo senador Atílio Vivácqua, por intermédio de Filinto Müller.

> Eu conheci o Filinto como político atuante a partir de 46. Fizemos juntos várias campanhas e eu o acompanhei em várias excursões. Tenho dele as mais agradáveis recordações. Teve um tempo em que o consultei sobre coisas políticas e tenho até uma correspondência dele, com sugestões que nós pedimos a respeito do projeto da nova Constituição (de 1947). Ele consultou, na ocasião, o eminente senador Atílio Vivácqua e tenho uma carta muito minuciosa.[365]

Com tanta influência estado-novista, era natural que, no discurso do presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, Virgílio Alves Corrêa Neto, transmitido pela rádio A Voz do Oeste, houvesse resquícios de conceitos da ditadura, encerrada havia menos de dois anos. Como o temor pelo embate partidário - tão normal numa democracia - que foi considerado no *Manifesto à Nação* por Getúlio Vargas para justificar o golpe do Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Quase dez anos depois, ao promulgar uma Constituição

363. Ata da 81ª sessão ordinária da Assembléia Constituinte do Estado de Mato Grosso, 11/07/19 47, anais - atas (de 1º a 95) julho a novembro de 1947 - volume, p. 30-1. Acervo do Instituto Memória do Poder Legislativo (IMPL) da Assembléia Legislativa de Mato Grosso (ALMT).

364. PÓVOAS, Lenine de Campos. *Op. cit.,* 1996, p. 440.

365. Depoimento de Virgílio Alves Corrêa Netto. In: NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Op. cit.,* 2001, p. 321.

Estadual de Mato Grosso, o presidente da Assembléia Legislativa reproduz o medo da ameaça da disputas e das ações partidárias.

> Chegamos como que ao término da longa e estafante jornada, velas ainda paradas, arrostando dificuldades de toda especie, correndo riscos imensos de sossobrar ao embate das ondas escapeladas das disseções partidarias, e sendo, por fim, salvos pela ideia dominante que nos abraguelou, desde o inicio, e durante a realização de nossos trabalhos, a feitura, dentro do mais breve prazo, da Carta Mágna Matogrossense.[366]

Pode-se dizer que a transmissão radiofônica da promulgação da Constituição Estadual de 1947 pelas ondas de A Voz do Oeste é simbólica. Por um lado, mostrou o uso do rádio na difusão de um ato democrático, da validação de um conjunto de normas votadas por representantes eleitos pelo povo, além de críticas ao período ditatorial. Por outro, representou uma inovação e uma ousadia de Jercy e Soraida Jacob, Danglars e Zulmira Canavarros e Juvenílio de Freitas. Eles transmitiram ao vivo um importante acontecimento político em condições técnicas limitadas. *Quando comecei a trabalhar no rádio, era como um jogador de futebol. Tínhamos que suar a camisa, fazer tudo com um único objetivo: amor e vontade. Hoje não acontece isso. Há o progresso e tudo ficou mais fácil.*[367]

No fim do pronunciamento transmitido pela rádio A Voz do Oeste, o presidente da Assembléia Legislativa expressou uma grande expectativa. *Pela promulgação desta Constituição, que marcará o inicio de novo ciclo político e administrativo e a esperança de dias melhores.* No mundo do pós-guerra mundial e do pós-ditadura brasileira, houve espaço para o afloramento de embates, conflitos, disputas, perdas e ganhos. O diferencial foi que passou a ter vez não apenas quem estava no poder ou compunha as elites. Outros atores sociais passaram a fazer parte dos cenários político, econômico e cultural. Um processo que também ocorreu na rádio A Voz do Oeste. Esta emissora cuiabana criou em meados da década de 1940 um programa que abriu espaço na programação da estação para a participação popular.

> A Voz do Oeste tinha um programa na década de 40 muito interessante. Chamava-se Felicitações. Era um programa que eles faziam do meio-dia a uma hora da tarde, ou até às duas horas. Então, a pessoa que queria - até era uma via de faturamento [para a

366. Trecho da ata da 81ª sessão ordinária da Assembléia Constituinte do Estado de Mato Grosso, 11/07/19 47, anais - atas (de 1º a 95) julho a novembro de 1947 - volume, p. 30-1. Acervo IMPL da ALMT.

367. Trecho da entrevista do radialista Newton Alfredo de Aguiar, na reportagem "Uma vida para o rádio e para a literatura". *In:* jornal *Fim de Semana.* Cuiabá: 22 jun 1984. Newton foi radialista da rádio A Voz do Oeste a partir da década de 1940. Na década de 1950 escreveu as primeiras radionovelas cuiabanas, como *O Homem e Morte.*

> rádio] - ia lá no balcão [da emissora para dar recados de amizade ou namoro] (...) e dizia:
>
> - É aniversário da minha mãe e eu quero oferecer esta música, esta música, esta música...
>
> E eles cobravam. Não sei quanto, mas eles cobravam. Isto eu acho que rendia mais do que outras coisas. Porque nós todos somos vaidosos. Então aquele que oferece e quem recebe o oferecimento se sente prestigiado. Os dois. [quem felicitava e quem era felicitado].[368]

Há de se considerar também que a cobrança para o anúncio de músicas no programa *Felicitações* mostra uma tendência da radiodifusão cuiabana, como da brasileira, de auto-sustentação financeira via publicidade comercial. *Pagava uma taxa para tocar. E esta taxa era para reverter para luz, para pagar a luz. Mas esta parte aí, segundo eles, já era lá na Comandante Costa. Não era de dentro da casa dele* [Jercy Jacob]. *Quando era de dentro da casa dele não tinha nada, nada. Ele arcava com as despesas todas. Basta dizer que naquela época as despesas eram mínimas de luz.*[369]

O sucesso do programa *Felicitações* continuou além do tempo de seus criadores. O hoje engenheiro agrônomo aposentado Carlos Eduardo Epaminondas trabalhou na rádio A Voz do Oeste nos anos de 1950. Ele conta que nesta década, quando Roberto Jacques Brunini comprou a estação, o único programa da época de Jercy Jacob mantido no ar foi o *Felicitações.* Obviamente, que num período em que se buscou uma maior popularização da audiência e profissionalização da radiodifusão cuiabana, prevaleceriam apenas programas de qualidade e/ou com audiência.

O programa *Felicitações* mudou o paradigma da radiodifusão cuiabana. Antes dele apenas autoridades, políticos, líderes religiosos e artistas, principalmente músicos, tinham o acesso ao microfone da rádio A Voz do Oeste e o poder da fala. Com o *Felicitações*, o ouvinte se emancipa. Além de ouvir, também conquista o direito de se comunicar. Assim, ao invés de apenas um grupo de locutores emitir palavras e música para um universo social, todos os atores no aspecto da radiocomunicação podem usufruir o fluxo de emissão e recepção de mensagens radiofônicas. Passa-se de uma *comunicação vertical* para uma *horizontal*. Ou de uma *difusão unidirecional* para uma brechtiniana *comunicação dialética* no rádio.

---

368. Depoimento de Eugênio de Carvalho em 17 mar 2003.

369. Depoimento de Rafael Rueda Filho em 19 jun 2004.

CAPÍTULO 3

LEI: O PODER QUE FALA E CALA

3.1 - A LUTA PARA PRONUNCIAR UMA VOZ

O fim da ditadura do Estado Novo não significou o fim de práticas autoritárias, nem a extinção da censura. Em maio de 1945, sob as cobranças dos militares pela redemocratização do país, o ditador Getúlio Dornelles Vargas extinguiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Após cinco anos e meio de censura a expectativa era de que a imprensa, a radiodifusão, as agências telegráficas, o cinema, o teatro e os espetáculos voltariam a ter liberdade de expressão. Com a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945, assumiu a Presidência da República o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, até que houvesse eleição em dezembro do mesmo ano. Em 12 de dezembro deste ano Linhares baixou o Decreto-Lei federal n° 8.356, que tratava da manifestação do pensamento através do rádio.

A novidade era o estabelecimento de concorrência pública para novas outorgas de contrato de exploração dos serviços de radiodifusão. *No entanto, a grande instabilidade política do período, e a reação imediata dos favorecidos pelo arbítrio nas concessões - sob o manto do autoritarismo, privilégios se consolidaram no setor, áulicos da ditadura - não permitiram a duração das disposições relativas ao processo e critérios para a obtenção das licenças de uso de canais de radiodifusão.*[370] Em junho de 1946, o presidente eleito Eurico Gaspar Dutra revogou a necessidade de concorrência pública. Entretanto, manteve as disposições sobre a manifestação do pensamento. Entre elas estavam a censura prévia para peças teatrais, novelas e congêneres e penas para as irradiações caluniosas e injuriosas.

Conseqüentemente, ainda no governo de transição de José Linhares, a polícia fechou duas estações radiodifusoras no Rio de Janeiro: a *Cruzeiro do Sul* e a *Rádio Clube do Brasil.* Em fevereiro de 1946, diretores da Associação Brasileira de Rádio intercederam junto à Chefatura de Polícia e conseguiram reabrir as emissoras. Já as disposições sobre a manifestação do pensamento no rádio foram mantidas. José Mindlin, ao apresentar a obra *Minorias Silenciadas - história da censura no Brasil*, comentou que *a repressão à liberdade não é só inerente aos governos autoritários, ela pode ter outras origens - a Igreja, a existência de classes mais fortes e mais fracas, e as injustiças da sociedade em geral.*[371] Uma situação semelhante pela qual passou os radialistas de A Voz do Oeste.

---

370. SOUZA, Sérgio Euclides Braga Leal de. *Concessões de radiodifusão no Brasil: a lei como instrumento de poder (1932-1975).* Brasília: UnB/Faculdade de Comunicação, 1990, dissertação de mestrado, p. 78.

371. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil.* São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002, apresentação contracapa.

Esta estação radiodifusora surgiu em Cuiabá em 15 de outubro de 1939, em plena ditadura do Estado Novo e às vésperas da criação do órgão censor DIP, criado em 27 de dezembro do mesmo ano. Obviamente, qualquer repressão que fosse praticada contra a iniciativa do grupo de artistas locais de difundir suas músicas levaria o foco das atenções para o violento poder ditatorial e censor, dos estado-novista. Contudo, foi na ditadura, ou melhor, no interventor federal em Mato Grosso, Julio Strübing Müller, irmão mais velho do chefe de Polícia Civil do Distrito Federal, Filinto Müller, que os radialistas encontraram guarida. O que não os livrou de críticas, perseguições e denúncias.

Oito de dezembro é considerado pelos seguidores da Igreja Católica como o dia de Nossa Senhora Imaculada Conceição. Em 1939 a estação radiodifusora A Voz do Oeste pretendia realizar nesta data um musical especial, inclusive com coro. A produção do programa estava por conta de Zulmira Canavarros e Gertrudes Machado. Mas antes de levar ao ar a programação - que seria a oitava desde o início das irradiações em outubro - os radialistas receberam uma notícia. *Um radioamador cuiabano denunciara a Estação como clandestina.* A clandestinidade era apenas uma das irregularidades que tinham sido cometidas pelos pioneiros de A Voz do Oeste.

Até aquele momento a rádio não tinha obtido autorização do Ministério da Viação e Obras Públicas para estar funcionando. O que significava que a emissora cuiabana foi instalada previamente, antes mesmo dos pretendentes requerem e obterem autorização do Governo Federal para usar um canal, uma freqüência no espectro radiofônico. O que se caracterizava num crime, conforme o Decreto n° 5.756, de 16 de junho de 1930, que estabeleceu *penas para crimes contra o sigilo das rádio-comunicações.* O artigo 1° previa pena de um a seis meses de prisão para quem instalasse ou utilizasse em qualquer ponto do território nacional estações ou aparelhos rádio-elétricos desconsiderando os dispositivos legais.

Esta proibição foi confirmada pelo artigo 20 do Decreto 20.047, de 27 de maio de 1931, que regulou *a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional.* Também, no Decreto n° 21.111, de 1° de março de 1932, que regulamentou o decreto 20.047. O artigo 20 do Decreto 21.111 esclarecia que o funcionamento de qualquer estação dependia de uma licença prévia expedida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos. A licença era o documento oficial de autorização para o funcionamento de cada estação e deveria conter sobre a emissora as especificações técnicas, as características, as freqüências, os indicativos de chamada, o horário de funcionamento e outras condições. E a licença só era liberada pelos Correios se os pretendentes atendessem a nove exigências.

a) prova, mediante documentos idôneos e suficientes, da constituição legal dos pretendentes;
b) apresentação de estatutos que definam claramente todos os fins da sociedade e atribuições de seus diretores, e ainda, expressamente estipulem que aos diretores brasileiros competem funções efetivas de administração;
c) prova de que o capital social é suficiente para o fim visado e está, no mínimo, realizado na metade;
d) prova de quitação com a fazenda nacional e fazenda municipal;
e) prova de nacionalidade e idoneidade moral dos diretores;
f) natureza e fins do serviço;
g) declaração do número de estações pretendidas, nomes das localidades onde serão estabelecidas e relação das estações com que se tenham de comunicar;
h) especificação minuciosa do material a empregar na instalação das estações;
i) compromisso de submissão a todas as disposições deste regulamento e das que vierem a vigorar, referentes ou aplicáveis à matéria.[372]

Apenas as últimas quatro exigências eram cobradas pelos Correios e Telégrafos quando o pretendente a explorar o canal de radiodifusão era um Estado da União. Neste caso o pedido teria de ser feito pelo presidente ou governador. O que em 1939 não era a situação da rádio A Voz do Oeste, uma iniciativa de um grupo de artistas regionais de Cuiabá. No entanto, neste ano eles começaram as irradiações sem pedir autorização para o Governo Federal e sem constituir uma sociedade para gerenciar a estação radiodifusora - providências que seriam tomadas, respectivamente, somente em 1942 (conforme o item 3.2 deste capítulo) e em 1947 (segundo o item 3.3 deste capítulo). Quer dizer: em 1939 só possuíam a aparelhagem para a transmissão dos programas e a vontade de querer fazer radiodifusão.

Além de clandestinidade, outra irregularidade dos pioneiros da rádio A Voz do Oeste foi a transmissão da programação em ondas curtas de 48 metros, na freqüência de 6.250 quilociclos por segundo (Kc/s). A Portaria n° 750, de outubro de 1935, do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP), proibia a permissão para o estabelecimento de estações radiodifusoras de ondas curtas no Estado de Mato Grosso. Este tipo de onda tem longo alcance, podendo ser captada até fora de um país. Em virtude desta Portaria, o MVOP não concedeu permissão para o funcionamento da Radio Clube, de Campo Grande. Estas informações foram dadas, em 23 de dezembro de 1935, por Joaquim Licínio de Souza Almeida, do Gabinete do MVOP, ao chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller.[373]

372. Formalidades a serem preenchidas pelos pretendentes à execução dos serviços de radiocomunicações. Companhias, empresas ou sociedades civis. Decreto n° 21.111, de 1° mar 1932, capítulo 5. Coleção de Leis, Atos do Governo Provisório, p. 297.

373. Arquivo FM 33.04.19, ChP/ad, documento I-41, pp. 1-2. Acervo CPDOC/FGV.

Denunciar o uso irregular das ondas hertzianas era uma obrigação de qualquer radioamador. Entre 1938 e 1939 havia dois radioamadores em Cuiabá registrados junto à Liga Brasileira de Amadores de Rádio Emissão (LABRE): João Jercy Jacob e Deodato Gomes Monteiro.[374] Por exclusão, Deodato seria o denunciante. Mas o filho de Deodato, João Alberto Novis Gomes Monteiro, alega que não foi o pai dele porque teria sido o próprio Deodato que transformou para Jercy uma estação de radioamadorismo numa radiodifusora, equipamento que passou a ser o suporte para colocar A Voz do Oeste no ar. Logo, se denunciasse Jercy, Deodato também seria co-responsável pela irregularidade, considera João Alberto.

> Eu creio que o meu pai não foi porque ele mesmo se confessou que havia, ajudado Jercy na história. Agora, pode não ter sido radioamador daqui, porque no Estado todo tinha radioamadores, (...) mas não sei se foi do sul [do Estado] denunciando aqui [região norte] por causa de, inclusive, de concorrência, mas eu não creio que tenha sido ele [Deodato]. (...), mas eu acho que ele, como construtor do veículo, do crime, da ilegalidade - embora ele não tenha construído para esse fim - ele não ia fazer, não iria fazer uma denúncia dessa. (...). Quando ele [Deodato] montou [a estação radiodifusora], adaptou *pick-up*, (...), mudou freqüência, já seria para *broadcast.* Claro que seria! Porque o radioamador não podia irradiar música, nem fazer propaganda, nem coisa alguma. Agora a parte de legalidade eu não sei. (...). Pode ser que ele [Deodato] tenha sido enganado por Jercy, que (...) queria especificação [técnica], para fazer documentação.[375]

Em dezembro de 1939 havia em Mato Grosso oito radioamadores em sete estações. Na região sul do Estado estavam instalados cinco radioamadores. Dois eram do município de Aquidauana: Rodolpho Álvaro Smith de Vasconcelos (PY9AC) e Antonio Lokmann (PY9AA). O terceiro era José Lima dos Santos (PY9AK), de Corumbá. Em Campo Grande havia uma estação de radioamadorismo para dois operadores. O titular era Arisoli Veríssimo Ribeiro (PY9AG) e a segunda operadora era Natilia Flores Barcelos Ribeiro. Já na região norte de Mato Grosso havia três radioamadores. Um estava instalado na Fazenda São João, no município de Poconé. Era o radioamador Oscar da Costa Marques (PY9AI). Os outros dois radioamadores eram de Cuiabá: João Jercy Jacob (PY9AE) e Deodato Gomes Monteiro (PY9AF).

O filho de Deodato Gomes Monteiro alega que o pai não seria o denunciante contra a clandestinidade de A Voz do Oeste porque, mesmo considerando que não foi intencional a mutação de uma aparelhagem de radioamadorismo para radiodifusão, ele seria

374. *QTC. Revista Técnica de Rádio.* Op. cit., p. 60.

375. Depoimento de João Alberto Novis Gomes Monteiro em 23 fev 2004.

co-responsável pela irregularidade. Logo, assim como Jercy Jacob, também poderia ser punido.

Então, o grupo de músicos mantenedor da rádio A Voz do Oeste - além de ter entrado no ar clandestinamente, sem autorização governamental e sem constituir e registrar uma empresa societária dos radialistas - começou a transmitir programação numa freqüência proibida em Mato Grosso e com equipamento adaptado de uma estação radioamadora. *A rádio começou de uma maneira irregular*, admitiu, em 1980, um dos pioneiros desta iniciativa, o radiotelegrafista dos Correios e Telégrafos e do Palácio do Governo e primeiro locutor da rádio Juvenílio Francisco de Freitas. Este afirmou que a aparelhagem da rádio A Voz Oeste foi montada apenas por Jercy Jacob.[376]

A clandestinidade e as irregularidades de A Voz do Oeste começaram a ficar mais preocupantes quando os radialistas passaram a pedir colaboração da comunidade cuiabana para a rádio. A cantora pioneira da emissora, Maria Luíza Canavarros Nasser, conta que Jercy Jacob havia requerido junto à Diretoria Regional de Correios e Telégrafos autorização para o funcionamento da emissora. Mas parou de acompanhar o processo de regularização. O que motivou um diretor regional dos Correios - do qual Maria Luíza não lembra o nome - a se omitir perante as irregularidades e a fazer um alerta diante das publicidades conquistadas por Jacob.

> O Jercy falou: "Vou precisar de anúncio porque eu estou vivendo disso". E as lojas todas (...) [ajudavam com] coisinha irrisória, mas fazia uma propaganda. E até esse diretor dos Correios uma vez falou para ele: "Jercy, se movimenta! Porque senão eles vêm em cima dos Correios. E eu vou ter que dar uma solução para eles. Vou ser obrigado a vir em cima de você e eu não quero". (...). Ele [Jercy] começou a pegar os anúncios sem ter uma documentação. Quer dizer: ele estava como uma estação clandestina naquele tempo da guerra. "E isso é perigoso, pode vir [ordem] e eu, como diretor dos Correios, vou ter que ir em cima de você e eu não quero". Ele [Governo Federal] só não mexeu conosco, com a Voz do Oeste, por causa do diretor dos Correios, porque ele segurava as pontas. Nunca chegou de vir nada. Mas como [este diretor dos Correios] dizia: "No tempo da guerra, se está com guarda do 16 [BC do Exército] lá dentro [da torre de transmissão da rádio] isso que está aí [os militares] vem para cima de mim. O que é que eu vou fazer?".[377]

Contudo, ao invés de uma fiscalização do Governo Federal ou uma repressão da ditadura, a rádio A Voz do Oeste foi denunciada por um radioamador que se referiu àpenas a sua clandestinidade. O que não inviabilizou o apoio recebido pela emissora do poder

376. Trecho do depoimento de Juvenílio Francisco de Freitas à Marta Arruda Dias de Paiva em 09 set 1980. *Projeto Memória da Imprensa em Mato Grosso.* Acervo de áudio do NDHIR/UFMT, fita 55.

377. Depoimento de Maria Luíza Canavarros Nasser em 28 set 2002.

político mato-grossense constituído. No mesmo 08 de dezembro de 1939, quando os radialistas foram informados da denúncia do radioamador, *o Interventor Julio Mülller a considerou como de "utilidade pública", tendo-a em "fase experimental".*[378]

O apoio do interventor motivou uma improvisada comemoração dos radialistas, entre orações, lágrimas e carnaval. A música *Jóia do Carnaval de 40* foi cantada por Nemésia Loureiro com Décio Gama ao violão. Já *Ondas de Danúbio* foram soladas por Nino Ricci no bandolim. O diretor geral de Instrução Pública da Interventoria de Mato Grosso, Francisco Alexandre Ferreira Mendes, enviou um ofício aos radialistas incentivando-os a prosseguirem no *anseio pioneiro de ampliar as fronteiras de nossa cultura.*[379]

O que teria motivado o interventor Julio Müller, que estava exercendo um cargo de confiança na ditadura do Estado Novo e era irmão do chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, a se arriscar para manter no ar, em funcionamento, uma emissora de rádio clandestina e irregular? Por um lado, a emissora poderia atender o interesse da elite política, econômica cuiabana em divulgar a cultura de Cuiabá fora do Estado. Por outro, a rádio poderia garantir mais um aspecto de modernidade à capital frente à reivindicação de Campo Grande de querer sediar política-administrativamente Mato Grosso. Uma rádio em Cuiabá também poderia veicular propaganda do Estado Novo.

A Voz do Oeste funcionando também atenderia um pleito de um grupo de artistas cuiabanos ligados ao Grêmio Literário Júlia Lopes, que era presidido pela esposa do interventor, Maria Müller. Há de se considerar ainda que os três pioneiros da rádio - João Jercy Jacob, Zulmira Canavarros e Juvenílio Francisco de Freitas - eram funcionários do Governo do Estado. Os dois primeiros eram professores no Colégio Estadual e o último, radiotelegrafista no Palácio do Governo. Além disso, Jercy, Juvenílio e o marido de Zulmira, Danglars, eram membros da irmandade Loja Maçônica Acácia Cuiabana. Os três eram maçons, assim como o interventor Julio Müller.

> Eleito pela Assembléia e interventor pelo presidente da República, ficou com uma força muito grande. Julio Müller (...) era maçom. Nessa época (...) ele era um assíduo freqüentador. E nessa altura você pode, já pode avaliar a influência que ele teve com os irmãos. Ele jamais quis ser (...) a principal pessoa da maçonaria. Ele trabalhava. Ele foi sempre secretário na loja, foi momento de união, ele fazia benefícios a todos irmãos que lhe procuravam, dentro do Palácio certo. Fizeram um elemento chave. Deu muita força à maçonaria. Mas independente de tudo isso, não houve dentro da

378. DORILEO, Benedito Pedro. *Op. cit.*, pp. 69.
379. Ib., pp. 69-70.

> Maçonaria [de Cuiabá] na época dessa criação da [rádio] não houve [um projeto da maçonaria]. Mas se houve [foi] pela grande influência do Julio Müller.[380]

Durante a ditadura do Estado Novo as lojas maçônicas brasileiras tiveram suas atividades cerceadas. A determinação partiu do Ministério da Justiça em outubro de 1937, antes do golpe de estado e logo a seguir à divulgação do Plano Cohen. Mesmo secretas, as lojas tinham uma *tradição revolucionária*, o que criava uma identificação com os políticos *liberais* e preocupava os *autoritários, tradicionalistas e cristãos.* Nesta época, nos centros religiosos e acadêmicos, passaram a circular livros anti-maçônicos, como anti-judaicos e anti-liberais.

Por outro lado, os maçons brasileiros tinham forte presença em segmentos sociais importantes. O que motivou os interventores federais nos Estados a consultarem as autoridades estado-novistas sobre qual procedimento tomar. O Governo do Estado de Minas Gerais, por exemplo, informou o ditador Getúlio Vargas que a maçonaria tinha muitos membros entre os policiais civis. Em 07 de fevereiro de 1938, o diretor da Segurança Pública de Goiás, Manuel Gomes Pereira, consultou o chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, sobre a abertura de novas lojas maçônicas neste Estado. Filinto respondeu: *comunico haver autorizado funcionamento lojas maçônicas somente quanto parte referente serviços de secretarias e beneficiência.*[381]

Stela Maris Floresani Jorge afirma que as imposições estado-novistas restringiram o funcionamento das lojas maçônicas. *A idéia era esvazia-las transformando-as em meras associações beneficentes, sem qualquer caráter político, assim como o regime fizera com os sindicatos e grêmios operários: atrofia-los de tal forma que o espírito de crítica não viesse à tona.*[382] A intenção da ditadura, segundo Floresani Jorge, era eliminar qualquer foco de *resistência* ou *reuniões de pessoas que, organizadas, pudessem desestabilizar o regime.* Nesta perspectiva, os encontros dos maçons eram uma ameaça à pretensa *unicidade do poder.*

Em Cuiabá, na década de 1930 havia uma única loja maçônica: a *Acácia Cuiabana.* Fundada em 1900, ela funcionava na rua 13 de junho e devia obediência a um grão mestre do Grande Oriente do Brasil, instalado no Rio de Janeiro. E foi da capital federal, do

---

380. Depoimento de Rizzo Lopes Galvão em 21 mar 2003, quando era médico veterinário aposentado.

381. Telegrama do chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, ao diretor de Segurança Pública de Goiás, Dr. Manuel Gomes Pereira. Rio de Janeiro, fevereiro de 1938. Acervo CPDOC/FGV, arquivo FM 33.02.02, ChP/ad *apud* JORGE, Stella Maris Floresani. *Filinto Müller: memória e mito (1933-1942).* São Paulo: FFLCH/USP, 1993, p. 142 (dissertação de mestrado).

382. JORGE, Stella Maris Floresani. *Op. cit.*, pp. 141-2.

Ministério da Justiça e Interior que partiu o telegrama com a ordem ao interventor Julio Müller sobre o fechamento da instituição. A instituição ficou fechada dez meses, entre 1937 e 1938. Nesta época a Acácia deveria ter sido coordenada pelo venerável João Ponce de Arruda, que era cunhado de Julio e secretário geral do Estado de Mato Grosso. Com a ordem do Estado Novo, Ponce administrou a loja por apenas dois meses. Com a reabertura da Acácia em 1938, as atividades maçônicas foram plenamente reativadas em Cuiabá.

O Diário Oficial do Governo de Mato Grosso publicava com freqüência o chamamento dos membros da Loja Maçônica Acácia Cuiabana para as reuniões da irmandade. Um destes encontros foi convocado, em 09 de outubro de 1938, pelo secretário da entidade, Jercy Jacob[383], o mesmo proprietário da rádio A Voz do Oeste. Já em 16 de julho de 1939 - quando o Diário Oficial publicou a relação dos irmãos maçons eleitos para o biênio 1939-1940 - Jercy tinha subido de posto na hierarquia maçônica. Passou a ocupar o cargo de 2° vigilante, abaixo apenas do 1° vigilante e do venerável mestre. Por sua vez, o interventor Julio Müller integrava uma das três comissões permanentes: a Centenária, junto com o desembargador Albano A. de Oliveira e o professor Filogônio de Paula Corrêa.[384]

Contudo, mesmo na ditadura do Estado Novo, e ocupando o cargo interventor - como representante direto do ditador Getúlio Vargas em Mato Grosso - Julio Müller foi um membro servidor da Acácia Cuiabana. *Era mais fácil o Júlio defender a Loja do que o contrário. (...). Ela tem um princípio e ele tem que estar dentro daquele princípio. Ele que representava a Loja e não a Loja que o representava.*[385] Assim, o interventor garantiu o funcionamento da Loja Maçônica Acácia Cuiabana diante das imposições ditatoriais do Estado Novo, que eram aplicadas pelo irmão dele, Filinto. *Getúlio mandou fechar [a Acácia]. (...). O Julio respondeu para ele: Se você quiser, vem aqui fechar a Loja. Eu não vou fechar.*[386]

Assim como a loja maçônica *Acácia Cuiabana*, o interventor Julio Müller também manteve em funcionamento a então irregular e clandestina rádio A Voz do Oeste, emissora fundada pelos maçons Jercy, Juvenílio e Danglars, além da esposa deste, Zulmira Canavarros. *Jercy (...) foi o general da Loja por muitos anos. Ele era! Papai era maçom,*

383. *Diário Oficial.* Cuiabá: Imprensa Oficial de Mato Grosso, 09 out 1938, p. 10.

384. *Ib.,* 16 jul 1939, p. 3.

385. Depoimento do comerciante maçom Jamil Botrus Nadaf em 09 fev 2004. Apesar de ter chegado em Cuiabá no final dos anos de 1940, esta informação sobre a relação do interventor com a loja foi passada a Jamil pelos maçons contemporâneos de Julio Müller.

384. *Id.*

Juvenílio era maçom, sargento Décio era maçom, lembra a filha de Zulmira e Danglars. Maria Luíza Canavarros Nasser, crê que, por causa da solidariedade maçônica, a Acácia possa ter ajudado a rádio A Voz do Oeste.

> Ah! Ajudou, porque tinha Jercy, papai, Juvenílio tudo lá dentro. Tudo que precisava, de mais coisa, mais difícil, que a gente via, que ia ter dificuldade. Eu acho! Porque maçom não fala o que passa lá dentro. Mas eu com mamãe sempre conversávamos. (...). Eu era mocinha. Mamãe falava: "Isso [a criação da rádio] deve ser conchavo de maçonaria". E devia ser mesmo! Mamãe também vivia metida lá na maçonaria. Eu falava: "Mamãe! A senhora não é maçom só porque é mulher!". Porque a maçonaria não fazia uma festa sem ela, porque as festas tinham que ter musical, (...). Então, a mamãe ficava lá. Casada com maçom, mamãe gostava demais.[387]

Já o estudioso em história maçônica de Mato Grosso, o também maçom Rizzo Lopes Galvão, alega que colocar A Voz do Oeste no ar não foi um projeto da Loja Maçônica Acácia Cuiabana. Mas admite que a idéia de se criar a emissora possa ter sido surgido a partir do convívio desses maçons na irmandade, através de ações externas à instituição. Neste prisma, Lopes Galvão considera que esta radiodifusora não surgiu sem a participação do interventor. *Julio Müller deve ter dado, posto um dedinho aí. Porque ele era a pessoa mais importante aqui. Não acredito que ele não ia dar uma força para a fundação dessa rádio.*[388] O apoio oficial do interventor foi decisivo para a legalização de A Voz do Oeste junto ao Governo Federal, como veremos no próximo item 2.1 da presente dissertação. Mas a ação governamental não supriu a falta de dinheiro da rádio, nem evitou as críticas a ela. Mesmo em questionamentos indiretos.

Em fevereiro de 1940, quatro meses após o início das irradiações de A Voz do Oeste, o jornal O Estado de Mato Grosso, que dava sustentação à Interventoria de Julio Müller publicou o artigo *A influência cultural do rádio,*[389] de Arnaldo A. Serrone, da União dos Jornais do Brasil (UJB). O texto resumiu as reflexões de intelectuais franceses, com G. Duhnamel, Paul Valery, René Sudre e Ingelbretc sobre o rádio e a cultura. Originalmente, a opinião destes pensadores havia sido expressa no jornal *Le Mois,* de Paris. Havia posicionamentos mais contrários do que favoráveis ao rádio como instrumento cultural.

Para Arnaldo Serrone, o intelectual G. Dunhamel parecia ter uma *verdadeira ogeriza por este novo elemento de progresso.* Dunhamel usava a metáfora *entrar por um*

387. Depoimento da cantora Maria Luíza Canavarros Nasser em 28 set 2002.

388. Depoimento de Rizzo Lopes Galvão em 21 mar 2003.

389. *O Estado de Mato Grosso.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 28 fev 1940, p. 2. Acervo APMT.

ouvido e sair pelo outro para simbolizar a superficialidade da radiodifusão. Como conseqüência negativa para o ouvinte, Dunhamel considerava a perda de concentração em *prolongados exercícios de leitura* e o afastamento do *trabalho cerebral elevado.*

Já Paul Valery, segundo Serrone, duvidava dos destinos da cultura, *com rádio ou sem rádio.* No entanto, este intelectual pontuava que cultura era um trabalho contínuo, perseverante, ininterrupto. Quando se tentava *simplificar os meios de adquirir os conhecimentos e assimilar as idéias, a cultura está sendo sacrificada. Este é o mal que invade a vida moderna. Menor esforço, pressa, espaços reduzidos, sintetismo. O rádio visto por este lado, é um dos responsáveis por tal estado de coisas.*

Como se fosse um julgamento, Arnaldo A. Serrone trata o rádio como acusado ao escrever que René Sudre tem a palavra para defender o *réu*. Este intelectual considerava que a radiodifusão não era responsável pelo mal uso que se fazia dela. René Sudre, segundo Serrone, também considerou que, da mesma forma *que há "speakers" e redatores de "broadcastings" bastante medíocres, outros são instruídos, embora nem sempre possuindo esse dom de transmitir e mesmo ensinar.*

Além disso, Serrone contou que Sudre justifica o tipo de programa radiofônico como uma adequação da programação ao perfil do público, porque há *ouvintes que entendem pouco, embora escutem muito...* Processo semelhante ao da literatura. *Há livros banais, perniciosos, embusteiros, e leitores muito estúpidos e incapazes de reflexão. E, neste caso, tudo o que se diz contra o rádio, pode dizer-se contra o livro, inclusive a inutilidade de nove décimas partes de toda a literatura contemporânea.* Para René Sudre, caberia a cada pessoa em optar o que lhe conviesse. Pessoalmente, Arnaldo Serrone considerava que, apesar das reais possibilidades da radiodifusão cultural, esta ainda não era um instrumento de resultados positivos.

Contemporânea a este artigo, em 1940, houve uma análise de Mário de Andrade sobre a reorganização da radiodifusão argentina, que motivou a criação de uma comissão e de um estudo sobre a qualidade da linguagem radiofônica. Andrade considerou que a *língua culta* era apenas um dos *grupinhos do grande grupo social*, enquanto uma *língua mista* se fazia necessária ao rádio. *A geografia do rádio não alcança as montanhas elevadas da cultura. Fica-se pelos vales, pelos platôs largos e pelos litorais. Daí a sua linguagem particular, complexa, multifária, mixordiosa, com palavras, ditos, sintaxes de todas as classes, grupos e comunidades.*[390]

390. ANDRADE, Mário. "A língua radiofônica" (03/02/1940). *In: O empalhador de passarinho.* São Paulo: Livraria Martins, s.d. *apud* CALABRE, Lia. *Op.*, 2003, p. 178.

Resumindo. O artigo *A influência cultural do rádio*, reproduzido pelo jornal oficioso O Estado de Mato Grosso, apresentava opiniões de intelectuais europeus mais contrárias que favoráveis à radiodifusão enquanto instrumento de divulgação cultural. Por sua vez, o autor da resenha, Arnaldo Serrone, concluiu o texto admitindo as possibilidades culturais do meio radiofônico, mas considerou que estas ainda não estavam sendo exploradas. No saldo de reflexões, havia três - de G. Dunhamel, Paul Valery e do próprio Serrone - contrárias ao rádio e apenas uma - de René Sudré, o defensor do *réu* - a favor.

O texto *A influência cultural do rádio* mais criticou do que elogiou a divulgação da cultura pelo meio radiofônico. Estas críticas foram publicadas em O Estado de Mato Grosso, o principal jornal mato-grossense, num período em que a programação da emissora A Voz do Oeste era predominantemente literário-musical, mantida por artistas. O mesmo jornal já havia publicado, em agosto de 1939, o artigo *Rumo Oeste*, pregando a instalação de uma potente emissora no Rio de Janeiro para ser captada em regiões, como Mato Grosso. Este artigo circulou às vésperas das primeiras irradiações que se caracterizaram como sendo a emissora A Voz do Oeste.

Para Othon Jambeiro, a disputa pelo dinheiro da publicidade com a crescente radiodifusão motivou proprietários donos de jornais ou revistas a vê-la como concorrente. Como alternativas, havia o enfrentamento do poderio do rádio, a compra do mesmo ou a sua eliminação. Jambeiro aponta como resultante deste processo a transformação de rádios-clubes de ouvintes em empresas de radiodifusão, controladas geralmente pelos mesmos grupos econômicos que controlavam jornais e revistas. Foi o caso do império de comunicação *Emissoras e Diários Associados,* de Assis Chateaubriand. Este tinha em 1938 um conglomerado com cinco emissoras de rádio, doze jornais e uma revista. Em 1958 possuía 36 emissoras de rádio, 34 jornais diários e 18 emissoras de televisão, além de várias revistas, como *O Cruzeiro*.

O que não era o caso de Mato Grosso, muito menos de Cuiabá. Tanto o jornal o Estado de Mato Grosso, quanto à rádio A Voz do Oeste não disputavam enormes verbas publicitárias, que também não havia no Estado. Contavam apenas com a ajuda de custo por parte da Interventoria Federal de Mato Grosso e com pequenos anúncios que conseguiam. O que poderia ter havido entre estes dois veículos de comunicação, O Estado e A Voz, pode ter sido uma disputa interna no grupo político a qual pertenciam - o do interventor Julio Müller - em busca de uma hegemonia.

Em relação à emissora, a publicidade visava suprir apenas os gastos com a programação, como o consumo de energia elétrica, a remuneração dos radialistas e a melhoria

das condições técnicas. Para tanto, os radialistas fundadores não pouparam apelos à comunidade cuiabana, sempre que tinham oportunidade. Em agosto de 1940, um dos fundadores da rádio A Voz do Oeste, Juvenílio Francisco de Freitas, aproveitou a mobilização social promovida pela emissora para a construção de um preventório em Cuiabá, e usou o microfone para também pedir ajuda financeira à estação:

> Meus caros patrícios. A excelente oportunidade que se nos ofereceu a visita, para nós muito cara, de dona Eunice Weaver, veio, ainda uma vez, colocar em evidência, as possibilidades para a nossa futura organização Rádio Difusora em Cuiabá. A Voz d'Oeste, amparada como está pela figura inconfundível do nosso digno Interventor, precisa ainda de recursos pecuniários e do concurso decisivo de todos para a concretização da obra. Auxiliemos o professor Jercy para que, com a sua incontestável e abalizada competência técnica, leve de vencida a jornada brilhante que traçou a fim de que possamos, a exemplo do que já acontece com Corumbá e Campo Grande, possuir a nossa difusora.[391]

Ao tratar os ouvintes como patrícios, Juvenílio Freitas estava ao mesmo tempo se comunicando com os conterrâneos cuiabanos, como também com os indivíduos de classe nobre.[392] O que não deixava de ser o público alvo, considerando quem tinha condições de ter um aparelho receptor de radiodifusão e a natureza do apelo. Em seguida, o locutor aproveitou as transmissões feitas pela A Voz do Oeste durante a campanha pela construção do preventório para reforçar a possibilidade de Cuiabá ter a sua radiodifusora, a exemplo de Corumbá e Campo Grande, que já possuíam, respectivamente, a *Rádio Difusora Mato-grossense* e a *Rádio Sociedade Difusora*. Outra justificativa de Juvenílio era a *competência técnica* de Jercy Jacob.

O apelo de Juvenílio de Freitas repercutiu na revista A Violeta de forma dramática. Numa primeira leitura de um trecho de *Notas distintas do mês*, publicadas também em agosto de 1940, o texto nos leva a pensar que a radiodifusora foi alvo de uma tentativa de paralisação das irradiações. Quando, na verdade, a revista buscou sensibilizar os leitores com a possibilidade do emudecer da rádio diante da falta de apoio financeiro.

> "A VOZ DO OESTE" deu uma nota brilhante, auxiliando eficazmente estes dois movimentos que evidenciaram a generosidade e civismo da nossa gente.
> Será um crime "A VOZ DO OESTE" emudecer-se.
> Nem cremos em tal!
> Quem de nós não esta compreendendo as vantagens que ella nos traz?

391. DORILEO, Benedito Pedro. *Op. cit.*, p. 79.

392. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Op. cit.*, p. 1515.

> Quem não vê o grande papel que representa para o engrandecimento e cultura de um povo, uma rádio emissora bem dirigida, e com programas escolhidos!
> "A VOZ DO OESTE" encontra no Professor Jercy Jacob e no Snr Juvenilio F. de Freitas os dois elementos necessários para essa orientação segura, bem patente nos exemplos que nos deu nas semanas a que nos referimos.
> A eles o apoio e o auxílio indispensáveis para que "A VOZ continue difundindo as nossas grandezas DO OESTE".[393]

Auxiliadora da generosidade e do civismo da população cuiabana. Vantajosa. Representante do engrandecimento e da cultura de um povo. Difusora das grandezas do Oeste. Estes adjetivos foram usados pela A Violeta para qualificar a rádio A Voz do Oeste. A revista considerava que emissora estava sendo bem dirigida e com programas escolhidos pelo professor Jercy Jacob e o senhor Juvenílio de Freitas. Por serem os elementos necessários para esta orientação segura, merecem apoio e auxílio indispensáveis para que a rádio continue a desempenhar estas funções.

Quando Juvenílio se referiu à Voz como *futura organização* mostra que a emissora ainda não estava legalizada. Para tanto, a estação, apesar do amparo do interventor, ainda precisava de recursos pecuniários de todos. Esta situação de falta de licença se repete durante o mês de dezembro de 1940, quando do início da irradiação diária de A Voz do Oeste. A emissora esclareceu a sociedade cuiabana que a programação estava sendo patrocinada pelo interventor federal Julio Müller, pelo secretário geral do Estado, João Ponce de Arruda, e pelo prefeito de Cuiabá, Isaac Póvoas. Triplo apoio governamental que não foi suficiente. Nesta oportunidade os ouvintes receberam outro apelo da emissora para a ajudarem financeiramente.

> "A Voz do Oéste", desejando cooperar com o seu modesto contingente de bôa vontade traduzido em seus variados números, para a máxima aceleração dêsse movimento cultural que se nota nésta Capital, apéla para todos que almejam o progresso e o engrandecimento désta terra, déste soberbo recanto do Oéste Brasileiro, tão cheio de fagueiras esperanças e fadado a um auspicioso porvir, para que venham a nós, trazendo a sua útil colaboração, o seu inteiro apoio à obra que diligentemente estamos iniciando.
>
> Desde já esta emissora agradece a todos os que vieram ao encontro das suas patrióticas aspirações, que são, acima de tudo, as que dizem respeito ao cultivo de brasilidade, visando acompanhar o movimento geral das prosperidades, acentuando em a vastidão do nosso caríssimo e muito amado Brasil.
>
> "A Voz do Oéste", ao começar os seus trabalhos diários, com o escopo de poder, em breve tempo, ter assegurado a sua licença para funcionar sob os auspícios das nossas sábias leis, agradece, cordialmente, a todos os ouvintes, que poderão dispôr francamente dos nossos limitados préstimos. UC [provavelmente Ulisses Cuiabano, da

393. "Notas distintas do mês". *In:* Revista *A Violeta*, n° 267, agosto de 1940, pp. 4-5.

> academia MT de Letras). N.R - Crônicas lida ante-ontem pelo autor, no microfone d' "A Voz do Oéste".[394]

Os músicos, donos da rádio A Voz do Oeste, vincularam a programação da emissora com o *movimento cultural* da capital de Mato Grosso, da qual faziam parte. Em seguida, vislumbram um futuro *auspicioso* para este *soberbo recanto do Oeste Brasileiro*, desde que haja *o progresso e o engrandecimento desta terra.* Para isto, era necessário que a população ajudasse à emissora com *sua útil colaboração, o seu inteiro apoio à obra* desta radiodifusora. Resumindo: ajudando a rádio A Voz do Oeste, o ouvinte, a população cuiabana, estaria ajudado, no final das contas, o desenvolvimento de Cuiabá. Mas não somente a capital mato-grossense.

Com as expressões *patrióticas aspirações*, *cultivo de brasilidade*, *movimento geral de prosperidades,* os donos da rádio deixaram transparecer a opção estado-novista de A Voz do Oeste. Contudo, mesmo com as verbas nacionais do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), os donos da emissora cuiabana apelavam para a população, que vinha sofrendo com a censura e ditadura do Estado Novo, para patrocinar a programação que defendesse as diretrizes deste regime ditatorial. Regime que não legalizava sua situação.

Das 21 capitais brasileiras existentes em 1942, Cuiabá era a que tinha menor receita tributária orçada. Era de 496:500$0 (quatrocentos e noventa e seis contos e quinhentos mil réis) para uma população de 54 mil habitantes. O que em média dava uma arrecadação *per capita* de impostos de cada cuiabano de 9$194 (nove mil e 194 réis). Enquanto Goiânia com uma população de 48 mil pessoas tinha uma arrecadação tributária de 679:775$0 (seiscentos e setenta e nove contos e setecentos e setenta e cinco mil réis). Ou 14$162 (catorze mil e 162 réis), arrecadados de cada goianense.[395] A falta de moeda corrente na região de Cuiabá era uma constante.

> Naquela época era uma pobreza, eu falo sempre assim. Vocês não sabem o que era o Brasil antigamente! Era terrível! Ninguém tinha dinheiro! Você saia vendendo uma galinha, passava a metade do dia e voltava para casa com a galinha de volta, porque não achou quem tinha dinheiro para comprar. Eu não sei se também era totalmente a

394. "Notas ligeiras na A Voz do Oeste". *In: O Estado de Mato Grosso.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 03 dez 1940, p. 02.

395. Quadro demonstrativo da contribuição tributária *per capita* nas 21 capitais do Brasil. Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 12 abr 1942, p. 2.

> falta de dinheiro, porque naquele tempo quase todo mundo tinha seu quintalzinho lá com criação. Mas era uma dificuldade muito grande.[396]

Mesmo com a falta de dinheiro e depois de tantos apelos, a rádio A Voz do Oeste conquistou alguns anunciantes. Eram principalmente comerciantes dos armazéns de Cuiabá, que necessitavam de um veículo de comunicação atrativo que chamasse a atenção da população para os produtos à venda. Era uma publicidade radiofônica apenas de produtos, sem a divulgação de preços. As oscilações do mercado, como também o tipo de freguês, obrigavam remarcações constantes nos produtos. Era a economia durante a Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942.

> A febre de anúncios das casas de comércio aumenta dia a dia, com a adopção de processo vários para atrair a atenção do público.
>
> Não dispondo dos **camelots** ou aparelhos para anúncios luminosos, o comércio local aproveita o rádio; três vezes por dia a **Voz do Oeste** irradia anúncios das nossas casas comerciais, sem entretanto enumerar os preços dos respectivos artigos.
>
> Certamente é porque eles oscilam a todo o momento; se um quilo de cebola é vendido a 4$000 na segunda-feira, no dia seguinte custa 6$000 e quando chega o dia de sábado já está a 10$000.
>
> Outrora o comerciante limitava-se a um resumido anùncio nos jornais que, invariavelmente, só eram publicados aos domingos; muitos comerciantes nem isso faziam.
>
> Hoje o comerciante vive à espreita de oportunidades e não sabe mais o que quer dizer preço fixo; este varia de um dia para outro e também com a cara do freguês.[397]

Vale ressaltar que em Mato Grosso não foi só a rádio A Voz do Oeste de Cuiabá que entrou no ar antes de obter a licença do Governo Federal para uso do espectro radiofônico. Em Campo Grande, em 1935, a *Rádio Clube* foi proibida de irradiar pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, porque era clandestina. Em Corumbá, a *Rádio Difusora Mato-grossense* também iniciou o funcionamento de forma irregular. A estação começou a ser regularizada em 1938, sendo inaugurada em 23 de setembro de 1940. E mesmo após a inauguração, a Difusora mantinha uma programação fixa em horários específicos e não em período integral. Ia ao ar das 11h às 13h e das 17h às 22h.[398]

---

396. Depoimento de Sebastião Prado de Abreu em 10 set 2003. Entre 1948 e 1975, ele trabalhou como técnico de radioeletricidade, consertando e construindo aparelhos. Parte deste período ele trabalhou na oficina de Deodato Gomes Monteiro.

397. "Um precursor do preço fixo". Crônica de 02 ago 1942. *In:* RODRIGUES, Firmo. *Op. cit.,* p. 29.

398. Anúncio no jornal *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado. 11 dez 1940, p. 2. Acervo APMT.

Por sua vez, em 1° de dezembro de 1940, a rádio A Voz do Oeste passou a transmitir diariamente no horário das 20h às 21h. A notícia sobre a atividade da emissora foi publicada pelo jornal O Estado de Mato Grosso próximo a um texto da Agência Nacional de notícias da ditadura do Estado Novo, relativo ao terceiro aniversário da gestão do general João Mendonça de Lima no Ministério da Viação e Obras Públicas. Era este órgão federal que concedia a licença para o funcionamento das estações radiodifusoras.

Estas situações mostram, por um lado, que, nas décadas de 1930 e 1940, as exigências dos decretos de radiodifusão da Era Vargas não eram tão rígidas em Mato Grosso, Estado natal do Chefe de Polícia estado-novista, Filinto Müller. Emissoras de rádio eram colocadas no ar em Cuiabá, Campo Grande e Corumbá sem licença prévia do Governo Federal. Já em outros estados brasileiros concessionários de estações - que tinham problemas técnicos para retransmissão do programa oficial Hora do Brasil - eram denunciados pela rede de informantes de Filinto.

Por outro lado, vê-se que a pura e simples licença para funcionamento de uma emissora de radiodifusão não garantia uma programação extensa. Além da legalização, eram necessárias outras providências, como condições técnicas para colocar a estação no ar, profissionais na produção dos programas radiofônicos e recursos financeiros na manutenção da radiodifusora. A Voz do Oeste tinha músicos e voluntários cuidando da programação e pequenos anúncios. Faltavam melhores condições técnicas e a autorização governamental para legalizar a estação.

3.2 - A LEGALIZAÇÃO DA EMISSORA CUIABANA: DE OFICIOSA À OFICIAL

Em março de 1942 a elite cultural cuiabana comemorou dois acontecimentos. Na antiga avenida Poconé, rebatizada de Getúlio Vargas, foi inaugurado o Cine-Teatro Cuiabá.

A peça encenada na estréia foi *Cala a boca, Etelvina.* Houve outras duas apresentações teatrais com a casa completamente cheia. A realização desta manifestação de arte cênica foi coordenada pelo engenheiro Leônidas Mendes. A interventoria arrendou o espaço para o comerciante Francisco Laraia, que contratou como gerente do espaço cultural Garibaldino Pécora. O Cine-Teatro era uma das 14 *Obras Oficiais* da gestão Julio Muller sob a ditadura do Estado Novo. Ainda em março, a rádio A Voz do Oeste, que estava fora do ar, voltou a irradiar programação em Cuiabá.

> "A Voz do Oeste"
> Voltou à atividade a "A Voz do Oeste" a nossa emissora.
> Cortando os ares e vencendo distância vem contribuindo para o engrandecimento de Cuiabá e alegria dos que se habituaram com suas escolhidas irradiações.
> Longa e próspera vida é o que desejamos ao cumprimentar-mos os Snrs. Professor Jerci Jacob e Juvenilio Freitas.[399]

Ao noticiar o retorno de A Voz do Oeste às atividades radiodifusoras, a revista A Violeta não fez referências a Zulmira e a Danglars Canavarros, como radialistas integrantes e mantenedores da emissora. Porém, citou o nome de Jercy Jacob e Juvenílio Francisco de Freitas. Quanto às condições técnicas da estação, a revista comentou que *estava vencendo distâncias,* o que contribuía *para o engrandecimento de Cuiabá,* como também alegrava os ouvintes habituados a *suas escolhidas irradiações.* Pelo registro de A Violeta, havia critérios de seleção para veicular um programa na emissora. Para a revista, a programação de *A Voz do Oeste, a nossa emissora* visava a *alegria* do ouvinte e o *engrandecimento* da capital de Mato Grosso.

O pronome possessivo *nossa,* usado pela A Violeta, pode ser entendido como um sentimento de propriedade sobre a estação radiodifusora de uma elite cultural cuiabana, da qual fazia parte tanto as escritoras da revista, quantos os músicos e mantenedores da rádio. Jercy Jacob escrevia para A Violeta, que por sua vez dava notícia da rádio e tinha colaboradoras que falavam ao microfone da estação. A intimidade entre estes atores sociais

399. Revista *A Violeta.* Cuiabá: Imprensa Oficial de Mato Grosso, março de 1942, n° 286, p. 20. Acervo IHGMT.

tornava coisas em comum, a ponto deles considerarem a rádio A Voz do Oeste como a *nossa emissora* e A Violeta como a nossa revista.

A expressão *nossa emissora* pode ter sido usada também no intuito de dizer que a Voz do Oeste era a rádio de Cuiabá. Um posicionamento para diferenciá-la das estações de fora que eram sintonizadas na capital ou das radiodifusoras existentes em outros municípios mato-grossenses, como as de Campo Grande e Corumbá. Ainda é possível entender *nossa emissora* como uma maneira de identificar a rádio A Voz do Oeste como um instrumento do grupo político do interventor federal, que tinha a proteção de Julio Müller e seguia as diretrizes estado-novistas, mesmo sendo uma estação clandestina e irregular. Só faltava a licença do Governo Federal para que a posse sobre a rádio se consumasse.

Em 13 de abril de 1942 o presidente-ditador Getúlio Dornelles Vargas e o ministro da Viação e Obras Públicas (MVOP), João de Mendonça Lima, assinaram o Decreto n° 9.246. Através deste, o Governo Federal concedeu *permissão ao Governo do Estado de Mato Grosso para estabelecer uma estação radiodifusora em Cuiabá, naquele Estado.* O ato foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de abril e reproduzido no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 11 de maio. A diferença entre as duas publicações é que o Diário da União citou na íntegra as cláusulas do contrato, enquanto o Diário do Estado, apenas o Decreto.

As nove cláusulas impuseram várias regras, como era de praxe para concessionários públicos ou privados e conforme as determinações do decreto 21.111 - que regulamentou em 1932 a *execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional.* A primeira cláusula determinava que a estação radiodifusora deveria *executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intelectual e instrutiva.* As demais estabeleciam obrigações com prazos a serem seguidos. A partir do registro do contrato do Governo do Estado de Mato Grosso com Governo Federal no Tribunal de Contas da União o concessionário deveria submeter à aprovação do Ministério da Viação e Obras Públicas *o local escolhido para a montagem da estação.*

Seis meses após o registro do contrato no Tribunal deveriam também ser submetidos ao Governo Federal para aprovação *as plantas, orçamentos e todas as especificações técnicas das instalações* [da rádio], *inclusive a relação minuciosa do material a empregar*. Havendo a aprovação das plantas e demais especificações, a concessionária teria dois anos para inaugurar a estação radiodifusora. O transmissor deveria ficar instalado *a uma distância mínima de três (3) quilômetros do centro da cidade.* A sociedade dos concessionários não poderia ser alterada sem prévia autorização governamental. A concessão

foi outorgada por dez anos. Contudo, mesmo seguindo todas estas determinações, essa concessão tinha um caráter provisório.

Em qualquer tempo, a emissora poderia ser desapropriada pelo Governo Federal, *por necessidade ou utilidade pública e requisições militares.* A *freqüência* do espectro radiofônico concedido e usado pela emissora era um *direito de propriedade* do concessionário, porque era um direito de posse da União. O contrato de concessão poderia não ser renovado. O Governo Federal poderia multar em até 5:000$000 (cinco contos de réis) ou cancelar a concessão, dependendo da infração cometida pelo concessionário, sem obrigação de indenizar quem era beneficiário do serviço e acabou o perdendo. O acervo da sociedade concessionária deveria ficar sob direito da União como garantia de liquidação de qualquer débito para com ela.

> O controle que o Estado exerce sobre os meios de comunicação de massa é baseado em uma série de medidas que vão desde a censura, violências físicas, ações judiciais, expropriações, intimidações, ameaças, pressões de ordem financeira, apreensões, a convites para recepções ou bate-papos cordiais, pois "nenhuma coação, ameaça ou proibição é mais eficaz para limitar a liberdade de expressão do que as motivações positivas".[400]

A imposição dessas regras ao Governo de Mato Grosso não foi empecilho para que esta concessão de radiodifusão atendesse os interesses do grupo de artistas mantenedores da rádio A Voz do Oeste. Afinal, eles estavam, mesmo que intermitente, mantendo programação no ar desde outubro de 1939, já haviam requerido em vão ao Governo Federal autorização para executarem esta radiodifusão e precisavam regularizá-la. Então, a rádio que surgiu com uma programação literário-musical e tinha programas conforme as diretrizes estado-novistas acabou conseguindo sua licença de funcionamento na área de radiodifusão de forma indireta: via e em nome do Governo do Estado de Mato Grosso.

A cantora Maria Luíza Canavarros Nasser conta que, no processo de legalização da rádio A Voz do Oeste junto ao Governo Federal, *quem auxiliou foram o* [secretário geral do Estado de Mato Grosso] *João Ponce* [de Arruda] *com o* [interventor federal no governo estadual] *Júlio* [Müller]. *Era carta daqui pra lá, que ia e que eles* [mandavam].[401] Assim, A Voz do Oeste – que surgiu e vinha funcionando de forma clandestina, irregular e oficiosa desde 15 de outubro de 1939 - obteve licença, foi legalizada e

400. ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *Op. cit.*, p. 61. *Cf.* SERVAN-SCHREIBER, Jean-Louis. *O poder da informação.* Portugal: Publicações Europa-América, 1974.

401. Depoimento de Maria Luíza Canavarros Nasser em 28 set 2002.

se tornou oficialmente uma emissora de rádio em 13 de abril de 1942. Exatamente, dois anos e meio depois do início de suas pioneiras irradiações.

Mato Grosso não foi o único governo estadual que teve autorização do Governo Federal para instalar uma emissora de radiodifusão ou outros serviços de radiocomunicação. Também não se caracterizou como a única unidade da federação a ter de cumprir, pelo menos em termos de documentação, as exigências impostas pelos decretos. O Governo do Estado do Amazonas possuía na capital Manaus a *Rádio Baré Ltda*. Em novembro de 1944 o interventor maranhense queria arrendá-la, o que não foi autorizado pela Comissão Técnica de Rádio do Ministério da Viação e Obras Públicas.[402] Em outubro deste ano o Território Federal do Rio Branco obteve autorização para *estabelecer uma rede de radiocomunicação constituída de 18 estações, sendo três portáteis.*[403]

Em janeiro de 1948, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, o Governo do Estado de São Paulo obteve autorização da União para *utilizar as freqüências de 33,6 e 34, 6 M.C., nos serviços de Rádio-Patrulha da Capital daquele Estado.* Ainda neste mês, o governo alagoano pleiteava uma estação radiodifusora e teve seu processo transformado em diligência para que a documentação técnica fosse aprovada.[404]

Em fevereiro de 1948, a Prefeitura do município de Sacramento, no Estado de Minas Gerais, solicitou ao Governo Federal permissão para instalar uma estação radiodifusora com potência de 250 watts nesta cidade. A Comissão Técnica de Rádio (CTR) do Ministério da Viação e Obras Públicas indeferiu o pedido considerando que *a legislação em vigor não dá direito às municipalidades o direito de estabelecer estações radioelétricas.* A CTR ainda alertou para o fato de que no município de Sacramento poderia ser estabelecida uma emissora com potência inferior a requerida: de 100 watts, desde que a concessão fosse dada a sociedades particulares ou ao Governo do Estado.

Por sua vez, o próprio Governo Federal tinha suas emissoras. Em 1936, o Governo de Getúlio Vargas ganhou de Roquette-Pinto a pioneira PRA-2 Rádio Sociedade do Rio de Janeiro sob o compromisso de que a estação continuasse sem veicular comerciais e permanecesse dedicando sua programação voltada para *"elevar o espírito das massas", promover a educação e propagar a "alta cultura"*. A emissora foi disputada pelos ministérios da Justiça e da Educação, ficando com este e se tornando posteriormente a *Rádio MEC*.

402. *Diário Oficial da União*, 25 de novembro de 1944, p. 19.970. Acervo do Arquivo do Ministério da Fazenda em Cuiabá.

403. Ib., 20 de outubro de 1944, p. 18.096.

404. Ib., 27 de janeiro de 1948, p. 1.188.

Quando, da doação de Roquete-Pinto, o ministro da Educação Gustavo Capanema prometeu transformar a emissora em *a voz do Governo da República.* Para Lia Calabre, era mais uma voz que *pretendia deter a hegemonia da representação da ideologia oficial.*[405]

Em 1940, Getúlio Vargas incorporou ao patrimônio da União o jornal *A Noite* e a *Rádio Nacional.*[406] Esta *contava com expressiva verba oficial para manter o melhor elenco da época, incluindo músicos, cantores, radioatores, humoristas e técnicos. Em seus programas transmitiam-se os padrões de comportamento e valores desejáveis.*[407] Miriam Goldfeder considerou a atuação da Rádio Nacional no *conjunto dos mecanismos de legitimação ideológica* usados pelo *sistema de dominação política.* Concluiu que, como prática cultural, a emissora reiterou *o quadro geral dos valores dominantes no período. Esta emissora deveria atuar como um mecanismo de controle social, destinado a manter as expectativas sociais dentro dos limites compatíveis com o sistema como um todo.*[408]

Em 1944, o Ministério do Trabalho transformou a rádio *Ipanema*, do Rio de Janeiro, na *Rádio Mauá*. Esta contava com artistas contratados e o acervo de discos da *Rádio Nacional*, mas não era uma emissora com programas populares. Transmitia programação no início da manhã, quando os operários estavam saindo das residências, e no período noturno. A predominância era de noticiário para a classe trabalhadora. *O principal objetivo da nova emissora era traduzir em linguagem simples a legislação trabalhista, orientando a conduta do trabalhador.* Na disputa pela audiência, a *Mauá* sempre perdia para as rádios *Nacional*, *Tupi*, *Mayrink* e *Tamoio*.[409]

Em Cuiabá, a rádio A Voz do Oeste, do Governo de Mato Grosso, levou ao ar nos anos de 1940, como vimos no capítulo 2, uma programação mesclada. Variou das produções radiofônicas - cujo conteúdo eram referências a grandes feitos do passado, como as *Notas Históricas* de Estevão de Mendonça, em 1943 - aos populares concursos de músicas carnavalescas, comandados por Zulmira Canavarros, a partir de 1944. A Voz do Oeste tornou-se mais aberta, em meados da década de 1940, à participação do ouvinte com o programa *Felicitações.* Para tal, a emissora precisou de uma nova autorização do Governo Federal.

---

405. CALABRE, Lia. *Op. cit.*, p. 173.

406. A emissora foi incorporada ao patrimônio nacional pelo Decreto n° 2.073, de 08 de março de 1940.

407. Texto *Educação, cultura e propaganda*, parte integrante de *Diretrizes do Estado Novo (1937-1945)*, do acervo *A Era Vargas* do portal CPDOC/FGV na internet www.cpdoc.fgv.br

408. GOLDFEDER, Miriam. *Por trás das ondas da Rádio Nacional.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 40 *apud* ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *Op. cit.*, p. 19.

409. CALABRE, Lia. *Op. cit.*, p. 176.

Em 1943 o interventor federal de Mato Grosso encaminhou duas solicitações ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Primeiro Julio Müller alegou que era impossível adquirir naquele momento o *material necessário à montagem de uma estação radiodifusora, com a potência mínima de 1 kw*.[410] Ou mil watts. Esta era a energia mínima que deveria haver na antena transmissora de qualquer estação radiodifusora instalada nas capitais brasileiras, do porte de Cuiabá. No entanto, o interventor mato-grossense pediu permissão ao Governo Federal para instalar, inicialmente, em Cuiabá, uma estação com a potência de 250 watts. Ou seja: um quarto da potência estipulada em lei para uma emissora na capital mato-grossense. Por outro lado, 250 watts eram a energia exigida para as cidades com menos de 100 mil habitantes. Em 1943 havia cerca de 55 mil cuiabanos.[411]

A exigência da energia mínima no transmissor de estações radiodifusoras estava previsto no artigo 4° do Decreto Federal n° 24.655, de 11 de julho de 1934.[412] Este estabelecia para o Distrito Federal, Rio de Janeiro, e a capital paulista uma potência inicial mínima, que era a maior que todas as demais cidades do país: 5 mil watts ou 5Kw. O que favorecia a captação do sinal de emissoras destas cidades, tanto fora do Brasil, quanto a irradiação pelos diversos territórios brasileiros. Os 80 mil watts *da Rádio Nacional*, em 1936, atingiam toda a América do Sul.[413] Assim, a norma do Decreto n° 24.655 reforçava a disposição da *comunicação unidirecional*, partindo do centro político do país para as demais regiões e impedindo o fluxo inverso. Se dependesse do transmissor de 250 watts da estação cuiabana, não haveria mudanças nesta relação.

Contudo, na solicitação ao Governo Federal, o interventor Julio Müller ponderou que seria feita *a aquisição do transmissor com a potência mínima prevista na lei* assim que *a situação* fosse normalizada. A referência implícita era em relação à Segunda Guerra Mundial. O conflito dificultava a importação de peças e equipamentos, como válvulas, necessários ao funcionamento dos aparelhos de radiodifusão, tanto para transmissão, quanto de recepção. A deficiência chegou a um extremo que obrigou o Ministério da Viação e Obras

410. Processo n° 8.635-43, despachado em 02 de abril de 1943. Serviço de Comunicações, Atos do Ministro do Ministério da Viação e Obras Públicas. *Diário Oficial da União*, 07 abr 1943, p. 5229. Acervo Arquivo do Ministério da Fazenda em Cuiabá.

411. Em 1940, Cuiabá tinha 54.394 moradores. Censo demográfico (1940-1991). Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1999, volume 59.

412. Acervo Subsecretaria de Informações do Senado Federal.

413. Publicidade timbrada em ofício da PRE-8 Sociedade Rádio Nacional pedindo ao chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, passaporte ao speaker Celso Guimarães, que iria transmitir de Buenos Aires, Argentina, para o Brasil os trabalhos da Conferência Inter-americana da Paz. Arquivo FM 33.04.19 Chp/ad, documento I-54. Acervo CPDOC/FGV.

Públicas (MVOP) a baixar a Portaria n° 700, em 24 de setembro de 1942. Entre as seis medidas sugeridas pela Comissão Técnica de Rádio e adotadas pelo ministro João de Mendonça Lima para proteger os serviços de radiodifusão, estavam:

> 3) Não outorgar permissões para o estabelecimento de novas estações enquanto perdurar a crise, salvo quando a estação for considerada de utilidade para os serviços da defesa nacional, o que será justificado pelas autoridades militares.
> 4) Promover entendimentos para a aquisição nos Estados Unidos, pelo próprio Governo ou pelas sociedades interessadas, por intermédio das comissões militares lá existentes, das válvulas e outros materiais julgados imprescindíveis.
> 5) Providenciar, com o auxílio da Embaixada Brasileira, a reparação, na República Argentina, das válvulas esgotadas.
> 6) Obtido o material pela forma prevista no item 4), prover as estações que forem consideradas necessárias à manutenção da estrutura da rede nacional [de rádio].
>
> Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1942.
> João de Mendonça Lima.[414]

A preocupação do ministro da Viação e Obras Públicas com a possível falta de peças e equipamentos de radiodifusão decorria tanto da diminuição da comercialização destes produtos, como também da entrada do Brasil no conflito. O país se posicionou contra o Eixo nazi-facista em agosto de 1942. A Portaria 700 do MVOP foi baixada em setembro. Sete meses depois, o ministro João de Mendonça Lima acatou a solicitação do interventor mato-grossense. Em 15 de abril de 1943, Lima assinou a Portaria n° 400 autorizando a instalação de uma estação radiodifusora com a potência de 250 watts *até que a situação internacional se normalize e permita a aquisição do transmissor com a potência mínima prevista na concessão.* O ministro ainda resolveu:

> II - Aprovar as plantas, especificações técnicas e orçamento da referida instalação, que com esta baixam, rubricados pelo diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração deste Ministério, bem como o local, provisoriamente indicado, para essa instalação, e o nome "A Voz do Oeste".
>
> Rio de Janeiro, 15 de abril de 1943.
> João de Mendonça Lima.[415]

414. Divisão de Orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas. *Diário Oficial da União*, 25 de setembro de 1942, p. 14414. Acervo do Arquivo do Ministério da Fazenda em Cuiabá.

415. Portaria n° 400, de 15 de abril de 1943. Divisão de Orçamento do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas. *Diário Oficial da União*, 19 de abril de 1943, p. 5985. A Portaria foi reproduzida no *Diário Oficial* do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 21 maio 1943, p. 1.

O batismo oficial da estação radiodifusora do Governo do Estado de Mato Grosso como *A Voz do Oeste* foi a segunda solicitação feita pelo interventor Julio Müller ao Ministério da Viação e Obras Públicas, em abril de 1943. Com a decisão do ministro João de Mendonça Lima na Portaria n° 400, passou a ser oficial o nome que era usado para designar a emissora desde 15 de outubro de 1939. O pioneiro radialista da emissora e seu primeiro locutor, o radiotelegrafista Juvenílio Francisco de Freitas, afirmou em 1980 que outro fundador da rádio, João Jercy Jacob *lhe deu o nome de A Voz do Oeste porque nesta ocasião o presidente Getúlio Vargas, com a Revolução de 30, decretou uma nova Constituição e teve lá um trecho da Constituição em que ele dizia: Rumo ao Oeste. E ele [Jercy] tirou daí A Voz do Oeste, então. (...)*[416].

Nascido no distrito cuiabano do Coxipó do Ouro em 1900, Juvenílio considerava como principal fato de sua juventude a Revolução de 1930. Este movimento não foi revolucionário porque Getúlio Vargas chegou ao poder pelas armas, mas sem mudar as estruturas da sociedade brasileira. Quanto à Constituição decretada por Getúlio ela só ocorreu em 1937, com a realização de outro golpe: o do Estado Novo. Mas a expressão *Rumo ao Oeste* não surgiu em 37, apesar de que no *Manifesto à Nação*, a explicação getulista pública para o golpe, tenha apresentado algumas referências sobre o processo de desenvolvimento para o interior do país. O Rumo decorreu do programa governamental *Marcha para Oeste*, criado no início de 1938.

Ainda sobre a identificação da rádio de Cuiabá como *A Voz do Oeste* convém lembrar de que em 1935, quando o chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, recebeu uma correspondência do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP) sobre o processo de legalização da *Rádio Clube*, de Campo Grande. A certa altura carta, Joaquim Licínio de Souza Almeida, do gabinete do MVOP, alegou que uma estação radiodifusora não poderia ser chamada apenas de *Rádio Clube*. Em nível de exemplo, ele sugeriu alguns nomes de fantasia, como *"Vóz do Sul", ou Vóz disso ou daquillo*.[417] O que não deixa de ser uma denominação muito próxima da rádio que - quatro anos depois, em 1939 - foi criada em Cuiabá: *A Voz do Oeste.* E que, em 1942 e 1943, foi legalizada a pedido do irmão primogênito de Filinto Müller, o interventor federal de Mato Grosso, Júlio Strübing.

---

416. Trecho do depoimento de Juvenílio Francisco de Freitas à Martha Arruda Dias de Paiva em 09 set 1980. *Projeto Memória da Imprensa de Mato Grosso.* Acervo de áudio do NDHIR/UFMT, fita cassete de áudio n° 55.

417. Correspondência de Joaquim Licínio de Souza Almeida, do gabinete do Ministério da Viação e Obras Públicas. No documento ainda há a orientação correta do trâmite que deveria ser seguido por qualquer interessado numa emissora de rádio. Não identificação do cargo que o remetente ocupava. Arquivo FM 33.04.19 Chp/ad, pasta I, doc. 41. Acervo CPDOC/FGV.

Assim, com a obtenção da licença e o registro da rádio oficial como sendo A Voz do Oeste, esta deixou de ser clandestina, o que eximiu as motivações da denúncia do *radioamador cuiabano*, três anos e meio depois. Contudo, persistiram algumas irregularidades que foram sanadas nos anos subseqüentes.

Mesmo com a licença de 1942 do Governo Federal para a instalação de uma estação radiodifusora em Cuiabá, a identificação oficial da emissora como A Voz do Oeste e a autorização para o funcionamento dela com transmissor numa potência abaixo da exigida, esta rádio continuou irradiando programação em ondas curtas de 48 metros, na freqüência de 6.250 quilociclos por segundo (Kc/s), até o final de 1944.

Em outubro deste ano, um dos fundadores e mantenedores da rádio, Juvenílio Francisco de Freitas, elaborou os *Dados Técnicos da "Voz do Oeste"* (veja em anexos) junto à Diretoria Regional de Mato Grosso do Departamento dos Correios e Telégrafos. O documento, que não chegou a ser assinado por ele, detalhava as condições técnicas de equipamentos básicos da emissora, como o transmissor, as válvulas, o amplificador e o circuito de antena. Neste relatório de Juvenílio, de outubro de 1944, há uma referência à freqüência atribuída à estação, *de 1.160 Kc/s*[418].

Benedito Pedro Dorileo afirma que para os mantenedores da rádio A Voz do Oeste *grande foi o sacrifício para cumprimento de exigências burocráticas e complementação ou substituição de equipamento, como a aquisição de transmissor de maior freqüência.* Apenas em 12 de dezembro de 1944 a estação foi inaugurada, passando a usar a freqüência de 1.160 Kc, em ondas médias, com o prefixo PRH3. Este foi incorporado aos anúncios da rádio como um sufixo. *Na Voz do Oeste PRH3 ouçam todos os domingos das 20,30 às 21.00 horas o programa "A Voz da Profecia".*[419] Já a freqüência de 1.160 Kc se tornou a definitiva, sendo usada até hoje.

Em 09 de julho de 1948, a Divisão de Orçamento do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, publicou a Portaria n° 604. Esta aprovou as plantas, especificações técnicas, orçamento e o local de instalação do transmissor da rádio A Voz do Oeste.[420] Nesta época o equipamento já funcionava num *local, situado à rua do Livramento sem número.* Este lugar era o terreno anexo à residência de Danglars e Zulmira Canavarros, conforme relatos da filha do casal, Maria Luíza Canavarros Nasser, e do

418. Documento do acervo de familiares do radialista Roberto Jacques Brunini, atuais proprietários da rádio A Vos do Oeste.
419. Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 08 dez 1944. Acervo APMT.
420. *Diário Oficial da União*, 09 ago 1948, p. 11.466. Acervo do Arquivo do Ministério da Fazenda em Cuiabá.

afilhado de Jercy Jacob, Rafael Rueda Filho. Hoje a rua do Livramento chama0se Zulmira Canavarros.

Percebe-se, então, que em 1948, o transmissor da rádio A Voz do Oeste não funcionava mais na casa de João Jercy Jacob, nos fundos do terreno, já na divisa da propriedade com a rua Comandante Costa. De certa forma, a nova localização do equipamento permitiu uma melhor qualidade de transmissão da emissora, visto que a residência dos Canavarros ficava num aclive, dois quarteirões, cerca de 500 metros, acima da casa dos Jacob. No entanto, inferior a três quilômetros de distância do centro da capital Cuiabá, conforme preconizava o contrato assinado em 1942 entre o Governo do Estado de Mato Grosso e o Governo Federal.

Ainda para a rua do Livramento sem número, a Voz do Oeste obteve outra autorização do Ministério da Viação e Obras Públicas para instalar um segundo transmissor. A Portaria n° 776, de 16 de setembro de 1948, concedeu permissão para instalar a, *título precário, naquela cidade, no mesmo local em que funciona o seu transmissor de ondas médias, um de 500 watts, na faixa de ondas intermediárias*[421] [também identificadas como tropicais]. Já as plantas, especificações técnicas e orçamento deste outro transmissor foram aprovados pela Portaria n° 304 do MVOP, em 28 de março de 1949.[422]

Em relação à esta Portaria n° 304, o proprietário de A Voz do Oeste a partir dos anos de 1950, Roberto Jacques Brunini, registrou em relatório informal que faz parte do acervo de família, que o transmissor de ondas intermediárias ou tropicais foi instalado num *Novo Local: Rua do Livramento - s/n°* em substituição ao *Local Antigo: Rua Comandante Costa - s/n°*. O que confirma que o antigo ou primeiro local da antena transmissora da rádio A Voz do Oeste foi o terreno localizado nos fundos do imóvel de Jercy Jacob. Este esclarecimento se faz necessário porque na década de 1950, quando Brunini comprou a emissora, transferiu os dois transmissores - o de ondas médias e o de ondas tropicais - para a Caixa D'Água de Cuiabá, que ficava na mesma rua Comandante Costa, mas na esquina com a travessa Lulu Cuiabano, entre as avenidas Generoso Ponce e Dom Bosco.

Por sua vez, Roberto Brunini transferiu os estúdios de A Voz do Oeste da edícula que existia no quintal de Jercy para a Praça Ipiranga. Mais precisamente para o imóvel de propriedade do médico Antônio Epaminondas. Um dos filhos deste, Luiz Eduardo Maciel Epaminondas, foi locutor da rádio nos anos de 1950. Luiz conta que, a emissora difundia a

421. *Ib.,* 29 set 1948, p. 14.204.

422. *Ib.,* 06 abr 1949, p.5.133.

programação pelos dois transmissores. A *PRH-3*, na freqüência de *1.160 Kc* (hoje Khz), transmitia em *Ondas Médias* de *258,6 metros*. Já *ZYZ-5*, na freqüência de *4.975 Kc* (hoje Khz), irradiava em *Ondas Tropicais* de *60,1 metros*. Segundo Luiz Epaminondas, a onda média da PRH-3 era captada só em Cuiabá, porque tinha um alcance muito pequeno. Já onda tropical da ZYZ-5, de longo alcance, podia ser sintonizada fora de Mato Grosso.

Estes dados técnicos sobre a Voz do Oeste nos permitem observar que oficialmente quem detinha a concessão da rádio A Voz do Oeste era o Governo do Estado de Mato Grosso. Já a manutenção da programação e do funcionamento da emissora era garantida pelos fundadores da rádio: Jercy e Soraida Jacob, Juvenílio de Freitas, Zulmira e Danglars Canavarros. Tanto era que, mesmo com a obtenção da licença para o Governo do Estado de Mato Grosso, os estúdios da emissora continuaram funcionando na casa de Jercy e os transmissores estavam instalados no terreno ao lado residência da família Canavarros.

3.3 - AS VOZES QUE SILENCIARAM UMA SEGUNDA RÁDIO EM CUIABÁ

Em outubro de 1947 estavam completando oito anos que a rádio A Voz do Oeste tinha iniciados suas primeiras irradiações em Cuiabá. Em 1942 a emissora tinha obtido licença e havia firmado um contrato com o Governo Federal para se estabelecer e funcionar na capital de Mato Grosso. Desde 1943 a estação tinha permissão do Ministério da Viação e Obras Públicas Governo Federal para transmitir numa potência inferior à exigida para qualquer radiodifusora que fosse se instalar em Mato Grosso. A partir de 1944 a rádio passou a ser transmitida em ondas médias na freqüência definitiva de 1.160 Khz. Durante quase uma década, entre 1939 e 1947, toda a responsabilidade para manter a emissora no ar ficou, principalmente, sobre os ombros dos percursores de A Voz do Oeste.

Contudo, A Voz do Oeste estava registrada em nome do Governo do Estado de Mato Grosso. Registro feito durante a Interventoria de Julio Müller no Estado Novo, ditadura que até já havia acabado em 1945. *Para normalizar, precisava a organização de uma sociedade. E eu, então, tomei parte nesta sociedade. Professor Jercy Jacob, sua senhora Soraida Jacob, eu e Danglars Canavarros formamos a sociedade com a qual ele conseguiu regularizar a situação da rádio A Voz do Oeste.*[423] Então, em 24 de outubro de 1947, quatro dos cinco principais mantenedores da emissora foram ao Primeiro Cartório Cível e de Notas de Cuiabá e constituíram a sociedade a *Rádio A Voz do Oeste Limitada.*[424] Apenas Zulmira não se tornou sócia.

Assim, *A Voz do Oeste* passou a ter cinco significados simultâneos. Nomeava as transmissões radiofônicas iniciadas em Cuiabá em 1939. Também, os equipamentos de radiodifusão instalados na casa de Jercy Jacob e Zulmira Canavarros, como microfone e *pick-up* do estúdio e antena transmissora. Ainda indentificava o grupo musical que se apresentava na emissora. Por outro lado, era a estação radiodifusora do Governo do Estado de Mato Grosso que tinha concessão do Governo Federal para funcionar em Cuiabá. Além de ser da firma societária de Jercy, Soraida, Juvenílio e Danglars.

Apesar da simultaneidade, juridicamente não eram a mesma coisa, o que complicava ainda mais a situação. Publicamente, a rádio pertencia a Jercy, Soraida, Juvenílio e Danglars. Em parte, coincidia com: as transmissões que fizeram no final dos anos de 1930, os equipamentos radiodifusores que estas pessoas possuíam e o grupo musical que formavam.

---

423. Trecho do depoimento de Juvenílio Francisco de Freitas em 09 set 1980 a Martha Arruda Dias Paiva. *Projeto Memória da Imprensa de Mato Grosso.* Acervo de áudio do NDHIR/UFMT, fita-cassete n° 55.

424. Primeiro Cartório do Cível e Notas. Livro número 219, folhas 192v a 194v. Acervo Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

Entretanto, a sociedade Rádio A Voz do Oeste Ltda não existia para o Governo Federal enquanto firma concessionária da emissora em funcionamento em Cuiabá, já que a concessão era do Governo do Estado de Mato Grosso. Por isto, quando do registro em cartório, os quatro sócios citaram que a Rádio A Voz do Oeste Ltda era *destinada a promover a exploração do serviço de radiodifusão, mediante concessão ou permissão do Governo Federal.* Sendo que a *finalidade* da sociedade era *cultural e educacional.*

Em outubro de 1947, o capital sociedade da Rádio A Voz do Oeste Ltda era de Cr$ 300.000 (trezentos mil cruzeiros), divididos em cotas de Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma. Jercy tinha 250 cotas (Cr$ 250 mil); Soraida, 40 cotas (Cr$ 40 mil); Juvenílio, cinco cotas (Cr$ 5 mil); e Danglars, também cinco (Cr$ 5 mil). Além de cotista majoritário, Jercy era o administrador da sociedade, com poderes de diretor geral. Jacob tinha poderes para contratar serviços e empregados, dirigir todos os trabalhos da sociedade e representá-la em *todos os sectores, onde os interesses dela estiverem em jogo, seja no domínio (comercial, social, administrativo e ainda em juízo como fóra dêle.*

Este contrato social e a razão social da Rádio A Voz do Oeste Ltda. foram registrados na Inspetoria Comercial de Mato Grosso em 29 de outubro de 1947.[425] No registro constou como sede do estabelecimento comercial a rua Barão de Melgaço, n° 161, centro de Cuiabá. Era o mesmo endereço em que os equipamentos de radiodifusão vinham sendo colocados em funcionamento. Era a residência de Jercy Jacob.

Com a sociedade constituída e registrada e com plenos poderes para representá-la, Jercy Jacob solicitou do Governo Federal, então sob a Presidência do cuiabano Eurico Gaspar Dutra, o estabelecimento de uma estação radiodifusora em Cuiabá. A resposta do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP) foi em 19 de novembro daquele ano 1947. Quando Clóvis Pestana baseou-se no parecer n° 710-47 da Comissão Técnica de Rádio (CTR) do MVOP.

> Uma vez declarada a caducidade da concessão outorgada ao Governo do Estado de Mato Grosso, a requerente poderá, então, ser atendida. Nesta hipótese, deverá satisfazer a exigência constante no art. 3° do Decreto número 24.655, de 11 de julho de 1934, combinado com o Decreto n° 24.772, de 14 de julho do mesmo ano. É como informa a CRT.[426]

425. Folhas 146 a 154v do livro de registros, escrituras, contratos comerciais e outros documentos n° 24 da Inspetoria Comercial de Mato Grosso. A Inspetoria havia sido criada pela Lei Estadual n° 38, de 20 jun 1893, e transformada na Junta Comercial de Mato Grosso pela Lei Estadual n° 2.858, de 1968. Acervo Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

426. Processo n° 25.263-47. Atos do Ministro da Viação e Obras Públicas, 19 nov 1947. Diário Oficial da União, 22 nov 1947, p. 14.954. *In:* Acervo Arquivo do Ministério da Fazenda em Cuiabá. Obs.: a grafia publicada no *Diário Oficial da União* foi de *Rádio Voz D'Oeste Limitada* (com "D" maiúsculo, apóstrofe e

O artigo 3° do Decreto número 24.655, de 11 de julho de 1934, determinava que o *pretendente à concessão* ficava *obrigado* a atender o artigo 23 do Decreto 21.111 de 1° de março de 1932. Este regulamentou que os interessados em explorar radiodifusão deveriam provar a constituição e a finalidade da sociedade, as atribuições, nacionalidade e idoneidade dos diretores, que deveriam ser brasileiros e a quitação com a fazenda nacional e municipal. Outra exigência era a definição da quantidade e o local das estações requeridas, o material a ser empregado nestas e a suficiência do capital social a ser utilizado na emissora. Um terço do valor deveria ser depositado na Tesouraria da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos. O dinheiro seria devolvido caso o pretendente à concessão provasse a compra do material a ser usado na emissora. Outra obrigação era a apresentação aos Correios do orçamento e plantas das instalações da rádio.

Além disso, pelo despacho do ministro Clóvis Pestana, haveria necessidade do Governo do Estado de Mato Grosso abrir mão da concessão da emissora de rádio que detinha desde 1942. Só assim o Ministério da Viação e Obras Públicas poderia conceder à sociedade Rádio A Voz do Oeste Ltda o direito de explorar a radiodifusão em Cuiabá. Uma condição que, a princípio, não se justificaria, visto que a concessão dada ao governo mato-grossense não tinha caráter de exclusividade. Ou seja: o Estado de Mato Grosso poderia continuar com a sua concessão e o Governo Federal abriria a oportunidade para outra concessão, de Jercy e sócios, no município cuiabano. O problema poderia ser a falta de mão-de-obra para a manutenção de duas emissoras, visto que o grupo de radialistas que dava sustentação para a emissora oficial do governo mato-grossense era o mesmo que criou uma sociedade e estava pleiteando uma outra concessão de radiodifusão.

Contudo, o despacho do ministro Clóvis Pestana acabou criando um vínculo entre a solicitação de Jercy Jacob e a concessão em poder do governo mato-grossense. Talvez motivado por uma solicitação do próprio Governo do Estado de Mato Grosso.

> [O] Governo do Estado de Mato Grosso, solicita seja homologada por este Ministério a transferência de concessão que lhe foi outorgada pelo Decreto n° 9.246, de 13 de abril de 1942, à Rádio A Voz D'Oeste. - Despacho: De acordo com o Parecer n° 711-47, da C.T.R., proceda-se à declaração de caducidade da presente concessão, ficando assegurada a nova concessão à *Rádio A Voz d'Oeste* Limitada.[427]

---

sem o "A") e não de *Rádio A Voz do Oeste Limitada*, conforme registros no cartório de Cuiabá e na Inspetoria Comercial de Mato Grosso.

427. Processo n° 25.264-47. Atos do Ministro da Viação e Obras Públicas, 19 nov 1947. *Diário Oficial da União*, 22 nov 1947, p. 14.954. A grafia publicada no Diário da União foi de *Rádio Voz d'Oeste Limitada*

Os processos n° 25.263-47 da sociedade de Jercy Jacob, solicitando concessão para o estabelecimento de uma estação radiodifusora em Cuiabá, e n° 25.264-47 do Governo de Mato Grosso, pedindo transferência de sua concessão para a *Rádio Voz D'Oeste Limitada*, são seqüenciais, foram despachados pelo ministro Clovis Pestana na mesma data - 19 de novembro de 1947 - e publicados na mesma página do Diário Oficial da União, em 22 de novembro do mesmo ano. O governo mato-grossense estava abrindo mão de cinco anos de concessão ainda por vencer. Se os sócios de Jercy cumprissem as exigências e o Governo Federal declarasse a caducidade da concessão do Governo de Mato Grosso, a princípio seriam dois procedimentos jurídicos normais. Mas não se caracterizaram como tais por causa de uma outra solicitação por concessão de radiodifusão em Cuiabá.

[A] Rádio Educadora de Mato Grosso Limitada, com sede na capital do Estado, solicita autorização para o estabelecimento de uma estação radiodifusora com a potência de 1.000 watts. Esta solicitação cumpria a exigência do artigo 4° do Decreto 24.655, de 1934, ao estipular a energia mínima na antena transmissora de estações de Cuiabá. O que na prática significava o dobro da usada pela rádio A Voz do Oeste, do Governo de Mato Grosso, desde 1943. Entretanto, o despacho do MVOP, datado em 10 de novembro de 1947 - ou nove dias antes dos despachos das solicitações da sociedade de Jercy e do governo mato-grossense - não foi de acatamento imediato. O ministro Clóvis Pestana seguiu e reproduziu em seu despacho o parecer n° 680-47 da Comissão Técnica de Rádio (CTR).

> Esta Comissão é de parecer que o processo deverá ser preliminarmente convertido em diligência, a fim de que a interessada atenda ao que dispõe o artigo 3° do Decreto n° 24.655, de 11 de julho de 1934, combinado com o Decreto 24.772, de 14 de julho de 1934, devendo reconhecer as firmas dos documentos de fls. 2 a 4 à Seção competente deste Ministério, a fim de serem concertados com os originais.[428]

Praticamente, o Ministério da Viação e Obras Públicas fez as mesmas exigências que iria fazer nove dias depois em relação à sociedade de Jercy Jacob. Uma diferença foi transformar o processo em diligência para que a *Rádio Educadora* atendesse às exigências e reconhecesse firmas de documentos. Outro tratamento diferente foi a não vinculação do pedido de concessão da *Educadora* com a caducidade solicitada pelo Governo

---

(com "d" minúsculo, apóstrofe e sem o "A") e não de *Rádio A Voz do Oeste Limitada*, conforme registros no cartório de Cuiabá e na Inspetoria Comercial de Mato Grosso.

428. Processo n° 24.316-47. Atos do Ministro da Viação e Obras Públicas, 10 nov 1947. *Diário Oficial da União*, 12 nov 1947, p. 14.478. Acervo Arquivo do Ministério da Fazenda em Cuiabá.

de Mato Grosso. Até porque este Estado, ao que parece, ainda não havia protocolado o pedido. O que, por outro lado, não quer dizer que as autoridades mato-grossenses não soubessem da criação da sociedade da *Rádio Educadora*. Afinal, esta entidade foi registrada no 1° Cartório do Cível e Notas da Comarca de Cuiabá, em 22 de outubro de 1947, dois dias antes do registro da constituição da sociedade *Rádio A Voz do Oeste Limitada*.

A sociedade *Rádio Educadora de Mato Grosso Limitada* também visava a *exploração dos serviços de radio difusão* através da instalação de uma emissora em Cuiabá, *com finalidade artística, cultural e educacional.* Ela propunha-se em não *envolver-se em assuntos de ordem partidária, política ou religiosa.* O prazo de duração da sociedade era indeterminado. *No futuro a sua atividade poderá também ser aplicada na exploração desses mesmos serviços, porem em ondas curtas ou ultra-curtas, com modulação de freqüência, em rádio televisão ou televisão por linhas telefônicas ou cabos de energia elétrica, tudo de acordo com as disposições que regulam esses serviços.*[429]

O futuro estimado pela *Rádio Educadora de Mato Grosso* já estava bem próximo. Em 27 de novembro de 1948 o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizou a instalação de transmissor de freqüência modulada (FM) em três estações radiodifusoras.[430] Duas ficavam no Estado de São Paulo: a *Rádio Clube de Campinas Ltda* e a *Rádio Santo André Ltda*, nas respectivas cidades homônimas. Já a terceira estação autorizada a transmitir em FM foi a *Rádio Marumbi* Ltda, instalada no município paranaense de Campo Largo. Em relação à televisão, o MVOP autorizou, em 21 de setembro de 1948, a Superintendência das Empresas Incorporadoras da União, responsável pela Rádio Nacional, a *realizar experiências com aparelho de televisão durante o prazo de trinta dias.*[431] Em 18 de setembro de 1950 entrava no ar a *PRF-3 TV Tupi*, de São Paulo, a primeira emissora de televisão da América Latina.

Dos seis sócios da *Rádio Educadora de Mato Grosso Ltda*, dois residiam e trabalhavam no Rio de Janeiro: Andys Casalino e Voltaire Leuenroth. No registro da sociedade, ambos foram representados pelo também sócio Afrânio Estevão Corrêa, que era jornalista e residia no município mato-grossense de Campo Grande, na região sul do Estado.

429. Escritura de constituição de sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Tabelião Amarílio Calhao. Rua Barão de Melgaço, 153A. *In: Diário da Justiça*. Cuiabá, 28 out 1947, p. 2. Arquivo pessoal de Afrânio Estevão Corrêa.

430. *Diário Oficial da União*, 04 nov 1948, p. 15.845. Acervo Arquivo do Ministério da Fazenda em Cuiabá.

431. *Ib.*, 23 set 1948, p. 13.922.

No final da década de 1930 Afrânio havia dirigido o semanário cuiabano *Correio da Semana*. Nos anos de 1940, ele foi diretor do *Jornal do Comércio*, de Campo Grande.

A sociedade da *Rádio Educadora* ainda era composta por três mulheres cuiabanas. Uma era a doméstica Dulce Lima Corrêa, que residia em Cuiabá e era irmã de Afrânio. Ambos, filhos do médico cuiabano Clóvis Corrêa. As outras duas sócias da Educadora eram Antonia Elisa Serra Gomes, esposa do dentista Durval Gomes Monteiro, e Aracy Novis Gomes Monteiro, casada com radioamador e rádio-técnico Deodato Gomes Monteiro. Durval e Deodato eram irmãos. Durval narrou piadas ao microfone da rádio A Voz do Oeste na década de 1940. Já Deodato havia construído equipamentos de radiodifusão para Jercy Jacob.

O capital social da Rádio Educadora de Mato Grosso Ltda. foi formado com Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), sendo dividido em cotas de Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada. Andys Casalino tinha 20 cotas. Voltaire Leuenroth, 25. Esta também era a quantidade da cotista Dulce Lima Corrêa. Já Antonia Elisa Serra Gomes e Aracy Novis Gomes Monteiro possuíam, cada uma, 30 cotas. Individualmente, o maior cotista era Afrânio Estevão Corrêa. Este também era o diretor-superintendente da sociedade da Rádio Educadora. A sociedade foi registrada na Inspetoria Comercial de Mato Grosso em 25 de outubro de 1947.[432]

Enquanto os sócios providenciavam a documentação a ser enviada ao Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP), Jercy Jacob, sócio representante da sociedade Rádio A Voz do Oeste Ltda., indagava o Governo Federal, em dezembro de 1947, sobre *concessão para instalação de uma estação de radio difusora em Cuiabá, Mato Grosso.*[433] O despacho do MVOP foi para esclarecer Jacob e arquivar. Em breve o Governo Federal iria tomar providências sobre as solicitações recebidas de Cuiabá.

Em 05 de fevereiro de 1948 a seção *Noticiário* do Diário Oficial da União divulgou que *o Presidente da República assinou decreto declarando caduca a concessão outorgada ao Governo do Estado de Mato Grosso para estabelecer uma estação radiodifusora em Cuiabá, no mesmo Estado.* Relacionada à esta notícia, o Governo Federal publicou, na mesma edição do Diário Oficial, outra informação, logo abaixo da primeira. *O Presidente da República assinou decreto outorgando concessão à Rádio "A Voz do Oeste*

---

432. Folhas 138 a 145v do livro de registros, escrituras, contratos comerciais e outros documentos n° 24 da Inspetoria Comercial de Mato Grosso. *In: Diário da Justiça.* Cuiabá, 28 out 1947, p. 2. Arquivo pessoal de Afrânio Estevão Corrêa.

433. *Diário Oficial da União*, 13 dez 1947, p. 15.760.

Limitada", para estabelecer, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, uma estação radiodifusora.[434]

O fato jurídico noticiado antecipadamente no dia 05 só foi concretizado em 12 de fevereiro de 1948, quando o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, e o ministro da Viação e Obras Públicas, Clóvis Pestana, assinaram os decretos n° 24.511 e n° 24.512 que, respectivamente, declarou caduca a concessão outorgada ao Governo do Estado de Mato Grosso e outorgou concessão à *Rádio A Voz do Oeste Limitada.* No entanto, a publicação dos decretos no Diário Oficial da União foi em dias diferentes. O da caducidade, em 14 de fevereiro[435] e o da outorga à sociedade Voz do Oeste, no dia 20.[436]

No decreto n° 24.511 o presidente da República e o ministro da Viação e Obras Públicas justificaram a caducidade da outorga da concessão dada ao Governo do Estado de Mato Grosso por infração da letra c, da cláusula III do contrato assinado a 27 de março de 1942 entre os governos mato-grossense e o federal. A referida cláusula é uma das nove relativas ao Decreto n° 9.246, de 13 de abril de 1942, que concedeu permissão ao Governo de Mato Grosso para estabelecer uma radiodifusora em Cuiabá. Em consonância com a alínea "c", cláusula III determina que *a concessionária é obrigada a não transferir, direta ou indiretamente, a concessão, sem prévia audiência do Governo.*[437]

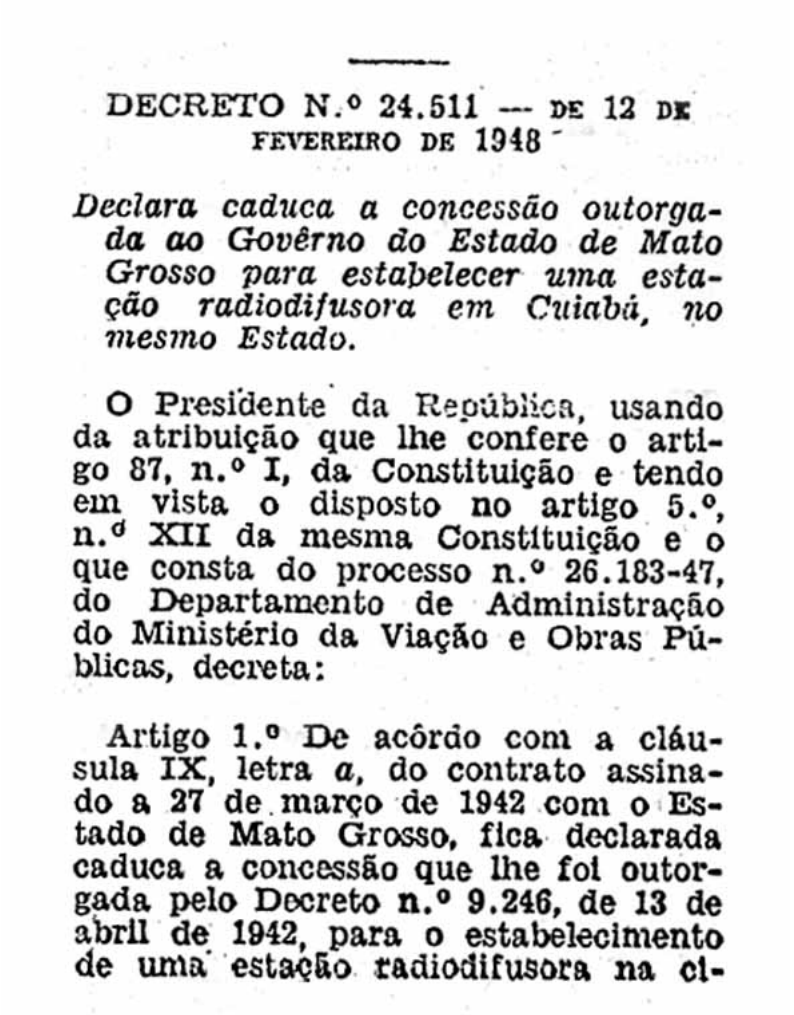
Era notório em Cuiabá que a rádio pertencia a Jercy Jacob, Juvenílio Freitas e Danglars e Zulmira Canavarros, porque estes lideravam os demais músicos e artistas que garantiam a programação da emissora. Também, que era de domínio público em Cuiabá que eram estes os donos de equipamentos e instrumentos radiofônicos e musicais e da sede do estúdio e da antena transmissora da rádio. No entanto, oficialmente, a emissora pertencia ao Governo de Mato Grosso, que detinha a concessão. Ao tentar regularizar a situação clandestina da estação radiodifusora, a Interventoria de Julio Müller usou a concessão que o Estado dispunha. Ação que a partir de 1942 beneficiou o grupo de artistas mantenedores da rádio e que em 1948 serviu de embuste para cancelar a concessão do governo mato-grossense, transferindo-a justamente para os beneficiários da considerada infração.

434. Ib., 05 fev 1948, p. 1.626.

435. Ib., 14 fev 1948, p. 1.926.

436. Ib., 20 fev 1948, p. 2.274.

437. Ib., 29 abr 1942, pp. 7.093-4.



DECRETO N.º 24.511 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1948

Declara caduca a concessão outorgada ao Govêrno do Estado de Mato Grosso para estabelecer uma estação radiodifusora em Cuiabá, no mesmo Estado.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII da mesma Constituição e o que consta do processo n.º 26.183-47, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

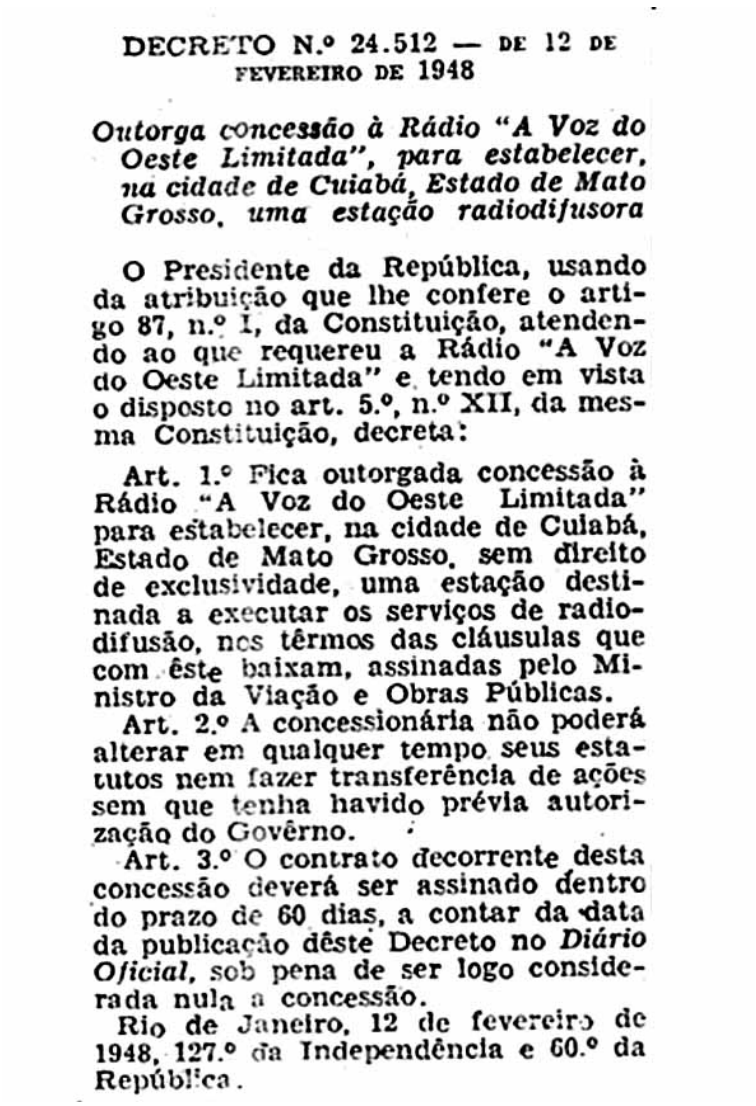
Artigo 1.º De acôrdo com a cláusula IX, letra *a*, do contrato assinado a 27 de março de 1942 com o Estado de Mato Grosso, fica declarada caduca a concessão que lhe foi outorgada pelo Decreto n.º 9.246, de 13 de abril de 1942, para o estabelecimento de uma estação radiodifusora na ci-

Diário Oficial da União, 14 fev 1948, p. 1.926.

Situação que nos faz pensar na noção de apropriação apontada por Roger Chartier. *A apropriação, tal como a entendemos, tem por objectivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem.*[438] Em 1942, as várias irregularidades da experiência radiofônica de A Voz do Oeste foram sanadas pelo interventor federal de Mato Grosso, Júlio Müller, ao legalizar o funcionamento da emissora com a concessão de radiodifusão que o Governo do Estado obteve junto ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Assim, apenas no papel A Voz do Oeste era estatal, porque, de fato, continuou sendo mantida pelo grupo de artistas cuiabanos. Situação esta que foi usada pelo MVOP em 1948 como justificativa oficial para cancelar a concessão de radiodifusão do governo mato-grossense e transferi-la para os sócios de A Voz do Oeste Ltda. Sem,

438. CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações.* Trad.: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro e Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1990, p 26. (Memória e Sociedade).

obviamente, apontar culpados, cúmplices e beneficiários da ação. Muito menos puni-los. A culpa se encerra na própria infração. E como pena, a concessão precisa ser transferida para outrem. Ou seja: os próprios beneficiários da infração.



DECRETO N.º 24.512 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1948

Outorga concessão à Rádio "A Voz do Oeste Limitada", para estabelecer, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, uma estação radiodifusora

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Rádio "A Voz do Oeste Limitada" e tendo em vista o disposto no art. 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica outorgada concessão à Rádio "A Voz do Oeste Limitada" para estabelecer, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar os serviços de radiodifusão, nos têrmos das cláusulas que com êste baixam, assinadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º A concessionária não poderá alterar em qualquer tempo seus estatutos nem fazer transferência de ações sem que tenha havido prévia autorização do Govêrno.

Art. 3.º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro do prazo de 60 dias, a contar da data da publicação dêste Decreto no *Diário Oficial*, sob pena de ser logo considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1948, 127.º da Independência e 60.º da República.

Diário Oficial da União, 20 fev 1948, p. 2.274.

Já a concessão dada à sociedade *Rádio A Voz do Oeste Ltda.*, exceto algumas especificações, seguia em linhas gerais as determinações previstas na outra concessão de 1942. Permaneceu a orientação intelectual e instrutiva e a obrigatoriedade de retransmitir programas oficiais. Também, o registro de todos os programas lidos ao microfone com visto do órgão fiscalizador. Ainda, o caráter precário da concessão. Apesar dela também ter duração dez anos, ela poderia não ser renovada, ser suspensa a qualquer momento a critério do Governo Federal ou acabar. A extinção ocorreria caso os concessionários parassem de colocar a emissora no ar ou deixassem de pagar as contribuições mensais para que a estação

fosse fiscalizada. O Decreto de concessão também não garantia à sociedade Rádio A Voz do Oeste *direito de propriedade* sobre a *freqüência* do espectro radiofônico a ser usado. Nem direito de exclusividade sobre a execução dos serviços de radiodifusão.

Mas a caducidade da concessão de estação radiodifusora - dada em 1942, para o Governo do Estado de Mato Grosso e sua posterior transferência, em 1948, para o grupo de artistas sócios da *Rádio A Voz do Oeste Ltda.* - não impediu que o Governo Federal autorizasse a abertura de uma outra emissora em Cuiabá. Tanto que em 09 de novembro de 1948 o Ministério da Viação e Obras Públicas deferiu favorável à concessão solicitada pela *Rádio Educadora de Mato Grosso* um ano antes. Esta sociedade apresentou o *contrato de compra referente ao seu transmissor adquirido da Sociedade Técnica Paulista, satisfazendo exigência que lhe foi feita por despacho Ministerial de 10 de novembro de 1947.*[439]

A instalação da emissora *Rádio Educadora de Mato Grosso* em Cuiabá seria a quarta concessão de radiodifusão obtida em três anos por sociedades constituídas por Afrânio Estevão Corrêa no território mato-grossense. Em 22 de setembro de 1948, a Portaria n° 798[440], do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP), autorizou a instalação da estação radiodifusora da *Rádio Cultura de Campo Grande*, nesta cidade que na época era mato-grossense. Dois dias depois, em 24 de setembro, a Portaria n° 810[441], também do MVOP, garantiu a instalação da emissora da *Rádio Difusora de Ponta Porã*, na cidade homônima, então pertencente ao Estado de Mato Grosso. Em 14 de março de 1951, a Portaria n° 260[442], ainda do Ministério, deferiu o funcionamento da estação da *Rádio Difusora de Aquidauana*, neste município então mato-grossense. Mas a concessão da *Rádio Educadora de Mato Grosso*, em Cuiabá, não foi publicada. Quer dizer: o processo começou, mas acabou paralisado.

A interrupção do processo de concessão para a Rádio Educadora de Mato Grosso não ocorreu no intuito de se combater o monopólio de estações radiodifusoras, no caso quatro, solicitadas por sociedades compostas, entre outras pessoas, por Afrânio Corrêa. Em julho de 1948, o mesmo Governo Dutra concedeu permissão à *Rádio Difusora Unidas Ltda.*[443] para estabelecer, no Estado do Rio Grande do Sul, estações radiodifusoras nas

439. Diário Oficial da União, 09 nov 1948, p. 16.077. Acervo Arquivo Ministério da Fazenda em Cuiabá.

440. Ib., 08 out 1948, p. 14.711.

441. Ib..

442. Ib., 09 maio 1951, p. 7.098.

443. Ministério da Viação e Obras Públicas, Portaria n° 499, de 2 de junho de 1948. Diário Oficial da União, 26 jul 1948, p. 10.841. Acervo Arquivo Ministério da Fazenda em Cuiabá.

cidades de Dom Pedrito, Ijuí, Santa Rosa e Montenegro. Ainda no sul, o MVOP autorizou, em novembro de 1948, a *Rádio Difusão Sul do Brasil S.A.* a instalar, emissoras nas cidades de Irai, São Luís, Soledade, Jaguarí, Getúlio Vargas, Júlio de Castilhos e Vacaria.[444] Já a *Rádio Iracema de Fortaleza S.A.* foi autorizada, também em novembro, a estabelecer, no Estado do Ceará, três estações em municípios diferentes: a *Emissora Centro Cearense* na cidade de Senador Pompeu; a *Rádio Itapuan de Sobral*, em Sobral; e a *Rádio Anhangüera de Juazeiro*, em Juazeiro do Norte.[445]

Os sócios da Rádio Educadora de Mato Grosso solicitaram vistas ao processo. Somente em abril de 1951, já no Governo de Getúlio Vargas, conseguiram autorização do Ministério da Viação e Obras Públicas para saber o que tinha ocorrido com o pedido de concessão de uma estação radiodifusora para Cuiabá.[446] O pedido de 1947 ao MVOP foi transformado no processo n° 1.468/49 e depois arquivado. Após lê-lo, o diretor-superintendente da Educadora, Afrânio Corrêa, elaborou um requerimento de seis páginas ao ministro da Viação, pontuando o que havia ocorrido com o pedido de concessão de uma estação de radiodifusão em Cuiabá. Este requerimento foi protocolado no Ministério em 12 de maio de 1951.

Inicialmente, Afrânio Corrêa lembra que a Comissão Técnica de Rádio (CTR) havia exigido da Educadora, em 04 de novembro de 1947, providências quanto às determinações dos decretos n° 24.655 e 24.772, ambos do ano de 1934. Segundo Corrêa, *estas exigências foram inteiramente atendidas, conforme requerimento protocolado sob o n° 4.448, de 26/2/48.*[447] Ou seja: quando a Educadora cumpriu as exigências o Ministério da Viação e Obras Públicas havia 14 dias que o Governo Federal tinha decretado a caducidade da concessão dada ao Governo de Mato Grosso e transferido-a para a sociedade de Jercy Jacob, a Rádio A Voz do Oeste Ltda. O que significa que, a partir deste fato jurídico, a concessão dada à sociedade da Voz, não havia mais risco de disputa entre esta e a Educadora pela mesma concessão.

---

444. Ministério da Viação e Obras Públicas., Atos do Ministro, Despacho do processo n° 23.353-48 em 08 de novembro de 1948. Diário Oficial da União, 11 nov 1948, p. 16.200. Acervo Arquivo Ministério da Fazenda em Cuiabá.

445. Ministério da Viação e Obras Públicas, Portaria n° 924, de 27 de outubro de 1948. Diário Oficial da União, 08 nov 1948, p. 16.012. Acervo Arquivo Ministério da Fazenda em Cuiabá.

446. Atos do Ministro, Processo n° 3.349, em 29 de abril de 1951. Diário Oficial da União, 11 maio 1951, p. 7.264. Acervo Arquivo Ministério da Fazenda em Cuiabá.

447. Requerimento do diretor-superintendente da Rádio Educadora de Mato Grosso, Afrânio Estevão Corrêa, ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 12 mai 1951, p. 1. Acervo Afrânio Corrêa.

Em 22 de outubro de 1948, o parecer n° 920 da CTR foi favorável à concessão de uma estação radiodifusora em Cuiabá para a Rádio Educadora de Mato Grosso. Conseqüentemente, em 08 de novembro, o ministro da Viação, Clovis Pestana, deferiu o pedido. Quando a Divisão de Orçamento do Ministério iria elaborar o decreto de concessão o processo foi paralisado por causa de um telegrama do governador do Estado de Mato Grosso, Arnaldo Estevão de Figueiredo, de 11 de novembro de 1948. Segundo o requerimento de Afrânio, protocolado no MVOP, *aquela autoridade se dirigia particularmente ao Sr. Ministro Dr. Clovis Pestana dizendo que, reiterando o seu pedido verbal, vinha solicitar a cessação do andamento do processo da Rádio Educadora de Mato Grosso para amparar uma estação radio-difusora já existente e em funcionamento em Cuiabá.*[448] No caso A Voz do Oeste.

> O pessoal começou a estrebuchar. Ninguém sabia [da Educadora]. Quando foi lido no Diário Oficial (da União) de repente: "Oh! Saiu a concessão de uma nova rádio para Afrânio Corrêa!" Aí todo mundo entrou em pânico, todo mundo conhecia, todo mundo sabia quem eu era. E tem mais um agravante. Nesta época eu era diretor do Jornal do Commércio de Campo Grande, que eu tinha arrendado. (...). Imagine eu: diretor do Jornal do Commércio, que era o maior jornal de Mato Grosso, diretor da rádio em Cuiabá, eu ameaçava, era uma ameaça à segurança do Estado, à segurança do Governo.[449]

Segundo o requerimento de Afrânio Corrêa, o ministro Pestana telegrafou ao governador de Mato Grosso comentando que o assunto seria re-examinado pela CTR. Esta Comissão, em 22 de novembro de 1948, informou que já tinha emitido parecer favorável e que o próprio ministro havia deferido pela concessão à Rádio Educadora de Mato Grosso. Assim, em 29 de novembro de 1948, Clóvis Pestana enviou uma carta ao governador de Mato Grosso dizendo ser impossível sustar o andamento do processo da Rádio Educadora, porque *O PROCESSO DA INTERESSADA VINHA SEGUNDO SEUS TRÂMITES DESDE 1947, ESTANDO NELE ATENDIDAS AS EXIGÊNCIAS DE ORDEM LEGAL. (...). OUTRA ALTERNATIVA, PORTANTO, NÃO RESTAVA JUSTIFICAVELMENTE A ESTE MINISTÉRIO, COMO COMPREENDERÁ V. EX.*[450]

---

448. Telegrama do governador de Mato Grosso, Arnaldo Estevão de Figueiredo. In: Processo n° 1.468/49, p. 38 *apud* Requerimento do diretor-superintendente da Rádio Educadora de Mato Grosso, Afrânio Estevão Corrêa, ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 12 mai 1951, p. 2.

449. Depoimento de Afrânio Corrêa em 22 mar 2004.

450. Carta do ministro da Viação e Obras Públicas, Clóvis Pestana, ao governador de Mato Grosso, Arnaldo Estevão de Figueiredo. In: Processo n° 1.468/49, p. 42 *apud* Requerimento do diretor-superintendente da Rádio Educadora de Mato Grosso, Afrânio Estevão Corrêa, ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 12 mai 1951, pp. 2-3.

No entanto, o governador mato-grossense, Arnaldo Estevão de Figueiredo, preferiu telegrafar ao presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, pedindo-lhe a cassação da concessão da Rádio Educadora de Mato Grosso. Como justificativa, Figueiredo alegou que a nova emissora era formada por estranhos e iria prejudicar a Rádio A Voz do Oeste. Na missiva o governador considerou o fato da Voz ter contribuído com a eleição de Dutra para a Presidência, como também pelo fato dele ser cuiabano.

> TENHO SATISFAÇÃO DIRIGIR ME VOSSENCIA AFIM MAIS UMA VEZ SOLICITAR HONRADA ATENÇÃO VOSSENCIA ASSUNTO NOSSO TORRÃO NATAL QUE VEM RECEBENDO TÃO GRANDE BENEFÍCIOS BENEMÉRITO GOVERNO VOSSENCIA. ACHANDO SE JÁ INSTALADA E PRONTA PARA ENTRAR EM FUNCIONAMENTO DENTRO BREVES DIAS, NOVO TRANSMISSOR RÁDIO VOZ OESTE, ACABO SER INFORMADO HAVER INICIADO ANDAMENTO PROCESSO LICENÇA OUTRA ESTAÇÃO TÍTULO RADIO EDUCADORA MATO GROSSO LTDA. POR INICIATIVA ELEMENTOS EXTRANHOS NOSSO MEIO SOCIAL. COMO CONCESSÃO REFERIDA LICENÇA VIRIA PERTURBAR NORMAL ATIVIDADE DE DIFUSORA ATUAL VOZ DO OESTE TÃO IMPORTANTE PARA NOSSO DESENVOLVIMENTO E CABALMENTE ARTICULADA NOSSA VIDA CULTURAL COMO BEM FICOU PATENTEADO ATIVIDADE CAMPANHA E VITÓRIA CANDIDATURA VOSSENCIA TOMO LIBERDADE SOLICITAR AMPARO VOSSENCIA NOSSO JUSTO DESIDERATUM SEJA CASSADA CONCESSÃO PLEITEADA SOCIEDADE RÁDIO EDUCADORA MATO GROSSO. (A) ARNALDO FIGUEIREDO GOVERNADOR M. GROSSO.[451]

A correspondência do governador Arnaldo Estevão de Figueiredo ao presidente da República, citada no requerimento do diretor-presidente da Rádio Educadora de Mato Grosso, apontou critérios políticos para a concessão de uma estação de radiodifusão em Cuiabá. Primeiro alegou que a Educadora é formada por *elementos estranhos nosso meio social.* Depois, disse que a nova emissora iria perturbar normal atividade de difusora atual Voz do Oeste, que contribuiu na *campanha e a vitória* presidencial de Dutra. Assim, o governador mato-grossense solicitou a cassação da concessão pleiteada pela Rádio Educadora de Mato Grosso. O então diretor-superintendente desta entidade não se conforma com a atitude do governador, porque Afrânio estava negociação com Arnaldo Estevão de Figueiredo para trazer do Rio de Janeiro para Cuiabá uma empresa telefônica. Por isto, diz que não esperava por esta conduta de Figueiredo.

---

451. Telegrama do governador de Mato Grosso, Arnaldo Estevão de Figueiredo, ao presidente da República Eurico Gaspar Dutra. In: Processo n° 1.468/49, p. 47 *apud* Requerimento do diretor-superintendente da Rádio Educadora de Mato Grosso, Afrânio Estevão Corrêa, ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 12 mai 1951, p. 3. *Grifos do requerente.*

> Ah! Aquilo já foi bandidagem! Medo da concorrência, visão curta, a pequenez. Porque o governador Arnaldo Estevão de Figueiredo quando soube da história o que ele tinha de fazer: me chamar [e dizer:] "Como é? Esta estação vai ser boa? Vai ser bonita? Vai ser ótima? Vai melhorar? Então vamos fazer. Você conte comigo, quero que você fique comigo". Quer dizer. "Pois não, governador. Estamos aqui para colaborar, estamos para ajudar. Nós viemos para ajudar a remar e não para destruir".[452]

Eurico Gaspar Dutra e Arnaldo Estevão de Figueiredo tinham sido eleitos pelo PSD, o partido criado no pós-1945 para abrigar ex-estado-novistas. Em Mato Grosso a legenda foi fundada pelo ex-chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. Um dos instrumentos partidários do PSD no território mato-grossense era o jornal *O Social Democrata*. Pela carta do governador Arnaldo ao presidente Dutra se vê que a rádio A Voz do Oeste também era usada para defender os interesses pessedistas. *Jercy* [Jacob] *não caía. Jercy sempre foi muito próximo aos governos. Basta dizer que [o governador] Mário Corrêa [da Costa o trouxe para Cuiabá, na década de 1920]. (...). Quem tivesse aí Jercy era governo. [Na época da interventoria de] Julio Müller, Jercy era governo.*[453]

Já o ex-deputado constituinte da União Democrática Nacional (UDN), Sebastião de Oliveira, o conhecido Dr. Paraná, frisou que *Jercy não era político. Fazia rádio. Franqueava a rádio. Tanto é que todo mundo gostava dele.* Já em relação à Rádio A Voz do Oeste Ltda., Dr. Paraná contou que, durante a ditadura do Estado Novo, *se falasse qualquer coisa contra o Getúlio* [Vargas], *contra o Julio Müller no outro dia estava fechada.* [Por isso] *estava fazendo o jogo deles.*[454] O ex-parlamentar disse que, com a abertura política no pós-1945, a Voz do Oeste era criticada na Assembléia Legislativa de Mato Grosso pelos deputados estaduais udenistas, que eram oposição ao PSD de Gaspar Dutra e Arnaldo Figueiredo.

Sebastião Oliveira foi o fundador de *O Combate*, o jornal da UDN mato-grossense. Um dos redatores do periódico era o radioamador e rádio-técnico Deodato Gomes Monteiro. O filho deste, João Alberto Novis Gomes Monteiro, faz questão de dizer que Deodato não era dirigente udenista, por ser servidor público. Para João Alberto, as colaborações de Deodato para *O Combate* e as ligações do pai com a UDN é que o transformaram, na ótica dos políticos do PSD, o *elemento estranho* da sociedade da Rádio Educadora de Mato Grosso. Deodato também era marido da sócia Aracy Novis Gomes

452. Depoimento de Afrânio Estevão Corrêa em 22 mar 2004.

453. Depoimento de João Alberto Novis Gomes Monteiro em 23 fev 2004.

454. Depoimento de Sebastião de Oliveira em 22 mar 2003.

Monteiro - *prima-irmã* de Fernando Corrêa da Costa. João Alberto considera que os dois sócios cariocas da Educadora não eram os elementos estranhos. Nem Afrânio Corrêa.

> Afrânio era de situação. (...). A safadeza toda foi contra o Deodato, não foi contra o Afrânio. Afrânio está denunciando agora, mas (...) ganhou concessão pro resto do Estado (...). O pai dele [médico Caio Corrêa] foi, era diretor da Caixa Econômica Estadual, ele era de governo. Ele está tendo responsabilidade histórica de denunciar um fato ocorrido em Cuiabá. (...). Depois surgiram com a história de que eram (...) elementos estranhos, ele também se sentiu ofendido. (...). Ele ficou revoltado não só pelo fato dele ter sido, a irmã dele, tudo ter sido colocado como elemento estranho à sociedade, como também ele ficou revoltado com o que fizeram com o Deodato e com maldade. Foi uma autêntica cachorrada!
>
> Cachorrada de elementos de reputação ilibada, (...). Para mim, sinceramente, depois desses documentos foi uma decepção com muita gente envolvida aí. Eu fiquei decepcionado de saber que o que está se vendo agora nesta estourada toda, essa podridão política já existia desde aquele tempo, a podridão política, decepção histórica.[455]

A pressão política contra o Governo Dutra, especificamente sobre o ministro Clóvis Pestana, pela não concessão da Rádio Educadora de Mato Grosso não se restringiu aos telegramas do governador Arnaldo Estevão de Figueiredo. Em novembro de 1948, o engenheiro cuiabano Leônidas Mendes enviou um telegrama ao presidente da República reforçando os prejuízos que os sócios da Educadora, *ELEMENTOS ESTRANHOS [ao] NOSSO MEIO SOCIAL*, poderiam oferecer à Rádio A Voz do Oeste *ESTAÇÃO DE PROPRIEDADE NOSSOS AMIGOS CORRELIGIONÁRIOS QUE MUITO TRABALHARAM BRILHANTE VITORIA CANDIDATURA VOSSENCIA E QUE CONTINUAM AINDA COMO ESTEIO NOSSO PARTIDO.*[456] Esta comunicação mostra o uso político que se fez da Voz do Oeste durante a campanha presidencial de 1945 em Cuiabá em favor do General Eurico Gaspar Dutra, como também da sustentação que a emissora dava ao PSD.

Há de se considerar ainda que o engenheiro Leônidas Mendes foi uma das lideranças mais atuantes da Loja Maçônica Acácia Cuiabana, desde as primeiras décadas do século XX. Para Afrânio Estevão Corrêa, a solidariedade por Jercy Jacob, Juvenílio de Freitas e Danglars Canavarros pode ter motivado Leônidas a solicitar ao presidente Dutra que não permitisse a instalação da Rádio Educadora em Cuiabá.

---

455. Depoimento de João Alberto Novis Gomes Monteiro 23 fev 2004.

456. Telegrama do engenheiro Leônidas Mendes ao presidente da República Eurico Gaspar Dutra. *In:* Processo n° 1.468/49, p. 52 *apud* Requerimento do diretor-superintendente da Rádio Educadora de Mato Grosso, Afrânio Estevão Corrêa, ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 12 mai 1951, pp. 4. Acervo Afrânio Corrêa.

> Posteriormente houve um motivador estranho. (...). Todos os membros da rádio Voz do Oeste eram da Maçonaria, eram maçons. Então eu acredito que, como na época a Maçonaria era uma entidade misteriosa, de socorro mútuo, é muito provável que já naquela época tivesse prestado serviços ao irmão que estava, assim, ameaçado de perder a sua hegemonia em Cuiabá. Sendo que, um detalhe. Quando a Voz do Oeste (...) foi legalizada (...) no decreto ou na portaria do Ministro que autorizou a Voz do Oeste a funcionar está lá: autorizo o funcionamento sem exclusividade. O Governo Federal, naquela época, com Getúlio Vargas, com Filinto Müller... autorizou a Voz do Oeste, sem exclusividade, prevendo que a política pudesse trazer desenvolvimento e pretender que Cuiabá tivesse uma única estação de rádio. Não podia. Uma capital não podia ter só uma. Deveria ter duas, três, dez. Tinha de ser feita a limitação de mercado.[457]

Mas não foi o que aconteceu. O ministro da Viação e Obras Públicas, Clóvis Pestana, não suportou as pressões políticas e os insistentes apelos, quer escritos quer verbais. Alegando diversas razões de ordem demográficas e econômicas, não citadas no deferimento de 1947, reconsiderou o despacho anterior favorável a concessão, arquivando o processo da Rádio Educadora. Pestana também mandou arquivar, em 1° abril de 1949, uma solicitação da Rádio A Voz do Oeste Ltda. que queria *indeferida a pretensão de uma outra emissora sociedade para estabelecer, ali, uma estação radiodifusora.*[458] No processo arquivado da Educadora Afrânio encontrou um requerimento do diretor de A Voz do Oeste pedindo *HONRADOR AMPARO do sr. ministro da Viação para a sua organização comercial.*[459] Já o afilhado e sobrinho-neto de Jercy Jacob, Rafael Rueda Filho, diz que o tio-padrinho era muito reservado e nunca comentou algo sobre os processos de concessão de radiodifusão. Situações de Cuiabá que podem contribuir na reflexão sobre a história da radiodifusão brasileira.

> As concessões são, então, ditadas por apadrinhamentos políticos ou por simples desdobramentos do poder econômico e a radiodifusão, na sua condição de novo setor para a aplicação de capitais, muda de mãos apenas teoricamente: são concessões públicas a privados, por privados que manobram a coisa pública. As concessões, na maioria das vezes, não extravasam o âmbito restrito dos grupos dominantes, mas circulam internamente, dando a palavra a quem já tem e prosseguindo o bloqueio de quem dela precisa. Além disso, a exploração do novo meio exige capital elevado, que está em mãos de poucos, e que serve para mascarar essa circulação interna na concessão dos meios dentre os grupos que gravitam em torno do poder.[460]

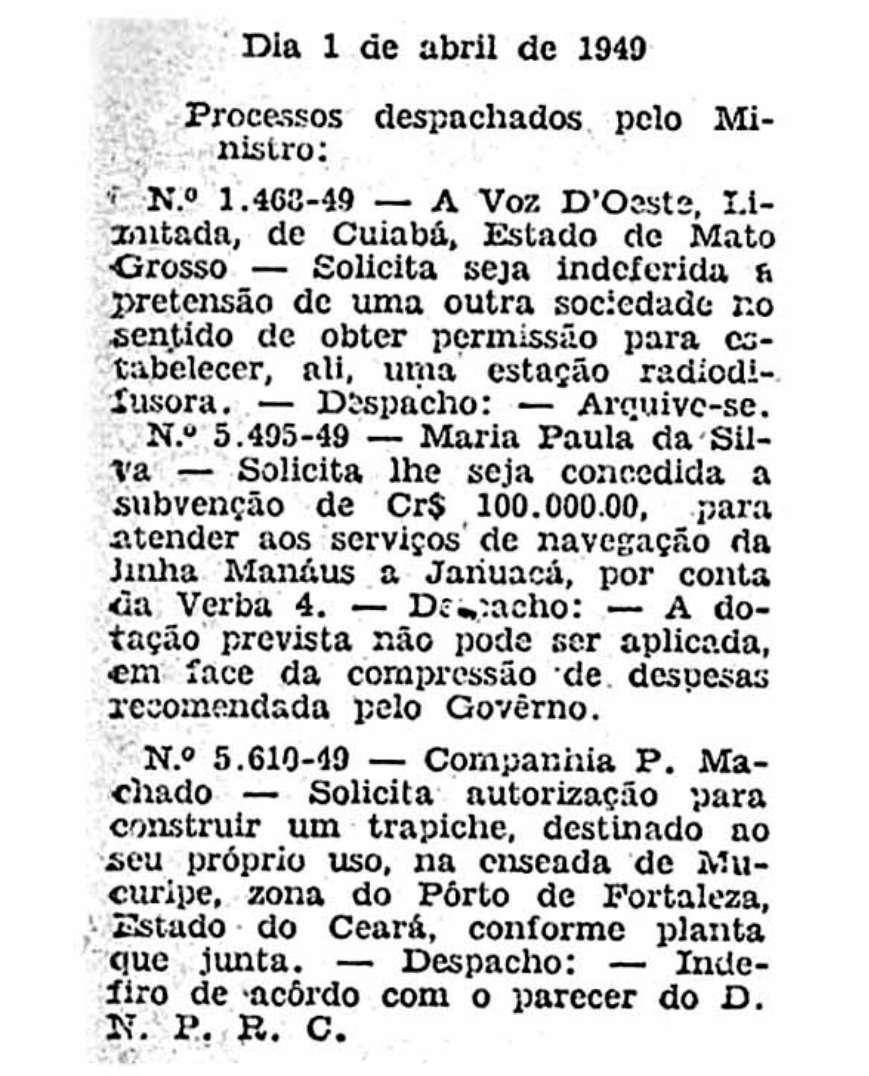
---

457. Depoimento de Afrânio Estevão Corrêa em 22 mar 2004.

458. Diário Oficial da União, 06 abr 1949, p. 5134.

459. Requerimento da direção da sociedade Rádio A Voz do Oeste Ltda. ao ministro da Viação e Obras Públicas, Clóvis Pestana. In: Processo n° 1.468/49, p. 60 *apud* Requerimento do diretor-superintendente da Rádio Educadora de Mato Grosso, Afrânio Estevão Corrêa, ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 12 mai 1951, pp. 6. Acervo Afrânio Correa.

460. ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *Op. cit.* p. 79.



Dia 1 de abril de 1949

Processos despachados pelo Ministro:

N.º 1.463-49 — A Voz D'Oeste, Limitada, de Cuiabá, Estado de Mato Grosso — Solicita seja indeferida a pretensão de uma outra sociedade no sentido de obter permissão para estabelecer, ali, uma estação radiodifusora. — Despacho: — Arquive-se.

N.º 5.495-49 — Maria Paula da Silva — Solicita lhe seja concedida a subvenção de Cr$ 100.000.00, para atender aos serviços de navegação da linha Manáus a Januacá, por conta da Verba 4. — Despacho: — A dotação prevista não pode ser aplicada, em face da compressão de despesas recomendada pelo Govêrno.

N.º 5.610-49 — Companhia P. Machado — Solicita autorização para construir um trapiche, destinado ao seu próprio uso, na enseada de Mucuripe, zona do Pôrto de Fortaleza, Estado do Ceará, conforme planta que junta. — Despacho: — Indefiro de acôrdo com o parecer do D. N. P. R. C.

Diário Oficial da União, 06 abr 1949, p. 5134.

Em 1952, Jercy Jacob, Juvenílio de Freitas e Danglars Canavarros venderam o direito de exploração do canal 1.160 Khz para *Roberto Jacques Brunini, da Sociedade Melhoramentos.* Mas a transferência legal dos pioneiros donos da Voz do Oeste para Brunini ocorreu somente em 1965.[461] Ainda em 1952 o estúdio e as aparelhagens da emissora foram transferidos da rua Barão de Melgaço para a rua 13 de junho, para a antiga casa do médico Antônio Epaminondas. A torre de transmissão da emissora, por sua vez, passou da rua do Livramento, próxima a casa de Zulmira Canavarros, para a Caixa d'água da cidade, localizada na esquina da rua Comandante Costa com a travessa Lulu Cuiabano. Roberto

> Brunini, além de proprietário da emissora e da Boate Tropicial, tinha outros empreendimentos imobiliários como a Casa Bancária Maximo Levi, Imobiliária Irmãos Brunini e Gleba Ubiratã. Também era proprietário de aviões e caminhões. Os

461. Portaria n° 240, de 09 de julho de 1965, do Conselho Nacional de Telecomunicações.

> negócios não andavam muito bem e passaram a refletir dentro da emissora, forçando o arrendamento da rádio para o partido político U.D.N (União Democrática Nacional).[462]

Então, como uma ironia do destino, a emissora de rádio que, na década de 1940, havia sido usada nas campanhas eleitorais do PSD e era criticada por udenistas por dar sustentação à administrações do governador Arnaldo Estevão de Figueiredo e do presidente da República Eurico Gaspar Dutra, passou, nos anos de 1950, a ter uma programação udenista. Paralelamente, em 25 de março de 1955, Jercy Jacob constituiu uma outra sociedade de radiodifusão - a *Rádio Cultura de Cuiabá Ltda.* - e conquistou junto ao Governo Federal o direito de estabelecer uma outra estação na capital de Mato Grosso. Inicialmente os sócios de João Jercy Jacob eram Altair Cavalcanti de Matos, Antonio Monteiro da Silva, Henrique Gomes da Silva, Hélio Ponce de Arruda, Miguel Carmo de Oliveira Melo, Álvaro Duarte Monteiro e Manoel Soares de Campos. Em 1960, oito anos antes de Jercy falecer, a Rádio Cultura teve o capital social elevado de Cr$ 400 mil para Cr$ 3 milhões com a entrada de mais dez sócios. Entre os quais, o senador da República Filinto Müller, fundador do PSD. Mas esta é uma outra história.

462. LOPES, Vera Lúcia Leite. *Rádio A Voz D'Oeste: construção e cidadania.* São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2000, p. 60, (dissertação de mestrado).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A radiodifusão brasileira começou em 1922 de maneira oficial durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, no Rio de Janeiro. Já em Cuiabá as transmissões radiofônicas foram iniciadas na década de 1930 sem a dependência do poder concedente. Tanto a iniciativa de Deodato Gomes Monteiro, com a efêmera *Rádio Difusora* ou *Rádio Sociedade de Cuiabá* em 1934, quanto a de João Jercy Jacob, com a perseverante *Rádio A Voz do Oeste*, não contaram com uma política pública governamental para deflagrarem seus processos comunicacionais. Foram iniciativas próprias, experiências radiofônicas, que independeram de uma decisão do Governo Federal, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, hoje Ministério das Comunicações, para começarem a irradiar. Considerando os empecilhos que havia na região para o transporte de mercadorias até Cuiabá - em sua grande parte através do meio fluvial, vê-se que só mesmo pessoas capacitadas, interessadas e determinadas em fazer radiodifusão conseguiriam tal êxito.

A partir do domínio da técnica de transmissão, estes radioamadores se apossaram de freqüências do espectro radiofônico e mudaram a relação de radiocomunicação até então existente em Cuiabá. Os ouvintes - inicialmente uma elite cultural, autoridades, comerciantes e religiosos - que só captavam a programação de emissoras de fora de Mato Grosso também passaram a falar. Foi uma mudança de paradigma, uma inversão no sentido da *radiodifusão unidirecional* predominante em relação a Mato Grosso, que existia somente a partir da capital federal, Rio de Janeiro, e, no máximo, a partir da capital paulista, para as demais regiões do país. Assim como o princípio de funcionamento de uma estação de radioamadorismo, Cuiabá continuou ouvindo mensagens, músicas e notícias. Mas também passou a falar pelas músicas, pelos discursos, pelas *Notas Históricas*, pelas *Felicitações* de mensagens.

Um ambiente radiofônico que foi possível na capital de Mato Grosso a partir da iniciativa técnica dos radioamadores Deodato, na primeira metade da década de 1930, e Jercy, no final dos anos de 1930. Mas que também contou com o talento de artistas regionais. Numa época em que nem havia gravadores para a produção de trilhas sonoras e vinhetas os recursos disponíveis eram os discos de vinil, pianos, instrumentos de cordas, as vozes dos cantores e a criatividade dos artistas. Sob a regência da musicista Zulmira d'Andrade

Canavarros e das bandas do 16° Batalhão de Caçadores do Exército, moças e rapazes cantaram, tocaram instrumentos e declamaram poesias. Assim, a rádio A Voz do Oeste passou a ter uma programação lítero-musical, se tornando uma referência da identidade cultural cuiabana. Situação que não foi suficiente para garantir a legalização da emissora, nem defendê-la de denúncias.

Entre as irregularidades existentes em A Voz do Oeste, estavam: o uso a adaptação de aparelhos de radioamador para radiodifusão comercial, a transmissão da programação em ondas curtas de longo alcance numa região de fronteira e a clandestinidade da emissora que não havia conseguido concessão do Governo Federal. Algo inconcebível num período ditatorial como o Estado Novo, em cujas diretrizes imperavam as determinações de um estado regulador, de controle social. Ainda mais se considerarmos que essas irregularidades estavam sendo cometidas não só pela A Voz do Oeste, como também por outras rádios mato-grossenses: a *Clube de Campo Grande* e a *Difusora de Corumbá.* A *Clube* foi tirada do ar pelo Estado Novo. A *Difusora* teve de refazer o processo do pedido de legalização.

Irregularidades ocorridas em Mato Grosso, Estado governado pelo interventor federal Julio Strübing Müller, irmão do chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. Filinto que tinha no Brasil uma rede de colaboradores que fiscalizavam, inclusive, a radiodifusão. Situação que reforça as reflexões de Roberto Romano e Maria Helena Rolim Capelato. Por mais violento, repressor e ditatorial que fosse, o regime estado-novista não conseguiu abarcar todas as manifestações da sociedade brasileira. Ou seja: por mais autoritário e ditatorial que fosse, não conseguiu ser totalitário.

Nesta atmosfera estado-novista o interventor de Mato Grosso decidiu regularizar a situação da emissora cuiabana A Voz do Oeste. Julio Müller apoiou a iniciativa de Jercy, Juvenílio, Zulmira e Danglars. Em abril de 1942, a concessão para a radiodifusão em Cuiabá foi conseguida via governo mato-grossense. Um ano depois ocorreu o batismo oficial da rádio com o nome A Voz do Oeste e a redução da potência irradiadora de 1.000 watts para 250 watts. A solicitação foi feita pelo próprio interventor. Alegou dificuldades, durante o período da Segunda Guerra, para adquirir o material necessário que funcionasse a rádio conforme as normas técnicas da legislação de radiodifusão. Em 1944 ocorreu a inauguração oficial da emissora, quando ela deixou de transmitir em ondas curtas e passou a usar o canal definitivo em ondas médias. Especificidades dentro da pretensa unicidade estado-novista.

O ditador Getúlio Dornelles Vargas tinha encampado a Rádio Nacional do Rio de Janeiro em 1940 e usou a programação popular e a potência de transmissão da emissora

como instrumentos de propaganda e tentativa de controle social. Já o interventor Julio Müller optou em legalizar e regular a experiência radiofônica de A Voz do Oeste de Cuiabá, sem, entretanto, dotar a emissora financeira e tecnicamente. Esta, aos ouvidos do poder estatal, começou clandestina e irregular, mas era livre no prisma de quem visava se comunicar na capital de um Estado, cuja localização geográfica com dificuldades de acesso era pretexto para um considerado isolamento. Contudo, apesar de se tornar estatal, a emissora continuou funcionando na residência de Jercy Jacob, sendo mantida por um grupo de artistas cuiabanos, anunciantes e ouvintes. Foi uma oficialização apenas em nível de documentação, porque de fato a emissora continuava sob o poder dos radialistas fundadores.

Como tinha sido oficializada em nome do Governo do Estado de Mato Grosso, a manutenção do gerenciamento da rádio A Voz do Oeste para as mãos os radialistas pioneiros fundadores acabou gerando uma irregularidade. A mesma infração que foi considerada em 1948, quando o Governo Federal, já na gestão Eurico Gaspar Dutra, determinou como caduca a concessão para o governo mato-grossense. Caducidade, diga-se de passagem, feita a pedido do Governo de Mato Grosso, que tinha a intenção de transferir a concessão para os primeiros e sempre donos da rádio A Voz do Oeste. Quer dizer: ao abrir mão da concessão da Voz do Oeste o governador mato-grossense, Arnaldo Estevão de Figueiredo, por um lado tentou e conseguiu legalizar uma situação que se arrastava desde 1942, que era a concessão no nome do governo estadual e a rádio na casa do Jercy. O elemento surpresa foi o pleito dos sócios da Rádio Educadora de Mato Grosso, liderados por Afrânio Estevão Corrêa, por uma outra estação de rádio em Cuiabá, com a possibilidade de criar paralelo a esta um canal de televisão.

A ação do grupo político do PSD, ligado à *Rádio A Voz do Oeste* que obteve o cancelamento da concessão da *Rádio Educadora de Mato Grosso*, sociedade com ligações políticas udenistas, é apenas uma das facetas da política de radiodifusão no Brasil. Ou da falta desta com efeitos democráticos e socialmente justos. No país onde a concessão de canais de rádio e televisão já serviu de moeda de barganha para deputados federais e senadores aprovarem o mandato de cinco anos do presidente da República José Sarney (1985-1989) e onde grupos políticos, econômicos e familiares monopolizam a concessão dos meios massivos de comunicação convém a sociedade civil organizada debater os limites de atuação do poder regulador do Governo Federal, como as práticas usadas pelas empresas concessionárias. Do contrário, é mais que natural que outras “educadoras” sejam caladas por interesses políticos e financeiros. Como também, mais “vozes” do oeste, do leste, do norte e do sul se pronunciem

no espectro radiofônico, sem autorização governamental. Até para usufruírem da característica libertária intrínseca no fluxo das ondas de rádio eletromagnéticas.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Aníbal. *Cuyabá - histórias, crônicas e lendas.* São Paulo: Yangraf, 2003.

ALMANAQUE ABRIL: quem é quem na história do Brasil. São Paulo: Brasil Multimída, 2000.

ALVES, Júlia Falivene. *A invasão cultural norte-americana.* São Paulo: Moderna, 1988. (Coleção Polêmica).

ALVES, Louremberg. *O rádio no tempo da radionovela.* Cuiabá: EdUFMT, 1999. *Anuário Estatístico Brasil 1999.* Rio de Janeiro: IBGE, 2000 (volume 59).

BATISTA, Valmir Corrêa. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso.* São Paulo: USP, tese de doutoramento.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CALABRE, Lia. *A era do rádio.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CALABRE, Lia. *Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque.* In: Revista de Estudos Históricos - Mídia. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2003, n° 31.

CANAVARROS, Otávio e SILVA, Graciela Rodrigues. *A imprensa mato-grossense antes da era do rádio. In: Territórios e Fronteiras - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso.* Cuiabá: UFMT, jan-jun/2003 (vol. 3 n° 1).

CANCELLI, Elizabeth. "Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente". *In:* PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999, p. 310.

_____. "Marcha para o Oeste, discurso e legitimação em Universidade". *In: Revista da Universidade Federal de Mato Grosso*. Cuiabá: Divisão de Gráfica da UFMT, 1983.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade.* Trad.: Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão, 3ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, (Ensaios Latino-americanos, 1).

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo.* Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Textos do tempo).

_____. "Estado Novo: novas histórias". *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva.* São Paulo: Contexto/Universidade São Francisco, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil.* São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002, apresentação contracapa.

_____. "O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional". *In:* PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.

CARONE, Edgard. *A terceira república (1937-1945).* São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1976.

_____. *O Estado Novo (1937-1945).* São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CAVALCANTE, Else Dias de Araújo e COSTA, Maurim Rodrigues. *Mato Grosso e sua historia.* Cuiabá: Edição dos autores, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História.* Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 2ª ed.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações.* Trad.: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro e Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1990. (Memória e Sociedade).

CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária.* Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

COMETTI, Pedro. *Dom Aquino Corrêa. Arcebispo de Cuiabá. Vida e obra.* Brasília: Ed. Corsíndio Monteiro da Silva, 1993, p. 320.

CORRÊA, Afrânio. *Os automóveis de Cuiabá - década de 20 e 30: história contadas com a leveza da crônica.* Rio de Janeiro: Litteris Editora, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. *A era Vargas.* São Paulo: Moderna, 1997 (Coleção polêmica).

DE LAMÔNICA FREIRE, Júlio. *Por uma poética popular da arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

DORILEO, Benedito Pedro. *Egéria Cuiabana.* Cuiabá: edição do autor, 1976. "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros". Vol. XXXV. Rio de Janeiro: IBGE, 1958 *apud*

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus Municípios.* Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura, 1997, pp. 250-2.

FARACO, Carlos Emílio e MOURA, Francisco Marto de. *Gramática: fonética e fonologia, morfologia, sintaxe, estilística.* São Paulo: Ática, 1997, 10ª edição, pp. 442-4.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus Municípios.* Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

GINZBURG, Carlo. "Raízes de um paradigma Indiciário". *In: Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.*

GOMES, Alcides Tadeu. *Telecomunicações: transmissão e recepção AM-FM: sistemas pulsados.* São Paulo: Érica, 1998, p. 351.

GOMES MONTEIRO, João Alberto Novis. *O "boateiro" e sua janela mágica.* Cuiabá: Academia Mato-grossense de Letras, 1992.

GURGUEIRA, Fernando. *A integração nacional pelas ondas: o rádio no Estado Novo.* São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, 1995, dissertação de mestrado.

HAUSSEIN, Doris Fagundes. *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, 2ª edição (Coleção Comunicação, 9).

ISTOÉ BRASIL 500 anos. São Paulo: Grupo Três, 1998.

JAMBEIRO, Othon (et al.). *Tempos de Vargas. O rádio e o controle da informação.* Salvador: EDUFBA, 2004.

JORGE, Stella Maris Floresani. *Filinto Müller: memória e mito (1933-1942).* São Paulo: FFLCH/USP, 1993, dissertação de mestrado.

JUCÁ, Pedro Rocha. *A Imprensa Oficial em Mato Grosso.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1986.

_____. *Júlio Müller, um grande estadista.* Cuiabá: Memórias Cuiabanas, 1998.

_____. *Exemplo e palavra de jornalista. Em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima.* Cuiabá: Editora Memórias Cuiabanas, 1995.

KRISCHKE, Paulo José. *A igreja e as crises políticas no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1979.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política.* Campinas, SP: Papirus, 1986.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. "Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política". *In:* PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999, pp.115-33.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: O Brasil e a era Vargas.* Trad. Anna Olba Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOPES, Vera Lúcia Leite. *Rádio A Voz D'Oeste: construção e cidadania.* São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2000. (dissertação de mestrado).

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *História da literatura de Mato Grosso: século XX*. Cuiabá: Unicen Publicações, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.* Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MATTELARD, Armand. *A globalização da comunicação.* Tradução Laureano Pelegri. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MENDONÇA, Rubens de. *História do jornalismo em Mato Grosso.* São Paulo: Departamento de Cultura, Separata da Revista do Arquivo nº CXLII, 1951.

MENDONÇA, Estevão. *Datas Mato-grossenses.* 2° volume. Niterói. Escola Tipográfica Salesiana, 1919.

_____. *Datas Mato-grossenses.* Cuiabá, Ed. Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso, 1973, Revisão e atualização do ano de 1919 a 1973, 2ª ed.

_____. *Retalhos da Vida.* Cuiabá: Tip. Escola Industrial, 1950.

MENDONÇA, Rubens. *Notas Históricas.* Cuiabá: ed. Rubens de Mendonça, 1976, prefácio.

MONTEIRO, Ubaldo. "O Porto das lanchas e a rua Grande na década de trinta". *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.* Tomo CXVIII, Ano LIV. Cuiabá: 1982.

_____. *Várzea Grande. Passado e presente confrontos (1867-1987).* Cuiabá: Policromos Editora Gráfica Ltda, 1989.

MÜLLER, Lúcia. *As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República.* Niterói: Intertexto, 1999.

MÜLLER, Maria de Arruda. *Cuiabá ao longo de 100 anos.* Cuiabá: ed. autora, sd.

NADAF, Yasmin Jamil. Rodapé de miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro, 7Letras, 2002.

_____. *Sob o signo de uma flor. Estudo da revista A Violeta, publicação do Grêmio Literário Júlia Lopes (1916-1950).* Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso).* São Paulo: Vértice, 1988.

_____. Relatos políticos (entrevistas: memória divisionista - MT). Rio de Janeiro: Mariela, 2001.

NUNES, Márcia Vidal. *Rádio e política: do microfone ao palanque: os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996).* São Paulo: Annablume, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi et. al. *Estado Novo - Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

OLIVEN, Ruben George. *Mitologias da nação. In:* FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.* São Paulo: Summus, 1985.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 1999.

PINTO, Sérgio Murilo. "A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo". *In:* PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.

PÓVOAS, Lenine de Campos. "Telecomunicações". *In: Cuiabá de outrora - testemunha ocular de uma época.* Cuiabá, MT, edição do autor, 1983.

_____. *História Geral de Mato Grosso: da proclamação da República aos dias atuais, volume 2.* Cuiabá: L. C. Povoas, 1996.

QTC. Revista Técnica de Rádio. Órgão oficial da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (LABRE). Ano IV, n° 23. Rio de Janeiro: Departamento de Publicidade da LABRE, dezembro de 1938. Arquivo Histórico do Radioamador Brasileiro. Natal/RN.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas. A Experiência da Microanálise.* Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

RIBEIRO, Onofre *et al. História da energia elétrica de Mato Grosso.* Cuiabá: Assessoria de Imprensa das Centrais Elétricas Mato-grossenses, out/1983.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, 2º volume, 4ª edição.

RODRIGUES, Firmo. *Figuras e coisas de nossa terra.* São Paulo: Gráfica Mercúrio, agosto/1960.

RODRIGUES, Roberto Martins. *Radioamadorismo: o mundo em seu lar: curso prático e completo.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1979.

ROMAIS, Célio. *O que é rádio em ondas curtas.* São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos).

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil. - 1930-1954.* Tradução: Ana de Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SÁ, Cássio Veiga de. *Memórias de um cuiabano honorário (1939-1945).* São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1980.

SAROLDI, Luiz Carlos & MOREIRA, Sônia Virgínia. *Rádio Nacional: o Brasil em sintonia.* Rio de Janeiro: Martins Fontes/Funarte, 1988, 2ª edição.

SANTAELLA, Lucia. *O homem e as máquinas. In:* DOMINGUES, Diana (org.) *A arte no século XXI: a humanização das tecnologias.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997 (Primas).

SEVCENKO, Nicolau. "A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do rio". *In: História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Joana Alves Cardoso da. *Os primórdios do rádio em Cuiabá.* Cuiabá: Departamento de História/UFMT, dez/1994, (monografia).

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 5ª edição.

SOUZA, Sérgio Euclides Braga Leal de. *Concessões de radiodifusão no Brasil: a lei como instrumento de poder (1932-1975).* Brasília: UnB/Faculdade de Comunicação, 1990, dissertação de mestrado.

TAVARES, Reynaldo C. *Histórias que o rádio não contou.* Cuiabá, Harbra, 1999, 2ª edição.

TESSER, Tereza Cristina. *De passagem pelos estúdios - a presença feminina no inicio do rádio no Rio de Janeiro e São Paulo.* São Paulo: dissertação de mestrado ECA/USP, 1994.

TINHORÃO, José Ramos. *Música popular - do gramofone ao rádio e TV.* São Paulo: Ática, 1981.

TOCANTINS, Aecim e TOCANTINS, Célia Lombadi Corrêa. *Philogônio de Paulo Corrêa: educador, historiador, homem de letras e parlamentar.* Cuiabá: Gil Gráfica Ltda, 1999.

VARGAS, Getúlio. *Diário.* Vol. II. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.* São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1979, 2ª edição. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

FONTES:

DEPOIMENTOS

Adélia Maria Badre Mendonça de Deus
Aecim Tocantins
Afrânio Estevão Corrêa
Benedita Isabel Pinto *(in memorian)*
Durval Gomes Monteiro
Édio Lotufo
Eugênio de Carvalho
Firmo Duarte Pinto
Iara Novis Neves Lotufo
Jamil Botrus Nadaf
João Antonio Neto
João Alberto Novis Gomes Monteiro
José Alves Pacheco
Luiz Eduardo Epaminondas
Luiz Lotufo
Maria Luíza Canavarros Nasser
Maria Ponce de Arruda Müller *(in memorian)*
Mário Curvo Epaminondas
Nelson de Souza Pinheiro
Neuza Ribeiro Monteiro da Silva
Névio Lotufo
Nivaldo Gomes Bezerra

Odite Freitas de Souza
Olga Helena Jacob
Rafael José Pinto
Rafael Rueda Filho
Rizzo Lopes Galvão
Sebastião de Oliveira *(in memorian)*
Sebastião Prado de Abreu
Ubaldo Monteiro da Silva *(in memorian)*

Acervo de áudio do Núcleo de Documentação Histórica e Informação Regional (NDHIR) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Entrevistas concedidas à jornalista Martha Arruda Dias de Paiva.
Archimedes Pereira Lima. Gravação em 10/10/80. Fita n° 65.
Deodato Gomes Monteiro. Gravação em 03/08/1982. Fita n° 81.
Juvenílio Francisco de Freitas. Gravação em 09/09/1980. Fita n° 55.

DOCUMENTOS

Actos do Poder Executivo e Atos do Governo Provisório. Acervo da Seção de Legislação Brasileira da Câmara Federal. Brasília (DF).

Diário Oficial da União. Acervo do Arquivo do Ministério da Fazenda em Cuiabá.

LEX. Coleção de Leis. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda em Cuiabá.

Gazeta Oficial/Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso

Atos do Poder Executivo na interventoria de Julio Strubing Müller publicados no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Coleção digitalizada pelo Arquivo Público de Mato Grosso. Secretaria de Administração do Governo de Mato Grosso, sem data.

Documentos oficiais da interventoria federal de Julio Müller. Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso.

Arquivo Filinto Müller. Acervo Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Jornal O Estado de Mato Grosso. Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso e NDHIR/UFMT.

Revista A Violeta - Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, NDHIR/UFMT e arquivo pessoal de Yasmin Jamil Nadaf.

Caderneta e livro-caixa do radioamador e rádio-técnico Deodato Gomes Monteiro.

Portal na internet do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

ANEXOS

ANEXO 1

tigo 10 — A Companhia empregará os fundos, que não tenham aplicação obrigatória em virtude de lei ou regulamentos, em subscrição ou compra de títulos de empréstimos federais, estaduais e municipais, bem como de ações de Companhias, e tambem, em aquisição de imoveis. Substituam-se os parágrafos do artigo 18 pelo seguinte: Parágrafo único — Entre o dia da primeira publicação do anúncio de convocação e o dia da realização da assembléia geral mediará o prazo de oito dias, no mínimo, para a primeira convocação, e de cinco dias para as convocações posteriores. Substitua-se o artigo 20 pelo seguinte: Artigo 20 — Nas reuniões da assembléia geral observar-se-á a ordem dos trabalhos constantes do edital de convocação, salvo deliberação dos acionistas quanto à inversão dessa ordem. Substitua-se o parágrafo único do artigo 21 pelo seguinte: Parágrafo único — As atas serão lançadas em livros próprios, devidamente legalizados, não podendo ser criados novos livros sem que os anteriores estejam findos. Substitua-se o artigo 29 pelo seguinte: Artigo 29 — O diretor, definitivo ou provisório, para entrar em exercício de suas funções, precisará caucionar cinquenta ações, por termo lavrado no livro próprio, em garantia de sua gestão. Suprima-se a alínea *h* do artigo 31, passando a alínea *i* a ter a letra *h*. Substitua-se o artigo 32 pelo seguinte: Artigo 32 — No caso de renúncia de qualquer diretor, inclusive pela forma estabelecida no artigo 30, e de ausência não justificada por mais de trinta dias, os diretores restantes chamarão um acionista para ocupar o cargo vago, servindo o substituto até a primeira reunião da assembléia geral que elegerá o substituto definitivo. Substitua-se o artigo 37 pelo seguinte: Artigo 37 — O diretor que tiver interesse oposto ao da Companhia em qualquer operação, não poderá tomar parte na deliberação a ela referente. Substituam-se o artigo 45 e seus páragrafos pelos seguinte: Artigo 45 — Será da competência do conselho fiscal exercer o exame e fiscalização dos atos da diretoria, de conformidade com a legislação vigente. Parágrafo único. Os membros efetivos do conselho fiscal ou suplentes em exercício desse cargo perceberão a remuneração que for fixada pela assembléia geral que os eleger. Substitua-se o artigo 50 pelo seguinte: Artigo 50. Para início do Fundo de Bonificação, a diretoria transferirá a importância do atual Fundo de Dividendos, que ficará extinto. Finda esta leitura, o senhor presidente põe em discussão as referidas alterações dos Estatutos e, não havendo quem pedisse a palavra, submete-as a votos, sendo aprovadas unanimemente. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente mandou suspender a sessão para ser lavrada a presente ata. Reaberta a sessão, a pedido do senhor presidente, foi a ata lida pelo senhor secretário e, em seguida, posta em discussão, foi aprovada por unanimidade. E eu, Octacilio de Castro Noval, secretário da mesa, a fiz escrever e assino com o presidente da assembléia e os senhores acionistas presentes. — Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1941. — Octacilio de Castro Noval, secretário — Octavio Ferreira Noval, presidente — Gilberto de Souza Costa — Saul Garcia Cal — Manoel Corrêa Dias Garcia — Joaquim Bernardino d'Oliveira, pela Sociedade União Comercial dos Varegistas de Secos e Molhados: Albino Izidoro da Silva, presidente — José Pedro de Abreu e Lima — Cesario Coelho Duarte — Arthur Possolo e Arthur Bivar. — Autenticamos a presente ata. — União Comercial dos Varegistas, Companhia de Seguros, Octavio Noval, presidente — Cia. de Seg. U. Cal. Varegistas, Octacilio de Castro (ilegivel), tesoureiro. — Confere com o original. 21-1-42. — *Hugo Leão*, oficial administrativo K. — Visto, em 21 de janeiro de 1942. — *A. Leimgruber*, Secretário Geral.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM 28 DE AGOSTO DE 1941 — 3.ª CONVOCAÇÃO

Nome — Nacionalidade — Residência — minativas	Comuns no- — ações	N. da — votos	N. de
Octavio Ferreira Noval, brasileira, Avenida Atlântica, 116	1.812	1.812	1.812
Octacilio de Castro Noval, brasileira, rua Antonio Basilio, 37	302	302	302
Gilberto de Souza Costa, brasileira, rua Toneleros, 154	10	10	10
Saul Garcia Cal, brasileira, rua Maia Lacerda n. 159, c. V, apt. 201	2	2	2
Manoel Corrêa Dias Garcia, brasileira, Avenida Atlântica, 628	263	263	263
Joaquim Bernardino d'Oliveira, brasileira, rua S. Francisco Xavier, 943	40	40	40
Pela Sociedade União Comercial dos Varegistas de Secos e Molhados — Albino Izidoro da Silva, presidente, rua Buenos Aires, 217	331	331	331
José Pedro de Abreu e Lima, brasileira, rua General Câmara, 66	5	5	5
Cesario Coelho Duarte, brasileira, rua Sambaíba, 66	15	15	15
Arthur Possolo, brasileira, rua da Alfândega n. 41, salas 701/3	30	30	30
Arthur Bivar, brasileira, rua Uruguai, 391...	5	5	5
	2.815	2.815	2.815

Autenticamos a presente relação, extraida do Livro de Presença dos Acionistas, fls. 4v. e 5 — União Comercial dos Varegistas, Companhia de Seguros, Octavio Noval, presidente — Cia. de Seg. U. Cal. Varegistas, Octacilio de Castro (ilegivel), tesoureiro. — Confere com o original. 21-1-42 — *Hugo Leão*, oficial administrativo K. — Visto, em 21 de janeiro de 1942 — *A. Leimgruber*, Secretário Geral.

(N. 7.201 — 27-4-42 — 694$6)

DECRETO N. 9.246 — DE 13 DE ABRIL DE 1942

Concede permissão ao Governo do Estado de Mato Grosso para estabelecer uma estação radiodifusora em Cuiabá, naquele Estado.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra *a*, da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica concedida ao Governo do Estado de Mato Grosso permissão para estabelecer em Guiabá, naquele Estado, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diário Oficial*, sob pena de ser desde logo considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Cláusulas a que se refere o decreto n. 9.246, desta data

I

Fica assegurado ao Governo do Estado de Mato Grosso o direito de estabelecer, na cidade de Guiabá, naquele Estado, uma estação radifusora destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intelectual e instrutiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigências instituidas neste ato de concessão.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) anos, a contar da data do registo do respectivo contrato pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual período, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente, de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Parágrafo único. O Governo não se responsabiliza por indenização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registo do contrato de que trata esta cláusula.

III

A concessionária é obrigada a:

a) constituir sua diretoria com dois terços (2/3), no mínimo de brasileiros natos, atribuindo a estes funções efetivas de administração;

b) admitir, exclusivamente, operadores e locutores brasileiros natos e bem assim empregar, efetivamente nos outros serviços técnicos e administrativos, dois terços, no mínimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão, sem prévia audiência do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, no todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocumunicações (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a matéria, e obedecer à primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgência, **fazer cessar o serviço em ato sucessivo à intimação**, sem que por isso, assista à sociedade direito a qualquer indenização;

e) submeter-se ao regime de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a matéria;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telégrafos todos os elementos que este venha a exigir para os efeitos de fiscalização, e, bem assim prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permitam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registo de todos os programas e irradiações lidas ao microfone, devidamente autenticados e com o visto do orgão fiscalizador;

h) obedecer às posturas municipais aplicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como transmitir e receber, nos dias e horas determinados, o programa nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de três (3) meses a contar da data do registo do contrato pelo Tribunal de Contas, à aprovação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) meses a contar da mesma data de que trata a alínea anterior, à aprovação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações técnicas das instalações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) anos, a contar da data da aprovação de que trata a alínea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se à ressalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela;

n) submeter-se à ressalva de que a frequência distribuida à sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita às regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicações (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assunto, incidindo sempre sobre essa frequência o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionais, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes ou aplicaveis ao serviço da concessão;

IV

A concessionária não poderá alterar, em qualquer tempo seus estatutos sem prévia aprovação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a eficiência necessária e de acordo com as prescrições técnicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionária só poderá ser localizada a uma distância mínima, de três (3) quilômetros do centro da cidade.

VI

No regime de fiscalização que for instituido fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar como melhor lhe aprouver, os livros, escrituração e tudo que se tornar necessário a essa fiscalização.

VII

Pela inobservância de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a imediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo orgão fiscalizador, impor à concessionária multas de 100$0 (cem mil réis) a 5:000$0 (cinco contos de réis), conforme a gravidade da infração.

Parágrafo único. A importância de qualquer multa será recolhida à Tesouraria do Departamento dos Correios e Telégrafos, dentro do prazo improrrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita diretamente à concessionária ou da publicação do ato no *Diário Oficial*.

VIII

Em qualquer tempo, são aplicaveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade pública e requisições militares

IX

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indenização:

a) se, em todo o tempo, for verificada a inobservância às disposições contidas nas alíneas *a*, *b*, *c*, *d*, *e*, (*in fine*), *j*, *k* e *l* da cláusula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea *e* da cláusula III bem como a importância de qualquer multa imposta nos termos da cláusula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a matéria.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indenização;

a) se, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se verificar a incapacidade da concessionária para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionária incidir reiteradamente em infrações passiveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1942. — *João de Mendonça Lima.*

(N. 6.576—27-4-42—185$6)

DECRETO N. 9.296 — DE 27 DE ABRIL DE 1942

Aprova novas tabelas numéricas para o pessoal extranumerário mensalista do Serviço de Fundos da 1.ª Região Militar do Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra *a*, da Constituição, decreta:

Art. 1.º As tabelas numéricas do pessoal extranumerário mensalista do Serviço de Fundos da 1.ª Região Militar do Ministério da Guerra, aprovadas pelo decreto n. 8.513, de 31 de dezembro de 1941, ficam substituidas pelas que se encontram anexas a este decreto.

Art. 2.º A despesa, na importância de 175:200$0 (cento e setenta e cinco contos e duzentos mil réis), será atendida pela Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, sendo 167:400$0 (cento e sessenta e sete contos e quatrocentos mil réis), à conta da Subconsignação 05 — Mensalistas e 7:800$0 (sete contos e oitocentos mil réis) à conta da Subconsignação 08 — Novas admissões etc., do vigente orçamento daquele Ministério.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

MINISTÉRIO — GUERRA

Diretoria de Fundos do Exército

REPARTIÇÃO — SERVIÇO DE FUNDOS DA 1.ª REGIÃO MILITAR

TABELA NUMÉRICA

Número	Função	Ref. de salário	Salário mensal	Despesa anual
2	Auxiliar de Escritório.....	VII	400$0	9:600$0
2	Auxiliar de Escritório.....	IX	500$0	12:000$0
2	Auxiliar de Escritório.....	X	550$0	13:200$0
6				34:800$0

TABELA NUMÉRICA SUPLEMENTAR

Número	Função	Ref. de salário	Salário mensal	Despesa anual
1	Auxiliar	II	150$0	1:800$0
2	Auxiliar	III	200$0	4:800$0
8	Auxiliar	IV	250$0	24:000$0
7	Auxiliar	V	300$0	25:200$0
8	Auxiliar	VI	350$0	33:600$0
5	Auxiliar	VII	400$0	24:000$0
5	Auxiliar	VIII	450$0	27:000$0
36				140:400$0

DECRETO N. 9.297 — DE 27 DE ABRIL DE 1942

Aprova tabelas numéricas para o pessoal mensalista dos Estabelecimentos de Subsistência das 7.ª e 9.ª Regiões Militares

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra *a*, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas, para vigorar durante o corrente exercício, as anexas tabelas numéricas para o pessoal mensalista dos Estabelecimentos de Subsistência das 7.ª e 9.ª Regiões Militares do Ministério da Guerra, correndo a despesa, na importância de 201:000$0 (duzentos e um contos de réis), à conta de suas próprias rendas, de acordo com o artigo 1.º do decreto-lei n. 3.490, de 12 de agosto de 1941.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

MINISTÉRIO — GUERRA

Diretoria de Intendência do Exército

REPARTIÇÃO — ESTABELECIMENTO DE SUBSISTÊNCIA DA 7.ª REGIÃO MILITAR

TABELA NUMÉRICA

Número	Função	Ref. de salário	Salário mensal	Despesa anual
2	Amanuense Auxiliar	XII	650$0	15:600$0
1	Amanuense Auxiliar	XIV	800$0	9:600$0
1	Auxiliar de Escritório.....	VII	400$0	4:800$0
1	Auxiliar de Escritório.....	VIII	450$0	5:400$0
1	Auxiliar de Escritório.....	X	550$0	6:600$0
1	Praticante de Escritório.....	V	300$0	3:600$0
7				45:600$0

ANEXO 2

duzentos e trinta e seis cruzeiros e vinte centavos), que com esta baixam, rubricados pelo diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração deste Ministério, para a construção de uma passagem de nível, no km 1057,970 da linha Angra dos Reis-Goiandira, correndo à conta de capital, a que se refere a alínea *b*, item 3, da cláusula V, do contrato em vigor a importância que for apurada como efetivamente dispendida até aquele limite. — Proc. n. 5.28743. — Rio de Janeiro, 30 de março de 1943. — *João de Mendonça Lima.*

(N. 4.786 — 6-4-43 — Cr$ 35,70)

PORTARIA N. 345 DE 1 DE ABRIL DE 1043

O Ministro de Estado, atendendo ao que requereu a Rede Mineira de Viação e tendo em vista o parecer do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, em ofício n. 323-DG, de 2 do corrente,

Resolve aprovar o projeto e orçamento na importância de Cr$ 11.824,30 (onze mil, oitocentos e vinte e quatro cruzeiros e trinta centavos), que com esta baixam, rubricados pelo diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração deste Ministério, para a construção de uma caixa dágua de 25.000 litros, no patio da estação de Monte Carmelo, correndo à conta de capital, a que se refere a letra *b*, da cláusula VII do contrato em vigor, a importância que for apurada como efetivamente dispendida até aquele limite. — Processo n. 5.747-43. — Rio de Janeiro, 1 de abril de 1943. — *João de Mendonça Lima.*

(N. 4.787 — 6-4-43 — Cr$ 35,70)

PORTARIA N. 353, DE 6 DE ABRIL DE 1943

O ministro de Estado, atendendo ao que propôs o Departamento Nacional de Portos e Navegação, em ofício n. 927, de 10 de março do corrente ano,

Resolve aprovar o projeto e respectivo orçamento na importância de Cr$ 349.435,90 (trezentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco cruzeiros e noventa centavos), que com esta baixam, rubricados pelo diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração deste Ministério, para a regularização de mais um trecho do rio Iguassú, no Estado do Paraná.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1943. — *João de Mendonça Lima.*

Dia 6 de abril de 1943

Ao Sr. diretor geral do Departamento dos Correios e Telégrafos:

Ofício n. 1.643 — Comunico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, por despacho de 23 de março do corrente ano, atendendo ao que solicitou a Empresa "Jornal do Comércio S. A.", do Estado de Pernambuco, e tendo em vista o parecer da Comissão Técnica de Rádio, n. 55, de 24 do referido mês, concedeu à citada Empresa a dilação por doze meses do prazo de que trata a alínea *h*, § 1.º do artigo 16, do decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932. — *Alfredo de Souza Reis Junior*, diretor.

Serviço de Comunicações

ATOS DO SR. MINISTRO

Processos despachados em 2-4-43:

N. 8.634-43 — Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada, solicitando permissão para instalação de um transmissor de ondas curtas na sua estação radiotelegráfica nesta Capital. — Deferido em face dos pareceres do Ministério da Aeronáutica e da Comissão Técnica de Rádio.

N. 8.635-43 — O interventor federal no Estado de Mato Grosso, alegando a impossibilidade de aquisição, presentemente, do material necessário à montagem de uma estação radiodifusora, com a potência mínima de 1 kw, exigida na alínea *a* do art. 4.º do decreto número 24.655, de 11 de julho de 1934, solicita permissão para instalar, inicialmente, uma estação com o potência de 250 watts, até que a situação se normalize e permita a aquisição do transmissor com a potência mínima prevista na lei. Solicita ainda que a essa estação, a ser instalada em Cuiabá, seja dada a denominação de "A Voz do Oeste". — Deferido em face do parecer da C.T.T.

Convite:

N. 5.666-43 — Sociedade Educativa Itajubá Ltda. — Itajubá — Minas. — Compareça a 3.ª Secção de Orçamento desta Secretaria de Estado para tratar de assunto de seu interesse.

(*) Reproduz-se por ter sido publicado com incorreção no *Diário Oficial* de 5 de abril de 1943.

TRIBUNAL DE CONTAS

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO PRESIDENTE

Dia 26 de março de 1043

Requerimento de Dolores de Vasconcelos Guilhem, sobre levantamento de fiança. "Esclareça o que requer". (PG. 32.211 — G. 21.284).

ATA N. 11

Decisões do Sr. ministro Semanário, doutor *Antonio Cesário Faria de Alvim Filho* — Secretário, *Josué Gerson Monteiro*

Dia 15 de março de 1943

Ministério da Agricultura:

Ordens da pagamento: De Cr$ 560,00 a Otávio S. Melo e outros (n. 9.200), 1.134,00 a Carlos Frederico Hasselmann e outros (9.192), 309,00 a José L. Sarguis e outro (9.203), 124,00 a João N. de Andrade e outro (9.193), ... 11.518,00 a Luciano J. de Morais e outros (9.195), 1.400,00 a Mario de Oliveira e outros (9.201), 1.856,00 a Sandoval C. de Almeida e outro (9.196), 2.600,00 a José M. Filho e outros (9.202), 3.000,00 a Luciano P. da Silva e outros (9.194), 632,00 a Raimundo D. Silva e outros (9.199), e 740,00 a Jaime Bernardes Cotrim e outro (9.198).

Ministério da Educação e Saude:

Ordens de pagamento: De Cr$ 919,80 e ... 14.450,00 à Cia. Industrial M. Gerais ..... (5.640-1).

Ordens de adiantamento: De Cr$ 800,00 ao contínuo F. Joaquim da Fonseca (5.642).

Ministério da Fazenda:

Ordens de pagamento: De Cr$ 1.500,00 ao senhor ministro presidente do Tribunal de Contas, Ruben Machado da Rosa, de gratificação de representação (7.311), de despesas de exercício corrente; 94,30 a Nunes Martins & Companhia Ltd. (615), 285,00 a Euclides José Ribeiro (613), 726,20, 240,20, 663.70 ao Lloyd Brasileiro (644-5-6), 408,00 a Lauro da Cruz Silva (641), 1.248,00 a Luiz de Gonzaga Bueno Deschamps (649), 133,20 a Lidio F. de Carvalho (640), 600,00 a Valentim Nunes Ferreira (32.718), 32.849,70 a Rinder Ltda. (675), 936,60, 44,20, 612,90, 1.109,50 a The Leopoldina Railway Co. Ltd. (723 a 726), 63,20, 83,70, 15,40 a S. Paulo Railway Co. (709, 706, 708), 100,00 a Salviano S. de Paiva (696), 11,40, 18,00, 2.012,60, 143,60 a E. F. Sorocabana (705, 704, 703, 611), 510,00 ao Sindicato Condor Ltda. (700), 2.400,00 a Susana Kuss (701), 646,90, 157,30, 118,70 à Viação Férrea do Rio G. do Sul (731-3-4), 333,30 a Jose André de Souza (629), 37,50 a Severino de Carvalho (699), 733,30 a Policarpo Antonio da Rocha (672), 66,70 a Pedro Corrêa (671), 250,00 a Nestor de Macedo Campos (667), 200,00 a Manoel M. do Nascimento (664), 506,10 a S. A. du Gás do Rio de Janeiro (712), 30,60 a José Queiroz (628), 263,70 a Edgard P. de Cerqueira (612), e 4.070,00 a Ana Delmira da Fonseca (531), de dívidas de exercícios findos;

De Cr$ 8.100,00 a Selezia R. Ribeiro (35.860), 264,60 a Marieta Paes de Couto (35.855), ... 3.299,40 a Cemodoce S. Marçal e outra .... (12.027), 1.950,30 a Candida do Couto Almeida (12.029), 4.500,00 a Francisca M. Machado Melo e outras (35.847), 2.700,00 a Maria Emilia de Araujo Barcelos (35.960), 7.202,80 a Dagmar Barbosa Pereira e outros (12.070), 7.448,70 a Ana Loup (12.509); 1.800,00 a Nilse Lima Carneiro da Silva (12.505), 4.799,70 a Augusta M. Gaspar B. de Souza (35.732), e 900,00 a Noemia S. Gonçalves (35.856), de pensão de montepio.

Ordens de distribuição de crédito: De Cr$ 10,30, 960,00, 2.519,40 e 24.355,60 às Delegacias Fiscais em Sergipe, Piauí, São Paulo e Amazonas (595, 599, 7.274 e 7.275), para pagamento de diferença de vencimentos etc., a José Clovis do Nascimento e outros.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Ordens de pagamento: De Cr$ 370,00 a José Janini e outros (17.619), 2.083,30 ao Colégio N. S. da Misericórdia (17.616), 280,00 a Eucário Augusto de Figueiredo (17.618), 3.500,00 a Iedo Fiuza e outros (17.614) e 37.200,00 a Alcides Gentil e outros (17.634).

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Ordens de pagamento: De Cr$ 32.031,00 a Guido Felipe de Castro e outros (3.761).

Ordens de distribuição de crédito: De Cr$ 5.467,70 ao Tesouro Nacional, para pagamento de vencimento de disponibilidade a Satiro Gonzaga de Souza (5.746).

— Foi ordenado o registo das mencionadas ordens.

Diligências:

Ministério da Fazenda:

Ordens de pagamento de Cr$ 941,00 a Moreno Borlido & Cia. (656).

— O julgamento foi convertido em diligência de acordo com o parecer.

Dia 16

Ministério da Fazenda:

Ordens de pagamento: De Cr$ 200,00 a Manoel Ribeiro Pascoal (661), 700,00 a Joaquim D. da Mota Junior (627), 160,00 a Heraldo M. Aires (621), 3.712,50 a Adriano dos Santos Rocha Filho (603), 95,20 a International Machinery C.º (623), 44,70 a Ferreira Gomes, Ferragista, S. A. (616), 640,00 a F. S. Hampshire & C.º (614), 184,60 a S. Paulo Railway C.º (707), 809,70 a Maria do Carmo Pedroza Belo (658), 1.516,00 a Jairo Galvão da Costa (635), 2.475,00 a J. Gomes & Ferreira (632), 120,00 a Levy Maciel Levy (638), 1.800,00 a Manoel Florencio de Alencar (659), 264,00 a J. Gomes & Tavares (630), 120,00 a Geraldo Melo (617), 1.136,70 a Panambra (Soc. Imp. e Exp. Panamericana Brasileira) Ltda. (627), 3.498,00 a Luci de Carvalho (784), 396,70 a Otávio Ribeiro (669), 262,20 a José Raposo de Rezende (635), 57,90, 228,80, 167,90, 330,30, 698,80, 443,80 a S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (701-10-12-15-16-17), 100,00 a Aristides Gomes da Cunha (602), 1.180,90 a José Pinto de Carvalho Osorio (625), 118,10 a Indústrias Rodolfo, S. A. (652), 18,00 a Luiz T. M. Neto (651), 120,00 a João Eleuterio de Freitas (624), 704,00 a José Bernardes (636), 62,50 a Getulio M. Costa (619), 4.056,00 a Henrique da Costa Narciso (620), 60,00 a José Navarro (626), 127,90 a Idaleto Pimentel Loureiro (622), 146,40 a Liga de Proteção aos Cegos no Brasil (647), 180,00 a Leopoldo Corrêa (643), 54,10 a Gabriela Pinto Ribeiro (618), 602,60 a Luiz de Oliveira Lima (642), 14,10 a 16.10 a The São Paulo Tramway, Light and Powre C.º Ltd. (728-9), 2.640.00 a Américo Cabral (534), 288,30 a Lucas Evangelista de Oliveira (650), 51,50, 139,60, 1.830,70, 98,30, 837,60, 18,00, 142,40, 49,90, à Rede Viação Paraná Santa Catarina (677 a 685), 561,30 a Romulo G. do Prado (674), 91,60 a Romelia B. de Almeida (676), 2.200,00 a Moysés Zbarsky (654), 141,60 a Migueis & Cia. Ltda. (653), 10.710,00 a Soc. Wild Suisso Brasileira de Engenharia Ltda. (32.624), 933,60 a Bismarck dos Santos Pereira (607), 120,00 a R. Conceição & Cia. (668), 39,10 a Noé de Florambel P. Peixoto (665), 90,00 a M. Jagua-

ANEXO 3

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Diretoria Regional de Mato Grosso

Cuiabá, 17 de Outubro de 1944

Dados Tecnicos da "VOZ DO OESTE"

O transmissor de A VOZ DO OESTE, destina-se ao serviço de radiodifusão e está montado em cabine inteiramente metalica, fechada e com interlock na porta de acesso.

Todas as valvulas usadas obedecem rigorosamente as caracteristica C.C.S. dos fabricantes.

O oscilador é constituido de uma valvula 6L6 oscilando na frequencia de um cristal piezo-eletrico de 1.160 Kc/s, de corte AT de baixo coeficiente de temperatura-frequencia, montado em precisão, de maneira a assegurar uma estabelidade melhor que 20 c/s da frequencia atribuida.

O "buffer" é composto de 2-807, trabalhando com 500 volts em placa a 120 m.a, energia suficiente para excitar o estagio final. Este consta de duas valvulas 805, em montagem simetrica em classe C. sob a tensão de 1.250 volts com 300 ma, que, a um ren-5 miliamperimetros, sendo os dos estagios sujeitos a altas tensões situados no retorno dos circuitos. A tensão do amplificador é medida permantemente por um voltimetro Weston 0-2500 volts. A corrente na base da antena é indicada por um amperimetro termico 0-5.

O circuito de antena obedece a um sistema irradiante de 1/4 de onda, e a eliminação de harmonicos se faz pelo alto Q no circuito do amplificador e tanque de antena.

Cuiabá, 18 de Outubro de 1944

Juvenilio Francisco de Freitas

Telegrafista da Classe "H",

ANEXO 4

2ª via

DECLARAÇÃO PARA REGISTRO DE RAZÃO SOCIAL

RADIO EDUCADORA DE MATO GROSSO LTDA. em observancia ao que dispõe o art. 11 do Decreto Federal 916, de 24 de Outubro de 1890, declara:

a) Que a firma é RADIO EDUCADORA DE MATO GROSSO LTDA.

b) que os socios quotistas são: Afranio Estevão Cprrêa, d.Aracy Novis Gomes Monteiro, d. Antonio Elisa Serra Gomes, d, Dulce Lima Correa, Andys Casalino e Voltaire Leuenroth, todos brasileiros;

c) Que o uso da firma fará somente o socio Afranio Estevão Corrêa, que assinará:

Reconheço a firma

Radio Educadora de Mato-Grosso Ltda.

Diretor-Superintendente

Cuiabá, 24 de Out de 194

Em testemunho

de verdade

Tabellião Mario Gilberto

Privativo do Registro de Títulos e Documentos

CUIABÁ - Mato Grosso

e) Que o genero de comercio é a radio-difusão, com a instalação de uma estação radio-difusora nesta Capital, segundo as prescrições legais estabelecidas pelo Ministerio da Viação e Obras Públicas, com o capital de CR$200.000,00

f) Que a sede da empresa é a rua Barão de Melgaço, 145, nesta Capital.

g) Que o funcionamento depende ainda de autorização do Ministerio da Viação e Obras Publicas, na forma estabelecida em lei, depois do que iniciará as atividades comerciais, de tudo dando ciencia a essa Inspetoria e o seu contrato foi registrado em

h) Que não tem filial.

Cuiabá, de de 194

Cr$0,80

Radio Educadora de Mato-Grosso Ltda.

Diretor-Superintendente

8

Registrada nesta data sob nº 2 152 á fls. 191 no livro de registro de firmas e razoes sociais nº 5, conforme despacho do Snr. Inspetor Comercial, ficando a 1ª via arquivada.

Inspetoria Comercial de Mato-Grosso em Cuiabá, 25 de outubro de 1 947

Euvanides Fernandes de Souza
SECRETÁRIO.

INSPECTORIA COMMERCIAL MATTO-GROSSO

ANEXO 5

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DE MATO-GROSSO

1.° Cartorio do Civel e Notas da Comarca da Capital

Livro n.° ///// Fls/////

CARLOS FERREIRA DA SILVA, Tabelião de Notas, Escrivão do 1.° Oficio Civel, Oficial Privativo do Registro Especial de Titulos e Documentos, Sociedades Civis e da Provedoria e Residuos.

/" CERTIDÃO DO REGÍSTRO Nº 2.570 "/
//////
/" PROTOCÓLO nº 2.664-Em.3.XI.47 "/
///

... C E R T I F Í C O e dou fé, a pedido verbal de pessôa interessada que, revendo nêste Cartório o Livro de Regístro de Títulos e Documentos e demais Papeis, dêle sob o número acima, consta e fielmente aqui transcrevo o seguinte:- "REGÍSTRO de um TRASLADO de ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR QUÓTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA "RÁDIO EDUCADORA DE MATO-GROSSO LTDA"., conforme em seguida se vê:-"RADIO EDUCADORA DE MATO-GROSSO LTDA.- CERTIFICO á pedido verbal de pessôa interessada que revendo em meu cartório o livro de minhas Notas sob n. 13, nêle de fls. 268 a 270 encontrei uma escritura do teôr seguinte:- ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR QUÓTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.- SAIBAM QUANTOS ESTA PUBLICA ESCRITURA de constituição de Sociedade virem que, no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e quarenta e sete, aos vinte e doiś dias do mês de outubro do dito ano, nésta cidade de Çuiabá, Capital do Estado de Mato-Grosso, em meu cartório á rua Barao de Melgaço n. 153-A, perante mim, tabelião, compareceram partes entre si, justas, avindas e contratadas / outorgantes reciprocamente outorgados a saber:- AFRANIO ESTEVAO CORREA, brasileiro, solteiro, jornalista, residente em Campo-Grande; Dona ARACY NOVIS GOMES MONTEIRO, brasileira, casada, doméstica, residente nesta cidade, assistida nêste ato, pelo seu marido DEODÁTO GOMES MONTEIRO, Dona ANTONIA ELISA SERRA GOMES, brasileira, casada, doméstica, residente nésta cidade, assistida neste ato pelo seu marido DURVAL GOMES MONTEIRO, DULCE LIMA CORRÊA, brasileira, solteira ,

4

1.º CARTÓRIO
CARLOS FERREIRA DA SILVA
TABELIÃO
— DE —
NOTAS PRIVATIVO DO
REGISTRO ESPECIAL
DE
TITULOS e DOCUMENTOS
E PROVEDORIA
CUIABÁ - Matto Grosso - BRASIL

aplicada na exploração desses mesmos serviços, porem em ondas curtas ou ultra-curtas, com modulação de frequência em radio televisão ou telèvisão por linhas telefônicas ou cabos de energia elétrica, tudo de acôrdo com as disposições que regulam esses serviços; 4a.)- A duração da sociedade será por prazo indeterminado; 5a.)- A sociedade terá sua séde e fôro jurídico nésta Cidade de Cuiabá; 6a.)- O Capital social será de DUZENTOS MIL CRUZEIROS (Cr.$ 200.000,00) que / serão assim distribuidos: o sócio AFRANIO ESTEVAO CORREA, SETENTA / (70) quótas; no valor de cr.$ 70,000,00 (Setenta mil cruzeiros); o sócio ARACY NOVIS-GOMES MONTEIRO trinta (30) quótas no valor de cr.$ $30.000,00 (trinta mil cruzeiros); o sócio ANTONIA ELIZA SERRA GOMES, 30 (trinta) quótas no valor de Cr.$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros); o sócio DULCE LIMA CORREA, VINTE E CINCO (25) quótas no valor de Cr.$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros); o sócio ANDYS-CASALINO, vinte (20) quótas no valor de cr.$20.000,00 (vinte mil // cruzeiros); o sócio VOLTAIRE LEUENROTH, Vinte e cinco (25) quótas / no valor de cr.$25,000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros); 7a.)- As quótas serao intransferiveis e incaucionaveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas juridicas, e são indivisiveis em relação a sociedade, sendo apenas reconhecido um proprietário para cada uma ou grupo delas; 8a.)- Qualquer operação referente ao aumento do Capital, só poderá ser realizado mediante prévia autorização do poder concessor; 9a.)- A sociedade será gerida e administrada pelo / sócio quotista AFRANIO ESTEVÃO CORREA, que terá o cargo de Diretor-

1.º CARTORIO
CARLOS FERREIRA DA SILVA
TABELIÃO
— DE —
NOTAS PRIVATIVO DO
REGISTRO ESPECIAL
DE
TITULOS e DOCUMENTOS
E PROVEDORIA
CUIABÁ - Matto Grosso - BRASIL

Diretor-superintendente, o qual designará por procuração, o seu substituto legal ou eventual; 10a.)- O sócio gerente é expressamente, dispensado de toda e qualquer caução; 11a.)- O úso da firma é de exclusiva atribuição do Diretor-Superintendente ou de seu substituto/ legal; 12a.)- Os sócios quotistas se obrigam pela importancia total/ do Capital da Sociedade; 13a.)- A sociedade, além do Diretor-Superintendente, terá mais um Diretor que será eleito pelos quotistas.- Esta Diretoria em qualquer caso, só poderá ser constituída por brasileiros natos; 14a.)- A sociedade não poderá envolver-se em àssuntos de ordem partidária, política ou religiosa; 15a.)- A morte de um // dos sócios não dissolverá a sociedade, a qual continuará com os sobreviventes e os herdeiros legais do falecido, se assim concordarem; 16a.)- Qualquer assunto de interesse da sociedade, não previsto no presente contráto, deverá ser resolvido pelos quotistas, estabelecendo-se que os mesmos serão sempre resolvidos pelo critério da maioria de quótas; 17a.)- A retirada do diretor-superintendente e do diretor, será fixada pelos quotistas, quando a sociedade iniciar as suas atividades, segundo o critério da maioria de quotas, devendo / ser anualmente reajustada; 18a.)- A 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á ao balanço geral para verificação dos lucros ou prejuizos, decidindo os quotistas quanto a aplicação dos lucros, gratificações, fundos de reservas; sendo os mesmos ou os prejuizos distribuidos aos sócios, segundo o numero de quótas; 19a.)- A cessão ou / transferência de qualquer das quótas, fica dependendo de consenti-

ANEXO 6

DECLARAÇÃO PARA O REGISTRO DE RAZÃO SOCIAL

RÁDIO A VOZ DO OÉSTE, LTDA em observancia ao que dispoẽ o artº 11 do decreto federal nº 916 de 24 de outubro de 1 890, declara:

a)- que a firma é: RADIO A VOZ DO OÉSTE:

b)- que são sócios quotistas: JOÃO JACOB, D. SORAIDA RUÊDA JACOB, JUVENILIO FRANCISCO DE FREITAS e DANGLARS CANAVARROS, todos brasileiros;

c)- que o uso da firma fará sómente o socio JOÃO JACOB, que assinará:

Radio A voz do oeste Ltda;

d)-

João Jacob
Diretor geral

Reconheço verdadeira a firma supra de João Jacob.
Cuiabá, 29 de Outubro de 1947.
Em test. da verdade.
O Tabelião Oscar Fagundes da Silva
Escr. Sup. em exerc.

BRASIL Cr$0,80 CARTÓRIO FERREIRA E SILVA OFICIAL DE REGISTRO CRUZADO

Selos?

é)- que o genero de comércio é a exploração do serviço de radiodifusão, com o capital de Cr$ 300.000,00;

f)- que a séde do estabelecimento comercial é a rua Barão de Melgaço nº 161, nesta cidade;

g)- que o funcionamento da empresa depende ainda de autorização do Ministério da Viação e Obras Publica, na fórma estabelecida em lei, e o seu contráto foi registrádo em

h)- que não tem fialial.

BRASIL Cr$0,80 1$000

Cuiabá 29 de outubro de 1947
Radio A voz do oeste Ltda
João Jacob
Diretor geral

00576

Registrada nesta data sob nº 2 153 á fls. 191 no livro de registro de firmas nº 5, conforme despacho do Snr. Inspetor Comercial, ficando esta 1ª via arquivada.

Inspetoria Comercial de Mato-Grosso em Cuiabá, 29 de outubro de 1 947

Eurandes Fernandes de Souza

Secretário.

Obs: Dona Soraida Rueda Jacob, apresentou autorização marital: Livro nº 10, fls: 288 V, a 289 Cartório Calhão 4º ofício. (06-10-1943)

Obs.- 6-5-48

Lia Magda.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
A presente fotocópia tem o mesmo valor do original, de acordo com o inciso II do artigo 78 do Decreto 1.800 de 30 de janeiro de 1.996.

Registrada nesta data á fls. 146 á 154v. no livro de registro de escrituras, contratos comerciais e outros documentos nº 24, conforme despacho do Snr. Inspetor Comercial, ficando esta 1ª via arquivada, juntamente com a escritura publica de autorização marital para comerciar em observancia ao que dispõe o artº 1º nº 4, do Código Comercial, registrada á fls. 140 do livro acima citado.

Pagou o selo federal de arquivamento em estampilhas na importancia de Cr$ 100,00 e o de Educação e Saúde, abaixo inutilizadas.

Inspetoria Comercial de Mato Grosso em

Cuiabá, 29 de outubro de 1947

Evaristo Fernandes de Souza

Secretário

00578

TARGUL

20 1. 95

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
A presente fotocópia tem o mesmo valor do original, de acordo com o inciso II do artigo 78 do Decreto 1.800 de 30 de janeiro de 1.996.

ANEXO 7

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DE MATO-GROSSO - COMARCA DA CAPITAL

PRIMEIRO CARTÓRIO DO CIVEL E NOTAS

Livro número 219 ..... Fólhas 192 v.a. 194 v.-

"/TRASLADO DE ESCRITURA PÚBLICA DE CONTRÁTO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE

∞o

ESCRITURA PUBLICA de Contráto de Constituição de Sociedade, que fazem e assinam:- João Jacob, Soraida Ruêda Jacob, Juvenilio Francisco de Freitas e Danglars Canavarros, conforme adiante se declara:-.....

S A I B A M quantos esta virem que, no ano de mil novecentos e / quarenta e sete da Éra Cristã, aos vinte e quatro dias do mês de Outubro do dito ano, nésta cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato-Grosso, nêste Primeiro Cartório do Civel e Notas da Comarca, por me ser distribuida esta, perante mim, Escrevente Juramentado em plêno exercicio, compareceram partes entre si, justas e contratadas, como outorgantes e reciprocamente outorgados, a saber:- JOÃO JACOB, brasileiro, casado, funcionário público estadual; Da. SORAIDA RUEDA JACOB, brasileira, casada, de prendas domésticas; JUVENILIO FRANCISCO DE FREITAS, brasileiro, viúvo, funcionário público federal e DANGLARS CANAVARROS, brasileiro, funcionário municipal aposentado, casado; todos domiciliados e residentes/ nésta Capital; pessôas maiores e capazes, reconhecidas como as proprias de mim, Escrevente Juramentado em exercicio e das duas testemunhas no/ final nomeadas e assinádas, do que dou fé.- E, em presença das mesmas / testemunhas, pelos referidos outorgantes e reciprocamente outorgados, falando cada um por sua vez, me foi dito que, pela presente escritura e melhor forma de direito, tem justo e contratado constituir uma sociedade por cótas de responsabilidade limitada, sob a denominação de " RÁDIO A VOZ DO OÉSTE ", com sede nesta Capital, destinada a promover a exploração do serviço de radiodifusão, mediante concessão ou permissão do Governo Federal, obedecendo a mesma sociedade, ás cláusulas seguintes do presente contrato:- 1º) - Fica estabelecida nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato-Grosso, a sociedade "RADIO A VOZ DO OÉSTE LIMITADA", que se regulará pelas cláusulas do presente contrato e pela legis-

00579

legislação em vigôr, em tudo que lhe fôr aplicavel; 2º) - O objetivo da sociedade é a exploração do serviço de radiodifusão, por intermédio de uma estação radiodifusora instalada nesta cidade, com finalidade cultural e educacional, de conformidade com as exigências legais; 3º) - O prazo de duração da sociedade será de vinte e cinco (25) anos, o qual poderá ser renovado, se assim convier aos interesses sociais; 4º) - A sociedade tem como séde e fôro jurídico a cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato-Grosso; 5º) - A sociedade se obriga a cumprir todas as exigências legais e administrativas a que estiver subordinado o serviço que se / torne permissionária ou concessionária; 6º) - O Capital da sociedade será de Cr.$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL CRUZEIROS), dividido em cótas de // Cr.$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma, subscritas da seguinte fórma: -/ JOÃO JACOB, duzentas e cinquênta (250) cótas no valor de Cr.$250.000,00 - (duzentos e cinquênta mil cruzeiros); SORAIDA RUEDA JACOB, quarenta (40) cótas, no valor de Cr.$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros); JUVENILIO // FRANCISCO DE FREITAS, cinco (5) cótas, no valor de Cr.$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e DANGIARS CANAVARROS, cinco (5) cótas, no valor de Cr.$ $ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), sendo todas as cótas imediatamente integralizadas; 7º) - As cótas são intransferiveis e incaucionaveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessôas jurídicas, respeitada todavia, a resalva do Artigo 160 da Constituição Federam em vigôr; 8º) - As cótas são indivisiveis em relação a sociedade, não sendo reconhecido mais que um proprietário para cada uma ou grupo delas; 9º) - No fim de cada ano social, será levantado o balanço da sociedade para verificação de lucros e perdas, os quais serão repartidos proporcionalmente ao número / de cótas de cada cotista. - O ano social findará sempre no dia 31 de Dezembro; 10º) - Dos lucros líquidos apurados, serão retirados cinco por /

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
A presente fotocópia tem o mesmo valor do original, de acordo com o inciso II do artigo 78 do Decreto 1.800 de 30 de janeiro de 1.996.

cinco por cento (5%) para fundos de reserva e, cinco por cento (5%) para fundo de depreciação; 11º)- A divisão de lucros liquidos, será feita entre os cotistas, na proporção de numero de cótas integralizadas.- Na hipótese de falência da sociedade, entretanto, os cotistas respondem pela totalidade do capital, conforme prescreve o Decreto nº 3.708, de 10 de Janeiro de 1.919; 12º)- Na hipótese de qualquer sócio pretender dispor da totalidade ou parte de suas cótas, tem preferencia os atuais cotistas; 13º)- A sociedade será administrada pelo cotistas JOÃO JACOB, ao qual são outorgados poderes de DIRETOR GERAL, função esta no desempenho da qual defenderá os interesses da mesma, cabendo-lhe dirigir todos os trabalhos e serviços da sociedade, que lhe competirem.- Cabe-lhe ainda, representar a sociedade em todos os sectores ônde os interesses dela estiverem em jôgo, seja no dominio comercial, social, administrativo e ainda em juizo como fóra dêle; 14º)- Cabe ao Diretor Geral, cotista João Jacob, além das obrigações e atribuições constantes da cláusula anterior explicitamente:- a) contratar todos os serviços de que careça a sociedade; b) contratar e dispensar empregados, fixando-lhes os vencimentos, gratificações ou diárias por serviços normais ou especiais prestados á sociedade; c) assinar a correspondência diária e todos os documentos referentes à despêsa; 15º)- Poderá o Diretor Geral delegar poderes a outros cotistas, ou mesmo à pessôas estranhas ao quadro social para/ representar a sociedade ou para substitui-lo eventualmente na direção / da sociedade; o que será feito mediante instrumento de procuração, no / qual será estabelecida a extensão dos mesmos; 16º) - O presente contrato poderá ser modificado e o capital aumentado, desde que se torne necessário; 17º) - Os assúntos de interesse da sociedade, cuja solução não estiver prevista nêste contráto, serão subordinadas ás disposições do Código Comercial, no qual lhe, digo, no que lhe fôr aplicavel e ainda pelas

Apresentado pel.s Snr. João Jacob

e apontado hoje, sob nº 2.661 de ordem do Livro nº 1 - II - série do Protocolo.
Cuiabá, 24 de Outubro de 1947.
Em test.º [illegible] da verdade.
O Oficial do Registro Especial
Hermínio Virgínio da Silva
Escr. Juram.º em exerc.º

Registrado sob numero 2.567 de ordem do Livro nº 3-B-II-3 de Registro de títulos e documentos e outros papeis
Cuiabá, 24 de Outubro de 1947.
Em test.º [illegible] da verdade.
O Oficial do Registro Especial
Hermínio Virgínio da Silva
Escr. Juram.º em exerc.º

CARLOS FERREIRA DA SILVA
OFICIAL DE REGISTRO
CUIABA - Mato Grosso

pelas disposições do Decréto número 3.708, de 10 de Janeiro de 1.919, / que regula a vida das sociedades por cótas de responsabilidade limita - da.- E de como assim o disseram, outorgaram e aceitaram, dou fé, e me / pediram lhes lavrasse a presente escritura, que sendo feita lhes lí em vóz alta sempre na presença das mesmas testemunhas a todo o ato presenciais, cidadãos: João Leite Pereira e Acyndino Brasil que assina A. Brasíl, brasileiros, casados, meus conhecidos e aqui residentes, que tambem achando-a em tudo conforme, assinam comigo, Hermínio Virgínio da // Silva, Escrevente Juramentado em exercicio nêste Primeiro Cartório do Civel e Notas, que a escrevi de acôrdo com a minuta apresentada, e devolvida, subscrevo e assino.- Paga Cr.$ 1.500,80 em sêlos federais proporcionais, inclusive a taxa de Educação e Saude devida, que vão abaixo colados e devidamente inutilizados.- (a.) Hermínio Virgínio da Silva, Escrevente Juramentado em exercicio.- Cuiabá, 24 de Outubro de 1.947.-(Assinádos)- JOÃO JACOB:- SORAIDA RUEDA JACOB:- JUVENILIO FRANCISCO DE REITAS:- DANGLARS CANAVARROS:- (testemunhas)- A. BRASIL:- JOAO LEITE PEREIRA.- (Estava legalmente selada e inutilizados com a data e primeira assinatura supra citadas.- Trasladada hoje, dou fé.- EU, Hermínio Virgínio da Silva, Escrevente Juramentado em exercicio que a trasladei datilograficamente, subscrevo e assino sobre as estampilhas legais.- Dada esta na data abaixo.- Em test.º (DSS) da verdade.-

CUIABÁ, 24 de Outubro de 1947.

Hermínio Virgínio da Silva
Escr. Juram.º em exercício.-

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
O presente documento é cópia autêntica do arquivado neste órgão
SOB Nº 21[illegible]
João Gilberto C. Teixeira
Secretário Geral
JUCEMAT

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
A presente fotocópia tem o mesmo valor do original, de acordo com o inciso II do artigo 78 do Decreto 1.800 de 30 de janeiro de 1996

00582

ANEXO 8

CÓPIA

Excelentissimo Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas

A RADIO EDUCADORA DE MATO GROSSO LTDA., por seu diretor-superintendente abaixo assinado, tendo obtido despacho favoravel em seu requerimento de vista ao seu processo que correu nesse Ministerio, e depois de tomar conhecimento, em detalhes, dos documentos que formam o processo nº 1468/49, inteirando-se portanto dos motivos pelos quais foi arquivado o pedido daquela sociedade para instalar em Cuiabá uma estação radio difusora, apesar de o mesmo pedido ter sido deferido pelo mesmo ministro - vem respeitosamente expor e requerer a V.Excia. o seguinte:

1. Manuseando o processo nº 1468/49, vê-se que o mesmo correu os tramites legais desse Ministerio, desde 1947 e a nossa sociedade, com despesas irressarciveis, cumpriu todas as exigências feitas por esse Ministerio e em vista disso, teve a sua pretensão atendida, segundo o rigoroso critério da C.T.R. Assim, a fls. 23 depara-se o parecer da referida comissão, de nº 680, de 4 de novembro de 1947, onde foram formuladas à peticionária exigências relativas ao art.3º, do decreto 24.655, de 11/7/34 combinado com o decreto nº 24.772, de 14 do mesmo mês e ano. Estas exigências foram inteiramente atendidas, conforme requerimento protocolado sob o nº 4.448, em 26/2/48.

2. Analisando esse requerimento, a Comissão Tecnica de Radio, pelo seu parecer nº 920, de 22 de outubro de 1948, verificando que todas as exigências haviam sido cumpridas, pronunciou-se favoravelmente ao nosso pedido, deixando contudo o deferimento a critério do sr. Ministro da Viação, então o Dr. Clovis Pestana, o qual, em face do referido parecer, despachou como se segue:

"DEFERIDO, À VISTA DO PARECER 920/48
da C.T.R.
Em 8/11/48
(a) CLOVIS PESTANA

(Doc. fls. 36)

12

Em 18 de novembro de 1948, dando prosseguimento ao processo, o Dr. Galvão, da D.O. despachou para a funcionária d. Maria José, da mesma divisão, ordenando fosse elaborado o decreto de concessão.

3. Justamente nesse ponto, ou seja, na sua fase final, foi que o processo da Radio Educadora de Mato Grosso sofreu uma brusca paralização, (segundo se vê, até os projetos de decreto e exposição de motivos já estavam elaborados) quando se nos depara um telegrama do então governador de Mato Grosso, sr. Arnaldo de Figueiredo, datado de 11 de novembro de 1948 (doc. fls. 38) protocolado nesse Ministério sob o nº 24.308, no qual aquela autoridade se dirigia particularmente ao Sr. Ministro Dr. Clovis Pestana dizendo que, reiterando o seu pedido verbal, vinha solicitar a cessação do andamento do processo da Radio Educadora de Mato Grosso para amparar uma estação radio-difusora já existente e em funcionamento em Cuiabá.

Atendendo ao apelo do Governador de Mato Grosso, o sr. Ministro Dr. Clovis Pestana telegrafou-lhe dizendo que o assunto seria re-examinado pela C.T.R. (Doc. fls. 40)

4. Baixando o processo à C.T.R. esta douta e dignissima Comissão, por oficio do seu presidente ao sr. Ministro, sob o nº 1.083 de 22 de novembro de 1948 (doc.fls.41) informou que já emitira parecer sôbre o pedido de concessão para uma estação radio difusora em Cuiabá, lembrando ao sr. Ministro que ele proprio deferira o pedido conforme despacho de 8 de novembro daquele ano.

À vista dessa informação da C.T.R., o Ministro Clovis Pestana respondeu ao Governador de Mato Grosso em carta de 29 de Novembro de 1948 (doc.fls. 42) dizendo ser impossivel atender ao pedido de sustar o andamento do processo da Radio Educadora, em vista dele proprio havê-lo deferido, por despacho de 8 de novembro de 1948, estribado no parecer nº 920 da CTR, cuja copia o Dr. Clovis Pestana anexou à carta acima referida, da qual extraimos estes trechos:

> "A ESTE RESPEITO, COMUNICO A V.EXCIA. QUE ME VI NA CONTINGÊNCIA DE CONCEDER A LICENÇA DE QUE SE TRATA EM FACE DO PARECER DA C.T.R. ONDE SE DECLARA QUE O PROCESSO DA INTERESSADA VINHA SEGUNDO SEUS TRAMITES DESDE 1947, ESTANDO NELE ATENDIDAS AS EXIGÊNCIAS DE ORDEM LEGAL".

13

E continua o sr. Ministro Clovis Pestana:

"OUTRA ALTERNATIVA, PORTANTO, NÃO RESTAVA JUSTIFICAVELMENTE A ESTE MINISTÉRIO, COMO COMPREENDERÁ V.EX."

5. Mas o então Governador de Mato Grosso não compreendeu. Vendo-se contrariado em seus desejos facciosos, pela - lisura e justiça tanto da comissão Tecnica de Radio, como do sr. Ministro Clovis Pestana, aquela autoridade estadoal - num acinteso desrespeito às decisões e responsabilidades desse Ministerio e num gesto sumamente descortês e anti-administrativo, pretendendo coagir o sr. Ministro da Viação a praticar um ato inteiramente fora das normas do Ministerio, que o proprio Ministro se recusara a fazer, conforme lhe declarou em carta, dirigiu um telegrama ao sr. Presidente da Republica, então o sr. General Eurico Gaspar Dutra, nos seguintes termos:

"TENHO SATISFAÇÃO DIRIGIR ME VOSSENCIA AFIM MAIS UMA VEZ SOLICITAR HONRADA ATENÇÃO VOSSENCIA ASSUNTO NOSSO TORRÃO NATAL QUE VEM RECEBENDO TÃO GRANDES BENEFICIOS BENEMERITO GOVERNO VOSSENCIA. ACHANDO SE JA INSTALADA E PRONTA PARA ENTRAR EM FUNCIONAMENTO DENTRO BREVES DIAS, NOVO TRANSMISSOR RADIO VOZ OESTE, ACABO SER INFORMADO HAVER INICIADO ANDAMENTO PROCESSO LICENÇA OUTRA ESTAÇÃO TITULO RADIO EDUCADORA MATO GROSSO ITDA. POR INICIATIVA ELEMENTOS EXTRANHOS NOSSO MEIO SOCIAL. COMO CONCESSÃO REFERIDA LICENÇA VIRIA PERTURBAR NORMAL ATIVIDADE DIFUSORA ATUAL VOZ DO OESTE TÃO IMPORTANTE PARA NOSSO DESENVOLVIMENTO E CABALMENTE ARTICULADA NOSSA VIDA CULTURAL COMO BEM FICOU PATENTEADO ATIVIDADE CAMPANHA E VITORIA CANDIDATURA VOSSENCIA TOMO LIBERDADE SOLICITAR AMPARO VOSSENCIA NOSSO JUSTO DESIDERATUM SEJA CASSADA CONCESSÃO PLEITEADA SOCIEDADE RADIO EDUCADORA MATO GROSSO. (A) ARNALDO FIGUEIREDO GOVERNADOR M. GROSSO"

(Doc. fls. 47)

14

6. Este telegrama, encaminhado pela Presidência da Republica ao Ministerio foi submetido à apreciação da C.T.R. cujo presidente em oficio nº 1.098, de 25 de novembro, disse novamente:

"CUMPRE-ME INFORMAR QUE O PEDIDO DA RADIO EDUCADORA DE MATO GROSSO JÁ FOI DEFERIDO POR DESPACHO DE V.EXCIA. DE 8 DO CORRENTE MÊS"

Mas eis que, ainda nessa altura, surge a fls. 52 mais um curioso documento, merecedor da maior atenção: o telegrama de um senhor Leonidas Mendes, (que o processo não identifica quem seja) tambem dirigido ao sr. Presidente da Republica, o qual mostra sem reservasm os interesses inconfessaveis que motivavam a serie de "apelos" dirigidos direta e indiretamente ao sr. Ministro da Viação. Ei-lo:

"TENDO CIENCIA QUE PRETENDEM OBTER CONCESSÃO INSTALAÇÃO OUTRA RADIO DIFUSORA NESTA CAPITAL ELEMENTOS EXTRANHOS NOSSO MEIO SOCIAL, SOLICITO VOSSENCIA NÃO PERMITIR ESSA REALIZAÇÃO QUE VIRÁ MUITO PREJUDICAR A ATUAL ESTAÇÃO DE PROPRIEDADE NOSSOS AMIGOS CORRELIGIONARIOS QUE MUITO TRABALHARAM BRILHANTE VITORIA CANDIDATURA VOSSENCIA E QUE CONTINUAM AINDA COMO ESTEIO NOSSO PARTIDO.

(A) Leonidas P. Mendes
(Doc. fls. 52)

Este documento, nos termos grosseiros em que está redigido, constitue uma ofensa grave aos rijos preceitos que regulamentam a radio difusão no Brasil e um escarneo à atividade saneadora e justiceira da C.T.R. !

E como ocorreu com o telegrama do Governador de M.Grosso, este tambem foi encaminhado ao presidente daquela egregia comissão que, em oficio de nº 1.111, de 30 de novembro de 1948, REPETIU PELA TERCEIRA VEZ, IPSIS LITERIS, O QUE HAVIA DITO ANTERIORMENTE NO OFICIO Nº 1.083, de 22.11.48, acrescentando contudo, talvez em vista da evidente pressão, que "talvês V.Excia. poderia reconsiderar o seu despacho de deferimento."

15

7. Folheando-se o processo da Radio Educadora, encontra-se finalmente (doc. fls. 54 a 56) uma longa exposição de motivos, onde, analizando todos os documentos constantes do mesmo,

o sr. Diretor da D.A. desse Ministerio conclue desta maneira, perguntando ao sr. Ministro Clovis Pestana se...

"DEVEM SER ENCAMINHADOS AO SR. PRESIDENTE - DA REPUBLICA OS PROJETOS DE EXPOSIÇÃO DE - MOTIVOS E DE DECRETO APRESENTADO OU SE, DIANTE DOS INSISTENTES APELOS QUER ESCRITOS, QUER VERBAIS, V. Excia. PRETENDE RECONSIDERAR O DESPACHO DE FLS. 36 EM QUE DEFERIU O PEDIDO DA RADIO EDUCADORA DE MATO GROSSO".
7.12.48
(Doc. fls. 54 a 56)

Voltando então o processo ao Sr. Ministro Dr. Clovis Pestana, S.Excia. conforme despacho exarado a fls. 56, reconsiderou o seu proprio despacho, indeferindo o pedido da Radio Educadora de Mato Grosso fundamentando-se para tanto (e só então) em diversas razões de ordem demograficas e economicas o que anteriormente, por ocasião do primitivo despacho de deferimento não foi invocado, concluindo-se clara e insofismavelmente que o indeferimento posterior baseou-se tão somente, como bem disse o sr. Diretor da D.A. - EM INSISTENTES APELOS DE ORDEM POLITICA E, SOBRETUDO, PARTIDARIA.

Concluindo o processo, o então Ministro Clovis Pestana ordenou o seu arquivamento.

8. "nalisando-se os documentos que formam esse processo nº 1468/49, da Radio Educadora de Mato Grosso, chegamos às seguintes conclusões:

a) que o processo de obtenção da autorização correu legalmente, sem favores nem "apelos" a quem quer que seja;

b) que logrou ser DEFERIDO pelo sr. Ministro da Viação;

c) que o Governador de Mato Grosso e particulares interessados pediram a sustação do processo ao Ministro, NÃO O CONSEGUINDO;

d) que, inconformados com a lisura do Ministerio da - Viação, apelaram para o Presidente da Republica;

e) que as únicas alegações feitas contra a requerente foram que a Radio Educadora era formada de ELEMENTOS EXTRANHOS ao meio social de Cuiabá e a de que, vindo a funcionar, faria "CONCORRENCIA" à outra emissôra, de propriedade de "CORRELIGIONARIOS QUE ERAM ESTEIO DO PARTIDO".

16

Ora, senhor Ministro da Viação, essas alegações se destroem "ab initio" por falta de base, pois que:

CONFORME AS CERTIDÕES DE NASCIMENTO QUE INSTRUEM O PROCESSO DA RADIO EDUCADORA, VÊ-SE QUE DOS SEIS SOCIOS QUE COMPOEM A FIRMA, QUATRO SÃO MATOGROSSENSES E CUIABANOS formando a quase totalidade do Capital da sociedade!

Esses "elementos extranhos", de que falam os telegramas juntados aos processos são estes socios da Radio Educadora o Dr. AFRANIO ESTEVÃO CORRÊA, cuiabano diretor da RADIO EDUCADORA DE MATO GROSSO, jornalista e advogado, pertancendo a uma das mais tradicionais familias de Mato Grosso, que tem dado ao Estado grandes nomes da politica, da administração, medicos, figuras da igreja, do magisterio, e filho do Dr. Caio Corrêa, conhecido medico cuiabano, ex-deputado e diretor da Caixa Econômica Federal de Mato Grosso durante o quinquenio do Governo do General Dutra; é o diretor da RADIO CULTURA DE CAMPO GRANDE, emissôra em funcionamento em Campo Grande e dirigiu tambem o JORNAL DO COMERCIO, de Campo Grande, o melhor jornal do Estado; a sra. Deodato Gomes Monteiro, cuiabana, esposa do mais antigo e conhecido radio-amador do Estado, competente tecnico em radio-transmissão, figura das mais populares e conhecidas na Capital Mato Grossense; a sra. Durval Gomes Monteiro, cuiabana, esposa do irmão do anterior, conhecido jornalista, redator do jornal oficioso do então Governador. A srta. Dulce Corrêa, cuiabana, irmã do diretor da Radio Educadora, filha do Dr. Caio Corrêa; E mais dois socios não matogrossenses, que possuem 20% do capital, conforme se vê do contrato junto ao processo.

E como se não bastassem tais infundadas e personalissimas alegações, que destoam inteiramente das normas que regem a radio-difusão no Brasil, vê-se encerrando o processo, a fls. 60, um requerimento da Radio Vôzdo Oeste, onde - incrivel como parece, seu diretor pedeo "HONRADOR AMPARO" (sic!) do sr. Ministro da Viação para a sua organização comercial!

EXPOSTO O QUE,

CONSIDERANDO os documentos que instruem o seu processo nesse Ministerio, que tão bem retratam os objetivos e os caminhos seguidos por ambas as partes - (De um lado, a Radio Educadora obtendo pelos meios legais e sem pistolões, o deferimento do seu pedi

17

do para montar uma radio emissôra em Cuiabá; de outro, um grupo de interessados politicos que obtiveram um prefixo por "doação" inexplicavel do Governo de então, sem desembolso de capital e SEM PROCESSO REGULAR;)

CONSIDERANDO que o seu processo, depois de deferido regularmente, sofreu intromissões extranhas aos orgãos desse Ministerio, inteiramente fora das normas tecnicas e dos principios adotados pelosorgãos competentes, quais sejam telegramas de CONTEUDO INTEIRAMENTE POLITICO, de autoridade Estadoal e de pessôas inteiramente anonimas, sem nenhuma credencial para opinar a respeito, como é o doc. de fls. 52;

CONSIDERANDO que tal intromissão constitue um perigoso precedente para os que labutam pela radio difusão no Brasil, já que , em vez de se subordinarem aos principios justos, tecnicos e legais adotados pela Egregia Comissão Tecnica de Radio, ficariam sujeitos aos caprichos de qualquer politico estadoal que, por um simples e atrabiliario telegrama, poriam por terra pareceres, processos, opiniões e despachos da Comissão Tecnica de Radio e até do sr. Ministro da Viação !! ;

E TENDO EM VISTA o alto espirito de equidade que norteia os atos de V.Excia. e da Comissão Tecnica de Radio, vem a peticionaria recorrer do segundo despacho do antecessor de V.Excia. - solicitando seja restabelecido e confirmado o DEFERIMENTO concedido a fls. 36, em 8 de novembro de 1948, o qual foi de justiça e de direito, dado num processo regular com a supervisão e aprovação da Comissão Tecnica de Radio, depois de ter a Radio Educadora atendido a todas as exigências e feito inversão de capital nesse empreendimento.

Termos em que, ESPERANDO JUSTIÇA,
P. Deferimento.

18

Rio, 12/5/51
Contrato nº 12.131
15/5/5